

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Elite Política Negra no Brasil:

Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado

Flavia Mateus Rios

Orientador: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

SÃO PAULO

Maio de 2014

FLAVIA MATEUS RIOS

Elite Política Negra no Brasil

Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de doutor em sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

SÃO PAULO

Mai 2014

Para Jorge

Agradecimentos

Trabalhei nesta tese como uma operária. A chegada do pequeno Jorge, além de alegria, trouxe disciplina e estabeleceu uma rotina severa à pesquisa. Oito horas diárias por quatro anos, eis o tempo que tive para desenvolver esse trabalho. Revelam-se nessas páginas de agradecimentos quase todos que estiveram em momentos importantes dessa etapa da minha trajetória acadêmica. Digo *quase* porque o esquecimento, intencional ou não, é um dos defeitos inerentes a esse ato de agradecer. Devo dizer que meu ingresso no doutorado do Departamento de Pós-graduação de Sociologia da USP foi menos idealizado do que a matrícula na graduação e no mestrado da mesma instituição. Nem por isso ele se mostrou menos impactante em minha formação profissional e intelectual.

Resultados parciais desta tese foram discutidos em várias ocasiões ao longo desses quatro anos. Na disciplina Seminário de Projetos do departamento de sociologia, recebi questões instigantes para desenvolver meu trabalho empírico. A turma de 2010 foi bastante receptiva e calorosa ao debater minha proposta de pesquisa. Em particular, sou grata aos comentários de Carolina Chasin, Carlos Freire, Thiago Francisco Rocha e Maria Carlotto, que apresentaram questões com quais tive que lidar até o último momento da feitura da tese. A pergunta desconcertante de Carolina ainda faz eco: “esse grupo se pensa como elite?”.

Uma das etapas mais importantes desse trajeto foi o exame de qualificação. Agradeço ao professor Adrián Gurza Lavalle, do departamento de Ciência Política da USP, por seus apontamentos críticos e suas sugestões metodológicas. A Adrián, agradeço ainda os temas e questões debatidas no projeto “Policymaking as civil negotiation: challenges of accountability and representation”, parceira entre Harvard University/CEBRAP/FGV, o qual foi riquíssimo para o meu treinamento enquanto pesquisadora. A Valter Silvério, professor da Universidade Federal de São Carlos, devo agradecer as colaborações riquíssimas ao texto de qualificação, bem como as sugestões feitas ao meu trabalho na ocasião do Seminário Internacional de Pós-graduação em Sociologia da UFSCAR, em agosto de 2013.

Capítulos de minha tese foram discutidos em vários seminários e grupos de estudos da Universidade de São Paulo. No Seminário História, Sociologia e Política agradeço a Brasília Sallum Jr (USP) e a Ângela Alonso (USP) por debaterem com interesse os meus textos e às professoras Débora Maciel (UNIFESP) e Rossana Reis

(DCP/USP) por suas perguntas contundentes e igualmente estimulantes. Agradeço também aos demais colegas de pós-graduação por suas questões e dicas de pesquisa. Desse grupo destaco as contribuições e interlocução profícuas com Rafael Sousa e Lucas Brandão, além de Catalina Zambrano, esta também minha parceira de pesquisa de campo.

À professora Ângela, agradeço ainda a possibilidade de participar como monitora na disciplina “Movimentos Sociais - Introdução ao Debate Contemporâneo”, onde pude reler as teorias sobre ação coletiva e debater com os seus alunos de graduação minhas ideias iniciais de pesquisa.

Agradeço à professora Márcia Lima, que leu a primeira versão de meu projeto e fez comentários excelentes. Sua colaboração no desenvolvimento desta empreitada foi fundamental, especialmente em dois momentos. O primeiro deles, durante o desenvolvimento do projeto “Política educacional e Mercado de Trabalho: o caso PROUNI”, uma parceria FORD/CEBRAP. Nesta ocasião tive a oportunidade de me envolver num trabalho com dimensões quanti e qualitativas, além de entrevistar lideranças políticas que também eram relevantes para minha pesquisa de doutorado. O segundo momento bastante rico e importante para mim foi quando Márcia organizou o grupo de estudos “Raça e desigualdades”, composto por estudantes de várias áreas do conhecimento e diferentes instituições. Desse grupo destaco as leituras feitas ao meu texto vindas de Denise Carvalho, Uvanderson Vitor, Valéria Alves, Danilo França, Paulo Ramos e Viviane Angélica.

No seminário “50 anos de Integração do Negro na Sociedade de Classes, de Florestan Fernandes”, tive a rica oportunidade de colaborar na constituição deste evento, de reler e discutir essa obra seminal, e debater uma seção desta tese de doutorado. Por isso, sou grata às discussões com Antonio David, Matheus Gato de Jesus, Marcio Macedo, Max Gimenes, além da professora Silvia Garcia, que nos apoiou desde o início. Nesta ocasião, ouvi críticas importantes do Professor Valter Silvério e comentários enriquecedores de Flavio Tales e do Professor João Batista Felix, um dos meus antigos tutores de graduação.

Agradeço ao Professor Edward Telles por me receber no departamento de Sociologia durante o intercâmbio em Princeton University. Nesta universidade, além de frequentar os seminários de sociologia, também visitei os encontros do PLAS, os quais me permitiram ter uma perspectiva mais abrangente sobre os estudos e questões candentes em diferentes países latino-americanos, em particular durante os regimes

ditatoriais. Neste estágio no exterior, frequentei os seminários organizados pelos professores Bruno Carvalho e Pedro Meira, os quais me ofereceram uma perspectiva multidisciplinar sobre os assuntos brasileiros contemporâneos. Memoráveis foram as sessões do seminário *Brazilian Day* ocorridas no primeiro semestre de 2013.

Não posso deixar de agradecer aos Woodard pela recepção em New Jersey. James, Kimi e Robert, vocês tornaram nosso inverno menos rigoroso e a primavera foi ainda mais bela e colorida. Agradeço ainda a James Woodard por sua leitura minuciosa e comentários precisos, além de correções historiográficas impecáveis. Não posso deixar de mencionar aquelas boas gargalhadas que dávamos criticando, ambos, nossas culturas nacionais.

Agradeço a James Green, que leu meus manuscritos cuidadosamente e me apresentou horizontes mais amplos de investigação. James me convidou para participar do Simpósio Internacional sobre a Ditadura Militar na América Latina, onde tive a oportunidade de debater o primeiro capítulo desta tese com especialistas na história da ditadura militar. Devo agradecer a Amélia Maria Telles, feminista e integrante da Comissão da Verdade por seus depoimentos, que ajudaram a sedimentar e qualificar melhor o meu trabalho. Agradeço ainda ao público, pesquisadores, intelectuais e militantes, que reagiu euforicamente aos meus argumentos e apresentaram perguntas e considerações decisivas para a revisão desse capítulo.

Agradeço também a Michael Hanchard, professor da Johns Hopking University, por aceitar discutir prontamente os argumentos centrais de minha tese, além de apresentar um quadro abrangente acerca da sua percepção das relações raciais, ativismo negro no Brasil e suas transformações atuais. Esse encontro foi emocionante e me permitiu perceber o tom revisionista da minha tese.

Devo gratidão também a Marcelo Ridenti, por ler e comentar um dos capítulos que compõe este trabalho. Sua leitura me deixou mais segura para aprofundar minha pesquisa empírica em busca de nexos que permitissem analisar a relação entre o movimento negro e a esquerda política.

Devo gratidão a Alex Ratts, professor da Universidade de Goiás, antes de tudo amigo, agora parceiro em empreitadas intelectuais. Com ele, fiz uma das primeiras incursões em arquivos públicos no Rio de Janeiro no início de 2010, além de entrevistas com ativistas para o projeto “Lélia Gonzalez”. Essas fontes e depoimentos foram riquíssimos para o meu doutorado.

Devo agradecer a pessoas que me receberam em suas casas ou locais de trabalho,

onde me cederam entrevistas, informações e materiais, são elas, Adomair Ogunbiyi, Ana Felipe, Cidinha da Silva, Vera Rodrigues, Vera Benedito, Lucia Gato, Mundinha Araújo, Marcelo Paixão, Juninho do Círculo Palmarino, Marciano Ventura, Manuel Neto, Sueli Carneiro, Rosane Borges, Billy Malachias, Rosângela Malachias, Denis de Oliveria, Douglas Bechior, Dra Maria da Penha, Henrique Cunha Jr, Elisa Larkin, Shuma Shumaker, Rose Mary Muraro, Leci Brandão, Benedita da Silva, Carlos Benedito, Januário Garcia, Carlos Moore, Osvaldo de Camargo, João Batista Felix, Frei David, Sales Augusto, Milton Barbosa, Rafael Pinto, José Adão de Oliveira, Joana Silva e Celso Fontana.

A Cristiane Santana, minha revisora, por comentar e corrigir partes dessa tese.

Não sei como agradecer a Antonio Sérgio Guimarães, meu orientador, que acolheu o projeto desde sua versão inicial, propiciou seminários semestrais de orientação, nos quais pude discutir cada capítulo da tese. Aliás, acompanho esses seminários sobre relações raciais desde a graduação, quando era ainda a única “menina” em meio aos vários estudantes de pós-graduação, que escreviam suas teses e dissertações, dentre os quais, Marcio Macedo, Mury Barbosa e Noel Carvalho. Nesse seminário aprendíamos a lidar com a linguagem acadêmica do campo científico, a fazer desenhos de pesquisas empíricas e revisar os clássicos pertinentes à nossa área. Nele, tínhamos a rica experiência de apresentar nossos textos e exercitarmos o silêncio enquanto todos os demais faziam suas críticas e comentários de forma e de conteúdo. A hierarquia acadêmica era respeitada: os mais novos sempre comentavam primeiro até chegar a vez dos mais velhos que, pela regra, deveriam livrar-se do constrangimento de repetir comentários já feitos, apresentando novas questões.

Na última equipe que se constituiu no seminário de orientação, tive a grata oportunidade de discutir, em detalhe, cada versão deste trabalho com Benno Alves, Edilza Sotero, Fernando Monteiro, Jeferson Freitas, Gustavo Rossi, Irene Rosseto, Matheus Gato de Jesus, além de Fabio Nogueira, esse, mesmo de longe, sempre lia e escrevia comentários críticos e estimulantes aos meus textos. A todos vocês apresento meus sinceros agradecimentos.

Durante a pesquisa, fui assistida por estudantes que me auxiliaram, em diferentes momentos, na coleta e sistematização dos dados, por isso agradeço a Jailson Galvão, Felipe Cruz e Renata Braga.

Por fim, devo agradecer a FAPESP por financiar essa pesquisa no Brasil e no exterior e por propiciar a experiência de ter um parecerista anônimo que acompanhou o

desenvolvimento desse trabalho. De uma perspectiva, essa tese é resultado de quatro relatórios apresentados a essa instituição de auxílio à pesquisa. Devo agradecer também à BEPE/Fapesp e à Pró-reitoria de Pós-graduação da USP, pelo auxílio no intercâmbio Princeton/USP.

Também sou grata aos funcionários da Biblioteca Nacional, da Biblioteca da Universidade Cândido Mendes, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Acervo Público do Estado do Rio de Janeiro (antigo DOPS), do Acervo de obras especiais da Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da USP, da coleção especial da Fundação Banco do Brasil-RJ, do Centro de Documentação da Universidade Católica de São Paulo, da Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH), do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Acervo Afro-brasileiro da UFSCAR, do UEIM (UFSCAR), do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e do Centro de Memória da UNICAMP. Além de Sandra Nascimento do Centro de Memória da UNESP (CEDEM), do bibliotecário Carlos Henrique Menegozzo da Fundação Perseu Abramo, e especialmente agradeço a professora Verena Alberti por disponibilizar a consulta no acervo em áudio no centro de memória da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, à época do início dessa pesquisa o referido acervo era ainda inacessível ao público estudantil. Não poderia deixar mencionar meus agradecimentos a Fernando Acosta que gentilmente me ensinou a andar nos labirintos da Firestone. Também agradeço aos estagiários e funcionários da seção de microfilmes desta biblioteca em Princeton.

A todos aqueles amigos que apoiaram ao longo dessa jornada: Odair Martins, Nilton Bispo, Rafael Silva, Chris Moura, Adriana de Cássia, Aline Damasio, Edvan Brito, Carlos Carvalho, Marcelo de Salete, Brisa Batista, Vanusa Melo, Jackeline Romio, Allan Da Rosa, Alan Augusto, Gustavo Taniguti, Jackeline Santos, Thiago Soares, Brisa Batista, Marcelo De Salete, Mauricio Acunã, Analu Maciel, Belize Pinheiro, Thiago Molina, Patrícia Ferreira, Thiago Soares, Sidney Santiago, Lucélia Sérgio, Luciano Nogueira, Oséias Cerqueira e Tânia Borges. Além desses amigos queridos, quero lembrar aqui o apoio afetivo de meus familiares, de minha mãe, meus irmãos, Osília, Camila, Lúcia, Bárbara e Sr. Sebastião Gato (nossa maior perda...). A vocês, obrigada por tudo!

A Matheus pelos momentos felizes: de nós nasceu um menino e uma tese.

São Paulo, abril de 2014.

RESUMO:

Minha tese de doutorado, intitulada *Elite Política Negra no Brasil*, analisa a relação entre movimento negro, partidos políticos e Estado, entre os anos de 1978 a 2002. Minha abordagem teórica é a combinação da sociologia das relações raciais com a teoria do confronto político, além de correntes analíticas sobre os movimentos sociais. Para o desenvolvimento desta pesquisa, trabalhei com fontes documentais, entrevistas; especialmente textos escritos por ativistas, além da imprensa alternativa e nacional, documentos partidários e governamentais.

Palavras Chaves: Movimento Negro, Partidos, Estado e Trajetórias Políticas.

ABSTRACT:

This doctoral dissertation, named *Political Black Elite in Brazil*, investigates the relationship between Black Movement, Political Parties and State, from 1978 until 2002. The theoretical approach used was based both in the Sociology of Racial Relations and Political Process Theory. I also have made use of Social Movements analytical frameworks. Over the course of this research I worked with documental sources and interviews. I focused especially in articles and other documents written by activists. I also used articles that circulated in alternative and mainstream medias, and other documents publicized by Political Parties, and Governments.

Key words: Black Movement; Parties, Estate and Political Trajectories

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1.0 Capítulo I: O Renascimento do Movimento Social.....	27
1.1 Tradição política na formação do movimento negro contemporâneo	28
1.2 Relações Raciais sob o Regime Militar	32
1.3 A formação do movimento negro e as esquerdas políticas	46
1.4 Versus: da Cultura à Política	52
1.5. Exame da coluna Afro-Latino-América:	61
1.6 Perspectiva transnacional: identidade, estratégias e símbolos na diáspora	73
1.7 Red and Black: por um pensamento negro socialista	81
2.0 Capítulo II: Movimento, Partidos e Estado (1980-1985).....	88
2.1 Movimento Negro e o Partido dos Trabalhadores.....	89
2.2 Classe, Raça, Gênero e Representação política: o PT no Rio de Janeiro	96
2.3 Lideranças Negras e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro	105
2.4 Da representação à participação negra: a experiência do Conselho	116
2.5 Raça, Agency e Poder.....	121
2.6 Os negros e a tradição trabalhista: a questão racial no PDT	126
Capítulo III : Mobilização na Constituinte e no Centenário da Abolição	137
3.1 Ruptura e Reforma.....	138
3.2 Presença, participação e representação negra no processo constituinte	153
3.3 Plataforma política e performance negra na constituinte	165
4.0 Capítulo IV: Cidadania, Raça e Cultura	170
4.1 O pós-reforma constitucional: reorganização das entidades e das estratégias .	172
4.1.1 Cursinhos populares para negros e os primórdios das ações afirmativas.....	177
4.3 A questão racial na agenda pública brasileira	193
4.4 Ação coletiva transnacional: rumo à conferência de Durban	206
5.0 Conclusão.....	222
6.0 Bibliografia.....	225
7.0 Anexos(pesquisa arquivística e entrevistas).....	239

Lista de Siglas

ABNP - Associação Brasileira de Negros Progressistas
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CCNESP - Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo
CECAN - Centro Cultura e Arte Negra
CPC - Centro Popular de Cultura
CS - Convergência Socialista
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
EDUCAFRO – Educação e Cidadania para Afro-descendentes e Carentes
FCP – Fundação Cultural Palmares
FNB - Frente Negra Brasileira
FSP- Folha de São Paulo
GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
MNU - Movimento Negro Unificado
MEC – Ministério da Educação
ONGs - Organizações Não-Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PDT- Partido Democrático Trabalhista
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PVNC – Pré- Vestibular para Negros e Carentes
TEN - Teatro Experimental do Negro
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura
VS - Versus

INTRODUÇÃO

O movimento negro brasileiro como forma de ação coletiva surgiu no início século XX, quando emergiram os protestos contra o preconceito de cor nos jornais da chamada imprensa negra (BASTIDE 1973; FERRARA, 1981) e nas associações que, aos poucos, assumiram objetivos políticos em favor da integração do negro na sociedade de classes (FERNANDES, 1964). Com retórica de inclusão racial, lideranças negras construíram o antirracismo nacional combatendo as manifestações preconceituosas que serviam de empeco para a mobilidade ascendente dos afro-brasileiros.

Nesse primeiro ciclo de mobilização, a Frente Negra Brasileira (1931-1937) se constitui na cidade de São Paulo como polo divulgador da política antirracista, arregimentando um elevado número de sócios na capital e no interior paulista, expandindo-se também para outros estados brasileiros (GOMES, 2005). Objeto de interesse das ciências sociais, o movimento negro foi registrado pelo ciclo de estudos da UNESCO (MAIO, 1996), quando seus líderes e intelectuais receberam a alcunha de *elites negras*¹ por pertencerem a uma camada social composta por indivíduos que tiveram alguma ascensão social, diferenciando-se da massa de miseráveis com pouca ou nenhuma escolaridade. Composta por indivíduos letrados e, muitas vezes, exercendo profissões liberais, essa elite negra marcou a história dos movimentos sociais no Brasil, introduzindo a luta contra os estigmas e comportamentos que prejudicavam a inserção dos afrodescendentes na vida social e econômica do país.

O termo elite para nomear pretos e mulatos em mobilidade social também foi usado por Thales de Azevedo (1996, [1953]) que, ao estudar a capital baiana, percebeu os mecanismos de ascensão social utilizados por “pessoas de cor”. Ele descreveu essa elite a partir de suas estratégias de inserção econômica e social em Salvador. Interessante é notar que se por um lado a educação era um canal de mobilidade para os negros, por outro a política institucional foi identificada como um espaço em que havia grandes restrições para o indivíduo pertencente a esse grupo social.

Todavia, no veio da interpretação marxista, essa elite negra não passava de indivíduos com ideais pequeno-burgueses que aspiravam uma vida melhor e se viam prejudicados pelas práticas racistas, mas longe de proporem uma transformação social radical (expressa na luta de classes), o que efetivamente resolveria os problemas

¹Ver Azevedo (1953); Bastide e Fernandes (1955); Pinto (1955).

socioeconômicos do “negro-massa”, esses grupos dispersavam seus recursos políticos em discursos e ações calcados em problemas raciais. Para intelectuais como Costa Pinto (1955), observador do segundo ciclo de mobilização negra iniciado no pós-guerra – expresso, sobretudo, pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) – tais elites equivocavam-se no que toca às suas estratégias e identidades coletivas, estas últimas influenciadas pelo movimento estético-político de negritude francesa. Segundo Guimarães, os principais intelectuais negros do TEN também estavam “em sintonia com a política nacionalista e populista da época, cuja expressão máxima foi o trabalhismo de Vargas” (2001).

Na mobilização negra mais recente, cujos impactos se fazem reverberar na atualidade, ativistas negros introduzem novos elementos identitários (SEYFERTH, 1983), muitos deles cultivados em espaços de sociabilidade e lazer, em centros culturais e clubes negros (anos 60 e 70), onde se verificava a presença de uma classe média composta por famílias em ascensão social, com gostos e estilos de vida diferenciados da grande massa (GIACOMINI, 2006). Frutos do “milagre econômico”, jovens negros que ingressaram em instituições de ensino superior (RUFINO, 1985) realizavam suas reuniões políticas em espaços de resistência ao regime, como universidades, instituições religiosas, centros estudantis e organizações partidárias, questionando os alicerces da identidade nacional, conspirando, assim, contra o “mito da democracia racial”, nacionalismo político que tornava cúmplices as elites de estado e a sociedade civil submersa. Nesses espaços, a militância negra formou-se na rede de organizações e movimentos sociais contestadores da ordem militar. Dessa efervescência política, nasceu o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, originariamente composto por negros e outras minorias (como judeus, gays e mulheres), apresentado na esfera pública como entidade guarda-chuva das lutas contra o racismo.

Em consonância com as lutas de libertação dos países africanos e pelas lutas de direitos civis, a geração ativista de 1970, que esteve na conformação do movimento negro brasileiro, construiu sua identidade coletiva embalada pela *Soul Music* e deixando nos armários as roupas de cores básicas para encenarem nas ruas um novo visual, cada vez mais colorido. Na cabeça, penteados à moda *Black Power* dispensavam as perucas e as pastas de alisar cabelos, típicos dos “anos dourados”. No caso das mulheres, as maquiagens clareadoras da pele davam lugar às cores vigorosas, em particular o rosa e vermelho nos lábios, contornos da contracultura. O movimento, antes de se apresentar na cena pública como articulação de combate ao preconceito e às desigualdades raciais,

encenava uma estética para o protesto.

Influenciados nacionalmente pelos movimentos políticos de esquerda, pelo novo sindicalismo e pelas mobilizações estudantis (GONZALEZ, 1983; HANCHARD, 2001; GUIMARÃES, 2001), os ativistas negros não apenas interpretaram esse ambiente político como sendo propício para a construção de um movimento nacional contra o racismo, como se utilizaram da rede social e de estratégias políticas da esquerda brasileira para construir uma ação coletiva antirracista. Esses são os assuntos presentes no capítulo I, intitulado *O Renascimento do Movimento Social*.

Tão logo houve a abertura política que possibilitou a retomada do pluripartidarismo, a maior parte dos ativistas ligados ao Movimento Negro Unificado (MNU) veio a integrar ou apoiar o Partido dos Trabalhadores (PT). Contudo, não foi só o PT que aglutinou as lideranças engajadas na luta antirracista. Com a formação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), muitos líderes pensaram ser esta legenda capaz de abrigar demandas desse movimento social. O mesmo ocorreu com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sigla que naquelas primeiras eleições disputou a herança trabalhista construída no pós Estado Novo, e, com isso, absorveu a principal liderança negra internacional que o Brasil já conheceu em toda a sua história republicana, Abdias do Nascimento. Assim, no segundo capítulo da tese, dedico-me a demonstrar como as lideranças negras atuaram ativamente em diferentes frentes partidárias no processo político eleitoral e na abertura da máquina do Estado. Notadamente, detenho-me no primeiro espaço institucional brasileiro criado na esfera estatal para absorver as reivindicações por igualdade racial oriundas do ativismo negro. Tendo esse tema em vista, o referido capítulo foi nomeado *Movimento Social, Partidos Políticos e Estado (1980-1985)*.

A década de 1980 foi mesmo marcada por uma intensa agitação política, herdeira do processo de abertura iniciado nos finais de 1970 e intensificada pelas campanhas eleitorais aos diversos cargos legislativos e executivos por todo o território nacional, pela mobilização política das *Diretas Já* e pelo processo de reforma constitucional. Para o ativismo negro, havia ainda um evento adicional que colocava mais combustível para inflamar este efervescente movimento social: era o centenário da abolição. Lideranças negras civis e parlamentares travaram uma luta intensa tanto no plano simbólico, negando a ideologia de democracia racial através da renúncia às comemorações dos cem anos do 13 de maio, como no plano constitucional, quando apresentaram projetos de lei e normatizações que garantissem a universalização dos direitos humanos, sociais e civis,

além de direitos culturais. *Mobilização Negra na Constituinte e no Centenário da Abolição* é, pois, o título que abriga o terceiro capítulo dessa tese.

As conquistas na nova ordem jurídica da nação abriram agenda ampla para o ativismo negro, cujas demandas se voltaram para as ações de implementação de políticas direcionadas para a população negra. Assim no capítulo final, pretendo apresentar uma explicação para o processo que levou a temática racial para o centro do debate público no Brasil. Se até a reforma constitucional as reflexões e ações sobre o racismo estiveram restritas a círculos políticos, espaços universitários e imprensa alternativa, incluindo algumas revistas acadêmicas, desde meados de 1990 o debate sobre relações raciais deixa de ser um tema marginal e ganhará maior audiência no espaço público, e até reações organizadas. Defendo que para explicar essa transformação é preciso compreender o sentido da mudança política e cultural do país, assim como as formas de ação daqueles diretamente envolvidos com o tema, bem como suas alianças políticas e culturais. A explicação para tais mudanças podem ser encontradas na combinação de cinco fatores, são eles: 1) reorganização do ativismo nacional; 2) abertura do poder público; 3) ampliação e difusão de narrativas e imagens simbólicas via mercado; 4) reorientação e disputas teóricas nas ciências sociais; 5) fortalecimento de ação coletiva transnacional e ampliação de redes em arenas internacionais.

Nesse novo contexto de estabelecimento democrático, ganha hegemonia neste movimento social um horizonte normativo que vai do liberal-igualitarismo à política de reconhecimento, eclipsando o ideário socialista subsidiário da formação de vários intelectuais e ativistas dos anos da luta antiditadura e pela democratização. Os herdeiros da geração profética hoje vivem em pequenos grupos no interior do movimento, questionando certas formas e condutas do ativismo negro, mas não passam de vozes dissonantes aos ouvidos das lideranças negras pragmáticas que galgaram assumir postos e cargos públicos no Estado.

O ideal coletivo vigente deseja a reforma democrática em favor da igualdade de direitos e do pluralismo étnico-racial. Em outras palavras, as reivindicações do movimento negro são mais incisivas no que toca à não-discriminação e à redução das desigualdades raciais, além de valorização e respeito das diferenças culturais e étnicas.

Com efeito, com o estabelecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil, o movimento negro disputa os conceitos fundamentais da democracia, particularmente as ideias de universalidade, liberdade e de igualdade, bem como as de participação e representação política. Essa luta acontece também, e cada vez mais, nos espaços

institucionais, como parlamento, nos conselhos, na burocracia estatal (onde são desenhadas as políticas públicas), no judiciário, onde são realizadas as queixas e denúncias de discriminação racial, especialmente no ministério público, instância de poder frequentemente utilizada pelo movimento negro em suas investidas contra estado e empresas privadas (ISIS CONCEIÇÃO, 2014).

Esse desempenho público dos afro-brasileiros tem ocorrido a despeito de sua baixa representatividade política no parlamento (OLLIE JOHNSON, 2000). Em que pese esse número reduzido de políticos dispostos e interessados em representar as demandas sociais negras, nas últimas duas décadas o ativismo atuou no sentido de introduzir a temática racial na disputa institucional brasileira. A começar pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em que houve iniciativas pioneiras no tocante ao enfrentamento estatal das desigualdades raciais, sendo que estes programas foram diversificados e intensificados após a conferência de Durban, particularmente no que se refere à adoção de políticas de ações afirmativas.

A hipótese geral desse trabalho é que as políticas públicas orientadas para a população negra só foram possíveis porque havia atores políticos profissionais conectados com o movimento negro. Tais atores comporiam uma fina elite negra profissionalizada na política institucional, ocupando cargos eletivos e burocráticos no Estado. Essa elite seria composta ainda por indivíduos que atuam nas associações e ONGs, e que, eventualmente, seriam requisitados na condição de conselheiros e consultores *ad hoc* para pensar e desenvolver ações estratégicas na construção de diretrizes e programas sociais de combate às desigualdades raciais.

Esse grupo composto majoritariamente por indivíduos originários de estratos baixos da sociedade, ademais seriam pessoas que passaram por um processo de mobilidade ascendente na sua própria geração. Outra característica que parece compor esse grupo é exatamente suas conexões com a rede de ativismo emergente da sociedade civil. Ou seja, são indivíduos que possuem em sua trajetória influências flagrantes de ativismo político e envolvimento direto com movimentos sociais diversos e partidos políticos, além da academia e organismos internacionais. Essa elite, penso, parece ser um caso *suis generis* na história política brasileira e sua caracterização depende da observação e análise das trajetórias, das estratégias, dos discursos e das redes sociais dos indivíduos que lograram esse *status* nos últimos 30 anos.

Defendo que esse estudo além de compreender e explicar os processos políticos concernentes à inserção da temática racial na vida pública nacional, em particular na

política institucional, oferecerá subsídios empíricos para a sociologia que se interessa pela dinâmica entre Estado e sociedade civil, especialmente a relação entre os movimentos sociais, os partidos e o poder público. Mormente, pretende-se caracterizar um vetor das transformações sociais transcorridas na construção e estabelecimento da democracia brasileira.

A Literatura sobre ação coletiva e a construção da abordagem teórica

Os movimentos sociais que irromperam nos anos de 1960 e 1970 desafiaram as ciências sociais. Ao se depararem com essas formas de ação coletiva, os pesquisadores europeus e estadunidenses perceberam que o arsenal teórico à disposição, na época, não era suficiente para entender tal realidade (ALONSO, 2009). O surgimento dessas formas de ação coletiva criou a necessidade de ampliação de estudos empíricos e, por conseguinte, de redefinição das categorias analíticas, uma vez que os instrumentais das ciências sociais não eram tão eficazes para explicar os movimentos da segunda metade do século XX (COHEN, 1983; MCADAM, 1982; TOURAINE, 2006; MELUCCI, 1988, 1989, 2004; HABERMAS, 1991; TARROW, 2008).

Assim como aconteceu nos Estados Unidos e na Europa ocidental, os estudos sobre movimentos sociais na América Latina ganharam novo fôlego a partir dos anos 70, tornando-se objeto de sucessivas investidas empíricas. Impulsionados e impressionados com a mobilização social em seus países, os estudiosos latino-americanos trataram de interpretar as formas de ação coletiva organizadas por grupos e camadas sociais até então desacreditados pelas Ciências Sociais². Contudo, a realidade aqui não foi idêntica àquela vivida pelos EUA e pelos países europeus. Na América Latina, tais estudos floresceram num ambiente em que o autoritarismo ainda se fazia presente em forma de regime.

A maior parte dessas investigações recebeu forte influência dos teóricos dos novos movimentos sociais³. Essa presença fica evidente não apenas nas formas de abordagem e na ênfase nas identidades dos atores, como também na incorporação da nomenclatura. Toni (2001) considera que a Teoria de Mobilização de Recursos foi

²Segundo Paoli e Sader (1986), a tradição sociológica sobre os movimentos sociais não via potencial político nas classes populares, tidas como alienadas aos processos políticos decisórios. Por conta disso, na época da efervescência política de 70, os estudiosos se surpreenderam com aquele tipo de mobilização popular.

³Gohn (2004) chama a atenção para o fato de que os estudos latino-americanos dos anos 70, feitos basicamente no Brasil, Chile, México e Argentina ainda estavam influenciados pelo marxismo, somente na década seguinte houve uma absorção mais generalizada da TNMS: “a influência teórica europeia inicial se fez predominantemente por meio do paradigma marxista (...) A abordagem marxista foi sendo substituída pela dos novos movimentos sociais ao longo dos anos 80” (GOHN, 2004:216).

rejeitada pelos intelectuais da América Latina porque esta teoria pressupunha o modelo norte-americano de democracia pluralista, realidade distante daquela em que os regimes de ditadura serviam de palco para atuação dos movimentos sociais. A interpretação foi a de que aquela teoria era muito específica, sendo incapaz de dar conta do contexto latino-americano. O fato dos norte-americanos ignorarem a possibilidade de o Estado ser um oponente dos movimentos sociais divergia frontalmente das interpretações e explicações formuladas para pensar o caso latino-americano, considera o autor. Já Gohn argumenta que “as teorias norte-americanas, fundadas nas ações coletivas dos comportamentos sociais, tradicionalmente consideradas funcionalistas, conservadoras e utilitaristas, não eram nem lembradas” (2004:216), especialmente porque pairava certo sentimento antiamericano estendido para o campo acadêmico.

Na mesma direção, Edelman (2001) salienta que esses pesquisadores apresentavam objeções ao uso da categoria “oportunidade política” em suas análises. Isso porque parecia descabida a hipótese de que houvesse oportunidades políticas em pleno contexto de ditadura e essa recusa à Teoria do Processo Político deixou espaço aberto para a teoria dos novos movimentos sociais na América Latina, especialmente, ele argumenta, para a influência de Alain Touraine, que teria sido um elo forte entre Teoria dos Novos Movimentos Sociais(TNMS) e as pesquisas latino-americanas, argumento esse também defendido mais recentemente por Bringel (2012). Edelman considera que a vinda da TNMS da Europa ocidental para o território latino-americano permitiu o aprofundamento da investigação das desigualdades econômicas. Assim, os estudos priorizaram os movimentos com demandas de caráter redistributivo, notadamente aqueles caracterizados como populares (Idem: 294).

Uma crítica interessante realizada aos estudos latino-americanos foi feita por Ruth Cardoso (1987). Em seu artigo, assinala que nossa produção sobre os movimentos sociais voltou-se para o estudo do protesto das camadas pobres, num momento em que se intensificava a “participação dos setores populares, através de novas formas de associativismo”. Essa realidade instigou os intelectuais a observarem esses setores, negligenciando outras formas de movimentos tais como o feminista, gay, ecológico, antirracista etc. A autora considera que, naqueles estudos, os movimentos sociais repousavam numa vasta imprecisão conceitual. A falta de aprofundamento teórico combinava-se com os problemas metodológicos presentes naquelas pesquisas: trabalhos muito descritivos e pouco analíticos, resultantes de investigações esvaziadas em entrevistas longas, transcritas sem o distanciamento necessário à pesquisa acadêmica.

Pautados na pesquisa participante e no engajamento apaixonado, os cientistas sociais não teriam conseguido uma análise satisfatória do objeto. Pelo contrário, verificava-se um enfoque nos discursos dos atores, levando “o investigador a tomar o discurso dos movimentos como a descrição de sua ação” (1987: 29), em detrimento do estudo das formas organizacionais e das estratégias políticas dos mesmos; sem considerar, aliás, o grande otimismo desses intelectuais, que acabavam por formular interpretações “utópicas”, e até românticas, dos movimentos.

De modo geral, na América Latina a crise do Estado foi interpretada como desencadeadora dos movimentos sociais, sendo estes o motor da democratização. O Estado era visto pelos pesquisadores como o inimigo dos movimentos e as análises detinham-se na sociedade, e não na esfera estatal. Tomando como referencial a TNMS, os estudos aqui preferiram trabalhar com as ideias de significado e de símbolo, ao invés de estudar as estratégias na “arena política”, argumenta Cardoso (1987). Em outro artigo, Ruth Cardoso (1992) reclama da ausência de estudos sobre a institucionalização dos movimentos, percebida pela abertura de certas “agências do Estado”, o que possibilitou novas formas de participação antes tolhidas pela ditadura. Os cientistas teriam preferido focalizar o período heroico do ativismo social, salientando sua “espontaneidade” e “autonomia”, em relação à esfera estatal e aos partidos. A razão para essa situação tem suas causas metodológicas, defende a autora, e uma delas tem a ver com o fato dos pesquisadores voltarem-se mais para os discursos dos militantes, e menos para suas práticas, ou seja, a produção acadêmica teria privilegiado certas dimensões dos movimentos, negligenciando as relações que eles estabeleciam com outras organizações civis e estatais⁴. Esse tipo de reflexão teria impedido a observação tanto das mudanças no interior dos movimentos sociais, como da transformação do contexto político em que eles estavam inseridos.

Com efeito, as transformações narradas por Cardoso não escaparam aos olhos dos pesquisadores da década de 1990, anos de estabelecimento das democracias em boa parte dos países latino-americanos. Assim, o maior desafio das pesquisas foi analisar a atuação

⁴Cardoso (1994) também pondera o fato de se tratar de um contexto ideológico particular. Naquele período de repressão e bipartidarismo, era complicado apresentar as relações entre os movimentos e os partidos políticos. Na passagem a seguir, a autora chama a atenção para isso: “naquele momento não se via a presença de agentes políticos dentro dos movimentos porque isso não podia ser escrito, porque havia realmente uma situação de pressão política” (p.85). Um comentário muito próximo ao de Cardoso foi feito por Gohn, com ênfase especial sobre a relação entre movimentos sociais e partidos políticos: “talvez a questão dos partidos seja a menos trabalhada nas pesquisas sobre os movimentos sociais – principalmente nos populares -, porque vários intelectuais que escreveram sobre eles eram também lideranças político-partidárias – não tinham interesse na época de deixar clara tal relação” (2004:235).

dos movimentos sociais no contexto político do estabelecimento democrático, quando houve uma nova configuração do Estado. Aliás, não só a democratização das instituições, mas também o neoliberalismo como política econômica configuraram o quadro sobre o qual os agentes coletivos esboçaram suas ações e desenharam seus projetos de intervenção. Maticce, debruçado sobre as novas produções desse período, sustenta que a relação entre movimento e Estado passou a ser objeto dos novos estudos. Argumenta, ainda, que os processos democráticos engendrados em diferentes países e a forma de implementação das reformas liberais não têm sido homogêneas na América Latina. Os pesquisadores, contudo, ainda têm tomado esses processos macrossociais sem atentar para esse fato. Assim, as pesquisas tomam o neoliberalismo e a democratização como “fenômenos indiferenciados e uniformes” (MATICCE, 2005: 238), pois não apresentam os meandros das relações entre os movimentos e os formuladores das políticas econômicas e sociais.

Em termos de abordagem, os estudos latino-americanos continuaram a enfatizar a parte cultural dos movimentos sociais, apontando para a intersecção entre política e cultura e sugerindo que essas duas dimensões entrelaçam-se no fazer político dos movimentos, agora atuantes em regimes democráticos. Trabalho nessa direção foi realizado por Sônia Alvarez, Evelina Dagnino e Artur Escobar [1998; (2000)]. Nele, encontram-se esforços que tentam resolver certos problemas herdados do pensamento marxista ocidental nas análises dos movimentos sociais latino-americanos. Assim, os autores investem no campo teórico apresentado por Alberto Melucci. Ademais, a investida dos autores busca inspiração nos estudos culturais e no pós-estruturalismo, ressaltando a importância da política cultural como forma de analisar a ação coletiva e enfatizando a linguagem e os significados das ações dos agentes, com base em seus discursos, porém a dimensão institucional ainda é deixada para segundo plano da análise, carecendo, ainda, de investigações que se aprofundem nos processos e nas consequências políticas das novas investidas dos movimentos sociais frente a arenas decisórias de poder.

Reagindo às teorias que focalizam exclusivamente os movimentos sociais e seu potencial impacto sobre a esfera societária, especialmente em dimensões culturais (valores, ideologias e os costumes), emergiu na sociologia brasileira da última década uma abordagem mais estruturalista e institucionalista, com forte enraizamento histórico. Ancoradas na Sociologia Histórica, que tem no processo político o fio condutor da explicação para a forma pela qual os movimentos sociais aparecem, se relacionam com esferas partidárias e estatais, se institucionalizam e até desaparecem, essa renovada

sociologia tem em Charles Tilly e seus herdeiros intelectuais a sua principal referência.

O empreendimento mais notável nessa direção é o de Ângela Alonso, que recepciona a abordagem do confronto político aclimatando-a às tradições sociológicas brasileiras, especialmente ao seu forte pendor para as dimensões culturais da ação coletiva. Digno de nota é o artigo “As teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate” (2009), resultante do trabalho de quase uma década de cursos em graduação e pós-graduação, bem como de seus estudos empíricos sobre intelectuais e ativistas da geração brasileira de 1870. Nesse artigo, fica evidente o mapa conciso das teorias sobre a ação coletiva vigentes, seus principais debates e, sobretudo, a sugestão de modo alternativo para investigar o caráter dinâmico e relacional do “processo confrontacional”, bem como as dimensões culturais dos movimentos sociais, ainda que reconheça os limites dessa teoria para pensar a lugar da cultura na ação coletiva. O esforço mais vigoroso de Alonso nessa direção é estudar o abolicionismo como movimento social e operar com o arcabouço conceitual da teoria do confronto político. *Flores, Votos e Balas*, sua tese de livre-docência (2013), a cultura tem relevância explicativa para compreender a mudança societal em favor de novo padrão de relações sociais, assim como o plano institucional ganha centralidade na análise sociológica, esgarçando as fronteiras entre diferentes arenas de poder e de ação política.

Nesse sentido, minha pesquisa se vale desses avanços sociológicos, bem como das abordagens mais interessadas nas relações entre sociedade civil e Estado (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006), particularmente a dinâmica estabelecida entre estado, partidos e movimentos sociais (GOLDSTNE, 2003) considerando as ações dos atores políticos, repertório, suas redes, alianças e opositores (TILLY, 2005, MCADAM, 1999; TARROW, 2006), suas dimensões culturais (SWIDLER, 1986, POLLETA 2002; JASPER & GOODWIN, 2006) e circulação, atuação e vínculos transnacionais (KECK and SIKKINK, 1998; BULOW, 2012) são norteadores teóricos para o desenvolvimento da investigação empírica do presente trabalho. Ademais, tão importante quanto estes estudos, foram as reflexões teóricas e pesquisas empíricas sobre relações raciais e desigualdades, em particular as que problematizem o caso brasileiro. Assim, o esforço deste trabalho foi fazer dialogar a vertente sociológica sobre ação coletiva com a sociologia das relações raciais. Portanto, debruçar-se sobre a literatura atenta para a relação entre negros e política tornou-se necessidade imperiosa nessa empreitada.

A literatura acadêmica sobre raça e política: reformulando o problema

De modo geral, a literatura sobre o movimento negro no Brasil esteve quase que confinada ao campo das relações raciais. Por outro lado, os estudiosos sobre movimentos sociais negligenciaram esse movimento, assim como aqueles cujas identidades não eram classistas. Sob pena de incorrer em algum exagero, pode-se dizer que o interesse na relação entre movimento social e política possui duas vertentes: os estudos sobre o movimento negro e as investigações acerca do impacto da variável raça no comportamento político. O tipo de estudo voltado para o movimento social de afro-brasileiros concentra-se em pesquisas sobre formas organizacionais (DOMINGUES, 2005; SILVA, 2005), suas principais lideranças (DOMINGUES, 2006; FERREIRA, 2005) e intelectuais (VIANA, 2006; BARRETO, 2004; MACEDO, 2005). Seus estudiosos enfatizam a construção identitária do movimento, bem como as suas estratégias de inserção na sociedade brasileira⁵. Na atualidade, emergiram estudos de casos regionais, além de trabalhos interessados nas gerações mais recentes de ativismo antidiscriminação racial e suas interfaces com o estado (PEREIRA, 2013; RODRIGUES, 2006).

Já a relação entre raça e comportamento político é aventada de maneira explícita pela primeira vez por Bolivar Lamounier em 1968, quando este se pergunta se as desigualdades raciais presentes no Brasil poderiam expressar-se na política diferencialmente. O problema do autor era saber se a posição desvantajosa dos negros na estrutura social reverberaria em preferências eleitorais ou partidárias. A hipótese de Lamounier é testada empiricamente por Amauri de Souza (1971), o qual, ao estudar as eleições do Rio Janeiro em 1960, percebe que brancos e negros possuem preferências políticas distintas, sendo estes mais sensíveis à plataforma trabalhista (PTB).

Esses dois trabalhos inauguraram uma agenda de pesquisa em termos das relações raciais no Brasil. No período que segue à democratização, essas questões reacenderam e foram traduzidas em termos de representação e participação política dos negros, de modo que vários pesquisadores passaram a fazer estudos de caso, considerando a possibilidade de diferencial racial para o comportamento político nas principais eleições da década de 80 e 90 (SILVA e SOARES, 1985; CASTRO, 1993; PRANDI, 1996), enquanto outros se perguntaram acerca do grau de participação de negros e brancos em organizações civis e partidárias (BUENO e FIALHO, 2007). Alguns desses estudos não deixaram de aventar a

⁵ Investigação detalhada sobre o modo como o movimento negro brasileiro foi estudado pelas ciências sociais, ver Rios (2009b).

hipótese da existência de voto negro, ou seja, se haveria identidade racial na preferência do candidato (VALENTE, 1986; BERQUO e ALENCASTRO, 1992). Pressuposto estava, na maior parte dessas pesquisas, a existência de uma mobilização de grupos negros organizados no processo de abertura democrática e também o fato de que o eleitorado brasileiro teria se expandido, sobretudo, devido à ampliação dos direitos políticos para os analfabetos.

No veio da problemática entre raça e política, Ollie Johnson (2000) averigua a composição racial no Parlamento brasileiro, indicando que haveria uma sub-representação negra no Congresso Nacional entre 1983-1999, quando comparada à proporção dessa população na sociedade brasileira. Ademais sugere que os parlamentares negros estavam alocados nas organizações partidárias como PT, PDT, PCdoB e PMDB. Com a consolidação democrática e a ascensão do partido dos trabalhadores ao governo federal, pesquisadores passam a investigar a representação racial no PT (ARAUJO, 2004) e o modo pelo qual a questão racial é inserida na plataforma deste partido (SOARES, 2008).

A afirmação consensual desses autores diz respeito à dificuldade de inserção dos políticos negros e à pouca atenção dispensada ao tema das relações raciais na esfera partidária e nos governos (MITCHELL, 2008; BUENO; DUNNING, 2013) Esse tipo de diagnóstico, embora seja relevante para pensar as desigualdades manifestas na política, não consegue oferecer respostas satisfatórias para a formação de uma agenda pública direcionada para a população negra nos últimos anos, fato esse sem precedentes na história desse país.

Tendo isso em vista, procurei deslocar o problema de fundo dessas investigações, buscando relacionar o modo pelo qual a temática racial se insere na vida pública institucional durante o período que vai de 1978 a 2002. Para tanto, tratei de demonstrar que o processo de estabelecimento democrático no Brasil implicou a inclusão de alguns políticos negros no campo decisório nacional, muitos dos quais mobilizaram sua identidade negra como instrumento e estratégia para a inserção da temática racial na esfera estatal. Tal investigação esteve atenta aos processos políticos e suas implicações na dinâmica em níveis micro, *meso* e macrossociais, por conta disso interessam-me tanto as trajetórias individuais, como as transformações observadas na sociedade civil e no Estado nas últimas décadas.

Assim, meu objetivo central foi compreender o processo que levou à consolidação democrática no Brasil, considerando a relação entre os movimentos sociais, os partidos e

o Estado, e mais especificamente a formação de uma elite política negra que não possuía tradição na atividade política institucional e que se construiu afirmando uma representação de grupos socialmente excluídos num contexto político de abertura para novos projetos de democracia. Para isso, procurei mostrar os processos de formação e estabelecimento de uma elite negra na cena política nacional, além de compreender e explicar a relação entre movimento negro, suas redes e alianças partidárias e sua inserção na esfera estatal; de igual maneira, procurei analisar as transformações do grupo negro que alçou posições estratégicas no âmbito nacional. Por fim, descrever e explicar o modo pelo qual a questão racial foi inserida na política institucional do Estado brasileiro.

Na tese, trabalhei com três hipóteses fundamentais:

1) A inserção da temática étnico-racial na agenda pública do Estado dependeu da articulação de políticos profissionais, cuja legitimidade fora criada tanto por suas trajetórias em partidos políticos como em movimentos sociais, o que envolveu a coexistência de lógicas distintas de representação política (presença, participação e representação clássica) no sistema democrático brasileiro.

2) Embora a política orientada para população negra tenha como objetivo alcançar o território nacional, a maior parte dos atores políticos envolvidos com esse projeto são do Rio de Janeiro e de São Paulo e em menor proporção da Bahia, do Rio Grande do Sul e do Maranhão. Em outras palavras, os estados que têm maior percentual de negros na sua população não são necessariamente aqueles que possuem hegemonia nas arenas decisórias em âmbito federal, não havendo assim correspondência imediata entre composição demográfica e representatividade política.

3) A ascensão desses atores políticos levou à formação de uma elite negra, cujo perfil se diferencia daquela definida pelos antropólogos e sociólogos que estudaram as relações raciais brasileiras. Longe de ser uma elite que só se define por suas posições econômicas e educacionais, o grupo negro que possui influência na agenda pública do país construiu-se em esferas de disputa por poder político.

Do ponto de vista metodológico, trabalhei com biografias dos políticos negros brasileiros. Os relatos biográficos serviram de ponto de partida para investigar o modo pelo qual suas trajetórias foram possíveis no processo de democratização e consolidação democrática no Brasil. Dito de outro modo, propus-me a investigar as condições objetivas de possibilidade que permitiram a emergência desse grupo de elite. Especialmente porque esses indivíduos partiram de posições socioeconômicas desprivilegiadas e alcançaram *status* elevado nas estruturas de poder, sendo este “a probabilidade de um ator em uma relação social estar em posição em que pode impor seu desejo a despeito de resistências” (WEBER, 2004:175). Não contente em rastrear processos individuais de ascensão social, este estudo priorizou os aspectos mais relevantes da vida política dos agentes sociais, em particular as posições que ocuparam e as alianças sociais construídas em seus trajetos.

A metodologia de análise de trajetória foi o meio pelo qual flagrei a formação de uma elite política negra no Brasil das últimas décadas. Tais trajetórias foram construídas por fontes documentais e orais a exemplo dos “relatos biográficos e depoimentos”, - ainda que pese suas principais críticas dentre as quais o perigo de cair na armadilha do “ideólogo da própria vida” (BOURDIEU, 1998). O ponto de partida e o destino dos agentes são as posições centrais para traçar trajetórias dos indivíduos. Entretanto, mais do que apreender as dimensões clássicas dos estudos de trajetórias, como a origem dos pais, o trajeto educacional e as posições ocupacionais, investiguei, sob inspiração do trabalho de Sainteny (1999), a vida política desses atores, particularmente os caminhos percorridos em associações, partidos, movimentos sociais, organizações não-governamentais e espaços institucionais do Estado.

Nesse sentido, analisei as carreiras profissionais de políticos negros influentes na cena nacional, especialmente os do Rio de Janeiro e São Paulo, no período compreendido entre 1978 e 2002. No que toca à delimitação temporal, embora o estudo recorra às décadas de 60 e 70 para observar a circulação e inserção dos atores políticos nos movimentos sociais e organizações partidárias, o pleito de 1982 é decisivo para a competição eleitoral nos estados, indicando a necessidade flagrante de abertura democrática (BRAGA, 2006). Nesse ano, com o pluripartidarismo, novos atores políticos passam a disputar as eleições e o movimento negro indica algumas de suas lideranças para cargos eletivos, iniciando uma nova forma de atuação política. Com os governos eleitos, os setores mais próximos dos partidos vencedores em seus respectivos estados

passam a reivindicar espaços institucionais para contemplar a “participação negra” na democracia em construção (VALENTE, 1986, SANTOS, 2001)⁶. Do pleito do início da década de oitenta até o ano de 2002 são duas décadas de disputas políticas em que os atores analisados nessa pesquisa participaram ativamente. Isto posto, penso ser esse período suficiente para compreender a formação da nomeada *elite política negra*, sobretudo porque nesse intervalo de tempo ocorre a consolidação de instituições democráticas, decisiva para estabelecer esse grupo no poder.

Além da coleta dos registros biográficos, lancei mão de outros dados: 1) entrevistas dirigidas; 2) levantamento e seleção de materiais fotográficos, audiovisuais e materiais de propaganda; 3) coleta de discursos e projetos políticos, bem como os documentos oficiais de governos (leis, normas e programas); 4) rastreamento de documentos e resoluções de congressos dos partidos e do movimento social; 6) pesquisa de registros policiais (fichas e prontuários do DEOPS). Ademais, foi fundamental a fonte bibliográfica (monografias, teses, dissertações, artigos e comunicações) sobre os atores e o período em questão.

Até o presente momento, os métodos e as fontes dos pesquisadores que se debruçaram sobre esse grupo social, em sua fase contemporânea, valeram-se quase sempre dos depoimentos orais. Outro recurso metodológico largamente utilizado foi o registro etnográfico, especialmente de eventos, reuniões (HANCHARD, 2001), protestos políticos de rua (RIOS, 2012). Contudo, os registros documentais escritos se tornaram uma alternativa secundária para a construção das teses, dissertações e artigos acadêmicos sobre o período considerado.

Nos três primeiros capítulos desse trabalho, usei a estratégia inversa da literatura corrente. As fontes documentais possuem centralidade na escrita, enquanto a fonte oral é utilizada para responder a certas indagações que o documento por si só não foi capaz de solucionar. Neste caso, a sociologia aqui está completamente envolvida com o material dos historiadores e, muitas das vezes, vale-se de seus métodos para analisar e narrar certos fatos. As entrevistas, por sua vez, são altamente necessárias para adensar a narrativa.

As trajetórias individuais foram coletadas a partir de vários recursos. O principal deles foi a consulta ao acervo do CPDOC-FGV, localizado no Rio de Janeiro, através de

⁶ A passagem a seguir assinala bem essa questão para o caso da vitória do Governador Montoro : “Com a vitória eleitoral das oposições, por outro lado, o Movimento Negro no Estado de São Paulo passou a vislumbrar a possibilidade efetiva de participação junto aos governos, na medida em que importantes lideranças negras haviam se candidatado a cargos eletivos.” (Grifos meus. SANTOS, 2001, p.6).

pesquisas empíricas de Amílcar Cabral e Alberti e Pereira, entre os anos de 2000 e 2005. Também o acervo organizado por Márcia Contins, a partir de pesquisa realizada entre 1988 e 1994, foi fundamental para a consulta de depoimentos orais de 25 lideranças do Rio de Janeiro.

Enquanto Contins apresenta a trajetória dos principais líderes fluminenses que protagonizaram as mobilizações de 1988, Alberti e Pereira mostram um panorama das lideranças negras das cinco regiões do território brasileiro por meio de 38 entrevistados. Nos dois casos, alguns temas e recortes metodológicos são coincidentes. É possível observar, por exemplo, em ambos os trabalhos o interesse pelas experiências iniciais com o racismo, precisamente no momento da vida em que os entrevistados “sentiram na pele” a discriminação racial. Os dois livros de trajetórias investigam a participação dos ativistas nos protestos e em suas organizações, bem como seus envolvimento com a política institucional, como em cargos administrativos e eletivos. Contins (2005) se ocupa, todavia, das histórias de vida, realçando as experiências subjetivas dos indivíduos, ao passo que Alberti e Pereira (2007) privilegiaram os aspectos estruturais das trajetórias dos atores, o que os tornam fontes complementares.

Além das fontes acima, realizei 21 entrevistas, presenciais e virtuais, a fim de compor as trajetórias dos indivíduos e do grupo ora estudado. Não sendo suficientes apenas as entrevistas, também busquei em revistas e jornais informações que pudessem complementar os dados apresentados. Em suma, os levantamentos realizados incluem desde entrevistas presenciais até coleta de informações em sites autorizados, livros e entrevistas disponíveis na imprensa de massa e na chamada mídia alternativa ou de movimentos sociais. Mais do que os acervos públicos, as bibliotecas privadas e os acervos pessoais, foram decisivas para a confecção dessa tese⁷.

⁷ Ver lista completa dos entrevistados, arquivos e jornais nos anexos I, II e III.

PRIMEIRO CAPÍTULO
O renascimento do movimento Social

1.1 Tradição política na formação do movimento negro contemporâneo



Fonte: acervo Eduardo de Oliveira e Oliveira - UEIM/UFSCAR

São Paulo é a capital do protesto negro moderno. A cidade paulista tornou-se palco de diversas expressões de negritude desde as primeiras décadas do século XX, com o crescimento e a difusão da imprensa negra – veículo de comunicação e articulação política dos filhos e netos de escravos e libertos que migraram de diferentes partes do país e do interior do estado para a cidade – até a constituição de uma organização forte e expressiva, a Frente Negra Brasileira (FNB), nos anos de 1930, que promoveu e canalizou as reivindicações das camadas negras em processo de diferenciação na *urbe* que sediou a modernização do país (FERNANDES, 1964; ANDREWS, 1991; DOMINGUES, 2007).

Na foto, à frente, temos a lápide de Luiz Gama meio encoberta por arbustos. Logo adiante, Eduardo de Oliveira e Oliveira faz pose ao segurar levemente o queixo, virando a face para lhe garantir a posição de perfil. O velho militante José Correia Leite, literalmente à sombra de Eduardo, encara o fotógrafo de frente. No mais, não sabemos ao certo que são as outras pessoas fotografadas. Mas, por ora, basta saber que pelo menos três gerações de ativismo foram capturadas por apenas um clique. O cenário de fundo não

poderia ser mais majestoso: a metrópole⁸.

A ausência de mulheres na cena fotográfica diz muito do perfil das lideranças negras dos ciclos de mobilização anteriores. Mulheres não eram raras nas organizações dos movimentos políticos negros, ao contrário a presença feminina era flagrante na imprensa e nas associações. Contudo, a atuação delas era relegada ao segundo plano na hierarquia interna do movimento social⁹. As mulheres negras não tinham voz nem vez nos espaços públicos, não por acaso em um dos eventos mais significativos do ativismo feminista brasileiro, o Tribunal Bertha Lutz, a única representação negra convidada a discursar na ocasião foi Abdias do Nascimento¹⁰. Se lideranças femininas tinham pouca visibilidade no movimento negro durante boa parte do século XX, será no processo de reorganização da mobilização antirracista nos finais da década de 1970 e sob o impulso dos debates no movimento feminista, que as mulheres negras emergirão como protagonistas na cena pública.

A fotografia exposta flagra ainda um evento comum na tradição política em São Paulo: as romarias cívicas a monumentos e símbolos da memória negra inventada desde o pós-abolição¹¹. A foto tirada no Cemitério da Consolação registra uma visita ao túmulo de Luíz Gama, figura central no movimento abolicionista brasileiro. É que lideranças negras paulistas tinham a prática de visitar as lápides de abolicionistas no dia treze de maio desde as primeiras décadas do século XX: “Quando chegou o 13 de maio, o Clarim d’Alvorada promoveu uma romaria ao Cemitério da Consolação para visitar os túmulos dos abolicionistas Luiz Gama, Antônio Bento e outros” (LEITE, 1992: 61). A proximidade do centenário do autor de *Primeiras Trovas Burlescas* comoveu os “meios negros” que somaram esforços financeiros para construir uma Erma, em tributo ao ativista, a qual foi sediada em 1930 no Largo do Arouche, onde também passou a se promover eventos públicos do ativismo e dos clubes recreativos negros. A predileção por Gama ao longo do século passado, talvez encontre razão na performance do abolicionista em vida: foi tido como irreverente, optou por afirmar sua condição racial,

⁸Essa fotografia não tem registro de data; contudo, no arquivo da Unidade Especial de Informação e Memória, o UEIM/UFSCAR, foi catalogada junto a documentos do período de 1970 a 1975.

⁹Sobre a participação das mulheres na mobilização negra nas primeiras décadas do século, ver Domingues (2007) e para conhecer mais sobre o tipo de inserção feminina no TEN, ver Larkin-Nascimento (2003).

¹⁰Sueli Carneiro que estava presente no evento como ouvinte conta que ficou emocionada ao assistir Abdias do Nascimento proferir um discurso que se iniciava com os seguintes dizeres: “Porque nós mulheres negras...”. A entrevista foi concedida a mim e a Catalina Zambrano em dezembro de 2012.

¹¹Não só Gama era figura emblemática para os negros do início do século, também Antônio Bento foi figura lembrada nas efemérides da abolição “Ele[Antônio Bento] era queridíssimo no meio negro. Tanto que, quando era vivo, nos treze de maio, os negros iam sambar na porta da casa dele, ali no começo da rua vergueiro” (LEITE, 1992:57). Para mais detalhes sobre a trajetória de Antônio Bento, ver Azevedo (2007).

ao invés de disfarçá-la como o fizeram outros homens oitocentistas, além de escolher expressar abertamente o problema do preconceito por sua condição racial (ALONSO, 2012: 85). A figura de Luiz Gama também dava margens largas para a imaginação, uma vez que sua biografia é marcada por mistérios, episódios dramáticos e tramas que dão vazão para dimensões ficcionais¹².

A remissão à visita ao túmulo do ativista que expressou, com seus relatos autobiográficos, a necessidade imperiosa do fim da escravatura no Brasil, posto que Gama foi líder abolicionista que viveu parte de sua vida como escravo, não poderia ser estratégia melhor para expressar a gênese do movimento negro contemporâneo. Notável aqui é o repertório de ação que atravessou gerações de ativismo mobilizadas em defesa da cidadania no país¹³. Encontros, romarias e eventos comemorativos compõem uma tradição política inventada no contexto de configuração da identidade coletiva negra. Dito assim, formas de agir também revelam modos de sentir. Ação e sentimento, estratégia e emoção, racionalidade e subjetividade parecem ser mesmo composições fundantes de um movimento social¹⁴. Diferentemente do que pode ter ocorrido em outras partes do país, também geradoras de identidades negras expressivas do ciclo contemporâneo do movimento negro brasileiro, em São Paulo a transmissão das experiências políticas – desde a mobilização para por fim à escravidão até aquele ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em 1978 – foi possível graças à preservação da memória documental e pessoal de ativistas do antes e do pós-abolição.

A respeito da preservação e transmissão da memória, papel importante teve José Correia Leite, militante negro paulistano e um dos fundadores do Jornal Clarim da Alvorada, documento precioso para a reconstituição da imprensa negra nas primeiras décadas do século XX, especialmente por revelar modos de organização e o tema central daquele ativismo, qual seja, a *segunda abolição*¹⁵. Tema esse que, aliás, estabelece vínculos fortes com a tradição política abolicionista, a qual foi interpretada pelos ativistas negros como sua herança legítima. Correia Leite também foi integrante da Frente Negra

¹²A esse respeito, digo de nota é a análise de Ligia Ferreira (2008) sobre o relato autobiográfico de Gama dirigido a Lucio de Mendonça, bem como a sua recepção na imprensa.

¹³No artigo, “Protesto Negro Contemporâneo” faço análise de uma marcha paulista criada na década de noventa, cujos símbolos e narrativas remontam a vários líderes negros, dentre eles os ativistas abolicionistas, para mais detalhes ver Rios (2012).

¹⁴Ver Melucci (1994); Jasper & Goodwin (2006).

¹⁵Florestan Fernandes [1964 (2008)], em A Integração do Negro a Sociedade de Classes, captura o principal *frame* daquele ciclo mobilizatório. Segundo ele, “Sob os olhos impassíveis, perplexos ou hostis dos brancos, ergueu-se o protesto negro, como o clarim da alvorada, inscrevendo nos fastos históricos da cidade os pródromos da *Segunda Abolição*” (V.2: 9).

Brasileira, organização liderada por Arlinda Veiga dos Santos (1902-1978), e frequentava no segundo pós-guerra vários círculos de velhos ativistas negros, que saudosamente relatavam suas experiências fretenegrinas para as jovens gerações. Ainda que um dissidente daquela organização, dado o seu pendor à esquerda, Correia Leite viveu o suficiente para transmitir todo o material documental que guardou ao longo de sua vida, bem como as práticas de ativismo usadas por seus contemporâneos dos anos de 1920 à primeira década varguista.

Nascido na virada do século, exatamente no dia 28 de agosto de 1990, na rua 24 de março na cidade de São Paulo e morador antigo do bairro do Bixiga, Correia Leite pôde vivenciar, manter e selecionar fragmentos expressivos da militância política paulista. Um dos informantes diletos de Florestan Fernandes, desde sua pesquisa empírica dos anos 1950, Correia Leite foi mesmo um ativista importante para a transmissão geracional nos círculos afro-paulistanos¹⁶. Não, por acaso, Cuti, um dos integrantes da geração negra insurgente de 1970, o imortalizou no livro “... e disse o velho militante Correia Leite”. O feito, guardadas as devidas proporções, parecia mesmo análogo ao pretendido por Alex Halley, quando revolveu colaborar na produção e edição da *Autobiografia de Malcolm X*.

Para essa geração de 1970, não faltaram os interessados na história política dos negros. Eduardo de Oliveira e Oliveira, personagem de perfil na foto, foi literalmente um mediador geracional. Estudante de Ciências Sociais na USP, sob a orientação do professor Rui Coelho, Eduardo fazia de sua casa em Higienópolis espaço de encontro formativo. Recebia e se correspondia com pesquisadores estrangeiros e nacionais, comprava livros e os reproduzia para amigos, formava jovens negros interessados nos assuntos referentes à questão racial: lutas pelos direitos civis, movimentos por independência dos países africanos e os impasses e limites da mobilização no Brasil¹⁷. Eduardo frequentava as antigas associações negras paulistanas e animava a cena cultural da cidade promovendo eventos reflexivos sobre a temática da abolição¹⁸. Nos início dos setenta, criou com um amigo angolano o *Coral Crioulo*, uma de suas tantas tentativas de organização política e cultural de estudantes. A casa de Eduardo era o *point* para as gerações mais jovens e atentas às questões pulsantes no país e no mundo. Longe de ser

¹⁶Não apenas Correia Leite, outros ativistas tiveram papel relevante para manter e relatar a tradição política negra às gerações mais jovens em São Paulo, destacam-se as figuras de Henrique Cunha, Francisco Lucrécio, Joviano do Amaral, Jayme de Aguiar, Oswaldo de Camargo, dentre outros.

¹⁷Durante a década de 1970, Oliveira se correspondeu com Thomas Skidmore, Robert Slenes e Michael Mitchel, além da ativista carioca Beatriz Nascimento, dentre outros (UEIM/UFSCAR).

¹⁸ Algumas dessas atividades eram possíveis porque ele foi contratado pela Secretaria da Cultura e Tecnologia, durante a gestão de José Mindlin (1975-1976). Ver Diário Oficial do Estado de São Paulo, 22/11/1975, p.46.

uma tradição esquecida, o ativismo negro, mesmo durante o regime autoritário, tinha espaços e pessoas engajadas na transmissão de narrativas e práticas da mobilização da primeira metade do século; assim como gestava novas formas contestatórias no Brasil da Ditadura Militar.

1.2 Relações Raciais sob o Regime Militar

O movimento negro contemporâneo foi gestado na rede de mobilização social contra a Ditadura Militar. Vigiados pelos órgãos de repressão, intelectuais, políticos, ativistas e artistas negros que contestavam a ideologia de estado baseada na democracia racial foram vistos como ameaça política (KOSSING, 2007). Nas trajetórias, nos discursos, nas formas de ação de militantes e políticos e em suas redes de alianças encontram-se a oposição ao autoritarismo de estado, a defesa da democratização, bem como a denúncia contra o racismo. É possível evidenciar, assim, a formação de uma identidade coletiva em confronto com o construto simbólico que alimentava o nacionalismo político do regime militar a partir das trajetórias de ativistas e suas estratégias na formação desse movimento social, em particular sua feição mais próxima às esquerdas políticas. Antes, contudo, é preciso compreender de que maneira a questão racial estava presente tanto no discurso oposicionista, como no discurso oficial, dentro e fora do país.

Os avanços do debate público sobre relações raciais legados do ativismo negro organizado no pós-guerra sofreram fortes abalos durante o regime militar, na medida em que o Estado tornou-se mais repressor, período também em que a maior liderança negra, Abdias do Nascimento, deixou o Brasil rumo aos Estados Unidos da América (MACEDO, 2005; GREEN, 2009; CUSTÓDIO, 2012). Ademais, a agenda de pesquisa sobre relações raciais desenvolvida no processo de institucionalização do campo científico das ciências sociais (MAIO, 1996), a exemplo das pesquisas desenvolvidas na Universidade de São Paulo iniciadas por Roger Bastide e Florestan Fernandes desde os anos de 1950, perdeu o espaço que tinha na principal universidade brasileira, posto que o golpe militar interferiu diretamente na carreira universitária de estudiosos, cujos resultados das investigações questionavam o mito da democracia racial, de um lado, e o argumento da ausência de preconceito racial, de outro¹⁹. Thomas Skidmore (1985) talvez tenha sido o primeiro a notar o impacto do regime militar e seus expurgos sobre o desenvolvimento

¹⁹ O debate sociológico dos anos de 1940 e 50 sobre a presença ou não de preconceito racial no Brasil foi sistematizado e explicado por Guimarães (1999).

de pesquisas relativas à questão racial, levando-as a certa atrofia durante o período autoritário²⁰. Em suas palavras: “(...) os militares não chamavam de subversivos apenas os guerrilheiros com suas armas, mas também os cientistas com suas ideias. Dentre os quais estavam arrolados acadêmicos que tinham apresentado questionamentos acerca da democracia racial no Brasil” (1985: 16, tradução minha).

No que se refere diretamente ao ativismo, a Lei de Segurança Nacional restringia o espaço de atuação dos militantes negros. Com efeito, o decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969, arrolava como crime no artigo 39: “ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de faccionismo ou inconformismo político social, ofender a honra e a dignidade do Presidente da República, do Vice-presidente e outros dignitários; incitar à guerra, à subversão, à desobediência às leis coletivas, à animosidade entre as forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou instituições civis; à luta de classes, à paralização dos serviços ou atividades essenciais, *ao ódio ou à discriminação racial*” (ALVES, 1985:158/159, grifo meu). Sob o olhar atento da censura e dos demais agentes de vigilância e controle social, produções culturais, reuniões e manifestações contra o preconceito ou a discriminação poderiam ser entendidas como subversivas ou como atentados à segurança nacional²¹.

Em termos mais gerais, Antonio Sérgio Guimarães expressou bem o enquadramento que limitava a inserção pública de temas ligados à situação étnico-racial no país, uma vez que a democracia racial era mesmo um dos pilares do nacionalismo político alimentado durante o regime militar. Em suas palavras:

Nos anos de ditadura militar, entre 1968 e 1978, a “democracia racial” passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro. Ora, a redução do antirracismo ao antirracismo, e sua utilização para negar os fatos de discriminação e as desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por formar uma ideologia racista, ou seja, uma justificativa da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes (1999: 66).

Durante esses anos, alguns casos mais ou menos emblemáticos são capazes de evidenciar os jogos de forças, de desarticulação e rearticulação do ativismo negro, bem como as censuras feitas pelo Estado, além do controle da imagem brasileira projetada no exterior. Nessa perspectiva, pretendo apresentar evidências de tensões, ambiguidades e

²⁰ Esse argumento também é defendido por Telles (2003), por Hanchard [1994, (2001)] e mais recentemente por José de Souza Martins no depoimento em vídeo gravado por ocasião do cinquentenário da *A Integração do negro na sociedade de classes* em 11 de abril de 2014.

²¹ Esse, por exemplo, é o tom dos prontuários de Lélia Gonzalez, vigiada desde 1976, e Abdias do Nascimento. Ver acervo DEOPS localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

conflitos entre ações de agentes negros e reações das autoridades governamentais sob a vigência do regime militar²².

A trajetória de Esmeraldo Tarquínio oferece pistas sobre o quão complexa eram as relações raciais durante a ditadura dos generais. De família pobre da baixada santista, Esmerado ficou órfão aos sete anos de idade, por isso teve vida dura na infância e na adolescência, períodos em que passou por diversas ocupações, a começar por *office boy*, marceneiro, despachante, vendedor de livros e outras funções típicas de meninos de estratos populares²³. Diferencial na vida de Tarquínio foi ter concluído os estudos secundários e ter ingressado na vida política; sob a influência de seus professores aderiu, em 1946, ao recém-criado Partido Popular Sindicalista (PPS). De vida curta, a primeira agremiação partidária de Esmeraldo logo se fundiu ao Partido Social Progressista, de Ademar de Barros, político já renomado e que se tornaria governador do Estado de São Paulo em 1947. Mudança programática não estava nos planos de Esmerado, o qual não chegou a se filiar na sigla que veio a ser a mais importante em São Paulo até o golpe militar (Jornal do Brasil, 17/04/1978; e FSP, 11/11/1982).

Mesmo assim, Esmeraldo Tarquínio teve carreira promissora na política institucional. Filou-se a um grupo mais afeito às suas convicções políticas, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), pelo qual se elegeu vereador em 1959. Logo depois, deputado estadual pelo Movimento Trabalhista Renovador, MTR-Santos, em 1962, candidatou-se, ainda, pelo mesmo partido ao cargo de prefeito em 1965, mas não conseguiu se eleger, embora tenha tido votação expressiva²⁴. Em 1966, fora reeleito para o mesmo cargo pelo recém-criado Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, devido ao bipartidarismo imposto pelo regime dos generais. Pela agremiação oposicionista que atuava na legalidade, Tarquínio lançou-se pela segunda vez candidato a prefeito de Santos, apoiado

²³ Filho de família baiana, a linhagem paterna vem de Esmeraldo Soares Tarquínio Campos e a materna de Iracy Moura Campos, Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho nasceu em São Vicente em 12 de abril de 1927 (ver Prontuário de nº 009089, DOPS, São Paulo). Seu pai chegou a Santos na condição de tipógrafo, ascendeu à carreira jornalística, passando a atuar na imprensa local, como o jornal *Folha da Noite* e *O Progresso*, jornal este em que o pai trabalhava quando Tarquínio veio ao mundo. Malgrado a ascensão do pai, mal Tarquínio completara sete anos de idade, o provedor principal da casa morreria por tuberculose em 1934. A família desamparada tentou se inserir em São Paulo, mas não foi bem sucedida, voltaram a Santos um ano depois e sua mãe empregou Tarquínio aos 8 anos nas redes profissionais do pai. “Conhecido como negrinho aprendiz” (JB, 17/04/1978, primeiro caderno), Tarquínio filho tornou-se gráfico, garoto de recados, fazia favores a jornalistas e fotógrafos até se envolver com campanhas políticas na cidade e passar a trabalhar de ajudante num escritório de advocacia. Seus estudos foram custeados com recursos de trabalho informal. Seu envolvimento partidário se deu ainda enquanto secundarista no Colégio Bonifácio, onde recebeu diploma de técnico de contabilidade. Já casado, fez a faculdade de Direito de Niterói, na qual se diplomou em 1955. Antes de ir para a faculdade tinha se filiado ao PSB, legenda pela qual se elegeu pela primeira vez à casa legislativa de Santos.

²⁴ Ver: *Jornal de Santos*, 14/11/1968, p. 2.

por Mário Covas que teria retirado sua candidatura em seu favor, já que o advogado teria chances reais de vencer a eleição executiva daquele município, fato que realmente se concretizou no pleito de 15 de novembro de 1968, com 45.210 votos²⁵. Contudo, em 10 de abril de 1965, o General Costa e Silva nomeou um interventor federal em Santos, Clóvis Bandeira Brasil, em virtude da “cassação do nominado, prefeito eleito em novembro de 1968, bem como da renúncia de seu vice-prefeito Sr. Oswaldo Justo” (DOPS, Doc. 109/69). Esmeraldo Tarquínio foi cassado, em 13 de março de 1969, um mês antes de sua posse²⁶. Impedido de assumir o cargo, o prefeito eleito teria seus direitos políticos suspensos por 10 anos²⁷.

Esmeraldo Tarquínio era figura popular na baixada santista. Gostava de festa, futebol e política. Advogado e atuante no Conselho Deliberativo de um dos Clubes mais famosos do mundo, localizado na Vila Belmiro, ele era torcedor santista, figura carismática e conhecido aliado de Jânio Quadros, logo, adepto às forças políticas destituídas do poder quando do Golpe de 1964²⁸. Além de suas alianças oposicionistas, os vigilantes se interessavam por sua circulação em lugares com potencial poder de sublevação, como os sindicatos dos estivadores e metalúrgicos, espaços de confraternização de trabalhadores portuários²⁹, reuniões e eventos partidários e estudantis, missas, ou mesmo festividades organizadas por funcionários das docas, uma vez que o político era figura conhecida por um leque amplo de forças sociais³⁰. Certa vez, em reação à longa jornada laboral dos estivadores, Esmeraldo teria dito em seu discurso aos trabalhadores das docas: “o período de trabalho noturno nada mais é que retorno à escravidão”³¹.

A metáfora não era mera retórica política. Tarquínio também estava atento às questões raciais. Durante os anos de 1960, participou de romarias de militantes negros paulistanos no dia 13 de maio. Em 1968, esteve nos Estados Unidos por mais de um mês, momento auge dos Direitos Civis. No retorno desta viagem, o deputado fez conferência para cerca de 50 pessoas na sede do Instituto Cultural Pan-Americano em Santos. O interventor da polícia local, Paulo de Paula Phibert, foi ao evento e narrou a palestra com

²⁵ Segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral, em seu site oficial.

²⁶ Informações retiradas do acervo digitalizado do DEOPS:
www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P009089_01.pdf

²⁸ Segundo, informante do DOPS, Esmeraldo Tarquínio participou do almoço de despedida de Jânio Quadros, na ocasião de seu embarque para a Europa. Ver DEOPS, conf. RR 91, de 5 de maio de 1965.

²⁹ Prontuário 9089, dia 02 de setembro de 1967.

³⁰ Documento do DEOPS, confidencial RR 91, de 5 de maio de 1965.

³¹ Idem.

riqueza de detalhes, reproduzindo os termos usados pelo deputado:

O conferencista contou de sua viagem e de sua estadia nos Estados Unidos, estabelecendo paralelos entre a república americana e o Brasil, sobre os processos democráticos, dizendo que lá realmente se pratica a democracia. Tanto assim que é certo que em alguns estados, constitui crime, e para exemplificar citou a Klu-Klus-Klan, que no sul funciona oficiosamente. Citou também os Mormons, como reacionários, racistas e alertou o governo, de que já existem no Brasil, cerca de 38000 seguidores dessa crença, que se tem notabilizado na América pelo seu reacionarismo e racismo. Que seus pregadores já construíram em Santos, um templo riquíssimo, com proventos oriundos do Estado de Utah, que foi por eles colonizado. (DOPS, 16/08/1968)³².

Até onde se fez conhecer, Tarquínio nunca atuou diretamente em associações negras paulistas. Sua atividade relacionada à questão racial era na qualidade de figura pública, orador em efemérides do 13 de maio, além de participante em caminhadas cívicas em espaços simbólicos da memória negra e abolicionista³³. Durante os dez anos em que teve suspensos seus direitos, Tarquínio teve vida política reclusa, manteve suas redes partidárias, mas evitou envolver-se em situações que o deixassem exposto aos órgãos de repressão³⁴. Atuação que parece ter sido bem sucedida, a se notar pelo seu prontuário do DEOPS que só voltou a registrar atividades encerrados os 10 anos da cassação. De qualquer forma, suas redes submersas com o partido democrático brasileiro continuaram ativas e sua posição como figura pública da cidade não tinha desaparecido, visto que Tarquínio de político tornara-se cantor: se não podia representar na política, o fazia nas artes. Era intérprete na vida noturna de Santos. Também era sua forma de sustento, já que como advogado não conseguia custear as despesas familiares.

Passada uma década de sua cassação, a juventude do PMDB realizou grande evento no dia 13 de março de 1979 em homenagem a Tarquínio no seu retorno à cena política³⁵. Em seu discurso na ocasião em que seus direitos políticos foram reabilitados, ele fez alusão ao famoso discurso do líder dos Direitos Civis, Martin Luther King, dizendo:

Eu tenho o sonho de poder cantar com vocês como Ivan Lins: Abre Alas está chegando a hora da liberdade, deixa a minha bandeira passar, bandeira da liberdade e da união que quero que se transforme numa

³² Delegacia de ordem política e social, Doc. 10, localização no acervo digital, p.151.

³³ Ver FSP, 11/05/1963, p. 3, ocasião em que o deputado era noticiado como conferencista em evento sobre abolição em Atibaia. Em 14 de maio de 1967, teria ido a um canal de televisão e falado sobre vários assuntos, como futebol, política, música e sobre o preconceito racial, conforme noticiado pelo Jornal FSP, p.9. Ver também o Jornal de Santos, 'Palestra no 13 de maio', 16 do 05 de 1979.

³⁴ Isso porque em 1970 fora preso por 48 horas, quando ficou sob interrogatório. Não foi torturado, mas, desde essa ocasião, registros de suas atividades políticas só voltariam a aparecer no prontuário em 1979.

³⁵ Conforme convite anexado ao prontuário de Tarquínio. Ver DEOPS, Informe 076.

realidade, concluiu. (DOPS, 17/03/1979)³⁶.

E pôs-se a cantar, atividade que exerceu em orquestras de Santos, em paralelo ao exercício da advocacia, durante seu ostracismo político. Tudo leva a crer que a reunião foi concorridíssima, já que, segundo o informante do DOPS, compareceram 800 pessoas no Cine Caiçara, dentre os quais deputados consagrados do partido, políticos cassados, estudantes e sindicalistas. O evento teve início às 20 horas, mas só acabou na madrugada do dia seguinte. Não era para menos, a festa de comemoração à volta do político santista também era pretexto para campanha de filiação ao MDB, na qual Tarquínio Neto já engrossava as fileiras, para a defesa da Anistia irrestrita, a denúncia de casos de prisão, tortura e cassação, dentre outras. A lista era longa, motivos não faltaram para discursar e fazer articulação política a noite toda.

Na ocasião, aliás, Mário Covas fez um longo discurso, salientado que Tarquínio não teria sido cassado pela cor, “mas por seu caráter e sua profunda vinculação popular” (Idem: 3). Covas político já conhecido na esfera estadual, tentava rebater em vão o argumento já difundido na imprensa e por populares de que o prefeito eleito de Santos teria sido cassado em 1969 porque era negro. O argumento de Covas, entretanto, não foi suficiente para modificar a interpretação da imprensa que, quando do falecimento de Esmeraldo Tarquínio, às portas das primeiras eleições pluripartidas em 10 de novembro de 1982, não tardou em apontar o racismo como uma das explicações da suspensão de seus direitos políticos.

O racismo, como se sabe, foi uma das razões, assim como fato de muitos poderosos da época, em Santos, não aceitarem como prefeito um negro, que, ainda por cima tinha ideias socialistas. Mas poucos duvidam que tudo não tenha começado em 1965, quando durante uma palestra de reservistas veteranos da Fortaleza de Itaipu. Depois da palestra, um general o chamou, aos brados, de comunista e mandou que fosse limpar as latrinas de Moscou (Tribuna, 14/11/ 1982: 14)³⁷.

³⁶ Informe do DOPS N. CPAI -072/2 -123 -79, fl 4-6.

³⁷ A mesma opinião seria manifesta por outros jornais, como a Folha Cidade de Santos, em 22/11/ 1982: “(...) A família de Esmeraldo Tarquínio cultuou a memória daquele que foi eleito prefeito de Santos e teve seu mandato cassado (até onde se tem conhecimento, em decorrência da cor de sua pele), não registrou presença de seus amigos políticos”. Esses termos foram repeditos nas numerosas reportagens e relatos fúnebres de Tarquínio como, por exemplo, a reportagem do dia do sepultamento, no 11/11/1982; p.6 (...) De ter mandato cassado, até onde se sabe apenas por sua cor(...)”. Da mesma forma, no Jornal *A Tribuna de Santos*: “eleito em 1968. Foi cassado em 1969. Um negro não poderia ser eleito prefeito de Santos...” (Tribuna, 11/11/82, p. 6). Os periódicos da capital paulista também reprisaram esse argumento, como a FSP que atribuiu a explicação a Tarquínio: “Alguns amigos lembraram a frase do próprio Tarquínio sobre sua cassação: uma minoria que detém o poder econômico não quer que um negro suba as escadarias da prefeitura. Eles acham que um negro só cresce economicamente quando é comunista” (11/11/1982).

Curioso é que a cassação de Esmeraldo Tarquínio foi interpretada por ele e pela imprensa como sendo ato de racismo por parte das autoridades militares, conforme reproduzido em vários jornais da baixada santista. Ao que parece essa interpretação foi construída e divulgada pelo próprio Esmeraldo Tarquínio anos antes. Numa coletiva no sindicato dos jornalistas, logo depois de readquirir seus direitos políticos, quando questionado sobre o assunto:

Ao ser indagado sobre se o preconceito racial havia influenciado em sua cassação, Esmeraldo Tarquínio, lembrou um episódio ocorrido, no dia 29 de junho de 1965, quando ainda era deputado estadual. "Houve um almoço da Associação dos Veteranos do Forte de Itaipu e logo após o meu pronunciamento, levantou-se um coronel chamado Rubens Fleury Varela. Esse coronel havia sido insuflado por outro coronel e gritou: "Negro subversivo, vai para a Rússia limpar latrina que é o teu lugar". Eu ia responder ao coronel, mas um grupo de amigos me agarrou pelo braço, temendo que houvesse uma chacina, pois quase todos os oficiais estavam armados. No dia seguinte, pensei em fazer um pronunciamento na Assembléia, mas os deputados Corte Real e Luiz Alberto Brancatto haviam sido procurados por oficiais para que me Impedissem de falar na tribuna. Deixamos a decisão para o presidente da Assembléia, que achou melhor eu ficar calado. Hoje, eu me arrependo. Devia ter posto a boca no trombone. Por esse motivo, tenho que concluir que havia uma certa animosidade racial entre os oficiais, pois todos se calaram diante da agressão daquele coronel — afirmou Esmeraldo" (Jornal Cidade de Santos, 14-03-1979).

A citação é longa, mas esclarecedora. Tarquínio não era ingênuo ao imaginar que a causa de sua cassação poderia ser atribuída exclusivamente à sua cor. Até porque, segundo a lista de atividades do político em posse dos órgãos de repressão, ele tinha motivos de sobra para que fosse cassado e silenciado por 10 anos. Os militares tinham conhecimento de que Tarquínio esteve em atos de solidariedade a Cuba em 1961, sabiam inclusive que “socialista Esmeraldo Tarquínio” tinha assinado manifesto em defesa da autonomia e revolução daquele país; dois anos depois, em 1963, ele teria participado “com a presença de comunistas de primeira linha de São Paulo” do Encontro Paulista de Solidariedade à Cuba, tendo assinado novamente um manifesto, envolvimento esse que quase resultou na impugnação de sua candidatura a prefeito, não fosse a sua astúcia na ocasião do interrogatório em 1965, em que negou pertencer ao partido comunista e disse não ter nenhuma afinidade ideológica com a ilha de Fidel Castro, pois quando assinou o documento fora movido apenas por seu “espírito humano”, e “não político”. No entanto, a lista não cessava no apoio à revolução cubana. Tarquínio, em 5 de junho de 1963, participou “às portas fechadas” de reunião sindical de estivadores e trabalhadores, na qual se decidiu declarar greve geral em Santos. Somente no ano de 1968: marchou em

passeata estudantil em Santos (5/08); organizou “vigília cívica” na Câmara Municipal em protesto à cassação da autonomia da cidade de Cubatão (24/4); participou de festejos no Dia do Trabalho na sede de sindicato dos metalúrgicos (1/5) e de festejos de sindicatos das docas e neles “inflamou” os participantes com críticas ao governo (03/5), dentre tantas outras atividades contestatórias ocorridas em Santos. Aliás, a cidade portuária era também conhecida antes do golpe como “Moscou brasileira”³⁸.

O conflito racial deflagrado pelo tenente coronel Rubens Fleuri Varela no jantar promovido pela associação dos reservistas veteranos de Itaipu em homenagem à turma formada em 1917 ficou encoberto na ocasião, pois, segundo relato do próprio Tarquínio, lhe faltou apoio parlamentar para responder à altura o insulto do coronel. Narrado por outra fonte, outros elementos igualmente elucidativos vem à cena. Segundo o relato da Folha de São Paulo, o então deputado Tarquínio teria sido convidado a discursar no evento de Itaipú e expressado em sua argumentação temor quanto aos rumos políticos do país. Em desacordo com o sentido do discurso, o tenente coronel Fleuri teria esbravejado: “Se no Brasil não tivesse democracia um preto comunista que nem você não seria deputado”. E logo depois, concluído “Vá para Rússia lavar latrina. Lá que é o seu lugar!”³⁹. Na ocasião até um estivador amigo de Tarquínio teria protestado a seu favor, dizendo que um deputado não poderia ser tratado daquela maneira. É bem provável que Tarquínio tenha desejado responder violentamente ao Coronel, a se notar por seus rompantes na assembleia legislativa e embates entre deputados⁴⁰. Mas, seus colegas trataram de apaziguar os ânimos de ambos e encerraram não só a celeuma como a festa. O assunto, na ocasião, não seguiu para o espaço público: os motivos, Tarquínio se encarregou de nos responder acima.

Essa história foi interpretada e divulgada a boca pequena como sendo o motivo de desgraça do prefeito eleito ao figurar entre os 95 cassados na lista divulgada em 1969. A bem dizer, não era uma relação simples (ou conspiratória) entre racismo e suspensão de direitos políticos, Tarquínio valia-se também de alguns indícios de que tal perseguição poderia ter algum fundamento mais objetivo. Naquele jantar estava a elite do oficialato militar, como o coronel Vicente Dale Coutinho, comandante do Forte Itaipú na ocasião, que veio a ocupar a posição de Ministro do Exército à época da cassação de Tarquínio. Não foi, portanto, conversa que desmereça um pouco de atenção.

³⁸Ver depoimento de sindicalista e ex-deputado Alberto Marcelo Gato em acervo de memória do DIEESE(<http://memoria.dieese.org.br/>).

³⁹ Folha de São Paulo, 11 de novembro de 1982, p. 8.

⁴⁰ Notas da Folha de São Paulo, entre 1963 a 1968.

O insulto violento narrado pelo político reclama tanto sobre a insubordinação do negro, ou seja, seu deslocamento do lugar social – na hierarquia racial brasileira aos negros relegam-se às posições ocupacionais manuais e até degradantes, não sendo esperado que indivíduos pertencentes a esse grupo venham a ocupar posições no topo da pirâmide social, ainda mais quando esse topo é a elite parlamentar do estado. Noutra direção, o reclame do Coronel também fazia objeção ao conteúdo de seu discurso, entendido como capaz de insuflar agitações políticas de conteúdo revolucionário – noutras palavras, a famigerada “ameaça comunista”. Por isso, a frase final do Tarquínio àquela entrevista de 1979 acena para a duplicidade e dubiedade da acusação: “eles acham que um negro só cresce economicamente quando é comunista”⁴¹.

Ao lado do caso de Esmeraldo Tarquínio outros poderiam ser arrolados, como a experiência do ator e comunista Zózimo Bulbul. Nascido no Rio de Janeiro, em 1937, Jorge da Silva, que nos anos de 1960 viria a adotar o nome artístico e político Zózimo Bulbul, em certa medida antecipando os codinomes de inspiração africana, comuns em ativistas e seus filhos da geração de 1970. Jorge era de origem popular, filho de Sebastião Alves de Brito e Rita Maria da Silva, ambos trabalhadores manuais. Ingressou na Faculdade de Belas Artes em 1959 na qual estudou desenho, pintura e cenografia, além de aproximar-se do Partido Comunista do Brasil (PCB) e de frequentar o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC-UNE) onde militou a partir de 1961, “realizando arte politicamente engajada, agitação e propaganda revolucionária” (CARVALHO, 2012:3) Seu primeiro trabalho no cinema como ator foi no curta-metragem *Pedreira de São Diogo*, dirigido por Leon Hirszman, um dos cinco episódios que compõem o filme *Cinco vezes favela*⁴².

Em 1969 já tinha carreira promissora como ator. Neste ano, acabara de interpretar personagem central da película *Compasso de espera*, da qual também era coprodutor. O filme, barrado pela censura, era abertamente crítico à ideia de democracia racial e tinha como enredo um relacionamento amoroso inter-racial e seus impasses frente à sociedade, exibindo, inclusive, cenas de conflito entre negros e brancos. O longa-metragem foi dirigido por Antunes Filho, que defendeu que sua única obra estabelecia diálogo com os

⁴¹ Jornal Cidade de Santos, 14 de março de 1979.

⁴² Segundo Carvalho (2012), o envolvimento com o CPC proporcionou a Zózimo relacionamento profícuo com os principais diretores do Cinema Novo. Os trabalhos em que Zózimo participou foram *Ganga Zumba*(1965) de Carlos Diegues; *Grande sertão*(1965), de Geraldo e Renato Santos Pereira; *El justiceiro*(1967), de Nelson Pereira dos Santos; *Terra em transe*(1967), de Glauber Rocha; *Garota de Ipanema*(1967), de Leon Hirszman; *O homem nu* (1968), de Roberto Santos; *Proezas do Satanás na terra do leva-e-traz*(1968), de Paulo Gil Soares e *O engano*(1968), de Mário Fiorani; *Le Grabuge*(1968), produção francesa dirigida por Eduardo Luntz.

estudos de Florestan Fernandes sobre o negro na sociedade de classes, rompendo, assim, com estereótipos comuns na filmografia brasileira⁴³. As idas e vindas de Zózimo para que o filme fosse liberado é contada da seguinte forma:

Diziam que no Brasil não tinha preconceito racial. Eu fui enfrentar o negócio para ver até onde ia. 1971, 1972, 1973 eu consegui que o Afonso Arinos assistisse ao filme no Cinema Um, aqui no Rio de Janeiro, numa sessão à meia-noite. Ele e o pessoal do Pasquim. Fiz uma seção privada para eles. Eu disse que o ministro Falcão implicou com o filme, mas o filme já tinha passado pelo SNI, pelo serviço secreto do Exército. Cada vez que a gente ligava para Brasília, para saber onde estava o filme, ele estava numa instância não se sabe onde. Um trabalho que é seu, que você botou dinheiro. Em 1971, 72, 73 eu estava enlouquecendo. Achavam que eu estava mentindo quando dizia que tinha feito um filme. (CARVALHO, 2012).

Zózimo também produziu e dirigiu *Alma no Olho* (1973). O título vem da influência do livro do Pantera Negra Eldridge Cleaver, *Soul on Ice* (1968). No Brasil, esse livro saiu em 1971 com o título de *Alma no Exílio*, leitura obrigatória entre os jovens envolvidos com o movimento negro. O diretor conseguiu fazer o filme com restos de materiais utilizados na filmagem de *Compasso de Espera* (1969) e, assim como na película de Antunes Filho, Zózimo foi chamado a prestar contas aos agentes da censura. Ficou dois dias detido explicando o motivo de ter feito um curta-metragem, em preto e branco, experimental, mudo, cuja narrativa mostrava em linguagem de mímica a experiência negra, da passagem atlântica à liberdade, mediada pelo trabalho forçado na escravidão. Essa última experiência com os agentes de controle da cultura levaram Zózimo a sair do país, já que não tinha mais espaço profissional, tampouco liberdade artística de criação (CARVALHO, 2005).

Se o leitor ainda não ficou convencido com os dois casos apresentados acima, visto que Tarquínio e Zózimo tinham relações com partidos de esquerda, e a suspeita de que o primeiro fosse comunista pesava muito contra o político; e no caso do segundo o envolvimento com o partidão poderia resultar em um conteúdo oculto ou subentendido na produção artística, a exposição da última evidência dessa seção talvez possa trazer mais elementos para compreender a ação do regime militar contra a politização da relações raciais no Brasil, além das tentativas de controle da imagem do país no exterior.

Caso mais emblemático sobre o regime militar e ativismo negro no plano internacional pode ser constatado por meio da polêmica entre Abdias do Nascimento e o Itamaraty. Ativista importante durante o pós-guerra no então Distrito Federal, Abdias

⁴³Ver depoimento coletado por Noel Carvalho (2012)

tinha em sua trajetória e redes de relações políticas e artísticas ações expressivas sobre o problema racial no Brasil, dentre as quais a mobilização de negros populares, bem como a aproximação de intelectuais e artistas afro-brasileiros com o *mainstream da* academia e das artes tanto do Rio de Janeiro como de São Paulo. Criador do Teatro Experimental do Negro, em 1944, além de um dos organizadores da Convenção Nacional do Negro, evento importante no ano de 1950 no que diz respeito à organização e ao debate sobre as relações raciais no país (GUIMARÃES e MACEDO, 2008)⁴⁴. Anos antes de sair do Brasil, em outubro de 1968, com uma bolsa de estudos da *Fairfield Foundation* para entidades culturais negras nos Estados Unidos, Abdias tinha vivido alguns episódios interpretados por ele como sendo conflituosos no contexto do regime militar. Em 1966, participou de evento no centro acadêmico XI de agosto na Faculdade de Direito da USP, nesta ocasião já teria experimentado cerceamento político por parte da direção universitária, a qual proibiu a realização do encontro. O evento aconteceu de forma extraoficial e na ocasião Abdias proferiu conferência sobre o tema da negritude, além de ter se manifestado abertamente contra o Itamaraty, visto que este ministério teria excluído o Teatro Experimental do Negro da delegação enviada para o I Festival Mundial das Artes Negras, em Dakar no Senegal, cujo presidente era Leopold Senghor, um dos pais do movimento de negritude francófona. Tal exclusão foi interpretada pela liderança do TEN como forma de controle do discurso crítico à democracia racial no país (CUSTÓDIO, 2012). A interpretação do ativista parece plausível haja vista que o Brasil, durante o regime militar, estreitou seus laços comerciais com os países africanos e não tinha nenhum interesse de que a imagem da nação da democracia racial fosse rasurada por denúncias de preconceito e de discriminação raciais (SKIDMORE, 1985). Até porque Gilberto Freyre a essa altura já figurava como ‘embaixador’ dos países lusófonos, e propagava a democracia racial brasileira como um modelo civilizatório do *mundo que o portugueses criou* (DAVILA, 2008).

Naquele mesmo ano de 1966, o Itamaraty fazia pronunciamento público nas Nações Unidas defendendo o caráter pacífico e harmonioso das relações raciais no Brasil. O discurso pronunciado por Juracy Magalhães, então Ministro de Estado das Relações Exteriores na sede da ONU, em Nova York, em 22 de setembro de 1966, durante a XXI sessão ordinária da Assembleia Geral, é bem ilustrativo:

No campo dos problemas sociais e das relações humanas, o Brasil orgulha-se de ter sido o primeiro país a assinar a Conversão

⁴⁴ Mais adiante, no capítulo II, haverá análise mais pormenorizada da trajetória de Abdias do Nascimento.

Internacional sobre a iluminação de todas as formas de discriminação racial, aprovada pela última sessão da assembleia geral. Dentro das fronteiras do Brasil, na realidade, tal documento não seria tão necessário, uma vez que o Brasil é há muito tempo um exemplo proeminente, e eu diria até o primeiro, de uma verdadeira democracia racial, onde muitas raças vivem e trabalham juntas, sem medo ou favores, sem ódio ou discriminação. (...) Que o exemplo do Brasil, e a moderação sem esforços, tolerância serena e respeito mútuo em nossas relações raciais sejam seguidos por todas as nações multirraciais⁴⁵. (MRE, 1995: 212-213).

Do histórico das relações internacionais brasileiras com as Nações Unidas, a representação diplomática nacional poderia se orgulhar, já que o país era signatário de todas as convenções e instrumentos internacionais para a eliminação da discriminação e do racismo. Em matéria de civilidade racial, o Brasil tinha muito a oferecer ao mundo e talvez fosse esse um dos pontos chave para compreender como era possível projetar uma imagem de nação democrática em contexto de regime autoritário.

Em contraste ao discurso oficial brasileiro, ativistas e intelectuais negros discutiam os problemas enfrentados pela população negra à luz da tese mais recente sobre as relações raciais, a obra de Florestan Fernandes defendida poucos dias depois da tomada do poder pelos militares em 1964. E quase que como um presságio da história, o ativismo negro emergente do pós-guerra teve na efeméride dos 80 anos da abolição sua última manifestação pública; assim como três décadas antes, o evento do cinquentenário da Lei Áurea – em que estiveram presentes não só os ativistas da FNB, como também intelectuais já consagrados como Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Arthur Ramos, além de Mário Goes, eminente poeta e liderança negra paulista, e Justiniano Costa, político negro e juiz-provedor da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos –, marcou o encerramento do ciclo de mobilização negra, levado à cabo pela Ditadura Vargas⁴⁶. O octogésimo aniversário da abolição foi arquitetado pelos integrantes do Teatro Experimental do Negro, o que veio a se tornar a última de suas atividades relevantes durante o regime autoritário.

Os 80 anos de Abolição reuniam a velha guarda fretenegrina, como José Correia Leite e Paula Assis, e a geração do pós-guerra, com Adias do Nascimento e seu amigo inseparável Rodrigues Alves; numa posição mais indefinida estava o intelectual

⁴⁵ Ministério das relações Exteriores, *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão e Ministério das Relações Exteriores, 1995: 212-213.

⁴⁶ Ver Domingues, 2005.

comunista Edson Carneiro⁴⁷. Na última atividade mais significativa de Abdias no Brasil, antes de seu autoexílio, sua intervenção sobre a situação racial brasileira não poderia ser mais contrastiva às apresentadas pelas autoridades do regime militar. Na efeméride, Abdias esteve na mesa redonda de discussão e apresentou texto, publicado pelos Cadernos Brasileiros. Em seu tom eloquente asseverava:

(...) Estou entre aqueles que afirma que só tivemos uma abolição de fachada: jurídica, teórica, abstrata. Reinteradamente tenho dito e mais uma vez repito: os poderes públicos atiraram os ex-escravos à extinção pela fome, a doença, o desemprego, a miséria mais completa. Não só as classes dirigentes, mas toda a sociedade brasileira, fechou-nos possibilidades de sobrevivência, com oportunidade de vida digna, decente. Criou-se, isto sim, uma teia de slogans sobre igualdade e democracia racial, apresentando nosso país no exterior como modelo de convivência racial, como ainda, internamente, para manter o negro enganado e domesticado” (NASCIMENTO, 1968: 95-96)

Residente nos Estados Unidos desde o final 1968, Abdias do Nascimento foi se construindo como artista plástico, além de ativista, aos poucos passou a conhecer lideranças negras e professores de importantes universidades americanas, que tinham envolvimento com a luta pelos direitos civis. Ele também esteve em redutos das contestações dos Panteras Negras, onde conheceu Bob Seattle⁴⁸. Mas seu envolvimento mais importante foi com as redes pan-africanas que lhe garantiu circulação internacional, através da qual pôde apresentar discursos críticos às relações raciais brasileiras. Em viagem para Lagos, capital da Nigéria, onde apresentaria uma tese sobre as relações raciais no Brasil, Abdias do Nascimento teve seu trabalho barrado pelo congresso e viveu conflito com representantes da embaixada brasileira. Geraldo de Heráclito Lima, Embaixador do Brasil, escreveu contra a participação de Abdias do Nascimento que pleiteava sua inscrição no Festival de Artes Negras, o FESTAC em 77, afirmando:

O Sr. Nascimento deixou o país por sua própria vontade para propagar absurdas teorias as quais só tem onde a intolerância racial é um assunto de preocupação(...)

Mais a frente disse:

Finalmente a embaixada brasileira está confiante que nenhum nigeriano será enganado, desde que o Brasil é conhecido em todo o mundo e transcrito por milhares de cientistas políticos e sociais como país capaz de edificar uma civilização multirracial (...)
(NASCIMENTO, 2002: 291).

⁴⁷ Em Gustavo Rossi (2011) encontra-se excelente análise da trajetória de Edson Carneiro e suas relações com a questão racial e o partido comunista.

⁴⁸ Depoimento para o livro *Memórias do Exílio 1964 ?* (1978).

Durante o regime militar, a presença e inserção de Abdias foi fundamental para o questionamento da imagem oficial do governo. Até o processo de abertura política, ele era o único ativista brasileiro a manter esse posicionamento na esfera internacional. Isso também pôde ser notado no I Encontro de Cultura Negra das Américas, ocasião que um grupo de ativistas e intelectuais negros, tais como Eduardo de Oliveira e Oliveira e Clóvis Moura tentaram sem sucesso participar do encontro em Cali, Colômbia⁴⁹. Novamente, a participação de Abdias do Nascimento foi importante para a visibilidade da questão racial brasileira entre os países latino-americanos e caribenhos, além dos EUA. Sua circulação no mundo e em diversos congressos aconteceu porque era professor em universidade dos EUA, e por este país conseguiu um documento da imigração com o qual pode viajar para os congressos negros em diferentes partes do globo, já que o passaporte de Nascimento foi retido de 1975 a 1978 pela embaixada brasileira (Nascimento; Semog, 2006).

Assim, os três casos, do parlamentar, do artista e do ativista, devem ser tomados como evidências da maneira pela qual a questão racial foi tratada durante o regime militar e que impactos esse tratamento teve sobre o debate público sobre o tema. É necessário notar, contudo, que a postura do regime militar no que toca à questão racial não pode ser vista de maneira unívoca. É preciso ter em vista tanto a democracia racial como mito e ideologia do estado nacional, como as diversas tentativas do regime em dar coerência a esse fundamento da nação. Evidência flagrante disso é que a diplomacia brasileira esteve nas duas conferências mundiais contra o racismo, ocorridas em Genebra em 1978 e 1983 e em ambas votou a favor das resoluções antirracismo e *antiapartheid* (Brandão, 2001). Por sua vez, em seus diversos relatórios apresentados à ONU negou completamente a existência de discriminação, desigualdade ou mesmo preconceito racial (ALBUQUERQUE e SILVA, 2011). Havia um elemento adicional que inflava ainda mais o sentimento nacional de “tolerância e boa convivência entre as raças”, o Brasil trouxera para casa o tricampeonato mundial na Copa de 1970 e, mais do que nunca, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, figurava no país como rei. Éramos, enfim, a nação da democracia racial sob o rigoroso controle do autoritarismo de estado.

⁴⁹ O relato da jornalista Mirna Grzich, em *Versus*, é esclarecedor, quando à ausência da delegação brasileira, ao mesmo tempo, que ratifica a posição internacional de Abdias do Nascimento. A lista dos brasileiros que conseguiram participar é a seguinte: Mirna Grzich, Serna Olivia Avellar, Abdias do Nascimento, Raul Lody e Sebastião Rodrigues Alves. Ver documento I Congresso de La cultura Negra de Las Americas.

1.3 A formação do movimento negro e as esquerdas políticas

Durante os anos de chumbo, a questão racial, em sua linguagem crítica, era debatida no interior de círculos políticos negros e em certas redes clandestinas de oposição ao regime até chegar à cena pública, na manifestação já histórica de 8 de julho de 1978, ocorrida num contexto de maior abertura política do Estado e de reinício dos protestos estudantis e sindicais naqueles finais da década de 1970. Mas para contar esse percurso, é preciso explicar como foi gestado esse movimento social em redes submersas (MELUCCI,2004).

O enfrentamento da ditadura militar no Brasil do pós luta armada levou a formação de frentes amplas de combate ao regime. Sob o mesmo guarda-chuva democrático, abrigaram-se muitas correntes partidárias extremistas e moderadas, bem como várias tendências políticas que não necessariamente ganhavam forma de partidos e nem professavam cartilhas internacionalistas em defesa da luta de classes. As correntes políticas de esquerda derrotadas na luta armada tentavam, cada uma a seu modo, organizar, politizar e até mesmo conduzir o protesto social, avaliando as condições objetivas dos levantes que agitavam os grandes centros urbanos e industriais brasileiros. Mobilizações estas impulsionadas pela ausência de um poder público eficiente para gerir políticas públicas, fundamentais para o ordenamento das cidades, que ainda recebiam fluxos migratórios. Em resposta a esse quadro de carência de direitos sociais, surgiam e proliferavam lutas por moradia, creches, saneamento básico, saúde, dentre outras mobilizações, lidas e interpretadas pela academia como sendo a emergência dos movimentos sociais urbanos (KOWARICK, 1987; CARDOSO, 1987; CARDOSO, 1992; SABER, 1995).

Ao mesmo tempo em que as lutas urbanas por melhorias nas condições de vida cresciam, outras fontes de protestos, com bases sociais nas classes médias, também ganhavam peso (BOSCHI, 1987). A organização das feministas, que absorviam ideias libertárias europeias e norte-americanas (CRUZ, 1982; SARTI, 2004), apresentava suas exigências de equidade de gênero no mercado de trabalho, na vida política, na educação, como também defendiam autonomia do seu corpo, opondo-se à forma como foram apresentadas e conduzidas as recomendações internacionais de controle de populações mundiais, especialmente àquelas dirigidas aos países então denominados de terceiro-mundo⁵⁰. Opuseram-se, em âmbito nacional, às políticas de controle de natalidade, o que

⁵⁰ CARNEIRO, SANTOS, COSTA (1985). A mulher negra /Política governamental e a mulher, São Paulo:

afetava particularmente as camadas populares e, por conseguinte, mulheres pardas e pretas⁵¹. O movimento foi aos poucos engrossado pelas mulheres de classes populares e do movimento negro, o que levou a constituição de demandas por políticas públicas que favoreciam a liberação feminina de estratos baixos para o mercado de trabalho formal. Isso sem contar uma das principais bandeiras do feminismo, cuja reivindicação poderia ser classificada como de matiz cultural: a da crítica dos costumes, com forte objeção às formas patriarcais vigentes nas práticas sociais e ordenamento jurídico do país.

No bojo da luta por liberação sexual, engendrada pelas feministas, e em repúdio aos discursos e hostilizações homofóbicas fortemente presentes nos grupos sociais denominados progressistas e de vanguarda na política nacional, surgem também as primeiras iniciativas gays, à época, nomeadas homossexuais, realizando a sua própria leitura dos costumes brasileiros e exigindo novas condutas políticas, morais e éticas no que toca ao tratamento de pessoas que se interessavam por indivíduos do mesmo sexo (GREEN, 2000). Em princípio, era o surgimento de sujeitos políticos, bastante intelectualizados, opondo-se às práticas discriminatórias e preconceituosas que vigiam nos círculos políticos mais politizados. Era então a emergência de um movimento de afirmação identitária, cuja expressão mais emblemática, no processo de abertura política, foi a construção do jornal “Lampião de Esquina”, em circulação entre os anos de 1979 e 1981⁵².

No seio dessa sociedade que gestava identidades políticas expressivas, os negros organizados eram mais um dos agentes políticos a emergir na cena pública. Herdeiros de uma longa tradição política de mobilização coletiva⁵³, a militância negra, que foi ganhando pouco a pouco forças ao longo da década de 1970, valeu-se de uma ampla rede de organizações já estruturadas, a exemplos dos tradicionais clubes recreativos e associações socioculturais (MOURA, 1981; SILVA, 2004; GIACOMINI, 2006). Ademais, eles foram criadores de novas iniciativas, formas de protestos e associações políticas, espaços de aglutinação e formação de outra geração de ativistas.

Nobel.

⁵¹ Documento de Itapeverica da Serra, 1993.

⁵² Acervo Digital do Centro de Documentação Professor Luis Mott: www.grupodignidade.org.br

⁵³ Refiro-me ao movimento negro emergente no início do século XX, que teve na imprensa negra (BASTIDE, 1973) um dos seus principais veículos de expressão; mas também uma gama ampla de ativistas, jornalistas e intelectuais negros, além de importantes organizações políticas, como a Frente Negra Brasileira (FERNANDES, 1964; DOMINGUES, 2005). Ademais, o pós-guerra também viu a emergência de um segundo ciclo de mobilização negra, marcada, sobretudo, pelas lideranças de Abdias do Nascimento e a constituição do Teatro Experimental do Negro (LARKIN e NASCIMENTO, 2000; MACEDO, 2005; GUIMARÃES e MACEDO, 2008) e também pela mobilização no Sul do País, liderada pela União dos Homens de Cor (SILVA, 2005).

A geração que assumiu a responsabilidade de liderar o movimento social negro nasceu a partir do segundo pós-guerra, originou-se de camadas sociais populares e, em menor proporção, de estratos médios urbanos. Da família, essa geração não herdou nenhum capital político, ou seja, em suas redes familiares mais próximas não havia orientação para o envolvimento político, seja em associações, movimentos sociais ou partidos políticos. Contudo, apesar de seus pais possuírem pouca ou nenhuma instrução formal, acreditavam que a educação era uma via possível para gerar a mobilidade social de sua prole, por isso apostaram na escolarização de seus filhos ainda que estes, eventualmente, precisassem trabalhar para ajudar no sustento familiar⁵⁴.

A migração para as capitais, e principalmente para os centros urbanos mais industrializados do sudeste, foi uma experiência comum vivenciada por esses indivíduos na sua infância ou adolescência, posto que vieram com suas famílias em direção a cidades como São Paulo e Rio de Janeiro em busca de melhores chances e oportunidades de vida, em particular no mercado de trabalho. Nesse período, como salienta Gorender, “o Brasil passou por intenso crescimento de sua economia e a sociedade brasileira sofreu mudanças significativas. Em particular, aumentou a classe operária industrial, surgindo núcleos concentrados, sobretudo em São Paulo, e se expandiram novas camadas de uma inquietante classe média⁵⁵”.

Esses indivíduos negros frequentaram escolas mantidas pelo estado durante a segunda república e seu ingresso no ensino superior coincidiu com a chegada dos militares ao poder e o enrijecimento do regime ditatorial, com atos institucionais proibitivos das liberdades civis e políticas. Em sua maioria, os jovens que se tornaram lideranças no movimento negro da geração 1970 frequentaram estabelecimentos públicos de terceiro grau, a exemplo das universidades federais e estaduais, mas houve também alguns deles que cursaram, com bolsas de estudos, algumas instituições particulares e ou filantrópicas, como a Pontifícia Universidade Católica⁵⁶.

O ingresso e a permanência nas universidades brasileiras durante o período mais rigoroso da ditadura militar foi um determinante estrutural na trajetória desses indivíduos. Espaços de resistência política, essas instituições de ensino abrigavam grupos organizados e tornava-se espaço privilegiado para o recrutamento de jovens ativistas. Foi assim que a juventude negra que ingressava nos estabelecimentos de ensino superior viu-

⁵⁴ Depoimentos coletados nas pesquisas de Contins (2005); Alberti e Pereira (2007).

⁵⁵ Ver o prefácio de Gorender ao livro de Ridenti, 2010: 14.

⁵⁶ Rufino (1985) sugere relação entre ingresso nas universidades e engajamento político para a compreensão das trajetórias dos ativistas negros da década de 1970.

se confrontada com as mobilizações estudantis e engajamentos políticos antitadura, correntes e formações partidárias clandestinas, inspiradas pelo ideário da esquerda política.

Ao mesmo tempo em que se aproximava ou até mesmo se filiava a estas correntes clandestinas, essa juventude militante frequentava os espaços de sociabilidades negros, como bailes black, escolas de samba, sarais literários, círculos artísticos e pequenas reuniões sociais mais ligadas à constituição de uma mobilização com pretensões contestadoras do racismo brasileiro. Nesses espaços, os jovens tinham a oportunidade de socializar leituras de importantes estudiosos sobre a questão racial no Brasil, a exemplo de Roger Bastide e Florestan Fernandes, mas também tinham a oportunidade de conhecer e debater autores protagonistas de lutas de outros contextos nacionais, como ativistas e intelectuais norte-americanos engajados na luta pelos direitos civis e do movimento Black Power. Nesses mesmos círculos, faziam a recepção da poesia negra revolucionária das nações em processo descolonização, bem como as teorias de libertação inspiradas no marxismo ou mesmo grandes intérpretes da descolonização, como o caso de escritor francófono Frantz Fanon.

No entroncamento dessa militância política, os jovens que idealizaram e articularam a gênese do movimento negro contemporâneo apresentam suas aspirações, propostas e idealismo político tanto em seus escritos como em suas ações. A tensão entre ser ou não ser um movimento social autônomo, ou ainda ser ou não ser um partido político, foi apenas duas dentre tantas polêmicas que agitaram os corações e mentes das lideranças políticas pardas e pretas organizadoras do ativismo político daquela década. Fato era que, a despeito da autonomia tão proclamada e exigida pelos ativistas de quase todos os movimentos sociais, eles estabeleceram relações com os antigos políticos, os novos personagens que ganhavam forças na abertura política, com as formas clandestinas de organização partidária e com os partidos novíssimos em vias de construção.

Sob o véu da autonomia, entretanto, muitas articulações políticas foram feitas, com o intuito de que as demandas então defendidas por esses movimentos fossem legitimamente apresentadas nas arenas políticas democráticas que se pretendiam construir na esfera do Estado. Por se exigir uma democracia representativa com participação dos setores da sociedade, os movimentos sociais, muitos dos quais tendo no seu próprio nascedouro elementos ligados a partidos políticos, passaram a atuar em duas direções simultaneamente: de um lado, tentavam manter a autonomia dos espaços e fóruns decisórios dos movimentos no âmbito da sociedade civil; de outro, buscavam influenciar

direta e ativamente as esferas partidárias nascentes, e, por isso, ainda frouxas e mais ou menos permeáveis a anseios por direitos que se aglutinaram no processo político pela abertura democrática. Isso se dava em partes por motivos internos e externos aos movimentos sociais. Os ativistas que atuavam em mobilizações coletivas não partidárias eventualmente frequentavam ou tinham afiliação política com segmentos de partidos clandestinos. De uma perspectiva externa a dinâmica na sociedade civil emergente, caracterizada por forte clamor democrático, exigia formas representativas de organização. Por conta disso, o fortalecimento dos partidos torna-se uma exigência imperiosa. Fato foi que, no contexto de abertura democrática, os partidos políticos e movimentos sociais foram duas formas de ação coletiva que se retroalimentavam. O primeiro sob o signo da representação política; o último tornou-se paladino da participação. O movimento negro não fugiu a essa regra.

Uma das singularidades do ciclo de mobilização dos negros que emergiu nos finais dos anos setenta foi a presença marcante das esquerdas políticas (HANCHARD, 2001). Nesse sentido, não seria de todo incorreto afirmar que o surgimento do movimento negro contemporâneo recebeu fortes influências das esquerdas, gestadas durante o período do regime militar brasileiro. A bem dizer, foi dentro do movimento da Convergência Socialista⁵⁷ que surgiu um fio condutor da luta contra o racismo, que mais tarde veio a constituir um dos segmentos mais influentes do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), marco fundamental para a luta política contra as discriminações e desigualdades raciais.

Com efeito, em sua gênese, frações expressivas do movimento negro contemporâneo formaram-se na “frente de esquerda” que fazia oposição à ditadura durante os anos 1970 e início dos 1980. Nas trajetórias de vida, nos relatos e nas páginas de jornal encontramos marcas significativas do tenso debate político desses tempos incertos, tingido pela retórica de classe e pela crítica negra dissonante. Nesses registros históricos, somam-se evidências da constituição de uma identidade coletiva negra em confronto com o constructo simbólico e político da esquerda no Brasil, além de suas alianças políticas.

Tendo isso em vista, selecionei um jornal central para compreender as relações entre ativistas negros e a esquerda socialista. O *tabloide Versus*, empreendimento

⁵⁷A Convergência Socialista foi uma das correntes políticas que formou o PT. No início da década de 90, parte dessa corrente veio a formar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, o PSTU, mas algumas lideranças negras mais influentes continuaram no PT.

jornalístico de esquerda que abrigou um segmento negro significativo que desaguou no ato inaugural de 1978⁵⁸. O impresso abrigava várias tendências, muitas das quais estiveram nos primórdios do partido dos trabalhadores, em 1980, e um pouco antes no MUCDR. A escolha do jornal se justifica também porque, a despeito das alianças político-partidárias, muitos intelectuais e jornalistas tiveram a oportunidade de expor suas ideias e insatisfações contra a imagem da democracia racial nutrida pelo regime militar. Ali se agregavam simultaneamente as esferas política e cultural, esta última com o papel imprescindível dos jornalistas e chargistas, além dos intelectuais sediados na academia ou dos exilados políticos, que ganhavam aos poucos destaque no periódico. A política, entretanto, era a esfera que colonizava a cultura. Sendo assim, a dimensão cultural se espelhava quase sempre como metáfora para a *politique*.

Nessa relação sublinho não apenas a influência dos grupos de esquerda no discurso negro, mas pretendo evidenciar também o conflito político entre esses agentes nas diversas tentativas de construção de uma luta conjunta, sendo essa possibilidade muitas vezes frustrada devido à baixa permeabilidade dessas correntes partidárias em absorver demandas de caráter não-classista. Nessa tensão, o ativismo negro oferecia a possibilidade de um enraizamento nas questões próprias do país, dando uma feição nacional para a ação política. Sublinho, ademais, que esse envolvimento entre militantes de esquerda e ativistas negros possibilitou articulação das noções de *classe* e de *raça* emergentes no discurso político desse período. Longe de ser dominante na esquerda nacional, esse binômio permitiu alguma abertura para alianças e negociações com setores socialistas, universitários, intelectuais e alguns partidos no processo de abertura política. Foi em *Versus*, objeto central desta análise, que os ativistas conquistaram uma coluna especial para tratar dos temas relativos à questão racial no Brasil e em outros países da América e da África⁵⁹.

Do ponto de vista da conjuntura política, o jornal nasce num tempo em que a esquerda revolucionária já tinha sido derrotada na luta armada (RIDENTI, 2010) – boa

⁵⁸ Outro jornal ligado à organização de esquerda clandestina que apresentou debates sobre as questões raciais foi o *Em Tempo*. Entretanto, como pode ser visto no Anexo III, não possuíam uma seção permanente como a Afro-Latino-América, sua existência foi curta e os temas debatidos muitas das vezes tinham inspiração ou eram recortes (cópias) de matérias publicadas pelo jornal *Versus*. Em tempo foi periódico de frente de esquerda, sob a articulação da corrente marxista Democracia Socialista, que veio a se integrar ao PT (ANGELO, 2008).

⁵⁹ O jornal *Versus* foi consultado em dois acervos: no Centro Cultural Banco do Brasil, sediado na Rua Presidente Vargas, Rio de Janeiro; e na Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. No primeiro, os números dos jornais se encontram em melhores condições de preservação, além de possuir a sequência de todas as edições.

parte de seus militantes estava fora do Brasil, em exílio - e o regime militar prometia um governo de distensão, em meio a censuras prévias, realizadas nas redações da pequena e da grande imprensa. Nessa redefinição das estratégias dos atores políticos em litígio, *Versus* trouxe, em sua primeira proposta, a crítica cultural como metáfora do político. Com o passar do tempo, entretanto, o impresso inverte definitivamente seu objetivo, afirmando a política como o centro do seu projeto editorial. Na transição entre um polo e outro, a temática negra ganha as páginas do *tabloide*, constituindo-se num espaço de formação de uma identidade coletiva em aliança tensa com o movimento de esquerda socialista.

1.4 Versus: da Cultura à Política

O jornal *Versus* deu pouca atenção às relações raciais brasileiras durante quase dois anos de sua publicação. Isso não significou que ideias, informações e notícias sobre os negros e, principalmente, africanos estivessem completamente ausentes desse periódico em sua primeira fase. Concebido inicialmente como um “Jornal bimestral de reportagem, ideias e cultura”, o *tabloide* que veio a lume em outubro de 1975 via na cultura uma forma de “ação política”. É nesse sentido que seu idealizador, o gaúcho Marcos Faerman (1943-1999), moveu um instigante empreendimento em termos de jornalismo literário, opondo-se frontalmente ao modelo de *lead* ou *lide*⁶⁰ da grande mídia paulista (ARAÚJO, 2001). Interessado num jornalismo alternativo, Faerman voltou seus investimentos para a pequena imprensa, ou nanica.

⁶⁰ Na definição do Manual de Redação e Estilo do Estado de São Paulo, *Leads* é o nome dado para o parágrafo sintético de abertura de uma matéria. Neste espaço, o jornalista deve responder “às questões fundamentais do jornalismo: quem, quando, onde e por quê” (2006, p.154). *Lide* tornou-se, assim, a moldura sobre a qual todo jornalista profissional deveria apresentar uma notícia.



Marcos Faerman (1943-1999) – Fonte: FILHO. *Versus: Páginas da Utopia*.

Marcão, como era conhecido pelos amigos de profissão, tinha uma carreira jornalística promissora quando editou *Versus* pela primeira vez. Em Porto Alegre, trabalhara no jornal Última Hora (atual Zero Hora), tendo o já famoso escritor José Veríssimo como seu editor-chefe. Quando Faerman chegou a São Paulo, no ano de 1968, se estabeleceu no Jornal da Tarde (JT), um diário matutino pertencente ao grupo Estado de São Paulo⁶¹. Sem abandonar seu emprego no JT, ele passou a frequentar a redação de jornais alternativos paulistas – como *Bondinho*, *EX*, *Mais um* – no início do ano de 1970. Com um currículo bem formado tanto na grande como na pequena mídia impressa, o jornalista fundou o *Versus*, carregando consigo essa experiência e ao mesmo tempo imprimindo uma marca. Da grande mídia, rejeitou a produção burocrática, padronizada e factual. Dos demais jornais nanicos, afastou-se da política puramente ideológica e insistiu

⁶¹ Marcos Faerman estudou no tradicional Colégio Júlio de Castilhos, onde atuava na militância estudantil secundarista. No antigo segundo grau estava envolvido com jornal da escola. Durante a campanha de Brizola contra o Golpe Militar, Faerman era um dos jovens agitadores que distribuía panfletos nos bondes da cidade. À época do golpe, ele era militante do PC, no qual havia ingressado ainda na adolescência. Quando chega a São Paulo, o jovem jornalista já estava atuando numa dissidência do Partido Comunista, de tendência leninista. Sua corrente, que dizia não defender o pacifismo nem a colaboração de classe, aproximou-se da Polop, gerando uma nova sigla, o Partido Operário Comunista (POC). Foi nesta condição que o jornalista gaúcho chegou ao J.T: “E em 1968 fui eleito para a direção nacional do POC e enviado para São Paulo onde entrei no Jornal da Tarde”, afirma ele. (FAERMAN *apud* KUCINSKI, 1991, p. 192).

na qualidade estética, tanto assim que “em *Versus*, a arte não subsidiava o discurso político, era a matriz de toda a linguagem” (KUCINSKI, 1991 p.194).

O jornal foi editado pela *Versus* LTDA, na Rua Alves Guimarães, localizada no bairro de Pinheiros, em São Paulo. Sua concepção gestou-se nas dependências da casa de Marcos Faerman e contou com a participação de Moacir Amâncio (que saiu do *Ex* junto com ele); Vitor Vieira (cunhado de Faerman) e seu conterrâneo, Omar de Barros Filho, o matico. Posteriormente, juntou-se a eles Caco Barcelos, um dos fundadores da COOJORNAL, cooperativa de jornalistas de Porto Alegre. Assim, a proposta de *Versus* tinha forte influência da produção jornalística do Rio Grande do Sul, já que a rede social gaúcha era densa no que diz respeito ao recrutamento dos jornalistas. Por outro lado, a chegada dos paulistas na redação do impresso foi marcante, sobretudo no que diz respeito aos recém-formados ou estudantes de jornalismo residentes na cidade da garoa.

Na sua terceira edição, o *tabloide* divulgou que suas informações internacionais vinham da revista argentina *Crisis*, com a qual Faerman tinha fortes relações (inclusive familiares), e do jornal *Alternativa*, de Bogotá⁶². Nos primeiros cinco números, encontramos colaboradores em diferentes estados do Brasil, tais como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Brasília, Amazonas, Minas Gerais, Espírito Santo. Além disso, *Versus* tinha correspondentes em alguns países europeus, e ainda repórteres que viajavam para países latino-americanos e africanos. No total, o impresso contabilizou 33 números mais 3 edições especiais, começando com 12 mil exemplares até atingir a marca de 30.000, em sua fase áurea.

As diferenças em relação aos outros jornais nanicos não chegavam a gerar rivalidades; ao contrário, o jornal de Faerman manteve fortes vínculos com os demais empreendimentos alternativos. Ele tinha bastante afinidade com o *Pasquim*, semanário carioca também divulgado assiduamente e tendo o cartunista Angeli fazendo suas charges debochadas. *Versus* era uma referência rica para um público intelectualizado e afeito às ideias de esquerda, nele o leitor tinha a oportunidade de conhecer diversos jornais estudantis e revistas de letras da capital, interior paulista e de diferentes partes do país. Outros jornais nanicos também compareciam no espaço publicitário. Dentre eles, figura o *Movimento*⁶³, com seu reclame “Leia Movimento” ou “Assine Movimento”, e, da mesma forma, o *Opinião* e o *Lampião*. *Tabloides* feministas, como o *Nós mulheres*, não perdiam a oportunidade de dar visibilidade a sua luta política. Ao jornal paulistano não faltavam

⁶² Jornal *Versus*, n.3, 1976, p.2.

propagandas de instituições educacionais, espaços de sociabilidade estudantil e intelectual de São Paulo. Café Paris e a Livraria Avanço, situados no Butantã, e o colégio Equipe são marcas cativas no periódico. Não se trata apenas de bons indicadores de rede de afinidade política e de fontes de financiamento, o *marketing* em questão informa principalmente o enraizamento social, a rede intelectual e ideológica dos grupos dispostos a legitimar esse tipo de proposta jornalística⁶⁴.

Apresentando-se como um impresso diferente da mídia empresarial e dos alternativos, o jornal foi inaugurado com reportagens longas sobre a Argentina, mais precisamente sobre Buenos Aires, divulgando jornalistas, escritores, poetas e tantos homens e mulheres comuns amedrontados com as ameaças da polícia política, que mudavam a paisagem urbana da cidade, imprimindo cores sombrias nos dias e noites da capital do país vizinho. Páginas e páginas de relatos, conversas, cartas e fragmentos de diários pessoais expunham cenas e *flashes* da experiência da ditadura em diferentes partes dos Estados latino-americanos, como Peru, Chile e Paraguai. Tratava-se da principal estratégia pretendida pelo *tabloide* para ganhar o público (intelectual, classe média, universitário) apresentando um jornalismo literário.

O jornal, embora editado no Brasil, optou inicialmente por relatar depoimentos de jornalistas e intelectuais de países vizinhos. A opção era adequada naquele momento, porque os relatos e as imagens funcionavam como metáforas para pensar a própria realidade brasileira. E ainda, com isso, fugia-se a um fator adicional: a censura contra a imprensa estava acirrada. Naquele mesmo outubro em que *Versus* chegou às bancas, o jornalista Wladimir Herzog fora morto. O caso se tornaria emblemático da situação brasileira devido ao confronto das explicações dos militares e as pressões jornalísticas que desmentiam os laudos oficiais sobre a morte de Herzog. As razões políticas disparadas à queima roupa serviram como estopim para a formação do novo jornal, mas também o obrigaram a ter uma feição singular: a cultura como expressão simbólica do político.

É provável que por cultura entendessem um tipo de reportagem não factual. As matérias divulgadas presavam por maior profundidade investigativa, valendo-se, sobretudo, de reflexões filosóficas, históricas e sociológicas, não ficando restrito à narração e descrição dos fatos. Ademais as notícias eram longas e com forte marcação

⁶⁴ Destaca-se que *Versus* foi responsável por abrigar e formar muitos charginistas jovens, como Luis Gê, Alcy, Jayme Leão, Chico Caruso, Angeli e Jota, que vieram a se destacar na mídia nacional na década seguinte.

literária, como no caso de publicação de cartas e diários de escritores e intelectuais engajados na oposição política aos regimes de ditadura. O termo cultura também foi empregado para contemplar a divulgação e circulação de ideias e textos de importantes escritores latino-americanos como Júlio Cortázar, Gabriel Garcia Marques, Octavio Paz e Pablo Neruda. Também não faltavam reportagens, cartas, entrevistas e textos diversos sobre modernistas como Drummond, Oswald de Andrade, Mário de Andrade ou Lasar Segall e Di Cavalcanti. Houve ainda não raras entrevistas e escritos de Ferreira Gullar e João Antônio, este último escrevia com certa regularidade no jornal. Vinha do existencialismo e do engajamento anticolonial de Jean Paul Sartre a inspiração filosófica e política daqueles jornalistas, em particular o próprio editor-chefe de *Versus* se dizia influenciado pelo intelectual francês.

No terreno movediço entre cultura e política, *Versus* apresentava, dissolvida nas suas imagens e textos, uma preocupação com a América Latina, em particular com os países que viviam, assim como o Brasil, regimes ditatoriais. Foi nesse sentido que os diversos analistas desse jornal flagraram um projeto de construção identitária tomando essa região como fonte para a construção de um “nós” continental (KUCINSKI, 1991; ARAUJO, 2000; ARAUJO, 2001). Em oposição à identidade latino-americana, flagrava-se a recusa absoluta aos EUA, devido ao forte sentimento anti-imperialista presente nos debates e no pensamento de esquerda desse período⁶⁵. Numa charge de Jota, o humor se recolhe para dar voz panfletária ao personagem: “(...) lançamos aqui nosso repúdio às tentativas americanas de intrometer-se em nossos assuntos.” (*Versus*, n. 9: 23)

As lutas por libertação política vividas no presente, somadas ao histórico de opressão das camadas pobres dos países latino-americanos (a exemplo dos mineiros bolivianos, trabalhadores brasileiros da borracha) figuravam no jornal como faíscas a aquecer uma identidade transnacional⁶⁶. Neste imaginário sobre o povo latino-americano,

⁶⁵ Digno de nota é a entrevista “Diplomacia e imperialismo: um debate de *Versus*”, conversa entre Rui Veiga, Carlos Martins, Francisco de Oliveira e Octavio Ianni, em que este último declara “Eu concordo com o Carlos e com o Francisco de Oliveira quando eles afirmam que na América Latina os Estados Unidos ainda usam a política da guerra fria. E mais ainda: devemos acrescentar que eles manipulam muito bem a histeria anti-socialista existente entre alguns setores de poder nos países latino-americanos” (*Versus*, n. 9, p. 23).

⁶⁶ As reportagens de Marcos Fearman afirmam essa predileção por evocar o índio como o elemento genuinamente americano. Isso fica bem marcado na terceira edição do jornal em que o referido jornalista escreve o texto literário “Tupac Amaraku: vida e morte do filho do sol”, onde encontramos a denúncia da escravidão indígena, seu reconhecimento como ancestral e a valorização de seus saberes. Neste texto existem várias ilustrações do suplício indígena (acorrentamentos, chibatadas, pelourinho etc.) (*VS*, n.3, p. 3-5). Nessa busca incansável de identidade, digno de nota é a reportagem “Nas margens do Piraquê-Açu”, um encontro de dois caciques que foi gravado por *Versus*. Aqui o tema da situação atual dos indígenas ganha centralidade, assim como a crítica a instituições como a FUNAI.

o negro não ganhou feição própria. Foi o indígena o elemento ancestral e constitutivo da imagem mestiça da América Latina. Isso já pareceu estabelecido na quantidade de matérias sobre os povos indígenas e apresentou-se na imagem da primeira capa, que evoca a ascendência indígena de um escritor peruano.



Edição do número 1 de *Versus*, outubro de 1975 – Fonte: Acervo da ECA/USP

Na carta aos leitores, escrita quando o jornal já tinha completado um ano, encontramos o foco das preocupações do editor-chefe de *Versus*, bem como sua ênfase em ressaltar a identidade indígena como o elemento ancestral do continente. No exercício de exaltação da história americana, emergem personalidades históricas de processos emancipatórios dos países latino-americanos como José Martí, San Martín, Simon Bolívar. Nessa construção, Tupac Amaraku, símbolo da resistência à dominação espanhola, ganha centralidade nas narrativas escritas por Faerman. Interessante notar que nenhuma rebelião escrava ou líder negro aparece no repertório discursivo do jornalista. O negro, por sua vez, teria a sua memória resgatada quando se revelasse os processos atuais de descolonização da “Mãe África”. Assim, Faerman esclareceu a intensão original de *Versus*:

(...)II

Acontece que um grupo de jornalistas e intelectuais concluiu que era necessária uma publicação voltada para o presente, o passado e o futuro de nosso continente. Conhecemos muito pouco de nossa imagem real. Desde os tempos coloniais, recusamos nosso ser continental. Isto era conveniente para o dominador de plantão.

III

Não é só isto. Os senhores coloniais aqui chegaram com espada e balança na mão. Deles era o poder. Deles era a justiça, também era o olhar. Cristovão Colombo é o primeiro a revelar em sua correspondência com que olhar se situava o europeu diante do americano: ele faz o balanço sumário de nossas riquezas, escraviza nossos índios, e entra para nossa << História >> como um grande herói.

IV

Paralela com a ocupação militar, começa a destruição das culturas nativas. Incas, Maias e Astecas e a sua (nossa) memória destruída milimetricamente. Destruir a cultura de um povo é destruir sua moral e sua vontade de liberdade. Todas as culturas índias são espezinhadas. Os índios são escravizados. As escravidões vão se suceder, pelos tempos.

V

Estas são algumas das inquietações de *Versus*. Não o trabalho de escrever na pirâmide dos tempos, mas o de procurar o fogo que há em toda a cinza. O fogo, isto é, a vida. Buscar o arquétipo de nossa identidade. Onde está a nossa América? Na flauta de nossos índios? Nas ruínas dos sete povos das missões? Na pele de um emigrante nordestino? No medo de um fuzilamento em Buenos Aires? Nos escritos de José Martí? No testamento de Padre Burnier? Em Zapata, em San Martín. Bolívar? Nos quadrinhos de Jô de Oliveria? Na voz de Noel Guarany?

Nossos repórteres percorreram nestes primeiros números a Argentina, o Chile, o Peru, a Bolívia, a Guatemala, o México. Nossos textos fluíram por quatro séculos e meio. Nossos escritos viajaram pelo Brasil, do Rio Grande do Sul à Amazônia. Quantos universos contém nossa terra? E, para nós, escreveram muitas culturas, de Eduardo Galeno, Murilo de Carvalho, Erico Veríssimo, Julio Cortázar, até o índio Daniel Cabixi.

VII

Também estamos atentos à África, uma das mães de nosso povo. África de hoje, África de ontem. O olhar colonialista transformou o negro oprimido numa besta. Mas quem era a besta? Quem era a fera do apocalipse solta nos ventos? Quem destruiu as culturas africanas? Esta é outra memória que nos importa e que nós estamos ajudando a sair das entranhas em que foi soterrada.” (*Versus*, n. 7, contra capa, p. 2).

O indígena, representante das culturas nativas do continente, seria a grande fonte unificadora das Américas. Ademais, os heróis evocador por Marcos Faerman afirmam essa ancestralidade ancorada nas raízes guerreiras dos povos pré-colombianos e os grupos nativos resistentes à chegada dos colonizadores ibéricos. Excluído da imagem de um “nós” mestiço latino-americano, o negro teve representação como sujeito dos processos emancipatórios do continente africano. É nesse sentido que a discussão racial adentra as páginas de *Versus*: as lentes do jornal se voltavam para as lutas pela descolonização dos países da África Negra, focalizando os emergentes estados lusófonos.

Desse modo, nas linhas dos jornalistas de *Versus* não faltam críticas às potências colonizadoras e suas guerras imperialistas para explorar tanto a mão de obra humana

como as riquezas naturais de países como Angola e Moçambique ou Guiné Bissau. Com tintas carregadas de denúncia e sentimento de injustiça, jornalistas como Vilma Gryzinki – em *450 anos de Genocídio*” (VS, n.1, p. 49-50) – apresentam ao público a literatura do movimento popular para a libertação de Angola (MPLA), e com ela o poeta Agostinho Neto⁶⁷. Embora as relações raciais sejam problematizadas pela jornalista, o tema da descolonização não fazia relação direta com situação do negros na sociedade brasileira.

Das reportagens e notícias propagadas por *Versus* sobre a África, a arte e a guerra ganhavam uma estranha forma estética em fotografias, desenhos, imagens e temas desde o seu número inaugural até a décima segunda edição do periódico. Nessa primeira fase sob a direção completa de Faerman, encontramos em média três páginas de matérias sobre a África, tais como “Arte Negra: as estátuas também morrem”, um fragmento do diretor francês Chris Marker, divulgadas como inéditas no Brasil. Junto ao artigo são apresentadas várias máscaras africanas em meio ao texto que se encerra com um discurso utópico:

Não existe ruptura entre a civilização africana e a nossa. Os rostos da arte negra saíram do mesmo rosto humano, como a pele de uma serpente. Para lá de suas formas mortas, reconhecemos essa promessa, comum a todas as grandes culturas, de um homem vitorioso no mundo. E, brancos e negros, nosso futuro é feito desta promessa (VS, n. 2, p.50).

Os processos de libertação africanos compunham a grande notícia, produzida por repórteres brasileiros que visitavam aquele continente e coletavam relatos dos políticos engajados nas lutas. Além das entrevistas, muitas vezes as reportagens vinham acompanhadas de referências bibliográficas, ancoradas tanto na literatura revolucionária, como nas produções historiográficas. Em “Encontro em Lisboa”, Licínio e Maria da Paz Rodrigues escrevem sobre a guerra de independência angolana, dando visibilidade aos intelectuais e militantes, como Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Humberto Machado e Eduardo Mondlane (VS, n.8: 40-42). Esses repórteres, que também acompanharam o processo político de Guiné Bissau, chegaram a produzir um livro sobre o novo país, prefaciado por Florestan Fernandes.

Em contraposição, coube ao afro-latino-americano ou ao negro brasileiro uma representação desfocada. Vamos a elas: crônicas e críticas de arte regionais,

⁶⁷ Nas suas últimas estrofes, lia-se: “tudo tenho dado/até mesmo a minha dor/ e a poesia dos meus seios nus/entreguei-a aos poetas (...) Agora/ vendo-me eu própria./ - compra laranjas minha senhora!/ Leva-me para as quitandas da vida/ e o seu preço é único:/-Sangue/ laranja minha senhora/ Laranja boa! (VS, N. 1 p. 50).

eventualmente se faziam representar através de quadros cuja composição tinha imagens de mulheres ou homens negros; vemos João Antonio aludindo nacionalidade brasileira através do título “lusos, afros e tupiniquins ou o direito de berrar”, versando criticamente sobre a política cultural do país, mas a alegoria nacional do título só indicava que o assunto referia-se a forma própria do Brasil resolver os seus problemas relativos à cultura e suas instituições, não havendo referência alguma à questão de negros e brancos no país.

Nas raras ocasiões em que se via a representação negra nacional, encontramos uma crítica à indústria fonográfica brasileira. Ricardo Vespucci, com caricatura de Ray Charles – elaborada por Angeli -, denuncia o Brasil por preferir imitar literalmente a produção estrangeira para vendê-la mais barato a dar a oportunidade para os talentos nativos. Em que pese a relevância da crítica, a cor e seus marcadores sociais servem tão somente para demonstrar a exploração de classe no país. Racismo ainda não é tema e estereótipos perfazem a descrição do músico “anônimo”:

O trabalho prossegue, enquanto o técnico de som instala um microfone, o cantor Jorge Rodrigues, 37 anos, ex coover de orquestras, preto de alguns fios de cabelos brancos, a ausência evidente de um dente na boca, esguio como um futebolista, continua sua preparação para transformar-se. (VS, n. 1: 40).

A única exceção ao perfil geral dos números iniciais de *Versus* veio do artigo de João Carlos Rodrigues, em “O negro e o cinema brasileiro” (VS, no. 9: 19), publicado em maio de 1977, onde lemos: “No cinema, o negro brasileiro representou até agora apenas um papel passivo” (idem). Esse é o tom do texto cujo propósito era demonstrar que membros desse grupo social encenaram personagens secundários ou figurativos na história da filmografia do país, recebendo recorrentemente papéis de escravos ou sambistas. Assim, na ficção os indivíduos que traziam traços de descendência africana representavam “as atividades que lhes eram reservadas na vida” (VS, n.9, 77: 19); mesmo o maior ator brasileiro daquele período, Grande Otelo, teria vestido esse figurino. Sendo marcado por estereótipos negativos, os filmes brasileiros passados em revista pelo crítico só reproduziram a realidade de subalternização a que era relegado aquele segmento social.

É possível que o texto provocativo, que destoava da proposta original de *Versus*, já fosse um indicador da nova influência e pressões que Faerman estava recebendo em sua redação. Isso fica mais evidente quando sabemos que ele solicitou aos jornalistas negros de sua rede de relacionamentos a escrita de matérias sobre a questão racial

brasileira. Seja como for, o artigo de Rodrigues serviu como uma espécie de antessala para a guinada que *Versus* daria meses depois.

1.5. Exame da coluna Afro-Latino-América:

A coluna Afro-Latino-América chega às páginas de *Versus* num período em que o jornal experimentou sensíveis reformulações. O editor-chefe passou a dividir suas responsabilidades com outros grupos políticos e partidários, como a Liga Operária, que depois veio a constituir o movimento da Convergência Socialista⁶⁸. O próprio Faerman estava, àquela altura, muito próximo dessa agremiação clandestina⁶⁹. Uma das implicações dessa aproximação foi a reorientação da editoria do periódico, a se notar por sua capa que retratou apenas matérias sobre a realidade nacional, dentre elas a presença inédita de jornalistas negros.

A ideia de integrar esses jornalistas à redação de *Versus* veio de seu editor-chefe, que era colega de trabalho de Oswaldo de Camargo⁷⁰. Faerman, que se automeava “judeu negro”, sugeriu a Camargo a escrita de uma matéria relatando a experiência do protesto afro-brasileiro. O jornalista paulista, por sua vez, afeito à literatura, procurou revelar a escrita negra da primeira metade do século XX, particularmente àquelas ligadas às associações e entidades políticas. Foi assim que apareceram no impresso, pela primeira vez, as reportagens enraizadas nos problemas nacionais.

Na época em que trabalhava com Faerman no JT, Camargo já contava com

⁶⁸ A Liga Operária foi fundada na Argentina em 1974, sob a liderança de Jorge Pinheiro (do antigo movimento nacionalista revolucionário) com mais cinco brasileiros exilados e derrotados na luta armada pelo regime militar. Mário Pedrosa foi a referência intelectual fundamental para que a organização viesse a assumir orientação trotskista. O grupo retorna ao Brasil e se instala em Santo André, associando-se também a estudantes da Escola de Sociologia e Política, estes já próximos do jornal *Versus*. A Liga Operária entra neste periódico num momento em que a sede da instituição passava a receber exilados brasileiros vindos do Cone Sul. Era o cunhado de Faerman e o Omar de Barros, também fundadores do jornal, que possuíam maior militância na organização clandestina (KUCINSKI, 1991, p.196). Já a Convergência Socialista foi um nome mais amplo dado a um movimento iniciado em 1978, cujo objetivo era criar uma rede ampla de apoio aos candidatos socialistas, abrigados no MDB (KINZO, 1988). A ideia desse movimento amplo era criar uma certa unidade programática entre os trotskistas, além de todos aqueles que se orientavam pela cartilha do socialismo (BERBEL, 1991).

⁶⁹ Na revista de número 24, Marcos Faerman e seus colaboradores saem da revista e a Convergência Socialista assume-a por completo. Em crítica ao ex-editor, o novo grupo que assumia o jornal retrucou contra a proposta original de *Versus* “um jornal bonito que sabia agradar, mas que não se engajava”; o comentário ao jornalista gaúcho não dispensou elogio, ironia e ataque político: “progressista sensível, bom jornalista, mas indefinido, eclético em seu marxismo cor-de-rosa desbotado” (VS 24, 1978, n.2).

⁷⁰ Oswaldo de Camargo nasceu em Bragança, em São Paulo, no ano de 1936. Como ex-seminarista, Oswaldo nunca se despreendeu da igreja católica, o que teve impacto profundo em sua produção literária. Anos depois, em 1988 escreveu *O Estranho* (1984) e *Negro Escrito* (1987). Ele também frequentava a Associação Cultural do Negro, em São Paulo, onde tinha contato com a nova e a velha militância.

algumas publicações. Na poesia, tinha escrito *Um homem tenta ser Anjo* (1959) e *15 Poemas Negros* (1961); sendo o primeiro uma edição feita por conta própria e o último, resultante de uma edição organizada pela Associação Cultural do Negro, com prefácio de Florestan Fernandes. Além das poesias, o autor aventurou-se na prosa, no ano de 1972, quando lançou *O Carro de Êxito*, um livro de contos. Nas duas primeiras edições, Camargo aparece na coordenação de Afro-Latino-América, ao lado de Neusa Maria Pereira, Jamú Minka, Ndacaray Zalu Nguxi, este último pseudônimo de Hamilton Cardoso⁷¹.

Do convite para a reportagem, surgiu também a sugestão de agregar outros jornalistas negros engajados na luta política. Camargo que não se via como uma pessoa politizada (leia-se, “de círculos de esquerda”), tratou de repassar esse espaço para o jovem estudante de jornalismo Hamilton Cardoso e para a atriz, militante negra e comunista, Thereza Santos – recém-chegada do exílio em Angola –, que por sua vez trouxeram outros ativistas para compor uma coluna especial no jornal⁷². Hamilton relembra deste episódio, anos depois, em carta aberta: “O Marcos Faerman, um jornalista judeu como a maioria dos personagens de Richard Wright e da vida antirracista negra norte-americana além de indicar-me livros para ler e dar tempo para fazê-lo - garantiu, e criou condições para eu pensar e refletir sobre eles”⁷³.

Hamilton Cardoso que chegava à redação do jornal sediada no bairro de Pinheiros tinha 22 dois anos de idade e frequentava o conceituado curso de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, cuja bolsa de estudos teria conseguido, graças aos incentivos financeiros do Deputado Federal Adalberto de Camargo (1923-2008), político negro ligado ao MDB e fortemente conectado às associações culturais e políticas negras⁷⁴. De origem pobre, o jovem estudante vinha de uma família composta por quatro filhos, sendo ele um dos mais velhos. Seu pai, Onofre Cardoso, era um músico de orquestras do interior paulista, responsável inclusive pelas constantes mudanças da família até a sua

⁷¹ Note-se que o uso do pseudônimo era comum entre os jornalistas ligados a partidos clandestinos, dado a possibilidade eminente da repressão militar. Curioso é notar que os nomes usados pelos ativistas negros eram de inspiração africana. Digno de nota é que a militância que emerge nesse período vale-se tanto da Ditadura para alterar seus nomes na hora de exposição pública, como se valem da experiência norte-americana dos anos 60, que teve na identidade pessoal (o nome de batismo) alterado em forma de protesto contra a dominação branca herdada da escravidão, o caso mais emblemático disso é o “X”, acrescido ao nome de Malcolm.

⁷² Esta coluna permaneceria em *Versus* até seu último suspiro, em outubro de 1979, já completamente tomada pela Convergência Socialista e sem a presença do seu idealizador. Os dois responsáveis pela editoria de Afro-latino América já se conheciam do Centro Cultural do Negro, associação criada em 1971.

⁷³ Carta Aberta dirigida a Nelson Mandela, escrita por Hamilton Cardoso: “Meu Caro Rei e Presidente Mundial” (1991). Extraído do Jornal Iroín, n. 11.

⁷⁴ Sobre Adalberto de Camargo, ver entrevista realizada por Valente (1986).

chegada à cidade de São Paulo e seu estabelecimento residencial no bairro da Casa Verde. Sua mãe, nascida no interior de Minas Gerais, era empregada doméstica e ajudava no orçamento da família, uma vez que o ordenado do marido não era suficiente para garantir o sustento familiar⁷⁵.

Embora tenha nascido em Catanduva, em 10 de julho de 1954, Hamilton Bernardes Cardoso chegou a São Paulo ainda na tenra infância, tendo frequentado escolas públicas na cidade até que seus pais decidiram encaminhar os dois filhos homens e mais velhos para um seminário do interior do Estado de São Paulo. Desta forma, parte da escolarização se deu sob os preceitos de educação religiosa. Por sua vez, os estudos secundários foram feitos no período noturno no prestigioso Instituto Caetano de Campos, localizado na Praça da República. Entre o ensino ginásial e a inserção na universidade, em 1974, Hamilton passa a frequentar a Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), dirigido e criado pela atriz Thereza Santos e o estudante de pós-graduação em sociologia, Eduardo de Oliveira e Oliveira⁷⁶.

Assim, na trajetória de Hamilton Cardoso a formação política em associações negras ocorreu na mocidade. Por conta disso é possível imaginar, que, ao chegar em *Versus*, Hamilton tivesse muito mais do que uma formação jornalística padrão. Isso porque ele foi bastante influenciado por intelectuais e artistas negros que fomentavam o ativismo das associações dos primeiros anos da década de 1970 em São Paulo. Eduardo de Oliveira e Oliveira, por exemplo, foi reconhecidamente central para a formação política e intelectual de muitos indivíduos que estiveram na gênese do movimento negro contemporâneo⁷⁷. Oliveira era o mais velho deles, vinha do curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, da mesma geração estudantil de José de Souza Martins e Heloísa de Souza. Carioca e filho de um estivador do Porto do Rio de Janeiro, que se tornara líder sindical, Eduardo de Oliveira já teria experimentado uma ascensão social herdada da família, por conta disso teve uma formação cultural diferenciada, distinta dos gostos das classes populares, chegando mesmo a frequentar boas escolas e a estudar

⁷⁵ Informações extraídas do relato de sua ex-esposa, Dulce Pereira, no Portal Geledés (consultado em 17/08/2011).

⁷⁶ Para mais detalhes sobre o CECAN, ver SILVA, Joana M. P. (1994) *Centro de cultura e arte negra: trajetória e consciência étnica*. São Paulo, Dissertação de Mestrado/PUC.

⁷⁷ Rafael Pinto, Ivair Alves e Oswaldo de Camargo são alguns dos que citam espontaneamente a influência de Eduardo de Oliveira e Oliveira, em particular, suas indicações bibliográficas e a promoção de discussões de textos em sua casa, no bairro de Higienópolis, em São Paulo. O próprio Hamilton chegou a registrar a influência de Oliveira em sua formação intelectual, em sua bela e delirante “Carta à Mandela”.

sistematicamente piano na infância e adolescência⁷⁸. José de Souza Martins em suas memórias lembra-se do amigo:

Foi de minha turma e foi meu amigo Eduardo de Oliveira e Oliveira, intelectual refinado e culto, mulato, dos meus conhecidos e amigos o que melhor compreendia as gradações e as implicações da diferenciação social naquele estranho e fascinante mundo da faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia, perto da qual morava (Tempo Social, 2010: XXX).

Eduardo de Oliveira organizava em sua casa saraus e encontros intelectuais para os quais convidava seus colegas e professores, e também jovens negros que ingressavam ou tinham interesse em entrar na universidade. Para estes últimos, Eduardo tornou-se uma referência particular, porque lhes permitiu o acesso à literatura política sobre o movimento pelos direitos civis. Isso teria ficado registrado nas lembranças de um ativista:

Leituras de livros sobre a experiência norte-americana e o intercâmbio, notadamente promovido pelo sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, aproximaram a experiência de luta do negro norte-americano da militância negra emergente em São Paulo. (SANTOS, 2007: 41)

Oliveira já estava envolvido em produção cultural no ano de 1970, em particular com a montagem do Coral *Crioulo*, com codireção do angolano K. Massangu. Oliveira que também era músico, organizou esse coral para a Feira Internacional de Indústria têxtil, a Fenit. Tão logo finalizou esse evento, ele decidiu formar com Thereza Santos um novo empreendimento cultural, para que o grupo musical não se dispersasse. Foi assim que, em 1971, decidiram somar esforços para montagens cênicas. Estrearam com a peça, de autoria própria, “*E agora falamos nós*”, encenada no vão do Museu de Arte de São Paulo, o MASP, e também nas quadras das escolas de samba paulistas⁷⁹. Nessa empreitada, aliaram-se os conhecimentos e interesses de Oliveira na negritude francófona e a trajetória de Thereza Santos na carreira artística e política. Hamilton Cardoso, na mesma carta em que comenta a relevância intelectual de Faerman em sua vida, cita com admiração a figura de Eduardo de Oliveira e Oliveira, com quem teria atuado no referido espetáculo teatral.

Tanto quanto Oliveira, a atriz Thereza Santos foi fundamental na trajetória de

⁷⁸ Gilda de Mello e Souza, na ocasião do falecimento de Eduardo de Oliveira e Oliveira, faz uma homenagem ao colega escrevendo algumas linhas sobre a sua “morte silenciosa e reclusa”, da forma como concebia o preconceito racial no Brasil e, sobretudo, sobre a distinção de classe que Oliveira trazia nos gestos e nas vestimentas (SOUZA, 1981, p. 69-1971). Curioso é notar que as mesmas impressões Oliveira teria deixado na cabeça de outros colegas que depois se tornaram professores da universidade como Heloisa Martins e João Batista Borges.

⁷⁹ Ver Revista do MNU, março/Abril de 1981, n.3.

Hamilton Cardoso. Nascida em sete de julho de 1938, no Rio de Janeiro, ela tinha uma trajetória marcada pelo ativismo político: vinda da experiência do Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro, e também do Centro Popular de Cultura da UNE, além de militante do PCB⁸⁰. Trabalhou como secretária do departamento cultural da mangureira, em 1967, e participou de uma associação afro-cultural da qual também participaram Abdias do Nascimento e José Maria Nunes, este intelectual e ativista das lutas por libertação dos países africanos⁸¹.

Quando chegou a São Paulo, em 1969, fugida dos órgãos de repressão do Rio, foi trabalhar com o diretor Ademar Guerra, com quem atuou em peças teatrais. Ela tinha cerca de 29 anos quando fundou com Oliveira o grupo teatral negro e logo depois o Centro de Cultura e Artes Negras, em meados de 1971. A organização ficou sob a liderança dos dois até 1974, quando a atriz viaja para África sob a proteção do Partido Comunista, com a finalidade de trabalhar no Ministério da Cultura em Angola. Em 1976, encontramos registros dela em trabalho para o ministério da educação, dirigido pelo partido do MPLA. É nesta condição de informante privilegiada da realidade angolana no conflituoso processo de formação nacional que Thereza Santos colaborava para a coluna Afro-Latino-América⁸².

Thereza Santos, Eduardo de Oliveira e Oliveira e Oswaldo de Camargo eram referências para os jovens universitários negros que iniciavam seu engajamento nas associações culturais negras. Além deles, houve várias outras importantes figuras que colaboraram ou mesmo compuseram o grupo Afro-Latino-América. Dos quais podemos citar Abdias do Nascimento (1914-2011) que, do exílio nos EUA, colaborava com matérias sobre a democracia racial. Lélia Gonzalez (1935-1994), professora universitária e inserida no ativismo feminista e negro no Rio de Janeiro, teve seu nome integrando algumas das edições de *Versus*, em particular aquelas que tratavam do tema da mulher negra. Há que se notar que a presença dessa ativista em *Versus* coincidiu com um período

⁸⁰ O nome de batismo de Thereza Santos era Jaci dos Santos. Ela filha de uma família negra de classe média baixa, na infância viveu com os avós na capital fluminense. Sua mãe era enfermeira de profissão e desejava que a filha estudasse medicina. O pai era funcionário público. Jaci frequentou boas escolas e foi educada para ser uma profissional liberal com carreira prestigiada, o que manteria o projeto de ascensão social de seus progenitores. Mas Jaci envolveu-se muito cedo com o mundo da política e o teatro, tornando-se atriz, militante comunista e assumiu o nome Thereza Santos como sua identidade pública. Para mais detalhes de sua biografia, ver *Malunga Thereza*, 2008.

⁸¹ Sobre a relevância de Nunes no ativismo anticolonialista no Brasil; ver D'Ávila (2010).

⁸² Uma análise pormenorizada sobre a trajetória e os círculos políticos e culturais de atuação de Tereza Santos pode ser encontrada em Rios (2014).

em que ela se aproximou da Convergência Socialista⁸³.

Pelo perfil dessas pessoas que contribuíram ou mesmo lideraram a coluna negra no *Versus* é possível traçar alguns comentários gerais. O primeiro deles é que os militantes engajados na Afro-Latino-América já tinham uma experiência de ativismo político nas organizações negras. Em segundo lugar, havia pelo menos duas gerações no grupo: os jovens universitários e um grupo mais velho, com mais de 40 anos, que já tinha experiência no mercado profissional, onde atuavam como profissionais liberais, funcionários públicos ou artistas. Em terceiro, mesmo havendo fortes clivagens e censuras ideológicas, a Afro-Latino-América aglutinou várias vertentes intelectuais e ativistas negros. Por último, acrescenta-se que o Movimento da Convergência Socialista teve na coluna uma fonte de recrutamento de militantes com alguma experiência de ativismo nacional e fortemente influenciados pelas lutas negras mundiais.

.....

A chegada desses ativistas resultou numa nova guinada do jornal *Versus*. O fato se fez notar na sua décima-segunda edição, precisamente no bimestre julho / agosto, de 1977. Nela apareceu em primeiríssima mão a coluna dirigida e escrita por negros engajados na luta pela liberação democrática no Brasil e diretamente envolvidos com o ativismo negro organizado em associações político e culturais. As mudanças já se faziam notar na folha de rosto do *Versus*. No cabeçalho da página inicial, ao invés de América Latina, o nome que chamava atenção era Afro-Latino-América. Numa das manchetes vinha estampada a indicação: “Brasil Negro – A imprensa Negra renasce”. Na contracapa, os dizeres: “Quatro páginas negras. Negras!” (VS, n.12: 3).

Desde então a coluna Afro-Latino-América tornou-se uma seção permanente do jornal *Versus* até seu encerramento, em outubro de 1979. Tratava-se de um espaço com relativa autonomia, pois tinha editoria própria. Em cada número produzia-se uma média de três a quatro páginas, que se valiam das cores preta e branca, com contrastes e sombras, em sua proposta estética. Suas matérias abrangiam temas de interesse das camadas médias e populares negras, perfazendo um leque que ia da poesia a relatos de violência racial promovida pela polícia militar. Na coluna, os anseios nacionais se faziam declarar num contexto mais abrangente da luta política, possibilitando um horizonte internacional para o movimento negro:

Agora que a questão racial ressurge como uma das grandes preocupações da humanidade, e que parcelas significativas da

⁸³ Ver depoimento para *Pasquim*, em maio de 1986.

comunidade afro-brasileira querem participar do grande debate internacional, que define os novos padrões de convivência racial em todo o mundo (VS, n. 12, 1977, p.30).

Por um lado, a nova coluna coadunava seus interesses à proposta geral do impresso, que defendia um jornalismo engajado nos temas transnacionais, sendo a América Latina o foco principal do periódico chefiado por Faerman. Por outro, havia uma ruptura radical: “Afro-Latino-América, e não apenas América Latina, porque define melhor a importância da presença africana nesta parte do mundo” (VS, 1977, n. 12:30). Posicionamentos iniciais como esses não deixavam margem a dúvidas: tratava-se mesmo de uma proposta política comprometida com a causa negra nas Américas, mas também com franco compromisso com o continente africano. O perfil internacional da coluna se desenhava não só pela proposta global de *Versus*, mas também pelo tipo de campanha política desses jornalistas que recepcionavam, ao mesmo tempo, as teses de intelectuais negros proeminentes, as formas e os símbolos das lutas políticas norte-americanas e africanas. E acima de tudo: passaram a refletir sobre a situação dos negros no Brasil.

O ingresso da temática racial brasileira nas páginas do periódico não se deu apenas pela simpatia recente de Faerman à causa negra. A essa altura, o editor-chefe do jornal estava também se aproximando da Convergência Socialista (doravante, CS), que por sua vez já passava a influir no jornal tencionando em favor de matérias mais preocupadas diretamente com a realidade nacional. Por esse motivo as manchetes de *Versus* de número 12 não há referências diretas à realidade dos países latino-americanos, como havia sido nas edições anteriores. É assim que se explica também a chegada de ativistas negros no periódico, em parte pela rede profissional de Faerman, via o jornalista Oswaldo de Camargo, em parte pelo vínculo político que alguns deles passaram a ter com a CS.

Na seção inaugural, sob o título “Nem almas brancas nem máscaras negras”, os intelectuais fazem alusão livre a Frantz Fanon (1925-1961). Com efeito, Guimarães (2008), ao analisar a recepção do autor de *Peau noire masques blancs* (1952) no Brasil, afirma que o intelectual martinicano teria passado quase despercebido, tanto pelos intelectuais do Teatro Experimental do Negro (TEN), como pela própria esquerda revolucionária nas décadas de 50 e 60⁸⁴. Segundo ele, isto se deu somente nos finais dos anos 1970, com a circulação de uma tradução portuguesa por aqui. Os jovens ativistas, que fundariam o Movimento Negro Unificado, teriam sido influenciados pelos escritos

⁸⁴Para mais detalhes, ver Guimarães (2008). A recepção de Fanon no Brasil e a Identidade Negra. *In* Novos estudos CEBRAP, no. 81, São Paulo.

revolucionários e anticolonialistas de Fanon. No sexto bimestre de 1977, os editores da coluna, provavelmente, tinham lido os escritos do psicanalista revolucionário, ou ouviram falar dele através de leitura de segunda mão.

Nessa matéria, os editores pretenderam rememorar o TEN concordando com seus objetivos políticos e ressaltando a composição social do grupo⁸⁵. Se o passado servia de inspiração, o presente oferecia indícios fortes de formas similares de organização. É assim que a seção dedicada ao teatro negro carioca dividia a página com uma entrevista do grupo do teatro campineiro *Evolução*, fundado em 1971. Este recebeu como herança o legado ativista do pós-guerra, por afirmar uma ideia de cultura negra não apenas restrita às imagens cristalizadas do carnaval, candomblé e samba. Para eles, o que havia de bom na experiência pregressa do TEN era justamente o de “abandonar o lugar servil do negro” nas cenas teatrais brasileiras.

Além das artes e cultura, havia o estímulo e a valorização das entidades negras nascidas naquela década, a julgar pelo seu destaque nas páginas da coluna. Em comum essas organizações compunham os centros de mobilização política e possuíam formas muito próximas de engajamento, isto é, promoviam atividades que iam dos bailes, torneios e jogos de futebol a apresentações culturais ligadas ao candomblé e à capoeira, além de debates e palestras sobre a “realidade sociocultural” do negro. Somam-se a isso os cursos de línguas africanas, como o Ioruba falado na Nigéria e o Nundo, em Angola, e cursos de línguas europeias, como o francês e o inglês. Segundo o relato de uma recém-criada entidade paulistana “o que vale é o espírito comunitário, como base de associações fortes e estruturadas para dar ao negro possibilidades de competir em melhores condições” (*Versus*, n. 17, 1978: 40). E o mais interessante é que algumas dessas associações já traziam em sua missão propósitos como: “trabalhar para formar cadeiras de estudos africanos nas escolas secundárias e universidades” (Idem).

Não só o teatro, a literatura e as associações ganhavam a coluna Afro-Latino-América. A imprensa negra, que a essa altura já era um veículo bastante difundido entre os afro-brasileiros, foi bem divulgada nas páginas do jornal. Em especial, propagava-se a abertura de novos impressos, como o *SINBA*, o *Tiçãõ*, o *Jornegro* e o *Nego*, criados no Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo e Salvador, respectivamente. Nesse sentido, a imprensa alternativa dos afro-brasileiros vivia renascimento com novos empreendimentos

⁸⁵“As correntes do medo começaram a se partir em 1944, quando um grupo de operários, empregadas domésticas, e outras pessoas originárias dos meios sociais mais carentes, comandadas por Abdias do Nascimento e Geraldo Campos de Oliveira, criaram no Rio de Janeiro, o teatro experimental do negro” (VS, n.12, 1977, p.30).

jornalísticos, agora difundidos em várias capitais do Brasil (ALBERTO, 2009).

Aos poucos a coluna coletou evidências de discriminações raciais e passou a relatá-las em suas páginas, destinando o espaço para depoimentos e notícias de casos de discriminação no mercado de trabalho ou nos estabelecimentos comerciais. Não foram raras às vezes em que os jornalistas faziam campanhas de boicotes às lojas que cometiam tal infração⁸⁶. Esses casos iam desde situações cotidianas na cidade, até a eventos que envolviam relações internacionais, como o *I Congresso de Cultura Negra das Américas*, realizado na Colômbia, em que intelectuais negros brasileiros foram impedidos pelo governo nacional de viajar para fora do país.

⁸⁶ Ver caso na Livraria Siciliano, VS, n. 20, 5/4/78, p. 42.



EDIÇÃO N. 12, ANO 1977



OSWALDO DE CAMARGO



HAMILTON BERNARDES CARDOSO



PASSAPORTE de THEREZA SANTOS

Um movimento social que já tinha atrás de si uma longa trajetória, o que deveria ser selecionado para contar a sua história? E o mais importante: o que ficaria de fora dessa nova narrativa? Essas respostas não poderiam ser encontradas se não analisássemos com cuidado o mais influente articulista de *Versus*, Hamilton Cardoso, em artigo “Movimento Negro”. Ao fazer um balanço desse movimento social do início do século e o do pós-guerra à luz das suas experiências e lutas contemporâneas, é nítido o seu desconforto e sua necessidade de um acerto de contas com os maiores líderes dos dois ciclos de mobilização anteriores, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, Arlindo Veiga dos Santos e Abdias do Nascimento, respectivamente.

Como Arlindo Veiga dos Santos era figura indigesta para o jovem Hamilton, então foi preciso afirmar que FNB não era apenas patrinovista, havendo ali tendências como a do “socialista José Correia Leite”. Nas palavras do jovem Hamilton:

A luta do embranquecimento, gerava a luta pelo enegrecimento, o que não impediu o surgimento de grupos, aliando a luta racial a social, de uma tendência socialista na oposição da Frente Negra Brasileira apontando para uma luta social do negro contra a exploração econômica do homem, contra a hegemonia branca do país. (VS,n.29, 1979:38).

Cultivando a semente plantada por Florestan Fernandes em a *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Hamilton Cardoso preferiu realçar as qualidades da FNB, valorizando seu aspecto positivo, de afirmação racial. Por outro lado, preferiu enfatizar a existência de uma vertente ancorada no comunismo, cujo representante era José Correia Leite, de quem Hamilton retiraria uma tradição política negra com mais afinidade com seus ideais políticos cada vez mais próximos da CS.

Já a tensão com Abdias do Nascimento era mais complexa. Difícil de ser apreendida. O líder negro em exílio nos EUA chegou até a receber a visita de Hamilton Cardoso no Rio de Janeiro, quando esteve a passeio na cidade carioca no primeiro semestre de 1978⁸⁷. Nas páginas de *Versus*, encontramos uma sequência denominada “Democracia Racial: mito ou realidade?”⁸⁸. A interrogação que se encerra no título abre a questão que o novo ativismo deveria enfrentar. O legado de Abdias, que Hamilton Cardoso e sua geração estavam dispostos a receber, repousava justamente onde se

⁸⁷ Segundo entrevista que realizei com Eliza Larkin Nascimento em fevereiro de 2010.

⁸⁸ Foi no jornal de número 16, onde aparece a seguinte manchete: “Racismo, por Abdias de Nascimento”. A partir daí, o jornal passa a transcrever em três fases a tese de Abdias apresentada no *II Festival Mundial de Artes e Culturas Negro-Africanas - FESTAC*. A transcrição continua nos números 17 e 18. Interessante notar que os textos não geram nenhum comentário por parte dos jornalistas.

assentou uma falsa questão. Isto é, uma pergunta para a qual aquela juventude já tinha uma resposta: o par de opostos verdade e mentira poderia perfeitamente substituir os termos mito e realidade. Entre a vida concreta e as normas ideais que falseavam a consciência real do mundo, os ativistas inauguravam uma retórica da democracia racial pelo seu avesso⁸⁹.

As afinidades entre Abdias do Nascimento e o novo movimento negro que se gestava na segunda metade do século XX começavam e terminavam na denúncia veemente do mito da democracia racial, esta rejeitada como instrumento político. No mais, a adesão pan-africanista de Abdias não ganhava ainda recepção nas análises dos jornalistas negros. Mas o ponto nevrálgico que selava a distância intelectual e política entre os dois escritores era justamente a afirmação racial de Abdias do Nascimento sobrepondo-se ao discurso de classe.

Poucos anos mais tarde, Joel Rufino dos Santos, que foi preso político durante o regime militar, ao escrever para a segunda edição de *O Negro Revoltado*, em primeiro de fevereiro de 1982, consegue expressar bem o clima de discordância entre esses dois estilos de militância política negra⁹⁰. Rufino, que à época era militante comunista, explica a principal tensão entre os ativistas de esquerda e a sua pouca permeabilidade para receber o pensamento de Abdias do Nascimento:

Ele defendia a prevalência em geral da contradição racial sobre a de classe, tese que, fazendo os advogados do diabo, os entrevistadores tentavam nos desmoralizar. Senti-lhe certa altura um olhar de impaciência: só os santos não os têm. De lá para cá, aprendemos bastante para ver que a luta de classe não passa de uma boa e velha lei: confortável e grosseira. (...) Abdias tinha, vejo agora, mais razão que nós.⁹¹

Certamente Rufino mudou de lado antes de Hamilton Cardoso e outros ativistas negros que com ele comungavam da cartilha “raça” e “classe”. É só assim que se entende o esforço de Cardoso em dar pouco relevo ao aspecto intelectualista dos estratos médios, que lideravam as organizações negras da primeira metade do século. Ao contrário, o jovem jornalista negro procura resgatar a composição social dos que participavam das associações, isto é, os operários, os assalariados, os empregados manuais, as

⁸⁹ Para mais detalhes sobre o modo como Abdias do Nascimento negociou o sentido de democracia racial, ver o intrigante artigo de Guimarães e Macedo (2008), “Democracia Racial Negra”, *In: DADOS*, Rio de Janeiro.

⁹⁰ Joel Rufino tem papel importante na formação e análise do movimento negro brasileiro em sua forma contemporânea. Em sua autobiografia (2008) é possível encontrar mais dados sobre sua experiência política durante a Ditadura Militar, assim como na entrevista concedida a Amaury Pereira, Amílcar Pereira e Verena Alberti (20013) e em relatos transcritos e analisados por Hanchard (2001).

⁹¹ Apresentação feita para *O Negro Revoltado*, da editora Nova Fronteira, segunda edição, 1982.

trabalhadoras domésticas. Além do mais, também foi intensa a necessidade de revelar o impacto das ditaduras para a desarticulação do ativismo. Na primeira delas, “A ditadura Vargas fez a Frente Negra uma experiência inacabada...” (VS, 29,1979: 38). No segundo caso, com o golpe de 1964, ter-se-ia rompido o processo de reflexão do movimento negro que, necessariamente, o levaria a um engajamento à *gauche*.

1.6 Perspectiva transnacional: identidade, estratégias e símbolos na diáspora

A pergunta inquieta para a qual o leitor procurava resposta ao longo do capítulo encontra aqui lugar para exprimir-se: afinal, o quê e quem eram os referenciais internacionais desses ativistas? Isso porque uma coluna que carregava no nome um mote internacional certamente recepcionava símbolos e ideias influentes mundialmente. Mas, em meio à oferta de simbologias políticas, haveria aqueles elementos mais atraentes aos interesses e à subjetividade que formava a identidade coletiva pulsante naquele momento. A Afro-latino-América foi, sim, espaço para intensa permeabilidade dos símbolos do ativismo transnacional que viajavam em todo planeta via os meios de comunicação (GILROY, 2001) e via o cada vez mais forte fluxo de produtos e pessoas ligados ao ativismo.

Na coluna, o termo América, não excluía os EUA. Assim sendo, a luta pelos direitos civis não poderia escapar aos olhos daqueles jovens jornalistas. A Afro-Latino-América pautou o movimento negro norte-americano, que aquela altura já estava em refluxo (MCADAM, 1999). Os grandes ícones da luta negra dos EUA já tinham sido assassinados e o movimento negro mais extremista que apareceu nos finais dos anos de 1960 resistia em aceitar seu desfecho: o aprisionamento de alguns de seus ativistas, a absorção de outra parte das lideranças pelo partido democrata, ou mesmo a dispersão política impulsionada pela inteligência secreta dos EUA (BLOOM;MARTIN, 2013).

Os ativistas que reportavam os assuntos referentes à presença negra na diáspora via no movimento negro norte-americano uma grande referência, contudo já eram capazes de fazer um balanço crítico dos processos políticos que levaram ao sucesso e também ao retraimento do movimento social daquele país. Nesse sentido, figuras ilustres como os grandes ícones da luta pelos direitos civis, como Malcolm X e Luther King, tiveram suas biografias e discursos traduzidos, já que se encontravam no posto mais elevado no panteão dos heróis da luta negra mundial. Aliás, nos Estados Unidos o movimento pela

manutenção da memória do ativismo político, bem como a literatura laudatória de suas principais lideranças promovia a difusão do pensamento político negro, assim como os impasses travados nas décadas que marcaram a luta pela ampliação da cidadania norte-americana.

Além dos mártires dos direitos civis, foram os Black Panthers figuras centrais para o imaginário político dos ativistas brasileiros comprometidos como o marxismo. Só assim que se entende o artigo “Onde estão os panteras?”, o título que abrigou a saga do movimento negro norte-americano de orientação marxista-leninista e de cunho revolucionário. O diagnóstico de Neusa Pereira, autora do referido texto, não poderia ser mais acachapante: o movimento civil armado que tinha impactado o mundo dez anos atrás estava àquela altura totalmente desarticulado. Segundo a ativista, isso se devia pelo menos a dois motivos. O primeiro deles, a forte tendência do partido em apregoar o ultra esquerdismo, esquecendo-se de dialogar com setores mais amplos da sociedade; o segundo estava relacionado à repressão do governo e ao desmonte do grupo feito pelas forças táticas de inteligência norte-americanas, nas palavras dela, “a ação do FBI contra os panteras faz todo mundo pensar duas vezes antes de agir”. Mediante a esse quadro, suas lideranças tiveram destinos díspares, os mais bem sucedidos formaram seus escritórios ou foram absorvidos pelo ideal democrata ou ainda se voltaram para os bancos das igrejas. E os que tiveram a pior sorte foram para o cárcere. O fato foi que, em sua avaliação, o negro norte-americano ficou sem opção política, uma vez que suas apostas no poder institucionalizado, via Jimmy Carter, foram frustradas. O argumento encerra, enfim, asseverando uma posição pessimista: a impossibilidade da igualdade racial numa sociedade capitalista.

Curioso é notar que as lideranças negras paulistas inspiravam-se no ativismo armado dos EUA, mas a violência não era o meio de intervenção política cogitado pelo movimento brasileiro. Isso talvez se deva ao fato de que o contexto nacional era marcado pela descrença na resistência por armas, pois esta já tinha sido uma solução frustrada e derrotada. Ou seja, pela via da luta armada a aliança potencial do movimento negro seria a esquerda, e esta abandonara a violência como forma de ação coletiva no Brasil, dada a violenta repressão dos generais contra os grupos insurgentes.

Somado a isso havia o fato da ideologia da democracia racial ser um discurso e um ideal de fraternidade (ALBERTO, 2009), o que pesava simbolicamente contra uma proposta de cunho terrorista, já que o sentimento de pertença ao Estado Nacional era forte. Tal a estratégia adotada pelos ativistas senão o pressuposto de que a cidadania

ampliada para o negro seria conquistada via o enfrentamento político pelas formas institucionais e democráticas, bem como através de movimentos sociais pacifistas. Isso talvez justifique a ausência de matérias e discussões sobre o uso da força como instrumento de ação política pelos negros durante os anos 70. Ou seja, no lugar das balas os ativistas apostaram na linguagem de protesto. Atitude absolutamente contrastante à do caso do movimento revolucionário do outro lado da América: “The Black Panthers have always emphasized action over rhetoric”, asseverava um dos fundadores do Partido dos Panteras Negras, Heuy Newton (2009: 173).

Em contraste, a linguagem escrita foi a arma de combate mais usual dos ativistas brasileiros, através de discursos e manifestos via panfletos e jornais alternativos que circulavam intensamente nos meios mobilizados brasileiros e atingiam também espaços de recrutamento de ativistas, como universidade, clubes, centros comunitários e associações. A poesia tornou-se a forma de expressão da indignação do movimento negro. Não por acaso, fundaram nos finais daquela década um movimento literário, que recebeu o nome de cadernos negros, amplamente divulgado em *Versus*⁹². O principal objetivo desse projeto foi dar vazão a voz militante dos ativistas que viviam a experiência de ser negro num país que negava completamente a possibilidade da construção desse tipo de identidade política.

A linguagem também se fazia notar na inscrição corporal, seja nos usos de objetos culturais, como adereços, sejam no estilo e nas cores das roupas. Mas, de todos os traços diacríticos utilizados pelos ativistas para simbolizar a sua distinção frente a sociedade dominante, o penteado foi o elemento mais expressivo daquela geração. O modelo de cabelo Black Power e o uso de turbantes foram, sem dúvida alguma, a expressão mais acabada da plástica do protesto negro dos anos de 1970 e 1980. Assim, a imagem exuberante dos cabelos livres de pastas de alisamento, ou sem as delimitações de um corte militar para o público masculino, perfaziam a silhueta dos ativistas brasileiros refletida no espelho cuja moldura de época era a contracultura.

Essa identidade contracultural se projetava nos nomes que os ativistas se davam no processo de reconstrução de sua subjetividade e no estabelecimento do *status* público do novo negro construído na abertura política. Mas se os cabelos tinham inspiração na cultura norte-americana, os pseudônimos ou mesmo os nomes políticos acrescentados aos seus nomes de batismo vinham da África, a exemplo de Jamú Minka, Ndacaray Zalu

⁹² Leitura cuidadosa e original dos cadernos negros pode ser vista em Silva (2013).

Nguxi, presentes na coluna negra de *Versus*⁹³. Vieram do continente africano porque foi naquelas terras que vislumbraram a construção de berço original. Em outras palavras, a África era mesmo, para todos os negros americanos, independente do país, o lugar simbólico da origem, do nascimento; o que tornava os negros irmãos na diáspora, independentemente de seus nacionalismos políticos.



Beatriz Nascimento (1942 -1995); Abdias Nascimento(1914-2011) e Lélia Gonzalez (1935-1994) em 1978

⁹³ Note-se que a nomeação dos descendentes, bem como o uso de pseudônimos também era prática anarquista do século passado (GODOY, 2013). No caso das lideranças negras norte-americanas o acréscimo do X ao nome, bem como a adoção de codinomes islâmicos era visto pelos ativistas como forma de resistência à herança ocidental-cristã, ver Marable (2013).



Lélia Gonzalez, em 1967, é a segunda da direita para a esquerda. (Fonte: Acervo Lélia Gonzalez, Rio)

Contudo, a África não era tema novo para as páginas de *Versus*. Como vimos, os processos de descolonização da África Negra já estavam presentes no periódico desde o seu número inaugural, isso porque a esquerda política no Brasil já fazia oposição ao colonialismo europeu, principalmente em relação a Portugal desde a década de 1960⁹⁴. Havia uma novidade, porém, essas matérias sobre assuntos africanos foram quase que exclusivamente transpostas para referida seção do *tabloide*. A novidade dessas reportagens também estava no fato de que as informações e matérias eram escritas por correspondentes negros, que narravam processos políticos daquele continente e as enviavam à redação do impresso.

A principal articulista que contribuiu com a confecção da maioria dessas matérias internacionais foi Thereza Santos, enviada pelo Partido Comunista a Guiné Bissal, e depois para Angola, onde trabalhou junto ao ministério da Cultura e Educação, na

⁹⁴ A respeito do posicionamento do governo brasileiro frente o processo de descolonização africana, bem como a resistência que se formou via redes de ativismos político no Brasil, ver DÁVILA(2011).

produção de peças teatrais de cunho fortemente ufanistas e conscientemente interessadas na construção de um sentimento coletivo, de caráter nacional. Tais peças eram dirigidas ao povo, com elenco formado por crianças e jovens, com vistas a projetar no futuro a ideia de uma unidade da nação, através de um senso de pertença à comunidade política em formação, fundada na ação revolucionária⁹⁵.

Vindas daquele continente, as notícias eram diversas. A África do Sul, por exemplo, que vivia um conturbado momento de conflito, ganhava a atenção da coluna. Em particular, noticiaram as insurgências e enfrentamentos políticos organizados no bairro de Soweto, bem como informações e comentários sobre o cárcere de Steve Biko e sua morte em Petrória, capital do país sul-africano. Salientavam em particular os posicionamentos políticos de Biko⁹⁶, especialmente seu *slogan* político “consciência negra” que atravessou o Atlântico, cuja mensagem pregava “uma política de socialismo negro, restringindo severamente a empresa privada” e interferência na presença de estrangeiros no país. Em reportagem intitulada “Amandla”, traduzida pela palavra portuguesa “poder”, os jornalistas de *Versus* apresentavam as mobilizações dos estudantes universitários em atos de desagravo à morte do líder sul-africano.

Dessas experiências observadas pelas lentes dos repórteres de *Versus*, os colunistas da Afro-latino-América aproveitaram para propor um conjunto de reivindicações políticas a serem adotadas pelas autoridades brasileiras instituídas. A mais importante delas, que ficaria na pauta de reivindicações desse movimento social por mais de duas décadas, foi a campanha que exigia a ruptura diplomática e econômica com a África do Sul, devido a manutenção do regime de *Apartheid*, segregando negros entre brancos e negros naquele país.

Em síntese, a identidade que fundava o movimento negro contemporâneo trazia consigo elementos que a um só tempo se valia da tradição política do ativismo negro nacional, como se inspirava nas lutas políticas dos negros em diferentes partes do globo. Tal identidade foi forjada e compartilhada por um conjunto de indivíduos que se constituíram como um grupo, capazes de orientar suas ações no campo de oportunidades e conflitos em que atuavam; estabelecendo-se através e contra um campo cultural majoritário na sociedade, a democracia racial. Assim, os elementos acionados na

⁹⁵ Para mais detalhes biográficos, ver Santos, T.(2008) *Malunga Thereza Santos*.

⁹⁶ Steve Biko morreu em 12 de setembro na cidade de Pretória, capital da África do Sul. Tinha sido perseguido pelo governo sul-africano que o penalizou de forma a não deixa-lo sair de sua cidade natal, nem conversar com mais de uma pessoa por vez. Biko teria sido preso no dia 18 de agosto de 1977 e morrido no mês seguinte. Em 1968, estudava medicina na Universidade de Natal. (Ver *Versus*, p.39).

constituição dessa identidade coletiva contrapunha-se a identidade fundante do estado-nação. Incorporada pelos ativistas através de “rituais, práticas e artefatos culturais” (MELUCCI: 1995: 44) e recriada através das simbologias políticas norte-americanas e africanas, a identidade negra gestada no movimento social assumia cada vez mais sua feição diaspórica.

Isso explicita a dimensão subjetiva e racional dos indivíduos no processo de construção de suas alternativas de luta, suas estratégias e identidade de grupo, visto que a identidade coletiva, também seguiu algum tipo de cálculo entre os fins e significados, investimentos e retornos (ou ganhos). Em particular, o ideário político que sustentou a formação de uma identidade negra nas páginas de *Versus* teve que conciliar a luta simbólica das “raças” e das “classes”, para as quais o grupo teve que constituir dupla filiação política. Com isso, deram uma marca completamente inovadora para a gênese do movimento negro contemporâneo no Brasil: seu enquadramento à esquerda política.



Malcolm X (1922-1965)



Black Panthers



Steve Biko (1946-1977)



Martin Luther King (1929-1968)

1.7 Red and Black: por um pensamento negro socialista

Num ambiente político muito marcado pela Guerra Fria e pelo marxismo como forma de intervenção social, os jornalistas que se envolveram na constituição de uma coluna negra no *Versus* também flertavam, apoiaram e até mesmo defenderam abertamente as ideias revolucionárias difundidas pela esquerda política. Esse enquadramento serviu como um filtro para suas leituras e para o tipo de discurso a ser veiculado nas páginas da Afro-Latino-América. Emerge desse ambiente um pensamento negro socialista, isto é, interessado em conciliar a identidade de classe com a de raça.

Do ponto de vista teórico, veio de Sartre a referência intelectual para aproximar a luta antirracista do ideal socialista. Foi desse modo que os editores da coluna estabeleceram as primeiras ligações entre os dois temas: “Jean Paul Sartre pensava na atuação do negro socialista. Discute a necessidade de não perder de vista as suas condições objetivas de negro e de trabalhador” (VS, n. 18, 1978: 37). Decorre daí a presença, nesta mesma edição, de fragmentos de *Reflexões sobre o Racismo*, do filósofo existencialista. A obra reúne dois dos textos escritos por ele no pós-guerra, sobre assuntos candentes no mundo francês: o antissemitismo e o “racismo anti-racista” da negritude⁹⁷.

Do excerto de Sartre, os jornalistas absorveram três informações fundamentais: a exploração capitalista colocaria negros e brancos como explorados, donde se poderia retirar uma solidariedade; 2) As estruturas capitalistas deixariam os negros em desvantagem, pois “o operário branco lucra um pouco com a colonização”; e 3) sendo assim, era preciso reconhecer o surgimento de uma “oportunidade histórica” para o protesto negro, o que deveria ser saudado pelos revolucionários marxistas⁹⁸. O filósofo francês já tinha sido inspiração para Marcos Faerman, com “A República Silenciosa”, servindo-lhe de metáfora para os anseios de liberdade dos brasileiros frente à ditadura. Novamente reaparece em *Versus*, agora na coluna de Afro-Latino-América, subsidiando o argumento de unidade entre o ideal revolucionário marxista e a afirmação racial⁹⁹.

No ambiente doméstico, a influência intelectual de Florestan Fernandes é decisiva.

⁹⁷ Há que se esclarecer que o título *Reflexões sobre o Racismo* foi uma criação de J. Guinsburg, que reuniu e traduziu dois artigos de Sartre, *Réflexions Sur la Question Juive* (1946) e *Orphée Noir* (1948).

⁹⁸ “República Silenciosa” parece ser uma tradução livre do próprio Faerman, texto que foi publicado em *Versus*, n.12, 1977, p. 37. No original o referido texto é *La République du silence*, extraído da *Les Lettres Françaises* (09.09.1944). Os textos poéticos e contestadores faziam às vezes do discurso político contra o regime militar: era esse tipo de repertório que animava a escrita e o projeto de Marcos Faerman.

⁹⁹ Essa presença marcante de Sartre indica não apenas as preferências de Faerman e sua influência sobre Hamilton Cardoso, como também confirma a hipótese de Guimarães sobre a pouca difusão do pensamento de Fanon nesses meios intelectuais e políticos.

O prestigiado sociólogo era bem conceituado nos meios políticos negros, sendo o livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964) – especialmente à versão mais resumida da tese presente no livro *O Negro no Mundo dos Brancos*, de 1972 – referência dos ativistas dessa geração. Numa de suas declarações públicas fica evidente as afinidades entre o projeto político desses ativistas e o pensamento político de Florestan Fernandes: a luta racial tem de caminhar junto com a luta de classes. “Separá-las numa sociedade multirracial, é incorreto” (Entrevista de Florestan Fernandes ao Folhetim(FSP, 13/05/1979 *apud* Fernandes, 1989:99).

No seio da intelectualidade negra brasileira, o pensamento de Clóvis Moura (1925-2003) tinha seu lugar. Interessado em conciliar a superação das raças e das classes, Moura via no partido político uma forma de intervenção política eficiente. Para esse intelectual, o grande desafio da democratização seria o de construir um partido socialista no Brasil com a inclusão dos negros. Seria necessária, para ele, a formação de uma “consciência de raça” e de “classe” para se contrapor ao sistema dominante:

Frente a esse quadro colocamos como indispensável a criação de um autêntico – sem atrelamentos exteriores - partido socialista, onde, ao representar o interesse das parcelas oprimidas, levante não como forma de concessão, mas sim como problemática real da grande maioria da população do país, a bandeira da luta contra o racismo (VS, n.19, 1978:39).

Pelo diagnóstico do autor, o negro deveria tomar a liderança dos processos políticos brasileiros do país e combater o “racismo oficial”, isto é, o discurso de Estado que negava o racismo e se afirmava como democracia entre os grupos raciais¹⁰⁰. E para sustentar seu argumento, trouxe exemplos históricos em que tal protagonismo negro ocorreu no Brasil imperial e republicano, como a revolta da Chibata (1910), a Balaiada (1838-1841) e a Cabanada (1832-1835).

Se Clóvis Moura indica o horizonte socialista para os negros, caberiam aos editores da coluna especificar que tipo de socialismo mereceria um engajamento político-partidário dos afro-brasileiros, tendo em vista que a conjuntura do país tendia mais para uma luta institucional, via processo de liberalização política, do que o assalto violento ao poder. Dessa avaliação do quadro estrutural, restava ao autor a defesa de uma agremiação capaz de conter uma forma de participação no novo jogo político, que contemplasse a um

¹⁰⁰ Neste ponto, Moura estava se referindo empiricamente aos pronunciamentos de Ernesto Geisel, então presidente do país.

só tempo as demandas de classe e os grupos racialmente subordinados:

O partido socialista defendido por Afro-Latino-América não é ligado à social-democracia. Buscamos, com nossa participação no movimento pela Convergência Socialista, levar as lutas específicas do negro. E ao mesmo tempo, a criação de um partido dos trabalhadores que lutam por sua emancipação (*Idem*: 42).

O interesse de trazer os ativistas negros para a órbita de esquerda era flagrante. Tão flagrante quanto era a exigência de se afastar dos segmentos de esquerda concorrentes, em particular os rearranjos do Partido Comunista Brasileiro e, sobretudo, os trabalhistas em exílio, que também levantavam a bandeira socialista, numa versão mais próxima da social democracia. Segundo os editores da Afro-Latino-América, os negros não poderiam se engajar na esquerda tradicional, porque esta seria “manobrista” e portadora de “racismo camuflado”. Sob essa rubrica ideológica, deveria emergir um partido de esquerda fortemente sustentado na classe trabalhadora, acenado como uma proposta para a nova luta política vislumbrada pelo processo de abertura democrática. Além dos trabalhadores, outras forças como os movimentos sociais cuja identidade de classe não fosse explícita também estariam inclusos nesse programa político, que deveria “colocar clara e corretamente o problema racial” (*VS*, 20,1978:42). Na coluna emerge então a pergunta retórica:

É possível um partido socialista debaixo deste regime?

- Sim, desde que este partido articule-se com a capacidade tática de conduzir, aglutinar e comportar as reivindicações de todos os setores oprimidos da sociedade, sejam eles trabalhadores, mulheres, estudantes, negros ou intelectuais. E ainda, temas hoje esquecidos como a ecologia, o imperialismo, a divisão da terra¹⁰¹.

Para tanto, seria preciso a participação dos negros em todas as etapas da direção do partido. Mas essas aquisições de poder não poderiam ser reivindicadas via violência, e sim por “relações fraternais”. Cientes de que seria importante somar as forças e não produzir divisões no interior da organização semiclandestina, os editores da Afro-Latino-América são contrários a um partido negro separado; defendem, ao contrário, uma partido conjunto, a partir de uma consciência negra. No pequeno artigo “Nós na Convergência Socialista”, a defesa eloquente do engajamento negro na referida corrente política, justifica-se no fato de que tal segmento partidário teria aberto espaço para a inserção da temática racial. Em contrapartida, o negro deveria adquirir uma consciência socialista e

¹⁰¹ No editorial da coluna Afro-Latino-América, “Nos Sapatos das Bases” (*VS*, 20,1978, p.40).

se organizar num partido de mesma proposta ideológica.

Os investimentos do grupo Afro-Latino-América na CS são desproporcionais quando apreciados a partir da carta de intenções da Convergência Socialista, apresentada ao *Versus* no bimestre abril-maio de 1978. Júlio Tavares, da coordenação nacional da CS, ao explicar os objetivos dessa organização, defende claramente a formação de um partido, que teria os seguintes rumos: ampla democracia interna, socialista e “dos trabalhadores”. Do ponto de vista das linhas gerais do grupo, defendia-se a democracia, a anistia, as eleições livres e diretas, a constituinte, melhores condições de vida, apoio aos movimentos sociais e, no tópico internacional, defesa aos “trabalhadores latino-americanos contra as ditaduras” e a libertação do povo negro do Zimbábue.

A temática do negro nacional só tem lugar, mesmo assim implícito e difuso, nos objetivos iniciais e públicos da CS, que defendia o extermínio de todos os tipos de “discriminação”. E conclui: “Acreditamos que o partido é a consciência do processo inconsciente do processo objetivo da luta de classes. Construir esse partido é nossa tarefa neste momento”¹⁰². Entre os jargões obscurantistas, depreende-se o pragmatismo. Na inexistência da “classe para si” e frente a um processo de abertura política, o mais acertado seria investir no potencial dos trabalhadores, que em ocasião oportuna viriam a cumprir o seu papel emancipador como classe revolucionária.

Se a direção da CS só conseguia traduzir as demandas sociais em termos de classe, os agentes cuja identidade forjava-se em outros termos tinham francas dificuldades em relacionar suas questões, tidas como “particularistas”, com àquelas denominadas universais. O esforço reflexivo de intelectuais negros como Hamilton Cardoso foi justamente a tentativa de superação dessa contradição na *práxis* e no pensamento político, introduzindo na equação um paradoxo, e desfazendo-se do raciocínio cuja consequência leva à necessária supressão de uma identidade política. Dessa reflexividade, o ceticismo ou o humanismo se abriam como pelo menos duas perspectivas possíveis. Foi a aposta num pensamento humanista que levou Hamilton Cardoso a ver no socialismo a possibilidade de superação das hierarquias entre as raças. Aos olhos do jovem Hamilton o horizonte utópico era necessariamente socialista. Sem saber ao certo como desapareceriam as causas do preconceito de cor, sua equipe acreditava que o negro era a expressão dos mais explorados e oprimidos no sistema capitalista. Para os redatores da coluna, reeducar a sociedade era caminho seguro para eliminar o preconceito. Assim:

¹⁰² Neste momento, *Versus* já estava sob o poder da Convergência Socialista (VS, n. 20, 1978, p.4).

[No socialismo], desaparecendo o conteúdo gerador do preconceito, os homens vão se reeducar, adquirirão uma consciência socialista. Durante esse longo processo, o negro terá que participar com a sua consciência, como elemento mais interessado que os outros, por ter sido o mais lesado no passado (VS, n. 20,1978: 42).

Por sua vez, o argumento em tela não supunha que o socialismo no país deveria ser realizado sem a presença dos negros: “a transformação libertadora só será possível, no Brasil, com os racialmente oprimidos”. Para bom entendedor, o negro no Brasil seria o sujeito histórico da revolução, dado o seu lugar estrutural no processo de exploração de classe. Pelo argumento dos editores, tantos os problemas raciais como os sociais seriam causadas pelo regime capitalista, e sendo assim o negro deveria lutar não apenas pela superação do preconceito e da discriminação, mas também pelo socialismo, entendido “como o fim de todo tipo de preconceito e discriminações raciais” (*Idem*).

Mas uma experiência histórica não tão distante do Brasil tencionava os ideais utópicos dos ativistas negros socialistas. A revolução cubana era realmente uma pedra no sapato. Sobre isso, comentaram: “em Cuba, os negros estão lutando violentamente, para conseguir espaço, porque se forem esperar apenas que aquele governo abra os leques da sociedade para eles, perderão”. Haveria duas explicações para aquela realidade: fato era que o negro não tinha a mesma igualdade na distribuição do poder político. Mas isso se dava ou porque o afro-cubano não reivindicava espaços de poder, preferindo uma solução paternalista, ou porque o regime socialista guardava uma herança capitalista, que preteria o negro das posições centrais da política cubana. Sem optar por uma ou outra explicação, os editores da Afro-Latino-América deixavam em suspenso o caso real de socialismo, e apostavam na utopia: “o conceito de socialismo já implica numa não discriminação racial” (VS, n.19, 1978: 42).

Contudo, é no artigo “Em defesa do marxismo” que o jornalista Hamilton Bernardes Cardoso iria comprar abertamente a briga com os setores do movimento negro opostos a associar a sua luta ao projeto socialista. Contrapondo-se, muito provavelmente, aos escritos de Carlos Moore, dissidente do regime castrista e vivendo em exílio na Europa, Hamilton precisou elaborar uma resposta contra os segmentos negros que se impressionaram com o livreto *Were Marx and Engels Racists?*¹⁰³. Fato era que os ativistas adeptos ao marxismo estavam em suspenso frente às considerações do exilado

¹⁰³ O livro foi publicado no Brasil apenas no ano de 2010, pela editora Nandyala. O título recebeu tradução literal: *Eram Marx e Engels Racistas?*

político da Revolução Cubana.

Não há evidências de que Hamilton tenha lido o livro de Moore, sobretudo porque o autor sugere ter recebido essas informações em conversas, daí também a grafia do nome do intelectual cubano estar escrito incorretamente. Mas, por certo, algumas teses do livro devem ter chegado à coluna por meio de encontros com outros intelectuais negros que tinham maior circulação internacional¹⁰⁴. O livro era uma recusa frontal ao marxismo como opção dos negros para suas realidades políticas, seja para o processo de descolonização africana, seja para as lutas políticas americanas. Por isso Moore defendeu, em 1972, que Marx e Engels nunca se preocuparam com a questão racial e colonial, ao contrário eles eram propriamente herdeiros do pensamento colonialista, evolucionista e determinista racial produzido no Ocidente.

Com dificuldade de retrucar esse argumento, o jornalista Hamilton preferiu deslocar a questão, apreendendo-a por outro viés. Segundo ele, o importante não seria exatamente a figura de Marx, mas como os marxistas atuais se comportavam frente à realidade racial. E aponta ainda o próprio marxismo uma teoria de intervenção da realidade: “O problema não reside no marxismo, mas nos marxistas”, afirma Hamilton (*Idem*). Ele acreditava que o marxismo como instrumento seria potente, isso se caísse nas mãos de outros grupos e povos que não fossem etnocêntricos, ocidentais e brancos. A aposta dele era de que o marxismo teria outro contorno nestes países, sendo capaz de superar o racismo. Para Hamilton Cardoso:

Erram os negros quando pensam que o marxismo não serve para o negro em sua luta política contra o racismo, assim como é um grave erro dos marxistas brancos afirmarem que não devem se imiscuir na luta dos negros. Em verdade, a luta anti-racista não é e não deve ser uma luta de uma raça, mas do conjunto da humanidade (*VS 33, 1979: 37*).

Na avaliação de Hamilton, a esquerda, ao longo de sua história, não percebeu o potencial revolucionário das massas negras do pós-abolição e perdia novamente a juventude da década de 1970. Diz o colunista: “o papel da vanguarda do movimento de massas seria canalizar este potencial para a luta revolucionária, organizada, contra o racismo, a burguesia e o capitalismo” (*Idem*). Atirando pedras para todos os lados e buscando uma conciliação entre raça e classe, Hamilton afirmava que a sociedade

¹⁰⁴ É provável que este livro tenha chegado ao Brasil pelas mãos de Abdias do Nascimento, que já era amigo de Carlos Moore. Elisa Larkin comentou, em entrevista concedida a mim em fevereiro de 2010, que Hamilton foi ao Rio de Janeiro, no ano de 1978, conversar com Abdias do Nascimento.

brasileira era profundamente racista e terminava seu argumento acusando os marxistas de não perceberem a formação do país, perdendo assim o *timing* da história. Para ele: “o problema da revolução, no Brasil (...) esta[va] no processo de integração política das raças e culturas aliada à superação das classes sociais.”¹⁰⁵

Não havia diferenças entre os brancos marxistas e os colonialistas europeus que queriam converter os negros à humanidade, exigindo deles a conversão ao cristianismo, diz o autor. É por conta disso que o problema todo não estava no trabalhador negro ou no proletariado, e sim na sua vanguarda, incapaz de compreender as especificidades da realidade nacional. Se Hamilton tinha razão ou não, só a História poderia julgar. Fato foi que esse grupo depositou suas energias utópicas na possibilidade de conciliação entre raça e classe como força motriz de uma única luta política. A aposta, entretanto, foi frustrada e o grupo sofreu uma dupla derrota.

Com o processo de constituição das forças políticas que se avolumaram no contexto de redemocratização, ao grupo político analisado, abriram-se vias para duas formas de ação política: de um lado, o movimento social negro; de outro, o Partido dos Trabalhadores. Ao primeiro coube a aposta numa forma não institucionalizada, com seu marco fundador em julho de 1978, nomeando-se inicialmente sob a designação abrangente de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial¹⁰⁶. Ironicamente, meses depois, por sugestão de Abdias do Nascimento, recebeu o termo *negro* em seu título, restringindo-se a Movimento Negro Unificado¹⁰⁷. Por outro lado, pela forma institucional, o segmento Afro-Latino-América veio a compor, junto à Convergência Socialista, mais uma das correntes da agremiação partidária fundada no Colégio *Sion* às vésperas do carnaval de 1980.

¹⁰⁵ *Versus*, no. 33, Ago/1979, p. 38.

¹⁰⁶ Segundo o jornal *Imprensa Negra Paulista*, “Abertura”, editado dois meses depois do ato das escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, tratava-se de “Uma manifestação digna. Embora tardia”. Esse repórter avaliou que o evento tinha cerca de 1000 pessoas, que tentavam ouvir as vozes dos militantes mesmo em meio às dificuldades técnicas do megafone. O evento foi chamado alguns meses antes, através de 10 mil panfletos distribuídos em casas de shows, no viaduto do chá, nos bailes “Soul” e na pequena e na grande imprensa. O jornalista que fez a cobertura, Everaldo Oliveira Souza, chamou atenção para o fato de que embora a maioria dos presentes fosse composta por negros, havia também representações da Convergência Socialista e da Juventude Judaica, que também fizeram pronunciamentos no local. No caso em particular da corrente trotskista, o jornal reproduz trechos do discurso: “a superação dos problemas que afligem a população negra somente será possível em uma nova sociedade” ou “os negros brasileiros são discriminados na vida social de um país que ajudam a construir com seu trabalho, desde os tempos da cruel escravidão, sofrem na carne todas as misérias criadas pela sociedade capitalista” (Ano I, N.1, Set/1978).

¹⁰⁷ Ver depoimento de Milton Barbosa (julho 2004), CPDOC, Rio de Janeiro.

SEGUNDO CAPÍTULO
Movimento, Partidos e Estado
(1980 a 1985)

2.1 Movimento Negro e o Partido dos Trabalhadores

Nas dependências do Colégio Sion, no dia 10 de fevereiro de 1980, ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores. Em São Paulo, cidade sede dessa nova agremiação partidária, lideranças mais ativas no movimento negro colaboraram na formação do novo partido. Note-se, contudo, que tais líderes tinham experiência política na corrente trotskista, a Liga Operária. Essa tendência, como ficou destacado no primeiro capítulo, já contava com um núcleo negro desde 1974 e atuava abertamente na política nacional sob a sigla de Movimento da Convergência Socialista desde 1978, contando com mais de 20 membros ligados à gênese do movimento negro no final da década de 1970¹⁰⁸. No jornal *Versus*, esse grupo aproveitou para expor e discutir a forma de manifestação do racismo no Brasil e as possíveis estratégias para superá-lo, por isso, quando da abertura política e reorganização dos partidos, os ativistas já possuíam um acúmulo na discussão racial em confronto com a esquerda, além de certa experiência no trato com as organizações políticas partidárias.

Com a formação do Partido dos Trabalhadores, muitos fundadores do Movimento Negro Unificado apostaram na nova sigla e levaram para o interior do partido em formação o acúmulo de discussão sobre a temática racial, bem como suas principais bandeiras políticas. De início, o Partido dos Trabalhadores foi identificado por possuir características distintas dos partidos políticos tradicionais. A interlocução forte com um leque abrangente de movimentos sociais, o alicerce no sindicalismo, além do vínculo com os núcleos de base da Igreja Católica, eram os indicadores mais expressivos da base popular e democrática do nascente PT. Na declaração pública de 13 de outubro de 1979, quando a sigla ainda não era ainda um partido legalmente instituído, o movimento negro é apresentado junto aos demais movimentos sociais como uma das bases de mobilização social e de legitimação que sustentava a ideia de uma agremiação partidária marcada pela heterogeneidade de classe e pelo pluralismo político:

A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros; dos sindicatos às comunidades eclesiais de base; dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres e ainda outros como os que lutam pelos direitos das populações indígenas. (São Bernardo do Campo, em 1979, Acervo da FPA)

¹⁰⁸ Segundo informações de um de seus integrantes, Adão Oliveira, que a época era ligado ao movimento operário da Zona Leste, em São Paulo. Entrevista presencial realizada por mim, em janeiro de 2012.

No ano seguinte, no dia da fundação do partido, cerca de 1.200 pessoas concordam em apresentar ao público um manifesto sobre o Partido dos Trabalhadores. Nele, novamente os movimentos sociais são mencionados, assim como o ativismo dos negros. Vê-se logo que são comentários simbólicos e alusivos às lutas políticas que demandam por democracia e representação política. Nem de longe os documentos iniciais do PT tiveram alguma reflexão ou comentário substantivo à luta negra, o mesmo se poderia dizer para os demais movimentos sociais que não tinham base classista:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá (...).

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes. (MANIFESTO do PT, 10/02/1980. Acervo FPA)¹⁰⁹.

Parte significativa dos militantes negros que ingressaram no PT, como Milton Barbosa, Rafael Pinto, Flavio Jorge, Gevanilda Silva e Hamilton Cardoso¹¹⁰ dentre outros

¹⁰⁹ Manifesto aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980. Documento extraído da Fundação Perseu Abramo (FPA).

¹¹⁰ Desse grupo, a figura que mais se destacou na produção de um discurso político sobre os negros no interior das esquerdas foi Hamilton Cardoso. Contudo, ele nunca se engajou na luta política eleitoral, procurou manter-se na produção jornalística, escrevendo artigos sobre a questão racial em revistas ligadas ao partido e à imprensa negra, e nos jornais onde trabalhava. Nesse sentido na década de 1980, Hamilton estava mais para um intelectual orgânico do que para um político profissional, roupagem esta que outros militantes negros assumiram com mais destreza. Já Gevanilda da Silva e Flávio Jorge eram dois jovens ativistas negros, que também atuavam na Liga Operária e no Grupo Negro da PUC, este último foi espaço de formação de muitos dos militantes negros que ingressaram no PT. Mesmo Matilde Ribeiro, que era estudante no curso de Serviço Social naquele período chegou a frequentar esse grupo negro da Universidade Católica de São Paulo, mas ela teve pouca inserção e participação nesse primeiro momento, uma vez que dividia sua jornada diária entre o ensino superior e o mercado de trabalho formal. Por sua vez, Rafael Pinto e Milton Barbosa chegaram a ser membros da Liga Operária, mas por divergências ideológicas com essa corrente, saem dela e formam “Grupo Decisão”, mantendo a dimensão racial e de classe como orientações basilares para suas ações e discursos. Fato foi que a despeito das filiações nas correntes de esquerda e suas discordâncias internas, esses indivíduos construíram um consenso sobre a formação de uma comissão negra no interior do PT.

que constituíam o núcleo paulista do MNU, teve sua trajetória política ligada à Liga Operária; alguns, entretanto, já haviam se desiludido com a corrente política um pouco antes da formação do MNU¹¹¹. Com efeito, esse grupo político conseguiu firmar os termos de suas reivindicações e deixaram registradas na linguagem política do partido emergente os conceitos basilares do movimento social como *discriminação, raça e negro*, termos centrais nos documentos oficiais do MNU e que passaram a ser utilizados nos textos públicos do PT principiante. Em certo sentido, poderíamos afirmar que o movimento negro ganhava legitimidade política na sociedade civil e passava a ter expressão nas disputas por representação da população negra.

Embora os termos pelos quais as ideias são veiculadas sejam importantes, o que chama mais a atenção, no entanto, é o sentido atribuído à luta contra o racismo. Nesse aspecto, os documentos iniciais do PT não deixam dúvidas para o fato de que o discurso predominante é a interpretação trotskista desse fenômeno, particularmente notável na distinção conceitual entre exploração e opressão. A primeira noção seria a experiência desigual dos trabalhadores frente às forças capitalistas, enquanto que a segunda seria uma forma de dominação experimentada nesse mesmo sistema econômico, porém não sendo percebido exclusivamente na esfera da economia, mas pelo sistema cultural ou mesmo pela dominação nacional. Nesse caso, o partido classificou como “minorias” estes grupos que foram oprimidos pela dinâmica social capitalista: “o PT manifesta-se solidário aos movimentos de defesa dos demais oprimidos entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo o econômico” (DOC, 1980, *Apud* Soares, 2010).

Ao que tudo indica, pelo menos no âmbito discursivo, os negros, como os demais agentes de movimentos sociais, tinham expressão na base de sustentação do Partido dos Trabalhadores nascente. Isso fica registrado no ano de 1981, quando o então sindicalista Luís Inácio Lula da Silva faz um discurso na primeira convenção nacional do partido. Na ocasião, ele menciona o problema racial. Interessante é notar que na formulação do pronunciamento da figura mais importante do partido se replicava inteiramente os elementos, os termos e a forma narrativa então corrente nos textos do movimento negro organizado. Eis um fragmento desse discurso que foi aprovado por unanimidade naquela convenção petista, tornando-se um símbolo dos princípios do jovem PT:

¹¹¹ Esse foi o caso, por exemplo, de Milton Barbosa e Rafael Pinto, conforme disseram em entrevista concedida a Ratts e Rios, em 2010.

Há no Brasil uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organização dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha a descobrir a luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas. Desde os escravos, os negros lutam, no Brasil, por sua libertação. Os quilombos foram conquistas mais decisivas para se acabar com a escravidão do que o pretenso liberalismo da coroa portuguesa ou dos republicanos mancomunados com o capital inglês. Por isso defendemos o direito dos negros manifestarem sua cultura, sua palavra, seus anseios (Discurso de Lula, no primeiro encontro Nacional do PT, 1981).

O deslocamento da ideia de liberdade das elites monarquistas ou republicanas para os quilombos e para as lutas escravas e negras no processo da abolição, ou mesmo o entendimento de que o racismo é um fenômeno difuso que atinge a todos, não sendo exclusivo das classes dominantes são elaborações comuns no movimento negro organizado. Tanto é verdade que o dirigente sindical apresenta os pares de oposição negro e branco, combinação típica dos discursos da militância negra daquele período para se referir respectivamente aos grupos dos oprimidos e opressores¹¹². Portanto, existe nos primeiros anos de vida do PT certa abertura e interesse em manter os negros organizados sob a sua órbita política, em contrapartida ofereciam-lhes um discurso engajado defendendo o movimento social no seu direito à organização, à expressão e, sobretudo, à manifestação cultural; além de abrigar sob a sigla partidária aqueles militantes interessados na campanha eleitoral.

Vale frisar, entretanto, que medidas ou formas para superação ou combate ao racismo ainda não são apresentadas ou enunciadas nos discursos e documentos públicos do PT, aliás este era um momento em que o movimento social ainda possuía tom reivindicatório, o que não se traduzia pragmaticamente em propostas de gestão de políticas públicas. Eram, pois, duas organizações políticas bastante imaturas do ponto de vista da política institucional: o partido bastante poroso para as mobilizações sociais pulsantes nos grandes centros urbanos, mas completamente desprovido de experiência na gestão pública; por sua vez o movimento social mantinha-se ambivalente em termos do tipo de relação que deveria estabelecer tanto com a via partidária como a estatal.

¹¹² A esse respeito digno de nota é a resolução política da primeira reunião da comissão de negros do PT, organizada no dia 1º de agosto de 1981, onde consta: “A existência de uma opressão particular que atinge os trabalhadores negros, o racismo, coloca para o PT, a necessidade de organização desses trabalhadores para a luta contra essa opressão e determina que o partido responda essa questão, organizando e armando politicamente com o conjunto de seus militantes, em particular os negros, para a luta contra toda discriminação econômica, social, política e racial” (Doc. Comissão de Negros do PT, 9 de dezembro de 1981).

Escapava a ambos projetos políticos programáticos de combate às desigualdades e discriminações raciais brasileiras.

Outra barreira, talvez a mais importante, erigia-se na fronteira entre aquele movimento social e o PT: a precedência do fator econômico sobre as demais formas de dominação marcou substancialmente os discursos e as prioridades das ações do novo partido político, de modo que os temas que não fossem genuinamente apresentados como relativos à exploração de classe eram colocados necessariamente em segundo plano. Conseqüentemente, as identidades, os discursos e as plataformas dos projetos políticos dos movimentos sociais deveriam se apresentar basicamente em termos de reivindicações materiais, que viessem a reparar uma desvantagem explicada pela exploração econômica.

Mais do que uma interpretação marxista-trotskista da questão racial, o PT levou a cabo uma forma de organização política para os movimentos sociais muito parecida com aquela que as lideranças negras estavam acostumadas quando militavam na Liga Operária na década anterior. Isto é, havia um espaço específico para discutir as questões gerais e abrangentes, onde estavam envolvidos os grupos e todos os interesses políticos pertencentes ao partido, mas também havia um espaço para o debate e encaminhamentos de questões tidas como particulares; estas últimas sendo sempre subordinadas às decisões das instâncias superiores do partido, como sua direção ou órgão representativo de liberação política. Assim, os negros integraram um setor no interior do PT nomeado Movimentos Sociais e Cidadania, logo depois essa seção veio a formar uma das cinco “setoriais” do PT, que contavam também com uma para a juventude, as mulheres, o meio ambiente e desenvolvimento e para a questão agrária.

O espaço que lideranças negras organizaram no interior do jovem partido recebeu o nome de Comissão de Negros do PT, em vigência desde meados de 1981. A ela cabia o papel de absorver as principais reivindicações do movimento social negro e aproximá-las do enquadramento teórico e da linguagem predominante do partido, a fim de permitir a inteligibilidade da questão racial no veio das demandas de classe, sem que aquela se dissolvesse nesta. Assim, a plataforma política da comissão poderia ser exposta da seguinte maneira:

Plataforma Política da Comissão de Negros no PT		
Descrição	Natureza da Reivindicação	Área de Atuação
Contra à discriminação racial na admissão empregos	Econômica	Regulação do Mercado de trabalho
Contra o Desemprego	Econômica	Regulação do Mercado de trabalho
Contra a Violência Policial	Direito Civil	Segurança Pública
Garantia trabalhistas às empregadas domésticas	Direito Social(trabalhista)	Legislação Trabalhista
Inclusão da História da África nos Currículos Escolares	Cultural ou reconhecimento	Educação
Rompimento das relações entre Brasil e a África do Sul	Política (Diplomática)	Relações internacionais

Fonte: elaboração própria com base nos documentos iniciais da comissão de negros do PT, 1981-1982.

Pode-se constatar que as propostas apresentadas pela comissão de negros do PT eram muito similares quando comparadas às reivindicações do MNU em 1978. Talvez a diferença mais marcante seja a objetividade que as demandas assumiram quando apresentadas na esfera partidária, enquanto que na formulação do movimento social elas aparecem de forma mais difusa e ampla. Ademais, até mesmo o tempo transcorrido entre a constituição do Movimento Negro Unificado e a formação do Partido dos Trabalhadores foi suficiente para que os ativistas tivessem aprimorado suas reivindicações. Por sua vez, os anos finais da década de 1970 explicaria a bandeira dos direitos políticos, enquanto que os anos iniciais da década de 1980 sugerem uma plataforma com fins eleitorais, já ganhando, ainda que de forma incipiente, uma feição mais próxima do que seria uma exigência por políticas governamentais e por intervenções legislativas. Note-se ainda que, mesmo com essas diferenças, é importante sublinhar que a maior parte das reivindicações é de caráter igualitário, indicado tanto pelos direitos políticos, sociais e civis (MARSHALL, 1967), bem como pelas duas reivindicações de fundamentação econômica. Contudo, as demandas que poderiam ser classificadas como de reconhecimento cultural são minoritárias quando comparadas às demais pautas políticas desse grupo.

Reivindicações da carta de princípios do MNU 1978	
Descrição	Natureza
Maiores oportunidades de emprego	Econômica
Melhor assistência à saúde, à educação e à habitação	Direito Social
Reavaliação do papel do negro na História do Brasil	Cultural ou reconhecimento
Valorização da Cultura negra	Cultural ou reconhecimento
Extinção de perseguição, exploração e repressão e violência	Direitos Cívicos
Liberdade de organização e de expressão do povo negro	Direitos políticos

Fonte: elaboração própria a partir de manifesto do Movimento Negro Unificado no ano de 1978, localizado no Acervo L. Gonzalez.

O documento, portador dos princípios desta comissão, recomenda que além do movimento social era preciso uma representação partidária. Não sendo, entretanto, o MNU uma entidade subordinada ao PT, mas entidade que pudesse encaminhar diretrizes sobre a questão racial para uma organização que era eminentemente de classe, embora relativamente aberta a solidariedade com os grupos oprimidos. No manifesto da comissão negra petista, ficava claro o vínculo de raça e classe que esse grupo queria imprimir, isso poderia ser verificado nas duas principais bandeiras: “contra a discriminação racial e a exploração do trabalhador”. É relevante dizer que a acepção do termo classe não diz respeito apenas aos trabalhadores manuais e operários industriais, mas também contempla as classes médias. Por sua vez, a classe que recebe objeções é justamente a que detém os meios de produção e explora materialmente os indivíduos que precisam vender sua força de trabalho:

Nós entendemos o Partido dos Trabalhadores como aquele no qual os negros devem participar em função de sua composição de classe, pois é formado por operários, funcionários públicos, estudantes, médicos, engenheiros, enfim, trabalhadores em geral. E também pelo seu panorama que coloca claramente a luta contra o regime dos patrões e ainda por seu compromisso com as lutas dos trabalhadores e dos oprimidos em geral, colocando na ordem do dia suas reivindicações. (DOC da Comissão de Negros do PT, 09/1982, s/p)¹¹³.

Pelo menos um dos integrantes e fundadores dessa comissão negra petista concorreu às eleições em São Paulo. Era um dos dirigentes do MNU, Milton Barbosa,

¹¹³ *O Negro e o Partido dos Trabalhadores. Documento interno da comissão. In: Comissão de Negros do PT, setembro de 1982.* Para se compreender mais o pensamento do grupo, a passagem abaixo é explícita: “mas não podemos ignorar, que a luta entre classes não se manifesta apenas de uma forma, mas que ela se expressa concretamente na manutenção de privilégios de classe, raça, sexo e outros tipos. Esses privilégios devem ser combatidos nas várias formas em que se apresentam no decorrer da história da humanidade”. (DOC. Comissão de negros do PT, p. 3, Acervo Cedec-PUC/SP)

então funcionário do Metrô e ex-aluno da FEA-USP, que se candidatava a cadeira de deputado federal. No total, foram três concorrentes à Câmara Legislativa Federal, dois disputando a uma vaga na Assembleia Estadual e três candidatos à Câmara de Vereadores, somando 9 negros candidatos por essa legenda. No conjunto somaram 87.099 votos, mas nenhum deles atingiu o coeficiente eleitoral mínimo para ocupar uma cadeira legislativa (VALENTE, 1982). O resultado foi um fiasco; mas não só para os negros, na verdade, na cidade de São Paulo, o PT não foi bem sucedido na sua primeira investida eleitoral.

Se, em São Paulo, os ativistas negros petistas não obtiveram sucesso nas primeiras eleições pluripartidárias brasileiras, ainda sob a vigência da Ditadura Militar, o mesmo não se pode dizer do Rio de Janeiro. Nesta cidade, o PT teve um rendimento melhor, elegendo pelo menos uma vereadora negra, que fez história no partido. Ademais, o próprio movimento negro carioca também era bastante ativo na cidade, e assim como aconteceu em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores catalisou boa parte das lideranças negras fluminenses.

2.2 Classe, Raça, Gênero e Representação política: o PT no Rio de Janeiro

As organizações políticas negras do Rio de Janeiro eram bastante ativas durante toda a década de 70. A militância carioca tinha seus clubes tradicionais, como o Renascença, celeiro de uma intensa efervescência cultural, recepcionando símbolos, ideias e mensagens do orgulho negro estadunidense (HANCHARD, 1994; GIACOMINNI, 2006). A presença marcante dos grupos de universitários negros reunidos na Cândido Mendes, que se tornava um dos centros mais ativos na discussão da temática racial, seja do ponto de vista do ativismo, mas também numa perspectiva acadêmica (GONZALEZ, 1983; LARKIN-NASCIMENTO, 2000). O Núcleo de Pesquisa André Rebouças, dirigido pela ativista Beatriz Nascimento, na Universidade Federal Fluminense (RATTS, 2007), também figurava com um dos grupos mais produtivos em termos de reuniões e discussão sobre a situação do negro brasileiro. Segmentos dessa militância vieram a compor o Movimento Negro Unificado, em sua formação em julho de 1978, ou mesmo se tornaram simpatizantes a esse ativismo de amplitude nacional.

Por sua vez, o partido dos trabalhadores que se constituía no Rio de Janeiro tinha bases bastante frágeis, pois sofria grande concorrência de seus adversários políticos, que já possuíam uma herança política de períodos anteriores, por conta disso o partido quase

não atingiu o coeficiente eleitoral mínimo para se estabelecer, que seria o de 3% no município. Ao se formar, o PT-RJ só contou com uma base parlamentar que decidiu compor o partido: era o deputado estadual José Eudes de Freitas. Ademais, ao contrário do que acontecerá em São Paulo, o partido não tinha tanta expressão sindical. Braga (1997, p.90) descreve bem as dificuldades de formação do partido no estado do Rio de Janeiro:

As dificuldades impostas ao registro dos partidos políticos que vieram a compor o novo quadro partidário que emergiu no início dos anos 80 foram particularmente sentidas pelas agremiações que não puderam contar com estruturas partidárias locais herdadas do período anterior. Esse foi o caso do Partido dos Trabalhadores, especialmente, no Rio de Janeiro onde além da ausência dessa organização territorial, não dispôs da adesão nem de um número suficiente de parlamentares que lhe garantisse a legalização, nem do apoio de setores sindicais importantes. Acrescente-se, ainda, a adesão de fortes organizações de esquerda que viam o PT mais como uma frente popular revolucionária do que um partido político, deixando para segundo plano a construção das estruturas próprias de uma organização partidária.

Com esses impasses para a sua constituição, o recrutamento inicial do partido aconteceu em fins de 1979, privilegiando os grupos organizados, os movimentos sociais e associações na sociedade civil. Do ponto de vista de sua composição social, o PT-RJ foi formado por “militantes da esquerda clandestina e ex-exilados, militantes cristãos, lideranças sindicais e dos movimentos sociais” (BRAGA, 1997:114). Esse modelo de recrutamento também influenciou a forma de organização do partido, que no Rio de Janeiro foi marcada pela construção dos núcleos por categoria profissional, a exemplo dos professores, e não por base territorial, como o ocorreu em São Paulo (*Idem*). Fato foi que o nascimento do PT fluminense possuía mais quadros partidários ligados aos setores da classe média, do que propriamente de base popular, muito embora buscasse ampliar seu raio de atuação para os movimentos sociais de populares e de base¹¹⁴.

Uma liderança que emergiu do ativismo negro carioca e esteve na gênese da formação do PT-RJ foi Lélia Gonzalez. Ela já era uma professora universitária, conhecia bem as teorias feministas francesas, frequentava grupos marxistas ligados a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e chegou mesmo a se aproximar da Convergência Socialista,

¹¹⁴ A esse respeito Braga (1997) comenta: “Não é por acaso que em estados como, por exemplo, o Rio de Janeiro, onde tradicionalmente existe uma classe média razoavelmente mais organizada e combativa, o PT tenha se constituído, principalmente, pelos segmentos médios da sociedade fluminense. Em contraste com São Paulo berço do novo sindicalismo, embora também se observasse a presença destes setores médios, a participação operária nos primeiros anos de vida do partido foi consideravelmente maior” (1997, p.16). Ela acrescenta que um diferencial de São Paulo tem a ver com os setores sindicais, em particular os operários dos setores industriais modernos. Nestes, o PT-RJ não teve ampla representatividade, nem no plano sindical, nem no político.

sendo inclusive colaboradora do jornal *Versus*, durante o ano de 1978. Embora com bastante trânsito no interior dessa corrente partidária, Lélia Gonzalez mantinha certas ressalvas com relação a esta corrente de esquerda, o que pode ser observado na entrevista que concedeu para o livro *Patrulhas Ideológicas*:

Bom, eu gostaria de colocar aqui que eu pertença ao movimento negro unificado, que estamos numa batalha violenta no sentido de conquista de um espaço para o negro na realidade brasileira, e o que eu tenho percebido é uma tentativa por parte das esquerdas em geral de reduzir a questão do negro a uma questão meramente econômico-social. Na medida em que liquida o problema de classe, na medida em que entramos numa sociedade socialista, o problema da discriminação está resolvido. A meu ver esse problema é muito mais antigo que o próprio sistema capitalista e está de tal modo entranhado na cuca das pessoas, que não é a mudança de um sistema para o outro que vai determinar o desaparecimento da discriminação racial (1978: 204-205).

Com essa crítica, ela deixa explícito que não comunga a mesma cartilha ideológica dos trotskistas. Mas suas objeções com as tendências de esquerda não a impediram de se aliar a elas na formação do partido dos trabalhadores. Lélia e muitos outros militantes negros apostaram na possibilidade de persuasão discursiva, isto é, através do convencimento de que a temática racial também tinha centralidade para explicar os problemas de desigualdades no Brasil, não sendo apenas a exploração de classe. Depois de muitas conversas, decidiu engajar-se na formação do PT, o qual ela considerava um partido de base pluralista.

Quando Lélia ingressou no partido já era uma figura com certo capital cultural e político nos espaços mobilizados: era frequentadora dos círculos acadêmicos de classe média e de esquerda cariocas, ao mesmo tempo que fazia parte da direção das organizações políticas negras reconhecidas, como o IPCN, e integrava o grupo da Cândido Mendes. Contudo, não era filiada a nenhuma corrente política que veio a fundar o Partido dos Trabalhadores. Em outubro de 1981, no 1º. Encontro Nacional, realizado na Assembleia Legislativa de São Paulo, Lélia Gonzalez foi a única liderança do movimento negro organizado eleita para compor o primeiro diretório nacional do PT, lista esta que contava com 92 nomes, sendo apenas seis mulheres, e encabeçada pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva.

Entre os anos de 1980 e 1981, como diretora nacional do PT, Lélia Gonzalez foi apresentada a uma auxiliar de enfermagem do Hospital Miguel Couto, que atuava na Associação Chapéu da Mangueira, morro carioca localizado próximo ao bairro do Leme, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Bem conhecida no movimento de favelas, mas ainda sem

nenhuma circulação nos meios políticos da classe média e ainda desconhecida da grande mídia, esta figura logo se tornou amiga de Lélia: era Benedita da Silva.

Dessa relação surgiu uma amizade que marcaria a trajetória política de ambas. Apesar da mesma origem, entre Benedita e Lélia havia um abismo. Em comum elas tinham a experiência da migração para a cidade grande em busca de melhores condições de vida: suas famílias eram extensas, suas mães não possuíam instrução formal, eram donas de casa e exerciam atividades domésticas de onde retiravam recursos para ajudar no orçamento familiar. Seus pais eram trabalhadores manuais, semialfabetizados, e assumidamente getulistas¹¹⁵. Entre as décadas de 30 e 40, ainda na infância, elas mudaram-se com suas famílias e se estabeleceram em assentamentos populares urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Mas as similaridades param por aí. Cada uma tomou rumos totalmente diferentes e só voltam a ter suas trajetórias cruzadas quando ingressam na política partidária e nos movimentos sociais.

Ao contrário de Benedita, Lélia teve a fortuna de ter um irmão que se destacou no futebol carioca nos anos 40, tornando-se o provedor da casa, e permitindo que a família saísse da miséria. Essa assistência financeira, fez com que ela, uma das irmãs mais novas de um grupo de 17 membros, frequentasse as escolas públicas da cidade. Somado a sua persistência individual e os incentivos dos mestres, ela conseguiu cursar todo o ensino básico, inclusive ingressando numa das escolas mais concorridas e prestigiadas do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II. Tendo feito esse caminho seu ingresso na universidade já não era um grande obstáculo a ser superado: bacharelou-se em História, Geografia e Filosofia na Antiga Universidade do Brasil, custeando seus estudos com o ordenado que ganhava como professora secundarista no município do Rio de Janeiro. No início da década de 70, já figurava como professora universitária de estabelecimentos públicos e privados, como a Escola Gama Filho e a Escola Estadual do Rio de Janeiro.

Trajetoária educacional muito distinta teve Benedita da Silva. Seus pais deram incentivos para que os filhos mais novos pudessem frequentar à escola. A família que já se encontrava numa cidade que oferecia relativa oportunidade quando comparado ao campo, beneficiou-se dessa condição e foi assim que Benedita e sua irmã conseguiram aprender a ler e a escrever, frequentando o antigo primário. Mas Benedita precisou

¹¹⁵ Quando do suicídio de Getúlio Vargas, Benedita viu seu pai e a sua mãe chorarem porque teria morrido “o pai dos pobres”. Vargas era a figura simbólica mais importante de sua infância, que foi marcada também por ter sido cabo eleitoral de vários políticos que aportavam à favela fazendo promessas nunca cumpridas (ver autobiografia de Benedita). Sobre as preferências dos pais de Lélia Gonzalez, ver depoimento gravado vídeo no acervo da UERJ.

interromper por diversas vezes sua formação escolar. Completou quatro anos de estudos no antigo primário e logo teve que sair para trabalhar, como era comum entre as pessoas do local onde morava. O trabalho sempre concorreu com seus estudos: “trabalhei desde os 7 anos, vendendo balas, amendoim, limão, engraxando sapato, fazendo carroto na feira” (SILVA, 1997: 25). Viveu a adolescência inteira trabalhando e só conseguiu voltar a estudar quando já estava casada e com filhos. Obteve o diploma de ensino médio pelo exame de maturidade. Incentivada pelos filhos e pelo marido, finalizou os estudos secundários, chegando até a realizar em 1979 um curso técnico na área da saúde, o que lhe permitiu o cargo de auxiliar de enfermagem, profissão que exercia quando ingressou no PT¹¹⁶.

No encontro entre essas duas mulheres, cada uma trazia uma bagagem política. Benedita frequentava o comitê de favela do Chapéu da Mangueira desde os 12 anos. Em 1958, foi secretária da referida associação até chegar a sua presidência no ano de 1978. Por sua atuação comunitária, participou por quatro vezes da direção da Federação das favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ). A associação em que Benedita atuou na juventude tinha inicialmente fins assistenciais, mas aos poucos foi se politizando durante a Ditadura Militar: de um lado o trabalho da Igreja, com agentes portadores da teologia da libertação - os religiosos católicos empenharam-se fortemente na propagação das ideias de Paulo Freyre, educação popular vigente na época em que Benedita, com seus poucos anos de estudos, lecionava na favela -, de outro, militantes políticos de partidos de esquerda. Neste caso, destaca-se o líder comunitário Agnaldo Bezerra dos Santos, o Bola, ligado ao partido comunista, que se tornou seu segundo marido, e um dos principais responsáveis por seu ingresso no PT. Lélia Gonzalez, por sua vez, vinha da militância do movimento negro e feminista, ambos grupos políticos mais ligados aos círculos de classe média, e àquela altura ainda com pouca inserção nas camadas populares.

No momento da formação do partido dos trabalhadores, Benedita da Silva estava próxima dos seus quarenta anos. Assim como Lélia, ela não tinha nenhuma vinculação formal com grupos de esquerda marxista. O grupo político do qual fazia parte no interior do PT (que era mais próximo de LULA, que depois se automeiou Articulação Unidade na Luta) sugeriu que se aproximasse de algumas pessoas ligadas ao movimento negro. Dessa indicação, apareceu a oportunidade de se relacionar com dois militantes negros.

¹¹⁶ Quando fez seu primeiro curso universitário numa instituição particular no Rio de Janeiro, estudou com a sua filha, que também tinha optado por fazer Serviço Social. No mesmo ano em que se candidatou a vereadora, em 1982, iniciou seus estudos de nível superior.

Sobre essas duas figuras Benedita teceu algumas considerações: “Hermógenes e Lélia Gonzalez foram as duas pessoas que no mundo negro me ajudaram nos primeiros passos em direção a esse chamado movimento negro organizado”¹¹⁷. A partir deles, Benedita participou de algumas reuniões do Instituto Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), mas nunca se filiou à organização alguma. Mais do que inserir (ou cooptar) Benedita nas agitações políticas do movimento negro, Lélia Gonzalez foi sua mediadora nos círculos políticos mais intelectualizados e de classe média do Rio de Janeiro. Benedita se achava bastante tímida para falar em grupos de intelectuais, por conta disso Lélia Gonzalez era indispensável porque conseguia “expressar” o que ela pensava. De fato, a essa época, Benedita não estava acostumada a se ver em outros espaços políticos além das associações de bairros, reuniões comunitárias e da Igreja Católica¹¹⁸.

A sua inserção em meios sociais de maior prestígio a deixava constrangida por desconhecer os códigos culturais e de classe dispostos em tais ambientes. Enquanto para Benedita isso tudo era estranho, para Lélia, de origem popular, mas com formação sólida em escolas tradicionais do Rio¹¹⁹, a vida dos estratos médios e suas conversas já faziam parte da rotina de seu dia-a-dia, até porque na ocasião já era professora universitária e residia num bairro bem localizado na Zona Sul carioca. Ademais, Lélia já tinha incorporado algumas disposições e o estilo de vida da classe média já influenciada pelas ideias contraculturais, e tão afeita à bossa nova. Havia no encontro entre Benedita e Lélia grande distância social.

Os enfrentamentos de classe foram flagrantes na medida em que Benedita aproximava-se, por intermédio de Gonzalez, do movimento feminista e das camadas mais intelectualizadas que formavam o PT¹²⁰. Num relato impressionante a escritora Rose Marie Muraro, originária das famílias de elite no Rio de Janeiro, lembra-se da dificuldade das feministas frente à figura de Benedita da Silva:

Quando eu conheci a Benedita, ela não sabia nem falar direito, não sabia nem articular o pensamento (...) eu vou falar coisas muito depreciativas, você sabe aquele samba do Crioulo doido? Eu vi gente falando um pouco assim, um pouco de uma coisa, um pouco de outra,

¹¹⁷Entrevista concedida a mim, em fevereiro de 2010, no Rio de Janeiro, quando Benedita dirigia a Secretaria do Bem Estar Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

¹¹⁸Nesse momento, Benedita ainda não era protestante. Seu pertencimento religioso tinha por base a frequência ao Candomblé e à Igreja Católica.

¹²⁰ Há que se notar um comentário feito por Braga (1997): “No que diz respeito aos movimentos populares, vale ressaltar que, apesar da importância de lideranças oriundas desses movimentos na organização da infraestrutura local do PT-RJ, não se observa, entre seus dirigentes dessa primeira fase, quadro vinculados a esses setores. Esse é o caso, por exemplo, da atual senadora Benedita Souza da Silva, com alta popularidade fora do partido, mas baixa expressão do aparelho ideológico”. (Braga, 1997: 118)

com um tipo de raciocínio que nós não temos. (fevereiro de 2010)¹²¹

As feministas de classes sociais abastadas e intelectualizadas tinham dificuldades em absorver a Benê, como a chamavam carinhosamente. Um abismo se abria no problema de comunicação, de linguagem e de inteligibilidade. Ou seja, produzia-se uma incomunicabilidade muito emblemática da distância de classe no Brasil, que poderia ser a medida exata do distanciamento entre a elite e povo. Era como se esses dois polos existissem segregados por tanto tempo e por tanta desigualdade social que tornava impossível aquilo que os republicanos idealistas acreditavam ser o princípio básico da política, isto é, a conversação. Contraposta a Benedita, Lélia era vista como aquela que transitava nos dois mundos, o dos brancos e o dos negros ou, nos termos de Rose Marie Muraro, “dos nagôs e dos “brancos ocidentais” . Ela conseguia traduzir numa linguagem inteligível, para aquelas intelectuais interessadas em aproximar-se das “mulheres populares”, os anseios daquele segmento feminino pobre e negro.

Nesse novo engajamento político, Benedita aproximou-se dos movimentos negros e feministas de classe média dos morros e associações de favela. Uma experiência significativa para o encontro desses distintos grupos foi o NZINGA, um coletivo de mulheres negras que se reuniu nas dependências da associação chapéu da Mangueira para discutir problemas como controle de natalidade, uso de métodos contraceptivos, além de oficinas de estética para “elevar a autoestima da mulher negra”. As feministas apresentavam suas ideias de emancipação feminina, enquanto que as mulheres pobres e negras chocavam-nas com seu materialismo desnudado (RATTS e RIOS, 2010).

Todos esses espaços e redes construídas se constituíam no campo da política. Na esfera institucional, elas disputaram o pleito de 1982. Benê, como era chamada na campanha política, apresentou-se como candidata à vereadora, enquanto Lélia, como deputada federal. Em depoimento coletado por Tereza Cristina Costa, Lélia comenta sua opção pelo Partido dos Trabalhadores no ano em que aconteceram as primeiras eleições pluripartidaristas brasileiras pós-ditadura militar: “O PT é um partido que não tem senhor, não tem essa de arregaçar a manga feito Ademar. Eudes é Eudes, não é senhor senador, meu governador etc... é toda uma visão de mundo, uma postura corporal diferente.” (1982: 44).

É importante notificar o sentido do elogio de Lélia ao partido. Na opinião dela, a maior virtude do PT era exatamente a sua formação social e as relações que eram

¹²¹ Entrevista concedida a mim em fevereiro de 2010.

estabelecidas entre as pessoas. Além da composição francamente popular, ou seja, com presença marcante de pessoas oriundas de camadas sociais mais baixas e trabalhadores sindicalizados, o partido dos trabalhadores parecia buscar uma horizontalidade nas relações sociais, quebrando, em certa medida, o padrão elitista dos partidos tradicionais brasileiros, formados por classes econômicas elevadas ou por uma camada média intelectualizada, distante da realidade da maior parte da população do país. Ademais, a frase “O PT é um partido que não tem senhor”¹²² faz referência direta ao discurso do movimento negro, que usava o termo senhor para se referir as persistências das estruturas escravistas na sociedade brasileira, que se faziam representar pelos herdeiros dos antigos senhores, muitos dos quais grandes proprietários de latifúndios e altamente influentes na política partidária brasileira.

Nessa primeira investida política na carreira de ambas, Lélia vem como candidata à deputada federal, e sua amiga Benedita, como vereadora, pelo mesmo partido, faziam assim a “dobradinha eleitoral”. As duas campanhas foram marcadas pela afirmação da identidade como mulher negra, com ênfase na proposição de que o negro é a maioria no Brasil, por isso diziam em vários discursos que sua campanha era para “a maioria silenciada”. Lélia, de modo geral, obteve apoio do movimento negro, do movimento de mulheres e do movimento gay, grupos com os quais buscava dialogar. Em análise da propaganda e discursos da candidata, Tereza Costa comenta que:

Para viabilizar a sua campanha Lélia Gonzalez mantendo sua identidade básica de mulher negra articulou a questão racial com ou outras questões ampliando a sua plataforma e estabelecendo no processo eleitoral uma ampla rede de relações (que inclui candidatos, militantes do PT, grupos de outras campanhas e amigos seus) caracterizada por sua heterogeneidade (1982: 48).

O apelo à comunidade negra era explícito não só nos símbolos e discursos como também nos lugares que iam para desenvolver suas campanhas. Não era uma candidatura só articulada com movimentos sociais progressistas, Lélia, ao lado de Benedita da Silva, foi a diversas comunidades e morros cariocas buscar apoio dos moradores que lá residiam. Mas Benedita, embora já envolvida com o movimento de afirmação do negro, apresentou-se sua imagem com “Mulher, Negra e favelada”, como uma bandeira popular, como alguém que conhecia de perto as demandas da comunidade, do morro, da favela. Esse era seu público prioritário, e, ao que tudo indica, o segmento que a elegeu.

Finda as eleições daquele ano, o resultado era acachapante: apesar de todos os

¹²² Depoimento coletado por Tereza Costa no ano eleitoral de 1982.

esforços e grande mobilização, Lélia não conseguiu se eleger, e ficou como primeira suplente na bancada do PT. Benedita Silva, por sua vez, iniciava sua carreira no legislativo carioca. Ela comenta esse momento: “Ela [Lélia Gonzalez] teve um gesto muito nobre quando eu fui eleita como vereadora. Ela aceitou estar na condição de minha assessora. Ela foi subchefe de meu gabinete para ajudar a dar os primeiros passos” (entrevista, 02/2010).

Os primeiros passos, aos quais Benedita se refere, eram exatamente a constituição do primeiro mandato político. Nele, Lélia trabalhava na elaboração de discursos, na maior inserção de Benedita em outros espaços políticos como movimento negro e o movimento feminista, além do circuito intelectual, este último completamente estranho para a então vereadora e totalmente familiar a sua assessora. A caminhada junto com Benedita também se estendeu para fora das fronteiras do país. Nessa ocasião Lélia Gonzalez sugeriu a escrita da biografia de Benedita, tal como ela relembra em seu prefácio anos mais tarde:

Imaginava que esse livro seria escrito por uma mulher que tivesse na sua história de vida, não as mesmas tragédias por que passei, mas algumas dificuldades causadas por sua classe social e pela cor de sua pele. E ninguém melhor do que uma mulher negra para se identificar com o que vivi. Isso não aconteceu, porque minha grande amiga Lélia Gonzalez, que havia planejado fazer esse trabalho, não está mais conosco. Mesmo depois da sua morte, a Lélia representava uma grande inspiração para mim. É por isso que quero dedicar esse livro a ela (SILVA, 1997:7).

Dentro da organização partidária, Lélia manteve-se no diretório executivo, cargo que tinha desde 1981 e que se findou em 1984. Em 1986, ela rompe com o PT. Essa ruptura deu-se por conta dos problemas de inserção do tema racial em sua plataforma política. Há tempos, ela vinha se manifestando com relação a isso, inclusive fazendo críticas públicas ao partido. Em artigo na Folha de São Paulo, em 1983, enfrenta abertamente o PT nacional, fazendo comentários severos a não inclusão dos problemas sociais referentes aos moradores de favelas e aos negros em seu conteúdo programático exibido na TV. Dos 10 pontos apresentados pelo programa publicitário do partido, nenhum deles fazia menção às demandas de movimentos étnicos e de mulheres. O título do texto “Racismo por Omissão” indicava bem o tom do argumento, nas palavras de Gonzalez:

O ato falho ao negro que marcou a apresentação do PT pareceu-me de extrema gravidade (...). Se falou de um sonho que se pretende igualitário, democrático etc, mas exclusivo e excludente. Um sonho

européizante europeu. E isso é muito grave companheiros! Afinal a questão do racismo está intimamente ligada a superioridade cultural. De quem? Ora, crioulo, mulhêrio e indiada deste país: se cuide, moçada!(FSP, 13/08/1983).

Em outra entrevista cedida ao Jornal Pasquim, ela volta a falar de sua saída do Partido. Nesse depoimento, faz algumas ponderações acerca das diferenças regionais, especialmente entre o PT do Rio de Janeiro e o de São Paulo:

Jaguar: Por que você mudou de partido?

LÉLIA – Eu mudei de partido por uma razão simples, é conhecido de todos que o PT do Rio de Janeiro acabou ficando restrito a determinados setores e que são majoritários no PT, não realizam um trabalho efetivo na questão racial. Então, meu último sentimento em relação ao PT do Rio – eu quero frisar que só estou me referindo ao Rio de Janeiro, por que se eu estivesse em São Paulo, eu não teria saído do Partido – foi vê-los como uma vanguarda falando pra quatro paredes. O PDT no Rio possui um amplo respaldo e dentro desse respaldo, a questão racial é tratada com muito mais atenção. A razão fundamental foi essa, o próprio programa partidário, diferentemente dos outros partidos é que antes de entrar no programa propriamente dito, ele declara suas prioridades e veja que essas prioridades são a criança, o trabalhador, a mulher e o negro. (Pasquim, 1986: 9).

A saída de uma importante dirigente do movimento negro surpreendeu os demais militantes do PT. Benedita da Silva compreendeu a decisão da colega e concordava com os problemas apontados por Lélia, mas levou seu mandato até o fim com a legenda do PT. Elas mantiveram suas alianças, fora da arena partidária: o primeiro deles na constituição do Conselho Nacional da Mulher, sendo ambas representantes das pautas das mulheres negras. Além do mais, Benedita participou dos principais eventos dos coletivos de mulheres negras, ocorridos nos anos da democratização¹²³. Em seu primeiro mandato assumiu a identidade de mulher, negra e favelada, slogans presentes em seus discursos e em sua imagem pública, o que lhe acompanharia, com sucesso, nas suas sucessivas campanhas eleitorais às Casas Legislativas¹²⁴.

2.3 Lideranças Negras e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Foi a relação entre lideranças negras liberais e o Movimento Democrático Brasileiro que possibilitou a institucionalização das reivindicações por igualdade racial na

¹²³ A exemplo do Encontro Nacional em Valença no Rio de Janeiro e do Tribunal Winnie Mandela na cidade de São Paulo, no ano de 1988.

¹²⁴ Os comentários feitos por Miriam Dolhnikoff, Fernanda Peixoto e Omar Ribeiro, na revista *Novos Estudos Cebrap*, em 1995, não deixa dúvida sobre essa dificuldade de interpretar a trajetória de Benedita da Silva. Esse mesmo problema persistiu nas análises de Glayds Mitchel, na ocasião de seu doutoramento, na Universidade de Chicago (2007).

esfera estatal pela primeira vez na história do Brasil. E isso aconteceu no Estado de São Paulo durante o mandato do democrata cristão André Franco Montoro¹²⁵, vencedor das eleições governamentais em 1982 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. Eleito com a prerrogativa de assumir as forças sociais que marcaram a luta contra a ditadura militar, Montoro teve em sua plataforma eleitoral a rubrica da participação social, assinatura publicitária de sua campanha. Com essas expectativas para a sua gestão, grupos de interesses e movimentos sociais organizados passam a pressionar o governo em favor de representação e participação no poder público¹²⁶.

Para se compreender o processo político que levou a absorção das demandas da comunidade à esfera do Estado é preciso saber um pouco do histórico da relação entre os negros e o único partido oposicionista que disputava às eleições durante a ditadura militar. A história do antigo MDB e lideranças negras, na verdade, vinha de um tempo anterior e assumiram vias decisivas na segunda metade da década de 1970. Durante a vigência do bipartidarismo, quando disputavam apenas Arena e MDB, a expressão mais emblemática desse envolvimento era o caso do empresário negro Adalberto Camargo que vinha construindo a sua carreira política, desde as eleições de 1966, ganhando sucessivas disputas eleitorais até 1978, assumindo cargos de deputado estadual e federal, inclusive emprestando sua credibilidade para lançar, e eleger, e apadrinhar dois outros candidatos negros: Theodosina Ribeiro e Paulo Ruy de Oliveira¹²⁷.

O fato marcante dessas candidaturas é que Camargo atribuía as suas conquistas eleitorais à comunidade negra. Enfatizava que sua campanha era realizada em espaços de

¹²⁵ André Franco Montoro nasceu na cidade de São Paulo em 1916. Neto de imigrantes italianos e espanhóis, viveu num lar de estratos médios baixos: seu pai exercia a profissão de tipógrafo e sua mãe, até onde se sabe, era dona de casa. Estudou nos melhores colégios públicos paulistas e teve também formação católica. Diplomou-se em Direito no largo de São Francisco em 1938, obtendo, no mesmo ano, licenciatura em filosofia e pedagogia. Antes de engajar-se na política partidária foi professor universitário e ocupou cargos de secretário-geral do Serviço Social da Secretaria de Justiça de São Paulo, deixando esta função para ocupar a posição de procurador do Estado de São Paulo, entre os anos de 1940 a 1950. Sua carreira em partidos políticos começou com sua filiação no Partido Democrata Cristão, em 1937, no qual se elegeu vereador (1947), e passando a ganhar eleições sucessivas para as cadeiras legislativas na Assembleia estadual e na Câmara federal. No Governo Goulart, tornou-se ministro do trabalho e da previdência social. Durante o regime militar, sob vigência do bipartidarismo, integrou o MDB e sob essa legenda ganhou as eleições como deputado federal e senador. Com a abertura pluripartidária da qual foi ferrenho defensor, tornou-se candidato pelo recém-criado PMDB. Montoro também figura nas páginas dos jornais paulistas como um dos grandes articuladores das Diretas, em 1984.

¹²⁷ Adalberto Camargo nasceu em 1923, na cidade de Araraquara, no interior paulista. Sua carreira se torna notória, primeiramente, como empresário, no ramo de comércio de carros e frotas de táxi. Durante a Ditadura, ingressa pela primeira vez num partido político, o MDB paulista, em 1966. Foi eleito com 18.000 votos e reeleito, quatro anos mais tarde, com 43.000 votos. Na Câmara Federal, foi vice-presidente da Comissão de Transporte e fez parte das comissões de Finanças e Relações Exteriores (VALENTE, 1982; Site da Câmara de Comércio).

grande densidade populacional negra, como certos bairros residenciais da cidade, ou as escolas de samba e também os clubes sociais frequentados por indivíduos e famílias que viveram alguma ascensão social. De todo modo, tudo indicava que Camargo conseguia agradar desde as camadas mais pobres até as famílias tradicionais paulistanas negras, que já tinham ingressado na classe média.

Camargo foi o típico político ligado às velhas estratégias clientelistas utilizadas pelos partidos políticos durante a Ditadura, que como nos esclarece Fernando Henrique Cardoso: “O MDB era identificado popularmente como o “partido dos pobres”, de “oposição ao governo” e utilizava essa popularidade para mobilizar o eleitorado com propósito limitado à obtenção do voto, através de uma relação clientelística” (1983:198). Apesar de se valer dessas mesmas estratégias partidárias, Camargo possuía um diferencial no seu projeto político: defendia a ascensão social do negro, isso é particularmente notado nas bolsas concedidas para jovens ingressarem e se manterem nas universidades particulares, além de indicar esses jovens bacharéis para cargos em empresas privadas. Contudo, essa não era uma proposta programática do partido, mas uma iniciativa pessoal de Adalberto de Camargo¹²⁸.

Digno de nota é um de seus últimos discursos proferido em outubro de 1982 na Câmara dos deputados, em que protestava contra o uso abusivo da força empreendida pelos policiais militares do Rio de Janeiro, que teriam sido flagrados pela imprensa local, ao transportar um grupo de indivíduos negros do sexo masculino, supostamente suspeitos de uma infração criminal. O então deputado, durante todo o discurso se apresentou ora como representante da comunidade negra, ora como cidadão negro ou mesmo reivindicando uma pertença identitária no interior desta comunidade¹²⁹: “Não queremos que retornem aqueles dias do passado [referindo-se à escravidão]. Contra isso, nós, negros deste país agiremos com todos os meios ao nosso alcance até com o sacrifício da própria vida”(1982:15). Num discurso acalorado o deputado disse acreditar que o combate ao racismo era uma luta suprapartidária, e que o desenvolvimento da nação dependia da superação das desigualdades raciais e do tratamento igualitário independentemente da cor, conforme atestavam os preceitos constitucionais e a carta dos

¹²⁸ Avaliação semelhante foi apresentada por SILVA (1992).

¹²⁹ Camargo valeu-se do tribuno para se colocar como negro diversas vezes, ele mesmo era reconhecido como tal pelos seus colegas deputados. Digno o de nota é a passagem que ele se coloca como pertencente a comunidade negra: “Devo dizer a V.Exas., Sr.Presidente e Srs. Deputados, que como negro, não gostarei de ser amarrado pelo pescoço e conduzido como animal, a título de averiguação, que não encontra qualquer fundamento legal em nossa legislação, como o fato fotograficamente registrado para a imprensa mundial, como meus concidadãos e irmãos o foram”.(p.14)

direitos humanos. Em sua manifestação pública frente aos parlamentares, defendia uma sanção imediata: “(...) exclusão, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, dos elementos indignos causadores do triste acontecimento”(Idem:16).

O deputado também se valeu da comunidade internacional para revelar suas contradições no modo de tratamento do negro brasileiro por parte das autoridades presidenciais. Primeiro, ele exigia que o então presidente da república reconhecesse que no Brasil havia racismo, ao invés de propagar “democracia racial aos quatro cantos do mundo”. Como, por exemplo, ele cita o fato da política externa do país denunciar o *Apartheid* na África do Sul e desrespeitar os direitos humanos e constitucionais do afro-brasileiro, o que fica flagrante na imagem da prisão injusta sem precedentes criminais dos jovens, que, segundo ele, só teriam sido presos e maltratados daquela forma porque eram “negros”, “pobres” e da “favela”. Assim, Camargo não dispensou críticas a João Figueiredo, general em exercício presidencial, cobrando dele uma postura mais realista com relação aos atos de preconceito e discriminação vivenciados pelos negros na nação brasileira:

Como pode o presidente Figueiredo assegurar o bem estar de seu povo e conquistar níveis de vida compatíveis com a dignidade humana de nossa época, quando a Polícia Militar do Rio de Janeiro amarra cidadãos pelo pescoço, todos negros, como animais, para pseudo-averiguação, em flagrante desrespeito a todas as leis do país, à constituição e a todas às normas de comportamento humano? (1982:13)

O discurso fora proferido em 1982. Um momento em que o deputado vivia grande tensão no interior do MDB. Entretanto, não se sabe ao certo o que teria levado Camargo a sair desse partido, uma vez que era um deputado relativamente bem votado e tornava-se uma grande liderança no partido oposicionista. Fato foi que, com a reforma no partido e o maior destaque de Montoro, Adalberto Camargo fora preterido no processo eleitoral daquele ano, em favor de novas candidaturas. Sua decisão foi simplesmente sair do PMDB, levando consigo os dois candidatos que ajudou a eleger, e filiar-se ao partido da situação, a ARENA, que já passava a se chamar PDS. A saída de Camargo foi muito tensa e cheia de ressentimentos para o então deputado federal. Ele descreve com bastante crítica e rancor o contexto que político que levou a sua decisão de mudar de sigla partidária

(...) Eu vou fazer coro com quem? Vou fazer coro com o Franco Montoro, que é um reacionário? Com quem durante 16 anos ou 12 anos ou 13, dando

uma contribuição para fortalecer a tese da democratização do país, preteriu a minha colocação. Não é a reestruturação partidária que almejo; é a organização da sociedade, onde ela tenha a capacidade, sem nenhum tipo de restrição, de absorver todos os segmentos da sociedade, em termos de igualdade e sem nenhuma prevenção. Porque o negro só é usado como bucha de canhão, ou como matéria político-eleitoral. Foi usado para a ascensão dele ao poder para ficar no mesmo *status quo*, como ele fez agora. Pegou, fez uma reunião de mais de cem negros, liderados por um - Deus o tenha em um bom lugar - Esmeraldo Tarquínio, que era um líder sindicalista negro, para fazer uma campanha contra Adalberto Camargo que propôs a emancipação psicológica e a consequente tomada de consciência política do negro. Fez uma série de promessas de dar a eles uma posição de representatividade no secretariado estadual, municipal... completou todo o secretariado e colocou os negros...embaixo da cama. Porque ele foi usado como pinico. É nesses homens que eu não posso ter dentro da minha formação moral, nenhuma aptidão de conveniência. Prefiro o inferno a conviver com homens indignos, porque o inferno me fornece, sobretudo, por menos que possa fornecer, o fogo para queimar a maldade desses homens. Esse foi mais um fator, mais um elemento que eu computei dentro da formação de um pensamento para que eu respaldar minha decisão. (Entrevista concedida a Valente em 21-04-83).

Apesar do tom pessoal e fortemente ressentindo de Camargo, é preciso levar em conta o quadro político em que se deu a sua mudança. A reforma partidária, aprovada em 22 de novembro de 1979, fez com que Arena e MDB deixassem de existir. Isso teve um impacto grande sobre a oposição, que se dividiu constituindo-se em novos partidos; aliás, o antigo MDB perdeu o dobro de parlamentares para os partidos concorrentes, quando comparado com a antiga Arena. Isso sem contar que muitos da ala moderada do ex-MDB evadiram, deixando o novo partido composto por quadros com posicionamentos ideológicos de centro-esquerda (KINZO, 1998). Fato era que Camargo estava mais associado à ala moderada e adesista do partido, enquanto a juventude negra que se aproximava do MDB era mais próxima das alas progressistas, onde se localizava o próprio Franco Montoro.

Nesse quadro, é possível supor que Camargo tenha sido realmente preterido no partido, em favor de Esmeraldo Tarquínio, que possuía mais alianças com a ala dos “autênticos” do extinto MDB. Fato foi que essas afinidades e predileções que levaram ao sacrifício de Camargo, teve que ter uma contrapartida em favor dos negros, uma vez que o deputado preterido levantava essa bandeira em suas campanhas, se fazendo reconhecer com um representante da população afrodescendente. Foi nessa substituição que Montoro precisou se comprometer publicamente com lideranças negras e suas bases no processo eleitoral de 1982. Por isso, o então candidato a governador realizou um evento público em que chamou os grupos negros organizados e suas lideranças, comprometendo-se com

eles a abrir espaço para o diálogo e a absorção das demandas desse segmento populacional.

Só assim se explicam as trajetórias políticas e ações de lideranças negras durante a gestão do PMDB. Com a saída de Camargo do Partido, figuras políticas mais próximas de Montoro e de Fernando Henrique Cardoso passaram a ter mais visibilidade dentro do governo. A trajetória de duas figuras, que se envolveram diretamente nesses processos políticos, é reveladora para a compreensão dos caminhos percorridos até a constituição de um conselho voltado para a comunidade negra, e que teve fins práticos de absorver boa parte das energias políticas de setores expressivos do movimento negro. As figuras que terão alto relevo no relato são os dois jovens frequentadores de bailes negros paulistas. Eles carregavam *Santos* no sobrenome sem nunca terem sido parentes; contudo, durante toda a década de 1980, foram parceiros nos processos políticos ligados à inserção da temática racial no estado paulista.

Eles vinham de camadas populares urbanas. O mais velho deles, Hélio Santos, era migrante com formação universitária. Hélio é mineiro nascido em Belo Horizonte no ano de 1945. Sua mãe era empregada doméstica e o pai, taxista, e, provavelmente, não contavam com muitos anos de escolarização. Hélio Santos, no entanto, concluiu seus estudos secundários e foi cursar administração, mas foi em São Paulo que iniciou sua atividade militante. No planalto paulista, chegou em 1971 já graduado e interessado em trabalhar na metrópole. Sua militância política inicia-se na cidade da garoa cerca de três anos depois, quando se engaja na comunidade negra e se aproxima aos poucos de políticos ligados ao Movimento Democrático¹³⁰.

Nas organizações políticas ligadas à comunidade negra, Hélio Santos se aproximou de um segmento político constituído por profissionais liberais. Tratava-se mesmo de um grupo político com posições mais moderadas. O grupo negro ao qual estava ligado Hélio Santos era a FRENAP, Frente Negra para uma Ação Política de Oposição, composta majoritariamente por funcionários públicos e profissionais ligados à iniciativa privada, a exemplo de médicos, professores, advogados. Uma porção mais diminuta desse segmento era composta por trabalhadores manuais ou indivíduos com pouca escolarização. Essa ligação com organizações negras e sua inserção no MDB fizeram de Hélio Santos uma figura política na passagem dos anos 1970 para os de 1980.

Já Ivair Augusto dos Santos residia na Zona Leste, e seus pais formavam um casal

¹³⁰ Ver entrevista de Hélio Santos concedida à Revista *Caros Amigos*, em novembro de 2006.

relativamente comum no interior desse segmento populacional. A mãe controlava a família, cuidava da casa e da educação dos filhos, e o pai trabalhava em empresa privada, como motorista de transporte público. Ivair, um dos mais velhos da família, interessava-se pelos estudos, investiu na educação como uma forma de ascensão social. Custeou os preparativos para o ingresso no ensino superior e, com isso, passou a frequentar círculos e espaços de forte agitação política para jovens secundaristas ou recém-egressos do antigo colegial. Foi aluno do prestigiado Colégio Equipe, centro de debates políticos e foco de ideias contraculturais. O resultado de seu esforço e empenho nos estudos foi a consequente entrada no curso de química na Universidade Federal de São Carlos¹³¹.

Na universidade, teve contato com outros jovens negros, muitos dos quais vinham de famílias negras tradicionais paulistas, como o caso de Henrique Cunha Junior, então estudante de engenharia elétrica. Muito provavelmente, a amizade com Henrique permitiu ao estudante de química o acesso aos espaços e redes sociais da classe média negra paulistana, bem como suas reflexões sobre a temática racial e a própria história do movimento negro em São Paulo¹³². Isso porque Henrique Cunha, ao contrário de Ivair, vinha de um meio social mais intelectualizado, e fortemente inserido nas associações negras paulistanas. Seu pai, funcionário público e técnico em edificações, teria participado da Frente Negra Brasileira (1931-1937), e sua casa era frequentada por antigas lideranças desse ativismo político, como o velho militante José Correia Leite¹³³. E outras figuras políticas de referência para os círculos políticos e culturais dos negros paulistas, como Solano Trindade¹³⁴. Ademais, a família Cunha matinha contatos com figuras importantes da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Eram amigos das três gerações de sociólogos que desenvolveram pesquisas sobre relações raciais nos anos 50 e 60: Roger Bastide, Florestan Fernandes e Octavio Ianni.

Em São Carlos, o estudante de química, já envolvido com o movimento estudantil, teve a oportunidade de encontrar-se com o intelectual negro marxista, Clóvis Moura, que atuava como jornalista na cidade¹³⁵. Foi Moura que o incentivou a ler escritores negros brasileiros importantes como Lima Barreto. Do jornalista e historiador, Ivair dos Santos também recebeu incumbência de escrever para o jornal além de um posto de trabalho na revisão de matérias, de onde retirava algum honorário. No final de seu curso de

¹³¹ Ver entrevista realizada por Alberti e Pereira em 2004, Fita 1, lado B.

¹³² Depoimento concedido à Auxiliadora (2010) e entrevista concedida a mim, em fevereiro de 2012.

¹³³ Ver seu depoimento no livro *E disse o Velho Militante José Correia Leite...* (CUTI, 1992).

¹³⁴ Solano Trindade tornou-se uma figura emblemática para movimento negro, porque seu engajamento e reflexões sobre a negritude foi sempre filtrada por seu envolvimento com o Partido Comunista.

¹³⁵ Para mais detalhes sobre o pensamento de Clóvis Moura, ver Mesquita(2002) e Nogueira(2006).

graduação, Ivair conheceu Hélio Santos, figura que o fez se aproximar do MDB. À época, Hélio era candidato a deputado e o convenceu a não votar nulo e a colaborar em sua campanha. Foi assim que Ivair tornou-se cabo eleitoral do novo amigo.

Desse momento em diante, passa a se envolver com a política partidária, filia-se ao MDB e se insere na rede de políticos, muitos dos quais, cassados pelo regime. Dentre eles, Esmeraldo Tarquínio, político negro originário da Baixada Santista, que fora eleito prefeito pelo MDB na cidade de Santos, mas impedido pelo regime militar de assumir o cargo em 1968¹³⁶. A essa altura, Ivair promovia encontros no seu bairro, levava seus correligionários para dar palestras, inclusive sobre a temática racial. Em seu envolvimento partidário, Ivair Augusto dos Santos conheceu Fernando Henrique Cardoso, tendo trabalhado para ele durante sua campanha eleitoral ao Senado.

Ivair e Hélio foram apenas dois típicos ativistas que atuam vigorosamente na abertura política, e mantiveram vínculos fortes com o Movimento Democrático Brasileiro e sua nova sigla partidária, o PMDB. Apesar de suas redes sociais e políticas estarem ligadas às organizações negras paulistas, eles não estavam completamente sob a órbita da direção do Movimento Negro Unificado. Muito ao contrário, possuíam afinidades ideológicas com o MNU, em particular em sua afirmação da identidade negra e sua principal reivindicação de combate às desigualdades raciais. Todavia, os ativistas negros peemdebistas rejeitavam a insistência do discurso de “denúncia” do MNU, e defendiam uma intervenção mais propositiva e pragmática dos negros na luta pelo poder. Hélio Santos foi o principal expositor desse pensamento na imprensa, segundo ele:

As denúncias de atitudes racistas, particularmente na década de 1970, foram importantes para o despertar da comoção letárgica a que muitos estavam submetidos pela tese da “democracia racial”, divulgada interna e externamente (...).

Denúncias, discursos candentes e projetos intelectuais, hoje, denotam um tipo de militância defasada em relação à realidade vivida pelo país e pelo negro. O espaço político pertence ao negro e tem que ser preenchido por ele mesmo” (Santos, 16/06/1982, p. 162)¹³⁷.

Neste mesmo artigo, o então candidato a deputado Hélio Santos faz um balanço

¹³⁶ Ao que tudo indica em 1980, Tarquínio também era reconhecido como liderança negra, como pode atestar o debate na Folha de SP, de 08 de junho de 1980, em que ele foi convidado a compor uma mesa com outras lideranças negras e intelectuais como Rufino, Barbosa, Moura, além de prestigiados intelectuais da Universidade de São Paulo(USP) como Boris Fausto, Manuela Cunha e o Segall. Neste evento, Tarquínio se coloca contra o mito da morenidade defendido por Freyre e discute os estereótipos raciais brasileiros, como a bunda, o pé, o nariz, ressaltando que existe discriminação no país. (p.10)

¹³⁷ O título do artigo era “Chegou a Hora de Refletir”, publicado num periódico de circulação nacional, a Revista *Veja*.

da participação dos negros nos partidos políticos. E ao que tudo indica, sua crítica poderia ser prontamente dirigida ao seu próprio partido e a sua trajetória política. Segundo ele, seria preciso alterar a balança de poder político retirando os negros das áreas exclusivamente manuais da política, e elevando-os a um patamar mais relevante no processo eleitoral. Assim:

Aquela tradicional figura que marca o negro como excelente cabo eleitoral – resistente, fiel e barato, no dizer de um conhecido político paulista – começa a dar lugar ao eleitor esclarecido que hoje sabe como é ilusória essa pseudoparticipação política. Que o deixa, juntamente com os seus, entregue a sua própria sorte, qualquer que seja o resultado do pleito.” (*Idem, Ibidem*).

A mobilização dos negros engajados no recém PMDB teve impacto sobre o programa partidário encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral e ao eleitorado que no ano de 1982 tinha um leque maior e diversificado de siglas, candidatos e propostas e conteúdos programáticos. No programa básico desse partido, há referências diretas a alguns dos principais movimentos sociais vigentes naquele contexto, bem como às suas demandas. No que se refere, particularmente, à questão racial, dirigem-se assim à comunidade negra:

O PMDB entende que os negros são, em nosso país, discriminados econômica, social e culturalmente. A imensa população negra de todos os matizes vive, em sua maioria, em condições de miséria nas cidades e nos campos, padecendo de subnutrição e das crônicas deficiências que ela provoca. Por isso, o partido propugna pela criação de condições que lhes permita romper o círculo vicioso, configurado pela situação de pobreza e imobilidade social à que estão submetidos. Tais condições deverão ser traduzidas em melhores condições de educação, incluída a qualificação profissional, bolsas de estudos, obrigatoriedade de em conceder matrículas em estabelecimento de ensino, empregos em atividades produtivas e participação em atividades culturais. O PMDB exigirá que os negros sejam respeitados como homens e mulheres e defenderá também a preservação do patrimônio cultural dos negros e o estudo da História da população negra, valores que tem sido desprezados e deturpados(1982:5).

Sob o título “Os Negros” o parágrafo acima compõe a seção “Ordem Social”, a qual também traz um parágrafo específico para os “Índios”, “Mulher”, “O Menor” e “Os Jovens”, “os Analfabetos”. De modo geral, neste documento o PMDB defende a livre associação de grupos, organizações sindicais urbanas e rurais e estabelece prioridades para grupos historicamente discriminados. Neste caso o documento além de estabelecer alguns encaminhamentos em defesa do igualitarismo, defende políticas públicas específicas de combate às formas de reprodução de estereótipos e de tratamento

discriminatório. Para os negros, problemas socioeconômicos como pobreza e pouca mobilidade social são apontados como um dos principais sintomas das dificuldades enfrentadas por esse grupo social. Ademais, no que toca à cultura, reconhecendo os estereótipos, estigmas e depreciação de imagem histórica e social, o programa pmdbista busca na educação e revisão do currículo escolar formas para construir o respeito à “História e cultura dos negros”.

Do programa de partido para as eleições há mudanças substantivas na linguagem e na apresentação de propostas e candidaturas. Em São Paulo, na campanha pluripartidária de 1982, o MDB, maior partido de oposição no momento, lançou 13 candidatos negros às cadeiras na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal. Esses candidatos, dentre os quais integrava o próprio Hélio Santos, correspondiam a 4,3% do total que vinha sob a sigla do PMDB naquelas eleições, isso porque o partido lançou um conjunto de 301 nomes. Em termos de composição racial, a situação do PMDB não diferia muito dos partidos competidores, a exceção se fez ao Partido Democrático Brasileiro:

1.1 Eleições de 1982 em São Paulo

Partidos	% de candidatos negros
PDS	3.0%
PTB	4.9%
PDT	8.2%
PMDB	4.3%
PT	5.2%

Fonte: Elaboração própria a partir de Valente (1986)

Em termos de números absolutos, dos 1.166 candidatos às eleições paulistas de 1982, apenas 41 eram negros, sendo que o PDS lançou 9 candidatos; contra 13 pertencentes ao PMDB; 9 relacionados a lista do PDT; 14 ligados ao PTB; e 9 candidaturas vinculadas ao PT. No total, corresponderam a 3,52% das candidaturas gerais daquele pleito. Há que se notar que a maior parte das candidaturas negras encontrava-se ligada aos partidos de oposição, sendo que três candidatos do PDS tinham acabado de mudar do MDB para o partido da situação: os casos de Adalberto Camargo, Theodosina e Ruy Oliveira. Note-se que além desses dois últimos, Adalberto Camargo também impulsionava mais dois nomes, o de seu filho Camargo Jr. e a de Sidney Costa. Todos

candidatos pelo PDS.

Dos 13 candidatos negros pelo PMDB, 10 estavam ligados a alguma organização do movimento negro: a maior parte ligada a FRENAPPO (8 candidatos) e uma parcela mais diminuta vinculada à Frente Negra Brasileira (2 candidatos). No que diz respeito à presença de um discurso engajado na luta pela igualdade racial, a boa parte dos candidatos preferiu não apresentar propostas diretamente direcionadas aos negros, por pensar que o eleitorado, independentemente da cor, poderia não ser receptivos a essas ideias. Ana Lucia Valente, que coletou depoimentos e documentos de campanha desses candidatos negros, nos deixou o seguinte parecer:

Assim, em grande medida, a posição política dos candidatos negros, refletia a ideologia racial integracionista. Chegava, por isso, a ser consensual a noção que os eventuais votos que recebessem partiriam tanto de brancos como de negros. Ou seja: não compartilhavam da ideia de que existisse o “voto racial”, tese em que grupos de reivindicação política acreditavam ou queriam acreditar. (1986: 65)

No cômputo geral, os candidatos negros procuravam evitar nos seus discursos uma abordagem direta vinculando as respectivas candidaturas à temática racial. Preferiam enfrentar tangencialmente esses problemas e enfatizavam mais as questões de caráter social abrangente. A campanha de Hélio Santos, abordada por Valente, parece ter fugido um pouco à regra, pois teve sua candidatura centrada na “comunidade negra”. Dentre as suas propostas estava a de construção de centros esportivos para atender as demandas de lazer da juventude negra da cidade de São Paulo¹³⁸.

Apesar desses esforços, a campanha de Hélio Santos, bem como a da esmagadora maioria dos candidatos negros, foi frustrada. Hélio Santos não se elegeu e o único candidato negro eleito pelo PMDB usava a sigla como “barriga de aluguel” porque na verdade pertencia ao PCdoB, que se encontrava na ilegalidade em 1982. Toda a esperança dos negros PMDB estava depositada sob os ombros do político Esmeraldo Tarquínio, mas este faleceu cinco dias antes daquele pleito. Ivair dos Santos, que atuava como cabo eleitoral nas eleições e promovia filiações na sigla do PMDB, apresentou seu diagnóstico sobre aquelas eleições: “(...) infelizmente nós sempre fomos derrotados, nunca conseguimos ter um candidato nosso. Acabamos sendo um campeão da derrota no MDB. Nunca conseguimos ter um candidato negro”¹³⁹. O comentário pessimista também

¹³⁸ Essa proposta parece ter sido uma das principais bandeiras de Hélio Santos, como pode ser visto na entrevista que concedeu para a *Folha de São Paulo*, durante a campanha de 1982 (FSP, 1982).

¹³⁹ Entrevista consultada no acervo do CPDOC.

se justificava porque sofreram uma grande perda no período: a morte de Esmeraldo Tarquínio, um potencial candidato às eleições. Tarquínio, aliás, era cotado como secretário na administração Montoro: nos planos originais, viria a ocupar a cadeira da Secretaria da Justiça.

Diante desse quadro, o grupo negro ligado ao PMDB arrumou uma nova estratégia frente ao governo instituído. Eles passaram a usar os votos por eles conquistados, mesmo que fossem os de seus candidatos derrotados, para reivindicar espaços dentro do partido. Os processos participativos no interior da organização partidária eram importantes para os militantes naquele momento, porque poderiam fazer alianças e até sair do anonimato. Assim, eles tiveram grande dificuldade porque àquela altura não tinham um amadurecimento acerca da problemática racial e também não possuíam um quadro político que permitisse a ascensão desse tema no interior do partido. Padeciam de forças políticas, seja pela ausência de representação, seja pela ausência de clareza acerca dos objetivos políticos desejados no que toca especificamente à questão racial.

A gente precisava estar institucionalmente dentro do partido. Precisávamos ter um apoio, com recursos, de mais apoio para nos nossos candidatos. Não tínhamos isso. Seguíamos na linha dos derrotados, sobre esse ponto de vista. Tivemos que construir outro tipo de trajetória. Não tinha como esperar nada dos partidos políticos do modo como eles estavam. Nós nunca tivemos isso. Não tínhamos como esperar do partido político alguma mudança. (Ivaír dos Santos, Fita 2, Lado A; CPDOC/FGV).

Apesar disso, aglutinaram-se no governo de Franco Montoro e passaram a traçar estratégias para conquistar espaço no interior do mandato. O esforço todo era para garantir que o novo governador assumisse o compromisso de campanha, isto é, abrisse um espaço estatal, de caráter suprapartidário, para recepcionar as demandas da comunidade negra.

2.4 Da representação à participação negra: a experiência do Conselho

A estratégia utilizada pelos ativistas derrotados nas eleições de 1982 foi a negociação com o Governo Montoro em favor de um órgão participativo exclusivo para os negros. As articulações para a construção do conselho ocorreram aos poucos. Ivaír foi indicado por Hélio Santos, que trabalhava no cerimonial do governador, a participar na secretaria de articulação política do governo. Ambos passariam a trabalhar no Palácio dos Bandeirantes, num momento em que havia poucas pessoas negras naquela gestão, em

especial tinham que lidar com ausência de negros no quadro executivo ou em postos em escalões mais elevados da administração peemedebista.

A inspiração imediata dos articuladores negros que trabalhavam no Palácio dos Bandeirantes foi a movimentação das feministas em prol de um conselho da condição feminina¹⁴⁰. Com o êxito das mulheres, Hélio Santos, Ivair dos Santos, Genésio Arruda, colegas que partilhavam o mesmo ideal político, em conversas de bastidores em fevereiro de 1983, decidiram articular-se para promover uma pressão acentuada em defesa de um espaço político institucional para os negros.

Desde então, eles passaram pressionar o governador. Os recursos eram diversos: iam do *lobby* às audiências públicas. Numa dessas investidas, no mesmo ano, esse grupo planejou uma situação na qual Montoro deveria se pronunciar. Um desses casos fora emblemático, por conta da sua expressividade. A ideia era realizar um encontro no 13 de maio, com a presença do governador, que foi prontamente ao evento. Os articuladores armaram três questões que fariam em público levando o Montoro a ficar em saias justas frente a uma plateia maior, mas sem que as lideranças negras governistas ficassem muito expostas. O evento tornava-se mais estratégico porque estava sendo coberto pela imprensa televisiva. Na ocasião, o governador perguntava para a plateia se o atual governo estava respeitando o negro. Hélio Santos tomava a palavra e dizia que a resposta era negativa e que para se ter um real respeito à população negra era necessária a construção de um conselho para promover a participação desse segmento. Montoro acenou assertivamente para essa ideia e disse ser possível a criação de tal espaço. Esse evento foi uma das tantas atividades arquitetadas pelos articuladores negros com o intuito de inserir na agenda pública suas reivindicações.

Nesse contexto, houve muitos debates em torno do tema. Criar um conselho da comunidade negra foi visto para muitos como o caminho da construção do racismo. Opositores a ideia do conselho achavam que tal órgão não era para combater o racismo, mas sim para promovê-lo. Frente a essa mentalidade política, e tendo em vista o rol de prioridades do governo, aquele pequeno grupo teve muitas dificuldades em voltar a falar com o governador sobre o assunto “conselho”. Uma vez tendo o aval do governador, o trabalho deles foi criar um consenso mais abrangente entre a opinião pública e o partido. Durante o movimento pelas diretas, essas lideranças passaram a tematizar a problemática negra. Num dos eventos públicos do governador, no Jornal Folha de São Paulo, Ivair

¹⁴⁰ Numa próxima versão do texto será explorada a relação do conselho da condição feminina, a emergência do movimento de mulheres negras paulistas e as ações do conselho da comunidade negra.

lembra-se de ter falado novamente com o Montoro sobre a necessidade de construir o conselho. Era preciso fazê-lo com urgência, respondia o governador. Em decorrência dessas negociações, Montoro abriu uma comissão, na qual estava o próprio Ivair dos Santos, Hélio Santos, Antônio Carlos de Arruda e Genésio de Arruda. Esses passaram, então, a promover eventos no palácio dos Bandeirantes a fim de criar uma demanda de efetivação do espaço reivindicado. Mas a constituição de um conselho não era uma opinião unânime no interior do movimento negro. No processo inicial de construção desse órgão, o Movimento Negro Unificado preferiu não acampar essa ideia. A articulação, então, foi forjada por lideranças negras que não estavam alinhadas necessariamente no interior do MNU, mas eram diretamente influenciadas e sensíveis às demandas dessa principal organização do movimento social.

O conselho não era uma demanda criada pelo movimento negro (refere-se ao MNU), muitos negros tinham entendimento de que aquilo poderia ser uma FUNAI. Naquela época as pessoas tinham muito medo de serem cooptados. E eu tinha a clareza de que era mais uma arena política. O movimento ficou muito desconfiado sobre o que viria ser aquilo dali. E nos tínhamos de experiência o caso das mulheres. Aproveitamos isso para construir o conselho. Foi o primeiro órgão que nós criamos para combater a discriminação racial e para promover as políticas públicas. (Ivair Augusto dos Santos, FITA 2 B).

Apesar dos conflitos iniciais, às vésperas do dia 13 de maio do ano de 1984, o governador Franco Montoro assinou o decreto 22.184, instituindo o Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, um órgão vinculado ao Gabinete do Governador, composto por 19 membros, sendo 10 deles da “comunidade negra, representativos da sociedade civil”, os demais integrantes do conselho deveriam ser representantes das respectivas secretarias. Ressalte-se que sacerdotes do candomblé tiveram assento entre os conselheiros civis, fato particularmente relevante para o processo de politização das religiões afro-brasileiras (GONÇALVES, 2012). Em seu segundo artigo vinha o objetivo principal do espaço participativo: “O conselho cabe desenvolver estudos relativos à condição da comunidade negra e propor medidas que visem à defesa dos seus direitos, à eliminação das discriminações que a atingem e à sua plena inserção na vida socioeconômica e cultural”.

O trabalho começou com o “desbravamento da máquina do estado”. Assim, atravessaram várias secretarias. A articulação com a secretaria do trabalho foi a mais marcante, porque ali tinha um secretário da área sindical, que permitia maior possibilidade de discussão. Outras atividades simbólicas foram apresentadas pelo

conselho, como uma articulação com o jornalista Audálio Dantas, também ligado ao sindicato. Ele, nos finais dos anos 50, encontrou Carolina Maria de Jesus, escritora residente nas primeiras favelas de São Paulo¹⁴¹. Ademais *Quarto de despejo (1960)*, seu livro internacionalmente conhecido, ainda estava na memória coletiva paulistana. Por isso, o conselho resolveu editar cerca de 50 mil exemplares desse livro.

Uma das ações importantes do Conselho foi a criação de um veículo de comunicação próprio, onde se pudesse propagar suas atividades e dar visibilidade aos políticos negros que encabeçavam o processo. O jornal tinha também a função de expandir as ideias e propostas do grupo, que entendia que os espaços governamentais e estatais deveriam ser ocupados pelos negros. Não por acaso, o conselho sempre promoveu ações a fim de dar visibilidade a Hélio Santos, figura que queriam construir politicamente não só no interior do estado, como também no país inteiro. Por isso o jornal, que antes estava circunscrito nos limites do planalto paulista, logo passou a chegar a todos os estados brasileiros, em particular no momento em havia a agitação política pela constituinte, e Hélio Santos já tinha sido indicado para compor a comissão dos notáveis.

Já naquele momento, o conselho percebeu a necessidade de mudar o padrão cultural da sociedade, desfazendo-se do preconceito racial. Além do mais havia a necessidade de alterar as narrativas históricas sobre o Brasil. Os ativistas já sabia que o 13 de maio não poderia mais ser uma data de comemoração da liberdade dos negros; como alternativa, já há alguns anos, Zumbi dos Palmares passava a ser cada vez mais uma figura relevante no ideário político dos ativistas. Os conselheiros trataram de aprovar ações que conseguissem emplacar esse símbolo negro, que passaria a ser ele a imagem da liberdade negra. O slogan “Zumbi vai à escola e dá lição de liberdade”, não deixa margem de dúvidas para a intencionalidade política:

¹⁴¹ Para mais detalhes sobre Carolina Maria de Jesus (1914-1977) ver: *Cinderela Negra* (1994), de Sebe & Maye; *Muito bem, Carolina* (2007), de Moura; *Carolina: trajetória Improvável* (2008), de Joel Rufino.



Fonte: Acervo do Centro de Cultura Negra do Maranhão, São Luís.

Nesse momento os articuladores estavam interessados em influenciar o governador e as ações governamentais, construindo uma representação positiva do negro ou promovendo aquilo que Nancy Fraser (2003) chamou de justiça cultural. Isto é, reparar a imagem depreciada do grupo subjugado pelos padrões culturais dominantes. Assim, posar para fotos, construir notícias, fazer declarações públicas, reeditar autores negros consagrados, promover seminários, editar cartilhas educativas, participar de reuniões e eventos públicos com autoridades eram algumas das principais estratégias usadas pelo grupo para dar visibilidade a questão racial e promover o reconhecimento cultural do negro.

No início do Conselho, Hélio se tornou o presidente e quando saiu para candidatar-se a deputado estadual, seu vice, Ivair dos Santos, assumiu o assento na presidência. As apostas dos negros recaiam sobre a candidatura de Hélio Santos em 1986. Nesse interim, os quadros dirigentes do conselho da comunidade negra participavam de encontros com o Tancredo Neves, fazendo projeções para a inserção da temática racial no âmbito federal.

Apesar de se manter nesta comissão, em 1986 Hélio Santos amarguraria mais uma decepção nas urnas. O ex-presidente do Conselho da Comunidade Negra não conseguiu se eleger como deputado constituinte. A perda eleitoral, mais o fim do governo Montoro e a ascensão de Orestes Quécia empurraram as principais lideranças negras atuantes na esfera do estado para a sociedade civil, onde passaram a atuar através das organizações não-governamentais, valendo-se das redes sociais e políticas conquistadas ao longo daquela década

2.5 Raça, Agency e Poder

De modo geral, os ativistas negros se colocaram no campo oposicionista, defendendo uma retomada democrática. Mas houve também quem se aliasse ao partido situacionista e esteio da ditadura militar. Ainda que defendessem as liberdades democráticas, há que se notar que os negros engajados no PDS atuavam num espectro conservador no leque ideológico do país. Apesar de não fazer nenhuma menção à questão racial em seu estatuto, aprovado em dezembro de 1979, o PDS arregimentou candidaturas negras insatisfeitas com o PMDB durante todo o período de abertura política. O caso mais emblemático foi a do deputado Adalberto de Camargo, que se associou a Maluf, integrando o Partido Democrático Social, levando consigo dois políticos negros por ele apadrinhados, além de incentivar a candidatura de seu próprio filho no pleito de 1982. A saída de Adalberto de Camargo e sua aproximação com Paulo Maluf fez emergir no Partido Democrático Social interesse particular pelos votos da comunidade negra paulista, com a qual Camargo tinha bastante familiaridade.

Com a perda do poder político em São Paulo para o PMDB, o PDS, incentivou a formação de grupos automeados negros progressistas com vistas a catalisar os anseios e os votos da população negra paulista. Nesse sentido, vem à cena eleitoral de 1986 um discurso conservador negro que, por um lado, defendia a democracia, por outro, enfrentava diretamente o PMDB, denunciando os grandes quadros partidários, como Franco Montoro, Ulisses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso. Acusados de “demagogos” e “oportunistas”, os quadros políticos pmdebistas são rechaçados por suas promessas não cumpridas aos negros. Fernando Henrique foi até criticado por seu ateísmo “... este homem que nem em Deus crê” (Trovão, 11/1986, n.4, p.7), escreveu com descontentamento o editor do jornal. Essa crítica faz todo sentido para esse grupo porque eram norteados pelos valores cristãos, notadamente o catolicismo. Não se pode esquecer de que o lema do periódico que editavam era: “Deus e Pátria”; *slog* este, aliás, muito afim àquele visto nos anos trinta entre os negros paulistas líderes da Frente Negra Brasileira e editores do Jornal Voz da Raça¹⁴².

O grande descontentamento com a administração Montoro era o centro das críticas

¹⁴² Para mais detalhes sobre a Frente Negra Brasileira e seu órgão de divulgação, o Voz da Raça, ver FERNADES (1964), DOMINGUES (2005) e ALBERTO(2009).

ao grupo sob a influência do PDS paulista, liderado por Paulo Maluf. O calcanhar de Aquiles do governo peemedebista era a ausência de negros no primeiro escalão do seu mandato, o que contradizia as expectativas geradas pela campanha eleitoral de 1982. Assim, em outubro de 1984, encontramos no recém-lançado “Nova Imagem”¹⁴³, periódico da imprensa negra paulista, em cuja capa vemos um homem negro retirando uma senda dos olhos, tendo acima de sua cabeça o seguinte chamado “Sucessão: Não estamos cegos”. No jornal, o editorial intitulado “Lobo e Raposa”, o editor chefe Ramaury Roberto Justino se perguntava sobre a situação do negro frente às eminentes campanhas eleitorais para a Presidência da República:

Entre o lobo que é Maluf e a raposa que é Trancredo: ‘o conservadorismo na política significava: vamos manter os negros em seu lugar’, e ‘o liberalismo significava: vamos manter os negros em seu lugar... mas vamos dizer-lhes que iremos tratá-los um pouco melhor, vamos enganá-los com mais promessa’. Com tais opções, eu acho que o homem negro brasileiro só poderá se definir sobre quem irá devorá-lo, se a raposa ‘liberal’ ou o lobo ‘conservador’, porque seremos inevitavelmente devorados.(*Nova Imagem*, editorial, 1984, p. 2).

É evidente que o grupo que se organizou para formar esse jornal não possuía um discurso à esquerda, tal como se definiam os demais ativistas e políticos envolvidos nos partidos políticos descritos em páginas anteriores. O interesse desse empreendimento era menos mobilizar as massas para a transformação radical da sociedade, e sim “fazer chegar à consciência das elites governantes o acerto quanto aos conceitos comuns sobre o tema neste país de vestes e jeito de sociedade multirracial” (*Nova Imagem*, editorial, 1984, p. 2). Na verdade, o interesse do grupo era mesmo pautar no discurso político a temática negra: “As questões públicas federal, de Estado e da municipalidade, são comumente debatidas como se nós negros não fizessemos parte da população nacional” (*Nova Imagem*, editorial, 1984, p. 2). Com esse discurso se viam mais propensos a apoiar o candidato da PDS Paulo Maluf, porque num “covil de lobos”, saberiam estar alerta ao “rosnado” deste homem, tido como “perigoso” e “conservador”. Situação totalmente

¹⁴³ Não encontramos outras referências de continuidade deste Jornal. O referido periódico foi localizado no acervo Clóvis Moura, localizado no CEDEM/UNESP. Editado por Ramaury Roberto Justino, tendo como redator chefe Edivilso Silvério e Editor de Artes Paulo Roberto da Silva, o jornal foi reproduzido na Oficinas Gráficas, Cia Editora Jorquês, na Rua Artur de Azevedo, 1977. Dentre os seus colaboradores, conta Ronaldo Simões, Adomair da Silva, Celso Prudente, Eudala Moura de Paula e Wilson Prudente. O referido jornal traz vários artigos sobre a participação política dos negros, exemplo de “Participação política e independência ativa do negro”, que alerta para os messianismos na política e a necessidade do negro brasileiro suprir suas necessidades básicas, econômicas e sociais; ao final, apresenta o bordão comum nos artigos dessa época: Uni-vos todos os negros deste país”, escrito por Ronaldo Simões. Cabe salientar que no mesmo jornal encontramos artigos, como o do Governador Leonel Brizola, denominado Institucionalização em que questiona a legitimidade do colégio eleitoral e clama por eleições diretas.

diferente poderia ocorrer no enfrentamento com a “raposa astuciosa”, “furtiva” e “matreira” que poderia tragá-los, por estarem despreparados para suas artimanhas. Frente ao candidato do PMDB, o editor alertava para o possível engano que os negros poderiam cometer pensando estar a salvos com candidatos do campo oposicionista.

A mesma posição em favor do voto conservador ou de direita se fez representar no jornal paulista *Trovão*, tendo como lema “ Deus e Patria”, criado em julho de 1986. Defendida pela “Associação Brasileira de Negros Progressistas”(ABNP)¹⁴⁴, essa visão veio a lume em artigos de defesa aberta ao deputado Paulo Maluf, “Os negros pela primeira vez ocuparão secretarias e outros escalões no governo do Maluf”, teria afirmado o candidato pelo PDS ao cargo de governador em São Paulo, na sede ABNP exatamente no dia em que ela foi inaugurada (Trovão, 1986, n. 4, p.6). A referida associação, criada em 1985, serviu como espécie de comitê eleitoral para os o PDS e seus aliados.

Em contrapartida, os demais partidos que mobilizaram os negros nas campanha de 1982 eram duramente criticados. Até o PT que tinha pouca expressividade eleitoral na cidade de São Paulo foi alvo. Mas o grande rival, o PMDB, foi campeão nas denúncias escritas nos jornal:

Vejamos o PMDB que tanto falou na televisão sobre os pobres negros. Elegeu o Montoro governador e não nomeou um só negro secretário no seu velho e novo secretariado. O mesmo PMDB que tem força no governo federal também não encontrou entre mais de sessenta milhões de negros UM(sic) só para ministro. Então senhores candidatos acabem com o papo furado de negros e coisas parecidas. Quantos negros têm na executiva do PT? (Trovão, julho/1986, p.3).

O único partido que estava a salvo era o PDT do Rio de Janeiro. Esse servia de modelo, por possuir uma experiência concreta onde se via alinhamento entre promessas de campanha e efetiva ação de incorporar os negros a posições de destaque em seu governo: “O Brizola falou sim de negros, mas uma vez eleito nomeou três negros secretários de Estado. É assim como se age, com fatos e não com conversa fiada” (Idem:3)¹⁴⁵. Essa formulação vinha do principal candidato negro que fazia propaganda política nas páginas desse periódico, o conhecido Fião. Mais do que criticar os partidos competidores, o artigo “os negros e os candidatos” se apresentava como alternativa para as eleições daquele ano. O próprio autor do texto pleiteava a cadeira de deputado

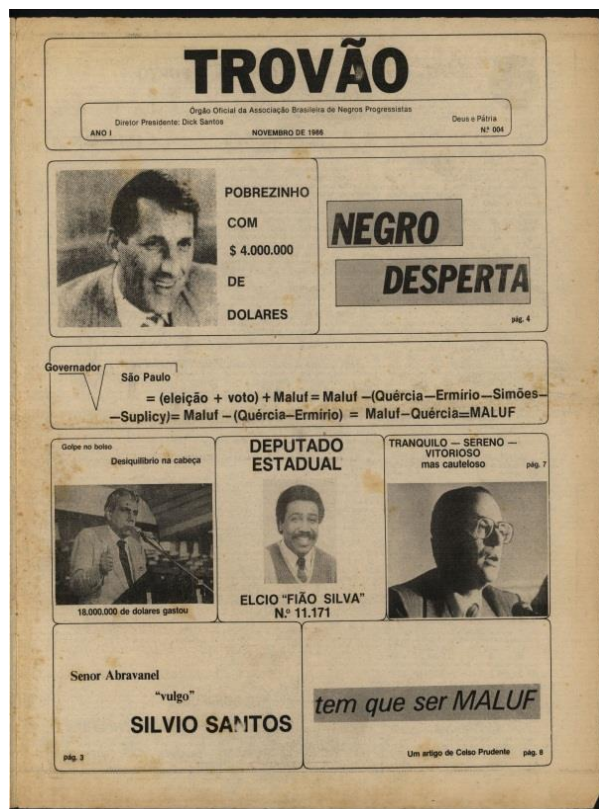
¹⁴⁴ A associação brasileira dos negros paulistas tinha no jornal *Trovão* seu principal órgão de divulgação, funcionava na av. São João 1651, tendo sido fundada em 1985. Ao que tudo indica seu principal padrinho e apoiador foi Paulo Maluf. O diretor do periódico era Dick Santos, sobre o qual não consegui obter muitas informações.

¹⁴⁵ Em “Os negros e os Candidatos”, escrito por o então candidato Elcio “fião” Silva.

estadual, valendo-se das redes ligadas aos animados bailes negros paulistas do centro da cidade, como *Chic Show*, e da associação brasileira dos negros paulistas, em que ocupava a posição de vice-diretor.

A candidatura de Fião a deputado estadual deixa entrever a principal base eleitoral de interesse dos malufistas e do PDS em São Paulo. Não era evidentemente a ABNP recém-construída o foco da campanha, e sim os espaços e bailes tradicionais de sociabilidade e lazer, bem conhecidos e frequentados por negros paulistanos. Fião era um empresário do mundo da *black music*, e tinha fundado uma equipe de trabalho promotora de eventos em diferentes parte da cidade, atraindo, assim, um grande público. Equipe fundada em 1968, o *Chic Show*, foi iniciativa do produtor cultural Luiz Alberto da Silva, já experiente na produção de eventos festivos na zona oeste paulistana. O empreendimento *Chic Show* começou no bairro Pinheiros e teve grande circulação na Escola de Samba Camisa Verde e Branco, onde promovia as “domingueiras” (Felix, 1999: 46), perto da qual fundou adquiriu sua sede, no início da década de 80, chamada Clube da Cidade. No seu currículo empresarial, a equipe *Chic Show* tinha músicos famosos como Tim Maia, Gilberto Gil, Djavan; chegando até a produzir eventos de caráter internacional, a exemplo do show de James Brown, em 1977. O *Chic Show* era uma das maiores equipes da cidade e chegava a receber cerca de 4.000 pessoas por evento. Em 1986, por exemplo, numa coligação entre *Black Mad*, *Chic Show* e *Zimbabwe* organizaram um evento com a presença da equipe norte-americana Rod and Culler (Idem)¹⁴⁶. Ou seja, esses clubes sociais e seus produtores culturais se mostravam bons veículos para acessar parte significativa do eleitorado negro paulista.

¹⁴⁶ A equipe Zimbabwe foi fundada por quatro jovens negros organizadores de bailes do tradicionalíssimo clube paulistano Aristocrata. Fora criada em 1975 como uma equipe itinerante cuja atividade era promover eventos black em diferentes partes da cidade de São Paulo, a exemplo da zona central (Blum e Aristocrata), leste(Guilherme Jorge) e norte(Santana Samba). Além disso, o grupo foi crescendo e se diversificando, de modo que a marca Zimbabwe chegou a ter uma gravadora (destacando-se pelo lançamento dos Racionais, Mc's, Negritude Jr, Cravo e Canela), e várias casas de show, além de programas de rádio (FELIX, 1999).



Fonte: Jornal trovão, n.4,11/1986.Acervo Clóvis Moura, CEDEM-UNESP

Em *Trovão* e na Associação Brasileira de Negros Progressistas encontramos adesão e mobilização direta pelo voto negro. Trata-se de um jornal que se identifica, primeiramente, pelo patriotismo pelo deísmo. As crenças políticas da associação foram resumidas da seguinte forma: “A superioridade de raça é pura falácia. Aqui na associação nós só acreditamos na superioridade do poder, do dinheiro e da cultura” (Idem). O discurso dominante apresentado pelo editorial do jornal é o do sucesso. Se o discurso dos afro-brasileiros esquerdistas tinha como referência a mobilização política dos negros dos Estados Unidos, enfatizando a organização social, a formação de movimentos sociais e partidos para conquistas coletivas; o grupo mais à direita encontrado nesse jornal revelava-se interessado em imagens do *self made man* norte-americanas. Ao invés de mobilização, o voto individual. A marca cativa nesse discurso é o consumo e a cidadania de mercado. Os EUA tornam-se modelo de um capitalismo capaz de superar a discriminação e incluir os negros no mercado de trabalho e nas esferas de poder.

Ademais, ao olhar para a experiência brasileira, os jornalistas desse periódico inspiravam-se no exemplo dos imigrantes e seus descendentes. Neste caso, caberia ao negro alçar posições de ascensão social como o fizeram notáveis exemplos dos árabes, judeus e japoneses. Estes grupos tidos como exemplares do empreendedorismo individual

e, conseqüente ascensão social. O trabalho e a educação serviriam como base para esse puritanismo negro que ganha força discursiva afirmando não haver a necessidade de protestos políticos, mas sim de impor-se no mundo do trabalho. Não por acaso o interesse da entidade ABNP é o de formar “negros cientistas, milionários, comerciantes, médicos, engenheiros, pilotos de avião, industriais, prefeitos, senadores, presidentes da república, banqueiros, financistas e construtores” (Trovão, N. 4, 11/1986, p.3). Claro está que longe de formar uma classe trabalhadora e operária, a associação tinha mesmo interesse em estabelecer uma classe média negra e sua burguesia, além de uma elite política.

2.6 Os negros e a tradição trabalhista: a questão racial no PDT

Sem sombras de dúvidas o discurso racial se fez presente durante o processo de abertura, transitando ora explícito ora implicitamente na esfera civil, onde agentes experientes e novos personagens se organizavam com vistas à tomada do poder político institucional mediante o gradativo desmantelamento do regime militar. Ao que tudo indica todos os partidos que concorreram às eleições mobilizaram candidaturas racializadas. Os negros de diferentes matizes ideológicos e políticos refletiram e atuaram intensamente nos anos agitados do processo de redemocratização do Brasil, defendendo, independentemente da sigla partidária, maior participação de negros na política e reivindicando igualdade substantiva no mercado e na esfera de poder. Para isso, agenciaram o voto racial – tanto via cultura entendida como concepção subjacente de identidade negra quanto via a identificação por atributos de cor – seja com a finalidade de eleger políticos negros, seja para sustentar candidaturas de políticos brancos tradicionais na esfera político-partidária, que durante suas campanhas fixaram compromissos com a comunidade negra.

Dos partidos políticos que se formaram na abertura do regime, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi um dos que apresentou, em seus documentos iniciais, referências mais substantivas sobre a questão racial no Brasil. Isso se deve a um único fator: a influência de Abdias do Nascimento na cúpula dirigente da sigla partidária¹⁴⁷. O líder negro brasileiro travou relações com lideranças políticas trabalhistas no exterior,

¹⁴⁷Nascido em 14 de março de 1914, em Franca, no interior do Estado de São Paulo, Abdias veio de família popular: seu pai era sapateiro e sua mãe, doceira. Em sua trajetória destaque-se ainda sua inserção no Exército e, depois, seu ingresso em curso superior de economia no Rio de Janeiro. Abdias viveu o suficiente para contar e recontar sua biografia e existe hoje numerosos trabalhos que investigam sua trajetória, dos quais destaco Macedo (2005), Almada(2010), Custódio (2012), além de seu depoimento concedido a Contins (2006).

participando assim da confecção da proposta original do PDT.

O PDT teve uma inscrição diferente no processo político que levou a constituição dos partidos no contexto da abertura democrática. Isso porque sua principal liderança, Leonel Brizola, perseguido e cassado pelo regime, encontrava-se exilado em Nova York, durante o processo de pluripartidarização. Esse foi o principal motivo que forçou essa legenda a nascer em terras estrangeiras. Os Estados Unidos abrigaram reuniões de articulação das lideranças que encabeçariam o partido e a capital de Portugal foi escolhida para sediar o primeiro encontro oficial da nova sigla, cujas resoluções fundamentais ficaram registrados na Carta de Lisboa.

Nesse documento produzido em 1979, a segunda prioridade do partido era as questões relativas a grupos que sofrem não apenas a exploração de classe, mas também discriminações de caráter racial, étnica e sexual. Negros, índios e mulheres, respectivamente, seriam objeto de atenção especial por parte dos trabalhistas. Aos dois primeiros revela-se a necessidade de resolver um problema de justiça, provavelmente entendendo que não houve reconhecimento adequado aos esforços e ao sofrimento desses que foram tão relevantes para a construção nacional, seja pelo trabalho, seja pela cultura. Note-se bem que a justificativa para fazer justiça aos negros e índios assenta-se em argumentos forjados pelos abolicionistas¹⁴⁸. Por sua vez, no caso das mulheres, o PDT apresenta argumentos embasados numa linguagem política mais moderna, ancorada nos direitos humanos:

Segundo, o de buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira. Terceiro, o de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e que, além de ser vítima da exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda sorte de vexames sempre que procura fazer valer seus direitos (Carta de Lisboa, 1979).

Brizola e Abdias se conheceram no contexto das movimentações em favor da constituição dessa agremiação que disputava a herança trabalhista gestada no pós-estado novo¹⁴⁹. Ao que tudo indica foi Clóvis Brigadão, estudante de ciência política nos EUA,

¹⁴⁸ Para saber mais sobre o repertório político dos abolicionistas, ver Alonso (2012).

¹⁴⁹ Em síntese, a herança trabalhista e mesmo a sigla do antigo PTB, extinto durante a ditadura militar, foi disputada por Brizola e Ivete Vargas no Tribunal Superior Eleitoral, entre os anos de 1978 a 1979. Brizola perde a briga e é obrigado a fundar outra legenda, no caso em questão, o PDT.

que promoveu a aproximação dos dois, porque já conhecia e era amigo de ambos¹⁵⁰. Brigadão avalia o papel do ativista no processo de convencimento de Brizola acerca da questão racial:

Brizola não entendia a questão negra. Achava que aquilo[racismo] não existia no Brasil. Então eu reuni na casa onde morava Abdias do Nascimento, Zé Almino[de Alecar], Lélia Gozalez, que era uma liderança nova no Brasil do ponto de vista do negro e da escravidão. Isso ascendeu uma luz na cabeça do Brizola, que passou a entender o trabalho do negro na construção do Brasil. Foi a partir daí que Abdias passou a ser uma figura constante ao seu lado, quando ele veio para o governo do Rio de Janeiro [1982](*apud* GREEN, 2009:461).

O Abdias que conheceu o experiente e respeitado político gaúcho, já se apresentava como um líder negro internacional, vivendo em exílio. Quando desse encontro, Nascimento também já tinha uma posição numa universidade americana, e era conhecido por sua produção artística: notadamente nas artes plásticas (CUSTÓDIO, 2012)¹⁵¹. Contudo, antes de se tornar e se construir como um exilado político nos EUA, Abdias do Nascimento era uma figura conhecida no antigo Distrito Federal, bem relacionado com artistas, intelectuais e políticos (GUIMARÃES e MACEDO, 2008). Apresentado como o fundador do Teatro Experimental do Negro, entidade que desenvolvia atividades políticas e culturais, dentre as quais a produção de uma dramaturgia negra, com formação de atores e produção de peças de teatro (MACEDO, 2005). Ademais, foi jornalista e promoveu uma coluna no Diário Trabalhista no pós-guerra, onde mantinha contato com figuras políticas que disputavam a herança do trabalhismo sem o Vargas¹⁵² (GUIMARÃES e MACEDO, 2008).

Além do ativismo em movimento social, Abdias também já tinha se aventurado pelo sistema político brasileiro logo após o fim do Estado Novo. A primeira delas foi, provavelmente em 1947, por uma sigla partidária de pouca expressão política na época, chamado Partido Republicano Democrático (PRD). Sua primeira investida eleitoral como candidato a vereador na cidade do Rio de Janeiro foi um fiasco, contudo registrou-se ali um experimento eleitoral em que se testava a possibilidade do “voto negro”, uma vez que se apresentava como representante desse grupo social e forjou uma plataforma eleitoral que supunha atender aos anseios da população negra (SOTERO, 2012). Mas foi na

¹⁵⁰ Entrevista com Elisa Larkin-Nascimento, concedida a mim em fevereiro de 2010.

¹⁵¹ Na condição de pintor, aliás, ele ingressou nos EUA com uma bolsa de estudos de uma Agência norte-americana *Fairield Foundation* (SEMOG e NASCIMENTO, 2006).

¹⁵² Para detalhes sobre a emergência do trabalhismo tanto como discurso dos trabalhadores como do Estado, ver Castro Gomes (2011), em *A Invenção do Trabalho*.

candidatura de 1950, que Abdias se lançou às eleições por uma sigla trabalhista, o PTB, mantendo uma proposta mais abrangente (MACEDO, 2006); mesmo assim, sem obter grande sucesso no interior do eleitorado carioca. Seja como for, fato foi que, no período da República do pós-guerra, Abdias esteve enredado nas teias trabalhistas que faziam oposição a Vargas. Tal foi a biografia política de Abdias do Nascimento quando saiu do Brasil¹⁵³.

Nos EUA, ele manteve contato com antigos militantes, que o deixavam informado sobre a situação brasileira. Foi assim que tomou conhecimento de uma nova geração de ativistas que se reunia nas dependências da Faculdade Cândido Mendes, e do grupo paulista que dirigia a coluna Afro-Latino-América no jornal *Versus*. Essas informações lhe chegavam via Rodrigues Alves, antigo militante do TEN, com quem mantinha correspondência e atualizava-se nos assuntos brasileiros¹⁵⁴. Já em 1978, ele ensaiava a sua volta para o Brasil. Esteve em vários encontros de articulação dos ativistas negros, dentre eles o ato de fundação do Movimento contra a Discriminação Racial, bem como participou de várias investidas dessa entidade em se fixar em diferentes estados, gerando uma mobilização de abrangência nacional.

Neste caso, as articulações para a constituição do PDT foi uma possibilidade concreta apresentada a Abdias para que este retornasse definitivamente ao Brasil. Curioso é notar que o PDT por ter sido um partido que se constituiu fora do país, manteve-se relativamente afastado das bases dos movimentos sociais pulsantes na sociedade civil mobilizada. Por isso, o partido que reivindicava para si a herança trabalhista, foi, na verdade, uma construção de cúpula, e foi assim que agiu no recrutamento das lideranças e intelectuais negros mais destacados. Abdias do Nascimento e Rodrigues Alves foram alguns dos quadros mais antigos do movimento negro a se vincular à nova sigla partidária. Mas houve também tentativas de absorver novas lideranças negras, como o caso de Lélia Gonzalez. Persuadida em Nova York a constituir o partido trabalhista sob a liderança de Brizola, ela declinou da proposta, preferindo juntar-se ao grupo que fundou o Partido dos Trabalhadores, este com maior enraizamento nos movimentos sociais de base, tal como vimos em páginas anteriores.

¹⁵³ É preciso que se note bem que Abdias Nascimento saiu do Brasil sob o regime de ditadura, em 1969, mas não era um perseguido político. Essa condição só viria a ser experimentada por ele anos mais tarde nos Estados Unidos, quando já era um professor universitário e passou a atuar ativamente nos congressos internacionais pan-africanistas, nos quais denunciava a posição oficial da Ditadura Militar. Em suma, enquanto a política internacional brasileira apregoava a democracia racial, o ativista argumentava a existência de racismo no país, conforme visto no capítulo I.

¹⁵⁴ Entrevista Realizada com Elisa Larkin-Nascimento, em fevereiro de 2010.

Embora Abdias fosse uma liderança reconhecida internacionalmente em certos círculos políticos, no Brasil era apenas um ilustre desconhecido da grande parte da população. Além do mais, seu retorno ao Brasil só foi notado no interior de grupos políticos organizados e pela imprensa alternativa carioca¹⁵⁵. Diferentemente de Abdias, o candidato negro do PDT que venceu as eleições foi o advogado Carlos Aberto de Oliveira Santos, o Caó, que não pertencia ao grupo dos anistiados e vivia sua militância política ligada às associações de classe.

Baiano de nascimento, Carlos Alberto de Oliveira descendia de uma família pobre e urbana, ligada às atividades profissionais manuais: seu pai era marceneiro e a mãe trabalhava como costureira na cidade de Salvador. Embora tivesse poucas condições econômicas, Carlos conseguiu estudar num colégio soteropolitano prestigiado, o Antônio Vieira. Primogênito da família Oliveira Santos teve melhores condições de estudo, graças às redes de clientes de sua mãe, que costurava para a alta sociedade baiana. Em sua trajetória secundarista, consta envolvimento em grêmios estudantis e na União Estadual da Bahia, além de militância ligada à associação dos moradores do bairro da Federação. Já no curso de Direito da Universidade Federal da Bahia, Carlos Alberto Caó, ligou-se a União Nacional dos Estudantes. Seu vínculo com o movimento estudantil e envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro o levou à União Soviética em 1962, para um encontro de estudantes. As mobilizações políticas no *campus* da universidade, o levaram à prisão pouco antes do Golpe Militar.

Em Salvador, houve reações à tomada de poder pelos militares. Betinho, como Carlos Alberto era conhecido na faculdade, era um dos manifestantes que organizou uma assembleia, composta por estudantes de direito e de medicina, cessada por intervenção das forças armadas:

No dia 30 de março [de 1964], houve uma assembleia no campus de direito. Eu era presidente nacional da Associação Nacional dos Estudantes de Direito. Quando soubemos do Golpe Militar, que já estava em marcha, rumamos para o campus de medicina. A assembleia varou a noite. Quando o exército cercou o local, alguns conseguiram fugir, outros, não. Entre os primeiros estava o Betinho. Apesar da tensão do momento, suspiramos quando soubemos que ele tinha conseguido se picar, sair dali, pois sabíamos que ele já era o mais visado de todos nós¹⁵⁶ (Revista Raça, 2012:30)

Depois desse evento, Betinho escondeu-se nas casas de amigos, até providenciarem

¹⁵⁵ Refiro-me particularmente aos jornais *Pasquim* e o *Lampião de Esquina*.

¹⁵⁶ Depoimento de João Romélio, colega de Faculdade de Carlos Alberto, publicado pela Revista Raça Brasil, em 2012.

a sua saída de Salvador. Assim, sua chegada ao Janeiro foi estratégia de sobrevivência política e profissional. Da universidade para às redações dos jornais, essa foi a grande inflexão na trajetória de Betinho, que chegava ao Rio de Janeiro trabalhando tanto em jornais de grande circulação como na mídia alternativa¹⁵⁷. O trabalho na imprensa lhe fez mudar de nome, o Betinho do movimento estudantil cedia lugar ao Carlos Alberto de Oliveira dos Santos, o Caó, como foi a abreviação jornalística sugerida por seus colegas na assinatura de suas reportagens tanto na Revista Veja como no Jornal do Brasil (JB).

O Caó, como ficou conhecido no Rio de Janeiro passou a atuar em associações de jornalistas como a Ajef (Associação de Jornalistas de economia e finanças) e o clube dos repórteres políticos, além dos sindicato municipal do Rio de Janeiro. Sua projeção política na cidade vinha dos vínculos com essas organizações profissionais. No processo de democratização, Caó se desvincula do PCB e se aproxima dos movimentos negros cariocas e é recrutado para o interior do PDT. Em 1982, Caó se candidatou às eleições e ao contrário de Abdias, ele não tinha experiência eleitoral, excetuando-se às candidaturas em sindicatos e organizações estudantis. Mais jovem que Abdias, Caó também se diferenciava do colega por não ter em sua trajetória e repertório político envolvimento profundo com as organizações políticas do movimento negro, sua identidade e discurso eram ainda afinados com a representação de classe. Foi Caó, e não Abdias, que conseguiu se eleger pela sigla do Partido Trabalhista Brasileiro.

Ao contrário dos dois antigos partidos (P)MDB e PDS (ex-arena), que contavam com maior rede organizacional no estado herdada do período anterior, a sigla trabalhista conseguiu a terceira maior rede de diretórios do Estado do Rio de Janeiro, mesmo com esses percalços no processo de construção do partido, o PDT teve um desempenho surpreendente nas eleições de 1982. Uma das cartas mais importantes que tinha era a popularidade de Leonel de Moura Brizola, um grande trunfo eleitoral do partido (BRAGA, 1998).

No pleito de 1982, as lideranças negras ligadas ao PDT se sentiram relativamente contempladas. Nas palavras de Abdias do Nascimento, foram fundamentais os arranjos realizados pelo governador recém-eleito para contemplar os interesses do grupo organizado na campanha eleitoral:

Tivemos, naquele momento, uma participação e uma experiência muito grande de campanha eleitoral com o candidato Leonel Brizola. Nessa

¹⁵⁷ Antes de se tornar jornalista, Caó trabalhou como corretor de imóveis. Inicialmente trabalhou para o Jornal A luta democrática, depois a Tribuna Carioca, Tribuna da Imprensa, Jornal do Commercio, TV tupi e o Jornal do Brasil, este último ele ingressou como repórter e ascendeu à posição de Editor.

eleição fomos eleitos, eu e o Caó, mas como suplentes. A política do governador buscava dar oportunidade aos candidatos negros. Ele convocou dois deputados para serem secretários de Estado, inclusive o próprio Caó, e abriu espaço, com isso, para que eu pudesse seguir o mandato (*Apud* CONTINS, 2006;37).

Mais do que elogiar o ato de Brizola em apoiar e promover os interesses da população negra, Abdias salientava em seus pronunciamentos no Congresso que, o seu partido teria contribuído para a ascensão do negro a cargos de primeira escalação no Estado do Rio de Janeiro, como os casos da chefia do Gabinete do Governador pela legenda do PDT¹⁵⁸ e das nomeações para secretarias governamentais: a de Promoção Social e a do Trabalho e Habitação, bem como para o comando da Política Militar¹⁵⁹.

Não só Abdias fazia apologia ao então Governador do Rio de Janeiro. Em São Paulo, Isnard Amorim de Oliveira escreveu o artigo “A Social Democracia para nós negros”, em que, ao tratar do encontro da Nacional Socialista no Rio de Janeiro, destacou a relevância da quarta proposta do programa do PDT conter um destaque para a questão racial¹⁶⁰. De modo geral, os agentes diretamente interessados no debate racial no Brasil ficavam atentos aos encaminhamentos do partido trabalhista que teve grande impacto nos meios negros durante as eleições cariocas.

Já o contentamento do então deputado Nascimento o fez inclusive afirmar constantemente que o seu partido foi o único naquele processo eleitoral a inscrever em seu programa a temática racial¹⁶¹. Fato irreal, pois três dos cinco partidos políticos que nasceram e concorreram às eleições de 1982 apresentavam, com mais ou menos densidade, alguma reflexão sobre a situação do negro no Brasil¹⁶². Independentemente, das narrativas nascimentistas sobre o seu protagonismo na luta política antirracista na

¹⁵⁸ Ver Abdias do Nascimento. *Combate ao Racismo: Discursos e projetos*, vol 1, Brasília, 1983.

¹⁵⁹ Os secretários foram Edialena Salgado Nascimento, Carlos Alberto de Oliveira e Coronel Carlos Magno Nazaré Cerqueira e, respectivamente. Ver documento *Combate ao Racismo*, vol. 1, Brasília, 1983.

¹⁶⁰ Esse artigo é particularmente relevante porque pensa o papel de um partido socialista ligado a uma tradição social democrata e a forma com a qual ele poderia se estabelecer no Brasil e abrigar questões de natureza racial. Senão vejamos: “O nascimento de um grande partido socialista em moldes europeus como os que hoje se agrupam na internacional socialista parece cada vez mais remoto no Brasil”. Mas para frente ele expressa assim: “ Eu fico pensando de que forma o socialismo poderia beneficiar a população negra brasileira, sendo que até agora nós só ouvimos demagogia política, porque nem o centro, nem a direita, nem a esquerda fizeram o ato de solidariedade para nós negros neste país, porque o problema nosso é mais difícil de ser resolvido quanto temos presente que a ação social se realiza sobre uma determinada base morfológica” (Isnard Amorim de Oliveira. 1984, p.5).

¹⁶¹ (...) O Partido democrático trabalhista é o único partido que, durante todo o transcurso da nossa história política, assumiu a luta negra. Dentro do PDT, o próprio oprimido racial, o negro e o índio, - conquistou espaço para se auto definir e levar a adiante, como itens prioritários do programa partidário, suas reivindicações específicas” (Doc. Brasília, 1983 p. 7)

¹⁶² Não por acaso os partidos que foram mais requisitados pelo movimento negro durante a campanha eleitoral de 1982 foram o PT, PMBD e PDT.

abertura democrática, há que se notar o quão expressivas foram as suas iniciativas e suas redes de influência no que toca à inserção da pauta racial numa das principais linhagens trabalhistas que, ademais, sustentou uma representação negra na Câmara Legislativa Federal.



Abdias Nascimento assumindo a secretaria da defesa e promoção das populações afro-brasileiras. Fonte: Semog e Nascimento(2006).



Ano de posse do prefeito Leonel Brizola, em 1983. Fonte: Semog e Nascimento (2006).

Abdias do Nascimento assumiu seu mandato como deputado federal em 18 de março de 1983 e fez algum estardalhaço no Congresso, propondo projetos de lei e proferindo discursos que pareciam, aos olhos da maior parte de seus pares, “oportunismo e charlatanismo” político, ou mesmo alienígenas a nossa brasilidade, como disse o Deputado Gerson Peres evocando toda tradição abolicionista, em resposta ao pronunciamento de Abdias na Câmara dos Deputados, em 13 de maio de 1983:

Mas permita-me dizer: neste País, depois do canto de Castro Alves, depois da pregação de um José do Patrocínio, depois de defesas brilhantes de um Rui Barbosa, depois de um grito de um Joaquim Nabuco, não há mais pretos, nem brancos, mas só brasileiros. E amamos tantos os negros quanto os negros nos amam. Amamos V. Exa do mesmo porte que tenho certeza que V. Exa. nos ama também, porque neste país não há racismo.(...). Permita-me falar do sofrimento do povo brasileiro onde todos nós somos ou filho de índios ou de negros (Peres *Apud* Abdias Nascimento 1983:15).

Muitas vezes acusado de “negro americano”, Abdias do Nascimento encontrou forte oposição no Congresso Nacional. Contudo, o que ficou mais flagrante em toda a sua atuação no primeiro mandato foi o confronto direto com as representações nacionais, marcadas pela retórica política da democracia racial. Aliás, nesse período, como afirma Guimarães (2001), o discurso oficial de Estado ainda era marcado pela negação da existência de problemas entre negros e brancos.

Não é de se estranhar, portanto, que pronunciamentos daquele que se autoneomeou representante da causa negra tenham sido predominantemente de afirmação cultural, enfatizando a relevância dos negros na nacionalidade brasileira, desfazendo-se dos estereótipos no discurso de senso comum de seus pares congressistas. Quase que num tom pedagógico, o deputado trabalhista apresentava sistematicamente em suas intervenções parlamentares casos expressivos de discriminação racial, com a finalidade de demonstrar o racismo no Brasil, opondo-se frontalmente ao discurso de democracia racial. Nesse sentido, os discursos de Abdias do Nascimento, em seu primeiro mandato legislativo, foram marcados pela denúncia da discriminação contra os negros e pela busca por reconhecimento cultural.

Primeiros Discursos de Abdias do Nascimento no Congresso Nacional (1983-1985)		
Título	Proposta	Natureza
Dia internacional da Solidariedade à mulher Africana	Rompimento com Africa do Sul	anti-colonialismo
A causa dos intérpretes artísticos	Afixar normas para os direitos autoriais dos artistas	direito trabalhista
Visita à Costa Rica	Narrou a participação em Simpósio sobre Naníbia	reconhecimento/anti-colonialismo
Racismo em livros didáticos e escolares	retirada de conteúdo racista nos livros e inserção negros MEC	reconhecimento e distribuição
Invasão da A do Sul em Moçambique e contra o Aparth	Rompimento com Africa do Sul	anti-colonialismo
Comentário sobre racismo no Brasil	Denúncia	reconhecimento cultural
Discurso contra o dia civico 13 de maio	Denúncia	reconhecimento cultural
dia da libertação africana	Denúncia	reconhecimento cultural
Memorial Zumbi e Memorial do escravo desconhecido	Denúncia	reconhecimento cultural
Celebração do dia do índio	Denúncia	reconhecimento cultural
Africa do Sul enforca 3 negros	Denuncia contra o Itamarati	anti-colonialismo
Solidariedade à luta de libertação dos povos da Africa A	Denúncia	anti-colonialismo
Cinquentenário sacerdotal de mãe teté e Marcha Zumbi	reconhecimento cultural	reconhecimento cultural
Invasão de Granada pelos EUA, Nicarágua e Haiti	Denuncia contra o Itamarati	reconhecimento cultural
Resposta aos racistas da Bahia	Denuncia contra produção de Jorge amado	reconhecimento cultural

Fonte: elaboração própria a partir de Nascimento (1985). *Combate ao Racismo*, Brasília, Vol. 1 e 2.

A pauta parlamentar de Abdias do Nascimento foi marcada também pela luta anticolonialista, em particular por sua proposta principal: o rompimento das relações diplomáticas brasileiras com a África do Sul, por se tratar de um país que ainda mantinha um regime de segregação racial. A luta contra o *apartheid*, aliás, foi uma bandeira cara aos ativistas negros brasileiros desde a década de 1970, quando os militantes negros cariocas faziam protesto e manifestações públicas em frente à embaixada sul-africana, exigindo o fim das leis segregacionistas naquele país e uma posição radical e antirracista do ministério das relações exteriores do Brasil.

Desse modo, a inserção da pauta antirracista na agenda pública brasileira foi lenta gradual e controlada, tal qual o processo de democratização do país. De início, vozes dissonantes quase se faziam inaudíveis nas casas legislativas. Na reforma constitucional, entretanto, essa pauta será retomada com mais fôlego, no bojo de extensa rede de mobilização. Abdias do Nascimento virá com seu slogan “O representante dos negros”, mas não terá sucesso eleitoral. Seu correligionário Carlos Alberto se reelegerá deputado federal, levando à constituinte o projeto pela criminalização do racismo. Benedita da Silva ascenderá com seu bordão “A voz do morro na Constituinte”. A novidade virá de dois metalúrgicos negros, Paulo Paim e Edimilton Valentim. Esse quarteto formará a representação parlamentar negra na elaboração da Carta Magna de 1988. Porém, isso é matéria para um próximo capítulo.

TERCEIRO CAPÍTULO
Mobilização no Processo Constituinte
e no Centenário da Abolição

3.1 Ruptura e Reforma

Os anos de 1986 a 1989 foram decisivos para o ativismo negro inscrever na história do Brasil sua reivindicação por igualdade racial. Até então, as lutas negras eram micromobilizações policêntricas e limitavam-se ao ativismo local e, no máximo, conseguiam atingir níveis estaduais. Malgrado as diversas tentativas do Movimento Negro Unificado (MNU), nos finais de 1970, em ampliar-se para várias partes do país, apenas três cidades compuseram o eixo central dessa organização: Rio de Janeiro-São Paulo-Salvador. Mas longe de ser circunscrito apenas ao MNU, o movimento negro brasileiro contemporâneo, embora não tenha demonstrações de movimento de massa (HASENBALG, 1979; HANCHARD, 1992; TELLES, 1999), conseguiu grande volume de ações, organizações e ativistas no período da redemocratização. De tal modo que durante os anos 1980 pode-se dizer que ocorreram a *expansão* e a *nacionalização* desse movimento social¹⁶³. A começar pelos encontros no âmbito regional, cuja finalidade foi ampliar as redes ativistas, fortalecer as principiantes iniciativas e organizações locais, injetando-lhes vigor a partir de trocas simbólicas e materiais. Isso teve forte efeito cumulativo para a mobilização nacional, que, por sua vez, foi decisiva para a apropriação e ampliação das *oportunidades políticas e culturais*¹⁶⁴ nos contextos da constituinte e do centenário da abolição, respectivamente.

¹⁶⁴ Sobre o conceito de estrutura de oportunidades políticas (EOP) ver Tarrow(1998); McAdam (1999); McAdam; Tarrow e Tilly (2001). Já Gamson e Meyer (1996) acenam para a dimensão cultural da EOP.

Tabela 1 - Encontros Regionais do Movimento Negro (1981-1991)

NOME	LOCAL	DATA
1º Encontro Norte-Nordeste	João Pessoa/PA	1981
2º Encontro Norte-Nordeste	Recife/PE	1982
3º Encontro Norte-Nordeste	São Luís/MA	1983
4º Encontro Norte-Nordeste	Salvador/BA	1984
5º Encontro Norte-Nordeste	Maceio/AL	1985
6º Encontro Norte-Nordeste	Aracajú/SE	1986
7º Encontro Norte-Nordeste	Belém/PA	1987
8º Encontro Norte-Nordeste	Recife/PE	1988
9º Encontro Norte-Nordeste	Salvador/BA	1989
9º Encontro Norte-Nordeste	Manaus/AM	1990
1º Encontro Sul-sudeste	Rio de Janeiro/RJ	1987
2º Encontro Sul-sudeste	São Paulo/SP	1989
3º Encontro Sul-sudeste	Vitória/ES	1990
1º Encontro centro-oeste	Campo Grande/MT	1988
2º Encontro centro-oeste	Brasília/DF	1989
3º Encontro centro-oeste	Cuiabá/MTS	1991

*Elaboração própria - Fontes: Cadernos de Pesquisa (1987); Jornal Raça e Classe (1987-1989); depoimentos (2012).

Dos dezesseis eventos contabilizados na tabela acima, 50% deles aconteceram no intervalo de tempo de 1986 a 1989, período em que ocorreu o pico da mobilização negra durante esta década. Os dados acima indicam a cartografia do ativismo, sendo que as regiões localizadas mais ao norte e ao nordeste do país apresentaram o maior número de eventos dessa natureza, sendo o Brasil Central sede de apenas três encontros, organizados por ativistas dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal. Da mesma forma a região meridional realizou somente três eventos, contando com todos os estados que compõem essa porção do território brasileiro. Destaque-se, contudo, que a região sudeste, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, dois centros históricos de ativismo brasileiro, apresentou outros eventos negros nessa década, especialmente os encontros estaduais, e os organizados pelo Movimento Negro Unificado, além de eventos de caráter nacional¹⁶⁵. Ademais, nesses encontros já se pode observar as primeiras relações das entidades civis com universidades, poder público, através de secretarias municipais, além dos incentivos financeiros de instituições internacionais, como a Fundação Ford¹⁶⁶.

¹⁶⁵ A título de exemplo, pode-se citar o I Encontro Nacional de entidades Negras localizado no Rio de Janeiro, na Universidade Cândido Mendes, em 1982 e o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em Valença no Rio de Janeiro. Ver Jornal Raça e Classe (1988) e Relatório de Entidades Negras, acervo Cândido Mendes, RJ.

¹⁶⁶ Extraído do relatório do Pará, encontro norte-nordeste em 1987, localizado no Acervo Privado de Carlos Benedito (MA).

Tabela 2 - Organizações Negras no Brasil, por local e ano de fundação.

Organização	Ano de fundacao	Cidade
Palmares	1971	Porto Alegre(RGS)
CECAN	1971	São Paulo/SP
SINBA	1974	Rio de Janeiro/RJ
IPCN	1974	Rio de Janeiro/RJ
Ilê Aiyê	1974	Salvador/SP
FRENAPO	1979	São Paulo/SP
MNU	1978	São Paulo/SP
Centro de cultura negra	1979	São Luis/MA
Associação cultural Zumbi	1979	Maceió/AL
Grupo Negro da PUC	1979	São Paulo/SP
Cedenpa	1980	Belém/PA
APNS	1980	São Paulo/SP
Grucon	1980	Brasilia/DF
Quilombhoje	1980	São Paulo/SP
Ipeafro	1981	Rio de Janeiro/RJ
Cecun	1983	Vitoria/ES
Uniao dos negros	1986	Aracajú/SE
Casa Dandara	1987	Belo Horizonte/MG
Unegro	1988	Salvador/BA
MOAN	1988	Manaus/MA
CEAP	1989	Rio de Janeiro/RJ

*Elaboração própria - Fontes documentais e orais: Jornais da imprensa negra entre 1970 e 1990; Depoimentos de lideranças negras no Acervo do CPDOC/FGV-RJ

Além dos encontros regionais e organizações, outro indicador relevante para demonstrar a extensão e a dinâmica do movimento negro e sua penetração em estados até então pouco expressivos no engajamento da questão racial no país é a imprensa negra. Desde meados dos anos de 1970, sobretudo a partir do período de distensão política perpetrada pelo General Ernesto Geisel, já se via o renascimento dos periódicos afro-brasileiros envolvidos com as temáticas que iriam marcar a emergência do movimento negro ao final daquela década, contudo essa produção tinha referência geográfica bem restrita, sendo São Paulo e Rio de Janeiro com maior destaque, seguidos de Salvador e Porto Alegre. Somente no processo de “desagregação do regime militar-autoritário” (SALLUM, 1996), especialmente nos anos mais agitados pela sucessão presidencial, pelas eleições para deputados constituintes e pela data do centenário da abolição, que se formou a estrutura de oportunidades políticas e culturais propícia para o aumento e a frequência dos jornais negros. Mais do que o crescimento em termos numéricos, a presença de outros estados, especialmente os do norte e nordeste marcam também a expansão do ativismo.

Entre os anos de 1981 e 1989 surgiram cerca de 16 jornais negros em diferentes estados brasileiros¹⁶⁷. Ainda que com poucos recursos e com certa fragilidade organizacional, os periódicos vistos em conjunto formam um quadro expressivo, apresentando forte viés para o ativismo paulista, carioca e soteropolitano. Com exceção do *Jornal do MNU*, do *Nego* e o do *Conselho da Comunidade Negra* com maior circulação e longevidade, os demais viveram em média três anos, sendo seus números trimestrais e com circulação local. A imprensa negra, assim como foi notado por diversos analistas dos ciclos de mobilização anteriores - dos anos 20 e 30 ao segundo pós-guerra -, representa a organização do ativismo, além de indicar o “significado do protesto” (BASTIDE, 1971; PINTO, 1983; GUIMARÃS, 2004; ALBERTO, 2011). No contexto da redemocratização, o aumento do número de periódicos negros autônomos revela ainda a descentralização, a expansão e o enraizamento da luta antirracista, além de um diálogo com a luta mais abrangente no âmbito nacional, uma vez que em seus editoriais aparecem tanto a focalização das camadas negras, como a vocalização de reivindicações dos demais movimentos sociais.

¹⁶⁷ Há fortes indícios de que esse número seja maior. Na lista acima encontram-se apenas os jornais que tive acesso físico, não os de referência bibliográfica.

Tabela 3 - Imprensa Negra, por ano e local

Nome do periódico	Ano de fundação	cidade/ Estado
Árvore das Palavras	1974	São Paulo/SP
Coluna Afro-latino-América	1977	São Paulo/SP
SINBA	1977	Rio de Janeiro/RJ
JOORNEGRO	1978	São Paulo/SP
Jornal do MNU	1978	São Paulo/SP
Tiçã	1978	Porto Alegre/RGS
Nego	1981	Salvador/BA
Ébano	1981	São Paulo/SP
Jornal do Conselho da Comunidade Negra	1984	São Paulo/SP
AfroBrasil	1984	Salvador/BA
Praia Verde	1985	Brasília/DF
Maioria Falante	1986	Rio de Janeiro/RJ
Trovão	1986	São Paulo
Chama Negra	1986	São Paulo/SP
Negritude	1986	Recife/Pernambuco
Afro-brasileira	1986	São Paulo/SP
Akomabu	1987	São Luis/MA
Raça e Classe	1987	Brasília/DF
Chico Rei	1988	Poços de Caldas/MG
MOAN	1988	Manaus/AM
SOS Racismo	1988	Rio de Janeiro/RJ
Constrastes	1989	Rio de Janeiro/RJ

*Elaboração própria - Fontes: Acervo de Washington/Microfilms (WDC, EUA); Princeton University (New Jersey, EUA); Acervo Clovis Moura, localizado no CEDEM-UNESP; Fundação Perseu Abramo; Núcleo de estudos Afro-Brasileiros da UFSCAR e Arquivo privado de Joana Silva e Vera Benedito (ambos de São Paulo/Brasil) e Acervo Mundinha Araújo em São Luís (Maranhão, Brasil); Arquivo Privado de Vera Rodrigues (Rio Grande do Sul/Brasil).

Além dos encontros e jornais negros, a experiência do protesto político também expressou o raio de alcance do ativismo. No ano do centenário da abolição, um levantamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro contabilizou 43 atos públicos de denúncia, organizados por lideranças negras de norte ao sul do país, indicando cada vez mais uma interiorização da influência do movimento social, uma vez que parte significativa dessas passeatas (21%) foi realizada fora das capitais brasileiras, especialmente no interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo¹⁶⁸. A título de exemplo, na cidade de Campos, localizada no Estado do Rio de Janeiro, houve uma “Manifestação contra a imagem da Princesa Isabel e o Pelourinho”; já em Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, organizou-se um ato público intitulado “100 Anos Sem

¹⁶⁸ Ver “Catálogo: centenário da Abolição”, Núcleo da Cor, UFRJ, 1989, sob a coordenação da professora Yvonne Maggie.

abolição”.

Note-se, ademais, a particularidade do protesto no nordeste brasileiro, especialmente na capital da Bahia, onde o estilo do ativismo negro assumiu característica singular: a participação ativa dos blocos Afros de Salvador nas passeatas, que formavam espécie de cortejos empreendidos pelos blocos *Olodum* e do *Ilê Aiyê*¹⁶⁹. O mesmo se verificou na capital do Maranhão, com a presença do *Bloco Afro Akomabu*¹⁷⁰ organizando uma intervenção cultural, embalada por tambores e contestação ao discurso oficial do centenário. Em Recife, a tradição cultural dos bonecos gigantes se fez notar numa ação simbólica de “queima da Princesa Isabel em praça pública”. Diferentemente das passeatas e atos públicos de entidades civis com fins exclusivamente políticos, é possível supor que o ativismo das organizações culturais – dado seu caráter expressivo, brincante e lúdico – conseguiu atrair e mobilizar um número muito maior de participantes. Isso porque acionou o repertório local, mobilizando a cultura como forma de intervenção social¹⁷¹. Como salienta Ann Swidler (1986), a cultura – símbolos, rituais, linguagem, narrativas – ofereceria o repertório de possibilidades para as quais se voltariam os agentes sociais no processo de construção das estratégias operadas na ação.

Tabela 4 - Repertório de Ação Coletiva do ativismo negro¹⁷²

Campanhas
Protestos de rua
Panfletos/notas públicas/Imprensa
Reuniões (encontros, seminários, convenção)
Manifestações culturais(missa, show,sarau, festa, teatro, lançamentos de livros)

*Elaboração própria. Fontes: notícias de jornais, depoimentos e catálogo da Abolição (UERJ/1989).

A lista exposta acima indica as formas de ação mais frequentemente utilizadas pelo ativismo negro durante o período da democratização e, especialmente, no processo

¹⁶⁹ Há que se salientar que essas agremiações culturais, em sua gênese, estiveram fortemente influenciadas pela retórica política da geração ativista de 1970. O *Ilê Aiyê*, fundado em 1974, traduziu em termos culturais, os símbolos de afirmação negra que circulavam mundialmente, aclimatando-os aos artefatos locais soteropolitanos, valendo-se, por exemplo, da estilização e secularização de signos do candomblé. Essa guinada artístico-política rendeu fortes críticas das elites intelectuais baianas, que acusaram o referido bloco de racismo. Para mais detalhes, ver SILVA (1988);AGIER, 1982; SOUZA JR(2006).

¹⁷⁰ Ver depoimentos de Mundinha Araújo (CPDOC/FGV, 2004).

¹⁷¹ Kim Butler (1998) apresenta argumento muito consistente acerca da forma de resistência culturalista nos meios afro-baianos.

¹⁷² Charles Tilly, inventor do conceito de repertório de ação (ALONSO, 2012), defende que existem formas de fazer política específicas, limitadas e culturalmente estruturadas (TILLY, 2005, 1978).

constituente¹⁷³. Certamente, esses tipos de ação coletiva eram compartilhados pela ampla rede de mobilização popular que se formou durante o processo constituinte, conforme deixa entrever Lucas Brandão (2012) em sua análise sobre as interações entre agentes parlamentares e extraparlamentares entre os anos de 1987 e 1989.

Do ponto de vista das alianças políticas, o movimento negro se valeu de amplas redes na sociedade civil (como associações, OAB, grupos religiosos, partidos políticos e sindicatos) e nos órgãos participativos do Estado (como os conselhos do negro e da mulher). Os espaços participativos no interior da esfera estatal são fundamentais para explicar a mobilização de recursos (MCCARTHY; ZALD, 1977) e a grande circulação de propostas e ideias para setores mais amplos da população¹⁷⁴. Por exemplo, o jornal do Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo tinha grande tiragem e chegava a circular por diversos estados brasileiros, além de ser distribuído nas estações de metrô da capital paulista¹⁷⁵.

Tanto o Conselho da Condição Feminina, em São Paulo, quanto o Conselho Nacional da Mulher tiveram colaboração ativa para a propagação das propostas do movimento negro brasileiro. Aliás, uma das alianças mais significativas desse contexto foi justamente aquela entre os movimentos feministas e de negros, mediados, sobretudo pelo emergente movimento de mulheres negras, que teve papel decisivo na articulação de pautas conjuntas e ampliação do discurso racial para o interior dos setores femininos mobilizados, ao mesmo tempo em que introduziu nos círculos negros ideias sobre a emancipação da mulher. A mobilização das ativistas negras se faz visível nesse período tanto por sua inserção na esfera dos conselhos, como nas suas formas organizativas na sociedade civil.

¹⁷⁴ Esse argumento foi melhor desenvolvido em Rios (2012).

¹⁷⁵ Depoimento de Vera Benedito, à época assessora de comunicação do Conselho da Comunidade Negra, concedido a mim em março de 2012.

TABELA 5 - Coletivos e Organizações de Mulheres Negras (1979-1992)

Nome	Tipo de organização	Local	Período
Aquatune	Coletivo	Rio de Janeiro	1979
Nizinga	Coletivo	Rio de Janeiro	1982
Mulheres Negras	Coletivo	São Paulo	1983
Mulheres negras da Baixada Santista	Coletivo	Santos/SP	1986
Mãe Andresa	Coletivo	São Luis/ MA	1986
Centro de mulheres de Favela e Periferia	grupo	Rio de Janeiro	1986
Mulheres negras do Espírito Santo	Coletivo	Vitória/ES	1987
Maria Mulher	coletivo	Porto Alegre/RGS	1987
Mulheres negras de Belo Horizonte	coletivo	Belo Horizonte/MG	1987
Geledés	ONG	São Paulo/SP	1988
Comissão de Mulheres Negras	Coletivo	Campinas	1987
Coletivo de mulheres negras	Coletivo	Salvador/BA	189-1990
Coletivo de mulheres negras	Coletivo	Brasília/DF	1990
Criola	ONG	Rio de Janeiro	1992

*Elaboração própria a partir da imprensa negra e feminista, além da coleta de dados no artigo de Roland (2001).

Perceba-se que apesar de se verificar grupos organizados de mulheres negras no final da década de 1970, somente a partir de 1986 é possível ver o aumento significativo desse novo agente político, especialmente ganhando identidade própria e espalhando-se para diferentes partes do país. É bem verdade que nesse contexto, tais coletivos, que eram formas menos institucionalizadas de ação coletiva, amparavam-se nos movimentos feministas e negros, valendo-se de suas estruturas organizativas e estratégias de ação. Mas é justamente nessa fragilidade de recursos que se erigiu um dos vínculos mais fortes entre os portadores da retórica racial e aquelas que vocalizavam a retórica de gênero. Na intersecção entre os dois agentes se consolidava esse mediador coletivo, cuja identidade se fundava pelas narrativas feministas e negras, inovando o repertório do período.

Desse lugar de enunciação discursivo, as mulheres negras atuavam tanto nos espaços institucionalizados do movimento feminista como nos do movimento negro. Foi assim que a partir dos conselhos da mulher (tanto o nacional como o estadual) foi possível realizar várias iniciativas cujo sentido foi apropriar-se e ampliar as oportunidades culturais do contexto do centenário da abolição. Um dos eventos públicos mais relevantes organizados no interior do conselho foi o Tribunal Winne Mandela, que

contou com várias autoridades públicas, inclusive valendo-se da tradicional escola de direito de São Paulo, no Largo de São Francisco, da presença de intelectuais e advogados renomados, organizações civis respeitadas como a OAB, além de parlamentares negros e feministas já engajados na luta antirracista e antissexista¹⁷⁶. Por sua vez, no âmbito transnacional, estreitavam-se as relações com lideranças opositoras na África do Sul num contexto de ampla campanha internacional pelo fim do *Apartheid* sul-africano. Mas a contribuição mais inovadora e significativa dessa mobilização de mulheres negras talvez tenha sido a produção e circulação de dados estatísticos sobre desigualdades, intercruzando cor e sexo em campos como o mercado de trabalho e o sistema educacional.

Um segundo entroncamento, relevante para a compreensão do alcance das propostas do movimento negro e seu processo de ganho de legitimidade, pode ser encontrado na intersecção da retórica racial com a de classe. Um bom exemplo disso é a atuação de Florestan Fernandes no contexto da contestação do centenário e de reforma política. O sociólogo paulista tinha um histórico de intervenções e declarações afinadas com segmentos expressivos da geração negra de 1970, e usou de sua influência partidária e autoridade intelectual por diversas vezes para defender essa causa, aliando-a aos dilemas do socialismo e da luta de classes, influenciando desde as organizações negras em diferentes partes do país como também as correntes de esquerda, além da opinião pública mais abrangente¹⁷⁷. Valendo-se da grande mídia, como a *Folha de São Paulo*, ou de periódicos alternativos ligados ao Partido dos Trabalhadores, como a *Revista Teoria e Debate*, ou mesmo da imprensa negra, como o *Jornal Raça e Classe*, o então deputado constituinte não deixou de vocalizar por diversas vezes “a auto-emancipação coletiva” dos negros e sua defesa pela “a igualdade racial”. Defendeu, por exemplo, que o 13 de maio de 1988 era o centenário da “Anti-abolição”, porque as autoridades oficiais não reconheciam o negro como sujeito de sua própria história, negando-lhes à igualdade substantiva ao mesmo tempo em que criavam uma “ficção histórica” sobre uma “Princesa Benfeitora”¹⁷⁸. O papel de um intelectual público, como Florestan Fernandes, certamente não pode ser considerado desprezível, especialmente no alcance do público afeito às ideias mais progressistas.

¹⁷⁶ Ratts e Rios (2010). *Lélia Gonzalez*. Summus, São Paulo.

¹⁷⁷ Há que se frisar que Florestan Fernandes dava curso de formação para jovens lideranças negras em diferentes partes do país.

¹⁷⁸ Alguns dos exemplos das contribuições de Florestan Fernandes para o debate público sobre o centenário da abolição encontram-se em “O centenário da Anti-abolição”, *Raça e Classe*, Brasília, ano 1, n.4, 1988; “Luta de Raças e de Classes”, *Teoria e Debate*, n.2, março de 1988; ou mesmo “13 de maio de 1988”, FSP.

Já nos debates do parlamento a figura mais expressiva foi o deputado federal Abdias do Nascimento¹⁷⁹. Em atitudes altamente performáticas, o ativista “histórico” do Movimento Negro valia-se de seu repertório teatral para interpretar a representação negra na casa legislativa¹⁸⁰. Fez vários pronunciamentos contra a condução estatal no que tange aos eventos do centenário: criticou a instauração de uma comissão, formada exclusivamente por pessoas não negras incluindo herdeiros da família Bragança, para cuidar dos eventos comemorativos dos 100 anos da Lei Áurea.

Da mesma forma, foram efusivas e intensas as manifestações de rua de diferentes organizações e lideranças negras civis, mobilizadas por um ideal fixo: negar a abolição. Ou em outros termos, apresentá-la como falsa ou inacabada. Em contrapartida, o ativismo erigia o herói palmarino como símbolo da resistência negra (MAUÉS, 1991; SILVEIRA, 2003), desfazendo-se da imagem imperial da princesa regente. Ademais, indicavam o treze de maio com o dia de denúncia contra o racismo. A mudança de datas significava acima de tudo a disputa pelos sentidos atribuídos à ideia de liberdade e, sobretudo, erguiam a bandeira da igualdade racial.

Note-se que a academia brasileira do período, especialmente a historiografia, passava por renovação. A produção científica acerca da escravidão vivia processos de mudanças significativas. As referidas mudanças originaram-se tanto das transformações teóricas vindas do interior do campo historiográfico, como também do processo político nacional, marcado pela presença dos movimentos sociais. Robert Slenes nota bem a influência marxista vinda de Gramsci e de E.P.Thompson, bem como das leituras de W.E.B Du Bois e C.R.L James, além da nova historiografia da escravidão norte americana, e seu impacto sobre o que se produziu no Brasil. Por sua vez, Sidney Challoub sublinha a relevância da mobilização política dos anos de 1980 para o ajuste de suas lentes durante a elaboração de sua tese de doutorado (2008: 5)¹⁸¹. Essa nova

¹⁷⁹ Sobre a trajetória política e campanha de Abdias do Nascimento no PDT e sua ascensão ao Congresso Federal, ver capítulo II de minha tese, nomeado *Movimento Negro, Partidos e Estado* (1980-1985).

¹⁸⁰ Ver Abdias do Nascimento. *Combate ao Racismo: Discursos e projetos*, vol 1, Brasília, 1983.

¹⁸¹ Note-se, contudo, diferenças marcantes entre a narrativa do movimento social e a mudança historiográfica. Os historiadores não negaram os processos institucionais pela liberdade; ao contrário, se valiam deles para narrar as formas pelas quais os escravizados e libertos se valiam de seus instrumentos legais para agenciar sua cidadania. É nesse sentido que Challoub critica o movimento social, afirmando que as lideranças negras ao trocar o 13 maio pelo 20 de novembro estavam reificando teorias do “escravo – coisa”, negando aos escravizados a cognição necessária para sua liberdade, visto que davam preferência apenas para as organizações de guerreiros quilombolas. Em *Visões da Liberdade*, esse argumento é abertamente apresentado: “Essa é uma decepção que temos de absorver, e refletir sobre ela, pois para cada Zumbi com certeza existiu um sem-número de escravos que, longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuravam mudar sua situação através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam”. (CHALLOUB, 2003:252)

historiografia produzida ao “Sul da História”, para trazer à tona Hebe Mattos, uma das referências mais significativas dessa nova guinada historiográfica, foi gestada e lida avidamente por ativistas negros que frequentavam os círculos acadêmicos e universitários.

Nesse sentido, coube aos intelectuais negros – tais como Eduardo de Oliveira e Oliveira (1924-1980), Lélia Gonzalez (1935-1994), Beatriz Nascimento (1942-1995), Hamilton Cardoso (1954-1999), Clóvis Moura (1925-2003), Joel Rufino (1941-), formados e, alguns deles profissionais nas principais universidades brasileiras, e em interlocução com pesquisadores internacionais, especialmente norte-americanos e africanos. Eduardo de Oliveira e Oliveira, por exemplo, se correspondia com Robert Slenes no início da década de 1970, e logo depois o historiador norte-americano tornou-se uma das principais referências da produção historiográfica da Unicamp, marcada por sua ênfase na *agency* dos escravos e dos libertos sob a vigência do sistema escravista, opondo-se assim à chamada escola paulista e seus modelos rígidos para explicar o regime escravagista¹⁸². Também Beatriz do Nascimento mantinha um grupo de estudos na Universidade Federal Fluminense, um dos polos irradiadores da nova tendência dos estudos em pós-graduação sobre a escravidão no Brasil, essa equipe essa que recebia o nome de André Rebouças¹⁸³, nesse grupo se gestava pesquisas sobre os quilombos modernos.

Nesse sentido, a busca da identidade coletiva negra, bem como sua retórica de afirmação racial, passava pela ressignificação da história brasileira, particularmente a experiência dos africanos e sua descendência durante o regime de escravidão, reelaborada não apenas pela retórica da vitimização, pautada pelo sofrimento e a expropriação, mas também pela afirmação de formas e símbolos de resistência à dominação escravista. Assim, eram retomadas figuras-símbolos, das quais Zumbi ganha centralidade.

Nesse acerto de contas com a história tradicional do país, os intelectuais negros buscaram confrontar e até negar o lugar e o papel da abolição da escravatura no processo de emancipação dos negros. Não só figuras monárquicas foram duramente rejeitadas, a exemplo da Princesa Isabel, como também alguns dos mais ilustres articuladores da

¹⁸² A oposição maior foi à tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso, contudo o livro *Integração do negro na sociedade de classes* também sofreu duras críticas da historiografia emergente da democratização.

¹⁸³ Note-se que o a escolha de André Rebouças para nomear o grupo pode indicar tanto à referência ao ativismo abolicionista, como a própria formação de Rebouças ora mediador no movimento social, ora intelectual inserido nos círculos de elite (ALONSO, 2012). Seja como for, é importante destacar a apropriação dos símbolos do abolicionismo brasileiro na conformação dos movimento negro durante o processo de redemocratização. Para mais detalhes sobre Beatriz Nascimento e o grupo de estudos André Rebouças, criado em 1982. Para mais detalhes, ver Ratts (2007).

campanha abolicionista tiveram seus papéis repensados. Nessa história contestada, lideranças brancas do contexto emancipatório perdem centralidade para as formas de organização e lutas políticas de negros e libertos. Nesse sentido, o republicanismo de José do Patrocínio, bem como as diversas investidas judiciais de Luiz Gama em defesa da liberdade negra, passaram a ser temas recorrentes no discurso da intelectualidade negra dos anos 1970 e 1980. As lutas dos escravizados, as ações rebeldes e não institucionais passam a ganhar mais proeminência, contrastadas às formas organizativas no interior do sistema político, a exemplo das obras de estudiosos como Clóvis Moura (1981) e Décio Freitas (1978), referências importantes para o ativismo, particularmente no que toca ao modo como pensam a agência escrava e suas formas de resistência armada no período escravista. Desse arsenal simbólico, coube aos ativistas e intelectuais selecionar e ressignificar representantes legítimos da causa negra. São, pois, esses símbolos que marcam a nova guinada política negra durante o processo de redemocratização do Brasil.

Noutra direção, enquanto o movimento civil e a mobilização parlamentar construía o pilar da liberdade e igualdade, a mobilização dos afro-brasileiros católicos buscava imprimir, ademais, os alicerces da fraternidade. Esse ideal se fez difundir pelos agentes e grupos influenciados por setores mais progressistas da Igreja Católica, em especial aqueles ligados à Teologia da Libertação. No período entre 1978 a 1988, registra-se a constituição de pelo menos três grupos católicos sob a influência do movimento negro. O primeiro deles foi o grupo União da Consciência Negra (GRUCON), cujo impacto foi bastante expressivo no nordeste, valendo-se das estratégias e estrutura das Eclesiais de Base. No início da década de 1980, formam-se os Agentes Pastorais Negros (APNS), grupo composto por católicos (eclesiais e leigos) com proposta ecumênica e certa autonomia em relação à igreja, sendo mais influente nas regiões sul e sudeste (OLIVEIRA, 2011). Em 1987, fundou-se o terceiro grupo, a associação dos padres negros, submetidos ao controle e disciplinas da igreja católica, mas interessados em intervir na luta contra o racismo (FILHO, 2012). Mesmo que houvesse muitas disputas e tensões com os segmentos laicos do movimento social, esses agentes tiveram papel decisivo na forma pela qual a questão racial foi absorvida pela Igreja durante o centenário da Abolição e seus desdobramentos no período pós-reforma constitucional¹⁸⁴.

No ano de 1988, o catálogo do centenário registrou 35 eventos organizados por religiosos dedicados à reflexão dessa data. Dos registros, aproximadamente 31 (89%)

¹⁸⁴ A relação entre as organizações católicas, negritude e campanha pelas ações afirmativas, foi desenvolvida em minha pesquisa de mestrado. Ver Rios (2009).

foram organizados por grupos ligados a Igreja Católica¹⁸⁵. Desses eventos ligados ao catolicismo, os agentes e sacerdotes negros procuraram imprimir um sentido político às missas e cortejos, formas mais frequentes da atuação desses grupos. Seus eventos faziam celebrações ecumênicas, Missas Congas, como as ocorridas em Minas Gerais, ou como o caso da “Missa e roda de capoeira em homenagem ao Mestre Pastinha”, ocorrida em Salvador. Na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense, registraram-se numerosos eventos de “Missa Afro-brasileira”, quase sempre precedidos de discussões e debates sobre a situação racial brasileira¹⁸⁶. Sob o signo da religião, o segundo alicerce republicano se erigia, alimentado pela lógica da solidariedade e pelo espírito universalista cristão: a fraternidade¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Os demais 11% foram realizados por cristãos, a exemplo do Ato Religioso: I Encontro Evangélico sobre o Negro em Belém/Pará, organizado por denominações protestantes, como os metodistas, luteranos, presbiterianos e batistas, mas também por denominações pentecostais.

¹⁸⁶ Sob bastante pressão interna desses grupos e pelo ambiente de efervescência nacional, a igreja adotou como tema da campanha católica de 1988 “A fraternidade e o negro”, cujo lema foi “ouvi o clamor deste povo”, recusando a proposta dos APNS que insistiram para que o vocábulo negro fosse acrescido à frase. Na capa do Manual da Campanha da Fraternidade do ano do centenário da Abolição encontravam-se os seguintes dizeres “Defenda as cores de nosso país”. Na contracapa, um texto esclarecia a imagem do encontro de duas mãos cromaticamente contrastivas: “Duas mãos se entrelaçam- uma negra outra branca; Gesto simbólico da nossa campanha. Mãos que se unem na prece e na construção de um Brasil de várias raças e num só povo” (Ver documento da Campanha da Fraternidade, Vozes, 1988)

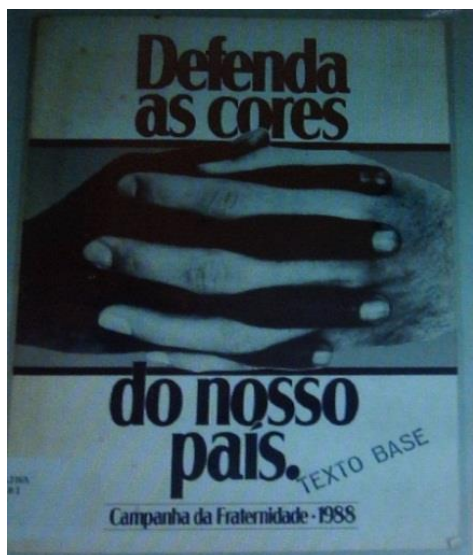


Figura 1- Fonte: Acervo Privado Educafro/RJ

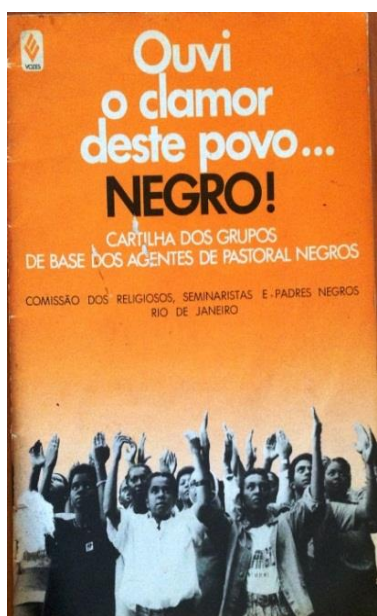


Figura 2- Fonte: Acervo Privado Educafro/RJ



Fig 3-Fonte: Acervo CCN-MA-1988

Nesse sentido, houve nesse contexto um grau de mobilização política dos negros raramente vista no Brasil republicano. Tanto assim que o grande enfretamento se deu em dois níveis e com estratégias distintas. O desafio posto para os militantes naquele momento foi a ruptura com o mito da democracia racial e a participação na reformulação do pacto constitucional. Primeiramente, a luta teve que ser travada no âmbito da cultura (HANCHARD, 2001). Desafiados pela democracia racial como retórica nacional do estado e como pacto de sociabilidade entre os cidadãos, o ativismo negro precisou romper com os símbolos políticos que sustentavam o mito de democracia entre as raças, crença fundante do nacionalismo brasileiro. Nesse caso, foi movida uma campanha intensa contra as comemorações do treze de maio. Valendo-se de denúncias, boicotes, protestos de rua, moções de repúdio, ações parlamentares e atos simbólicos, o movimento social conseguiu imprimir durante toda a década de 1980 um sentido político para o centenário da abolição muito distinto daquele que fora originalmente proposto pelas autoridades governamentais: ao invés de festa, contestação (SCHWARCZ, 1990; GORENDER, 1990; CARVALHO, 2005). Tanto assim que até as algumas escolas de samba cariocas que desfilaram no carnaval de 1988 saíram do compasso que marcava a harmonia racial como enredo da nação (CASTRO, 1990).

Assim, a luta discursiva e simbólica para tornar o racismo um tema relevante na pauta pública nacional só foi possível porque os ativistas souberam jogar a favor de si as oportunidades políticas e culturais do centenário da abolição. De modo que o governo federal teve que apresentar uma proposta para absorver parte das demandas apresentadas naqueles anos fervorosos de contestação. José Sarney, então Presidente da República, decretou a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão que sucederia a comissão oficial do centenário¹⁸⁸. A referida fundação apesar de não contemplar o tipo de reivindicação do movimento negro daquele momento, era, em verdade, uma resposta das autoridades públicas às mobilizações negras vistas em todo o país. Ainda que com grande limitação administrativa e orçamentária, a disputa pela representação do centenário resultou no primeiro organismo federal voltado exclusivamente para os assuntos da população negra, apreendida aqui pela lógica da cultura. Sendo assim, abria-se pela primeira vez na história política do país um espaço estatal para propor e gerir políticas públicas culturais originárias de demandas do segmento negro da população.

¹⁸⁸ A Fundação Cultural Palmares foi criada pelo decreto de número 97.383 de 22/08/1988. Trata-se de uma instituição pública ligada ao Ministério da Cultura, cuja finalidade é “promover”, “preservar” a “influência cultural dos negros” no Brasil. Ver Lei n° 7.668, de 22.08.88.

Por sua vez, o processo de reforma constitucional conseguiu dar forma jurídico-legal para as demandas da mobilização política, uma vez que ao contrário do centenário do 13 de maio, a constituinte foi uma estrutura de oportunidades políticas, cuja dinâmica e interações dependiam de alianças maiores e mais abrangentes entre os movimentos sociais e as diferentes formas de ação coletiva, especialmente dos partidos políticos. A vantagem do contexto político estava no fato de que os dois eventos de grande magnitude para o país aconteceram quase que simultaneamente, permitindo a retroalimentação do ativismo. Neles, estavam imbricados tanto o sentimento nacional que dava unidade ao povo, como as regras e normas para o convívio dos cidadãos e sua forma de governo.

3.2 Presença, participação e representação negra no processo constituinte

O tema da reforma constitucional aparece no horizonte das preocupações do movimento negro em meados de 1984, quando as lideranças se preparam para negociar suas reivindicações, tendo em vista o processo político de sucessão presidencial. Naquele ano, realizou-se um encontro na cidade de Uberaba, Minas Gerais, reunindo entidades de diferentes partes do país, em que compareceram cerca de 600 pessoas. Desse evento resultou o documento com as principais reivindicações do ativismo, que foi entregue a Tancredo Neves, escolhido por eleições indiretas para assumir a Presidência da República. Nesse documento já constava a demanda por “uma assembleia constituinte livre e soberana, precedida de ampla liberdade de expressão e organização” (MOURA, 1986: 64).

Durante o ano de 1985 proliferam encontros locais, municipais e estaduais, com objetivo de criar condições para a participação da população negra nesse processo político. No mês de junho daquele ano, registrou-se o encontro estadual, composto por 40 municípios de Minas Gerais, chamado “O negro e a Constituinte”, realizado na Assembleia Legislativa na cidade de Belo Horizonte, cuja estrutura de mobilização eram as entidades negras, as associações de bairro, as CEB’s (MOURA, 1986:65). Campinas, em novembro de 1985, também registrou um encontro de associações, sindicatos, partidos políticos e entidades socioculturais, promovido pelo Movimento Negro Unificado nas dependências da UNICAMP, cujo título foi “Jornada do Negro pela Constituinte”¹⁸⁹, do qual surgiu a proposta de elaboração de uma Convenção Nacional do

¹⁸⁹ Ver Jornal do Conselho da Comunidade Negra, Ano 2, N. 4, jan/1986: 8.

Negro, somente para discutir os assuntos referentes à reforma constitucional¹⁹⁰.

Contudo, é na campanha eleitoral de 1986, que o tema da reforma da constituição ganha mais projeção e as organizações e ativistas montam sua pauta. Nesse debate é possível entrever argumentos de defesa, os quais podem ser apreendidos tanto pelos *frames* da *participação* e *representação*, temas dominantes no debate nacional, como pelo da *presença* ou da *expressividade*. O problema da participação popular versus representação partidária foi posto, de forma veemente, pelos agentes envolvidos na política brasileira no período (BRANDÃO, 2011). Do ponto de vista dos ativistas, poder-se-ia afirmar, grosso modo, que o discurso da participação esteve diretamente associado aos movimentos sociais, seja porque isso lhes garantia autonomia em relação aos partidos, seja porque demarcava descontentamento em relação à representação política, expressão secular da democracia. Uma retórica dissonante, pouco trabalhada pela sociologia e historiografia do período, é *política da presença*, que teve certa visibilidade nos discursos, plataformas e campanhas dos movimentos sociais de base identitária não classista, especialmente o feminista e o negro. Não raras vezes, lideranças desses movimentos se fizeram as seguintes perguntas: “pode um branco representar os interesses dos negros?” Ou ainda: “pode um homem representar os interesses das mulheres?”.

Na imprensa negra é possível flagrar o tenso debate que envolve esses temas. O periódico *Nego*, boletim do movimento negro unificado baiano, trazia em seu editorial, no mês de maio de 1986, a preocupação com os processos relativos à ANC¹⁹¹. Sob o título “Parlamento para valer só com o negro no poder”, o núcleo baiano do MNU defendia que a escolha do modelo congressual tornava os partidos políticos os únicos canais de representação política para acessar a ANC, excluindo outras formas de ação coletiva que também possuíam um caráter representativo, como os movimentos sociais e associações¹⁹². Nesse sentido, segmentos populacionais ausentes ou subrepresentados em agremiações partidárias corriam o risco de não terem suas demandas devidamente expostas e contempladas naquele processo, argumentavam os jornalistas do impresso¹⁹³.

¹⁹⁰ Jornal AKOMABU, agosto de 1986:6, São Luis, MA.

¹⁹¹ Ver NEGO, número 10, maio/1986. Esse jornal é uma produção da seção baiana do MNU.

¹⁹² As mesmas objeções à condução do processo constituinte se fizeram presentes em outros estados. No Rio de Janeiro, o periódico carioca *Maioria Falante* escreveu várias matérias sobre o assunto. Títulos como “O truque da constituinte” deixavam entrever as principais discordâncias com o processo de representação parlamentar em vigência.

¹⁹³ “Outra coisa também decidida é que os candidatos à Constituinte tem que pertencer a partidos. Sendo assim, será mais difícil termos representantes de todos os segmentos sociais e políticos já que existem outras formas de organização política que estão fora dos partidos, mas nem por isso deixam de ser

Já em 1985 estava posto que a reforma constitucional aconteceria pela representação partidária, o que limitava as formas de participação política dos movimentos sociais. Alguns grupos organizados, como os ambientalistas, chegaram a formar um partido político para disputar as eleições para deputados constituintes (ALONSO *et alli*, 2007). Mas, o movimento negro não apresentou nesse período nenhuma proposta de criar partido próprio, ao contrário optou por estratégia similar a boa parte dos movimentos sociais: integração às siglas partidárias já existentes. Provavelmente esta escolha tenha se apresentado mais plausível, visto que já possuíam certa penetração nos partidos políticos nacionais, como o PMDB, PDT e PT.

A estratégia do ativismo negro foi insistir na ideia de que os interesses da população afro-brasileira só seriam bem representados, caso houvesse a presença negra no processo decisório. Isso significava não apenas um canal de expressão de suas demandas ou mesmo uma representação que expusesse suas ideias, mas, sobretudo, a presença física de negros enquanto parlamentares. Isto posto, o problema desloca-se da dicotomia *representação versus participação* (LAVALLE *et alli* 2006) para a questão da política da *presença* (PHILLIPS, 2001). Isso é bastante flagrante na atuação de Abdias do Nascimento no Congresso Nacional na legislatura de 1983-1986. Também bastante explícita nas campanhas eleitorais que decidiriam os candidatos da Assembleia Nacional Constituinte.

Assim, a despeito das objeções ao sistema eleitoral e a dificuldade de terem suas reivindicações ouvidas pelos partidos políticos, os editores do jornal baiano exortavam seu público a votar em candidatos negros, preferencialmente naqueles ligados ao MNU. Consideravam ser necessária a apresentação de propostas que visassem ao mesmo tempo “por fim ao racismo” e defendessem “uma sociedade sem explorados e exploradores” (NEGO, 1986: 2). A linguagem marxista associada à compreensão da eliminação das desigualdades raciais permeava o argumento, posto que compunham o repertório discursivo dessa geração de ativistas. No que toca particularmente à luta pela igualdade entre as “raças”, o editorial entendia que nesse adjetivo “racial” estavam implicadas tanto a população negra como a indígena: “A nova constituição deverá ter leis que garantam a igualdade para todos os segmentos raciais, principalmente aos negros e índios” (Idem). Mas, a despeito de um discurso que evocasse aliança entre os povos nativos das Américas e os descendentes de africanos, as articulações entre movimentos negros e indígenas

representativas” Ver NEGO,05/1986, p.2.

nunca ganharam as proporções daquelas que se veria mais tarde no processo constituinte colombiano (WADE, 1993; COTT, 2000; ZAMBRAMO, 2012).

O contexto de disputas eleitorais por uma representação negra que influísse no processo da reforma constitucional contagiou o Brasil todo. Os maranhenses, por exemplo, aturaram ativamente na construção de uma candidatura que pudesse levar à Brasília as reivindicações dos negros daquele estado. As articulações em São Luís foram sustentadas tanto pelo Partido Democrático Trabalhista, como pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão¹⁹⁴. O grupo chegou mesmo a lançar um jornal chamado Akomaku¹⁹⁵. O periódico tinha uma distribuição gratuita claramente interessada num certo público, qual seja:

Almejamos que o AKOMABU seja uma publicação dirigida a massa negra, que hoje luta na união dos moradores, nas associações de palafitados, nos terreiros de mina, nos bumba-bois, nos grupos de capoeira, de tambor de crioula, nos sindicatos urbanos e rurais, nos partidos políticos nas entidades populares e democráticas (Akomabu, 05/09/1986:2)

O candidato apoiado pelo referido jornal foi João Francisco, um militante político bastante atuante na cidade de São Luís. Filho de empregada doméstica e com pai que exercia atividade manual nas embarcações na capital do Maranhão, João Francisco foi, na verdade, “adotado” por sua madrinha, filha de um industrial da cidade. Os vínculos com a Igreja Católica e a inserção na escola secundária lhe permitiram o ingresso no mundo da política. Inseriu-se no movimento secundarista, pertenceu a União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES), sendo o engajamento estudantil e a experiência religiosa católica de intervenção social que lhe geraram traquejo e sensibilidade política. Disso resultou sua ligação com a Juventude Operária Católica e

¹⁹⁴ O centro de Cultura Negra do Maranhão é uma associação criada no contexto da democratização do Brasil. Em 1979, um grupo de negros, quase todos profissionais liberais ou funcionários públicos, residentes em São Luís, muitos deles ligados às organizações de esquerda, à ala progressista da Igreja Católica e ao recém-implantado movimento pelos Direitos Humanos no Estado, passaram a desenvolver reuniões para discutir a situação dos negros no Estado do Maranhão. Para mais detalhes ver Leite(1987); e depoimento de Mundinha Araújo (CPDOC/2004).

¹⁹⁵ A palavra Akomabu significa “a cultura não pode morrer”. Esse nome também foi dado ao bloco Afro, criado em 1984, nas dependências do Centro de Cultura Negra do Maranhão, inspirados no Ilê Aiyê, bloco baiano surgido em Salvador, uma década antes. Segundo seus organizadores, o bloco Akomabu tinha o objetivo de construir maior aproximação entre os membros da associação e a população negra de baixa renda, pouca escolaridade e residente num bairro em que se localiza a sede da instituição. Ver depoimento de Ivan Teixeira (2008), Mundinha Araújo e Magno Cruz (CPDOC,2004). Apesar de possuírem o mesmo nome, o jornal Akomabu era dirigido apenas por um segmento do Centro de Cultura Negra, isto é, por Manoel, um jovem jornalista conhecido na cidade, e João Francisco, um dos fundadores do CCN-MA. O Jornal Akomabu tratava de assuntos locais, como a política do Estado, as organizações civis e culturais negras, as situações de discriminação e pobreza da maior parte da população maranhense.

logo seu envolvimento com as ligas camponesas do Estado Maranhão. Essa trajetória lhe rendeu vínculos fortes nas redes comunistas, que lhes encaminharam para formação política na União Soviética. O Golpe Militar quando veio, o surpreendeu naquele bloco socialista.

Durante o regime dos generais, refugiou-se na ala progressista da Igreja e nas redes comunistas, somente nos finais de 1970, João Francisco viria a integrar o grupo fundador do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA). No mesmo período é arregimentado por Jackson Lago a compor a formação do Partido Democrático. Lago integrou o grupo trabalhista que foi à Lisboa fundar a carta de princípio do partido e João Francisco foi o primeiro presidente da sigla partidária na capital do estado maranhense. Nas eleições de 1986, João candidatou-se a deputado federal, apresentando-se como representante da população negra. Fazia campanhas nos terreiros de candomblés, nas associações negras, nos centros culturais. Tinha o apoio dos trabalhistas locais, e a principal inspiração para a construção de sua candidatura vinha de Abdias do Nascimento, então deputado federal pelo PDT.

Mesmo com esse investimento para conquistar o voto da população negra no Estado do Maranhão, João Francisco não conseguiu eleger-se, tão pouco Abdias do Nascimento no Rio de Janeiro, cujo modelo de campanha era bastante parecido com a do maranhense. Caso semelhante ocorreria em São Paulo, um dos principais centros da mobilização nacional pró-constituente. A imprensa negra paulista registrou um conjunto de notícias e campanhas e foi o jornal do Conselho da Comunidade Negra que teve mais destaque. Isso não é de se estranhar, já que o órgão tinha mais condições de promover intensa produção, pois estava amparado pelos recursos de mobilização advindos do Conselho Estadual. As manchetes do ano de 1986 traziam dizeres como: “Sem a presença do negro nenhuma constituinte será verdadeiramente democrática”, “ Querem você fora da Constituinte” ou ainda “ 1986: o ano decisivo para o negro no Brasil”. Em suas declarações o candidato insistia em afirmar: “Ou essa constituinte tem a conotação multirracial do brasileiro, ou teremos mais uma constituição falsa” (SANTOS, JCMN, 01/1986: 6). Hélio Santos perdeu as eleições, mas recebeu indicação, em novembro de 1985, para compor uma comissão provisória, cujo papel era a elaboração de um esboço do texto constitucional.

Assim, não foi São Paulo, berço do movimento negro brasileiro, nem Bahia, símbolo da africanidade negra no país, tampouco o Maranhão, com terras de pretos, quilombolas e sede de grandes tensões fundiárias, que elegeu a deputado constituinte o

novíssimo defensor da cidadania negra; mas sim o Rio Grande do Sul. Foi o gaúcho Paulo Paim que compôs com os deputados do Rio de Janeiro a frente pela igualdade racial no processo constituinte. Pelo menos quatro deputados de ascendência africana alinharam-se às reivindicações dos movimentos sociais negros daquele período, Edimilson Valentim, Carlos Alberto Caó, Benedita da Silva e Paulo Paim.

Tabela 6 – Composição demográfica por estado e cor, em 1980.

	Cor			
	Branca	Preta	Parda	Total
Brasil	54,2%	5,9%	38,8%	100,0%
Maranhão	21,9%	7,8%	69,6%	100,0%
Bahia	21,8%	11,1%	66,2%	100,0%
Rio de Janeiro	60,6%	10,8%	28,0%	100,0%
São Paulo	74,7%	4,6%	18,4%	100,0%
Rio Grande do Sul	87,2%	4,2%	8,1%	100,0%

Fonte: IBGE Censo de 1980¹⁹⁶.

Dessa tabela, os estados que têm maior percentual de negros na sua população não são necessariamente aqueles que possuem hegemonia nas arenas decisórias em âmbito federal, não havendo assim correspondência imediata entre composição demográfica e representatividade política. Ao menos no que se refere aos anos de 1980 é possível sugerir que só o Rio de Janeiro conseguiu apresentar a maior representação de negros na assembleia constituinte. Foge ao escopo dessa pesquisa explicar o porquê dessa especificidade fluminense, assim como não é possível por esses dados compreender as derrotas de candidatos negros em outros estados de expressiva população preta e parda.

Contudo, interesse desse trabalho é conhecer as origens sociais, itinerários, discursos e alianças políticas dessas personagens, posto que essa tarefa corresponde exatamente a uma das cenas mais relevantes desse processo histórico. Isto é, revelar o perfil social, político e cultural da emergente elite negra parlamentar, ao mesmo tempo, que explica a “agência” negra ao inscrever na Carta Magna princípios que afetariam

¹⁹⁶ Obs: amarelos e não declarados foram excluídos desta tabela por serem inexpressivos em termos das estatísticas.

decisivamente a forma pela qual a questão racial seria tratada na esfera do nascente Estado Democrático de Direito.



Fonte: Jornal Axé, 1990, localizado no acervo pessoal de Clóvis Moura, doado ao CEDEM/UNESP.

A trajetória de Paulo Paim foi marcada pelo sindicalismo. Filho de operário metalúrgico no Rio Grande do Sul, ele seguiu o destino profissional do pai quando ingressou no SENAI, ainda na adolescência, em sua cidade Natal, Caxias do Sul. Seu ritual de iniciação na política aconteceu no movimento estudantil secundarista, quando presidiu o grêmio do Ginásio Estadual, mas como não deu sequência aos estudos em direção ao Ensino Superior, por se tornar operário muito jovem, Paulo foi mesmo educado na política profissional das lutas trabalhistas e sindicais que tomariam sua vida por muitos anos.

Nesse sentido, a marca da trajetória educacional de Paulo foi o ensino profissionalizante. Ingressou como metalúrgico no Grupo Abramo Eberle e na fábrica da FORJASUL, nesta última elegeu-se duas vezes presidente da Comissão Interna para Prevenção de Acidentes (CIPA). No ano em que o Brasil passava por suas primeiras eleições pluripartidárias, ele foi eleito presidente da Central Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Sul, um organismo político que possuía muita influência sobre todo o

sindicalismo gaúcho¹⁹⁷. Assim, a ascensão nas posições mais destacadas e mais influentes das organizações sindicais foi consolidando-se na trajetória de Paim, que assumiu a direção da Central Única dos Trabalhadores no ano seguinte (1983-1985) e ao final do mandato já alcançara o posto de vice-presidente dessa organização de âmbito nacional e com base sólida do Partido dos Trabalhadores. Não por acaso, no ano em que assume a direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o sindicalista gaúcho também se filia ao PT. Nas eleições de 1986, ele se candidata a deputado federal, o que lhe garantiria o mandato de constituinte.

Mas, como Paim se tornou o operário negro, *status* público que assumiria em seus discursos e defesas parlamentares?

O Rio Grande do Sul, apesar de ser um estado meridional que assumiu a retórica da imigração como condição essencial do regionalismo gaúcho (MAESTRI, 1994), possuía uma população parda e preta expressiva, embora minoritária, onde os negros somavam cerca de 16% da população¹⁹⁸. Em Porto Alegre, havia organizações, lideranças e imprensa negra fortemente relacionadas ao ativismo de outras partes do país. Como em vários outros estados do Brasil, o Partido dos Trabalhadores, que ganhava impulsos em Porto Alegre, recebeu muitos ativistas ligados diretamente ao movimento negro, especialmente os integrantes do grupo Palmares e do *Jornal Tição*. Não seria equivocado imaginar que, se Paulo Paim não havia ainda encontrado o movimento negro gaúcho, certamente o viu quando ingressou no PT/RS.

Além do mais, nos agitados anos preparatórios para a constituinte, a mobilização negra se adensava no Distrito Federal. Inclusive em Brasília aconteceu a Convenção do Negro, donde saíram as reivindicações para a constituinte, além de ter sido a cidade em que a militância petista conseguiu estabelecer um de seus principais órgãos de propaganda, o jornal *Raça e Classe*. No ano de 1987, nesse jornal é publicado um discurso do então deputado Paulo Paim, repudiando um acontecimento de alta gravidade em seu Estado. Neste pronunciamento, ele toma para si todas as bandeiras políticas do movimento negro e lança suas esperanças de igualdade racial para a reforma constituinte: “Estou hoje na tribuna, como negro e operário para falar de outro negro e operário que foi assassinado” (Paulo Paim, *Raça e Classe*, p.5).

Dali para frente, Paulo Paim tornava-se o novo constituinte negro que exigia igualdade de direitos para o segmento da população que ficara à “margem da cidadania”

¹⁹⁷ Para mais detalhes ver autobiografia de Paulo Paim, consultada no site: www.senadorpaim.com.br

¹⁹⁸ Segundo Censo de 1980.

no Brasil. Ao seu lado já estava uma bancada vinda do Rio de Janeiro, Estado que já era conhecido por parlamentares negros afinados com as reivindicações gerais do movimento social.

No Rio de Janeiro, a novidade foi a vitória de Edimilson Valentim. Oriundo da Baixada Fluminense, ele era operário e sua candidatura esteve atrelada ao sindicalismo. Em 1983 filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e nas eleições de 1986 conseguiu se eleger deputado constituinte. A região onde Edimilson nasceu e se elegeu já possuía mobilização do movimento negro, sobretudo dos ativistas ligados à teologia da libertação, locus principal da atuação dos APNS. Sua cidade natal São João do Meriti seria anos mais tarde sede de um conjunto de iniciativas ligadas à Igreja Católica, sobretudo para atender às demandas de jovens negros pobres que demandavam por ensino superior universitário.

Nos relatos dos militantes negros, cariocas, Valentim ficou conhecido como um dos parlamentares ligados à causa negra. Ao referir-se à intervenção do seu partido, o recém-eleito vereador pelo PCdoB, Edson Santos¹⁹⁹, também negro e sindicalista, relembra a articulação suprapartidária decisiva na construção de leis antirracistas²⁰⁰:

Edmilson Valentim tinha uma trajetória similar a de Paim, mas era muito mais moço que o sindicalista gaúcho, por isso o constituinte fluminense foi considerado o deputado mais jovem daquela assembleia, pois contava com apenas 23 anos à época de sua eleição. Metalúrgico de profissão, Valentim não carregava no currículo a ascensão gradativa vista na carreira de Paulo Paim, mas revelava o potencial mobilizador da juventude operária. Ele vinha da militância sindical e por conta dela ingressou no PCdoB. Embora não tivesse o perfil político dos outros candidatos negros cariocas, ele foi recrutado como um dos constituintes a defender as reivindicações do movimento negro. No seu currículo, figura que entre suas ações, a maior parte delas ligadas às leis trabalhistas, “conquistas fundamentais em defesa dos direitos humanos contra o racismo e a tortura”²⁰¹.

¹⁹⁹ Edson Santos iniciou sua atividade política no movimento estudantil, particularmente em 1979, no 1º Congresso da UNE. Antes já tinha atuado em centros acadêmicos e na união estadual dos estudantes, mais tarde passa a atuar nas “comunidades” e no sindicato dos metalúrgicos (Maioria Falante, mai/jun/1989, em entrevista realizada por Éle Semog).

²⁰⁰ “O fato de nós trabalharmos com o Edimilson, com o Caó, com a Bené, é devido a uma situação criada (...), nós hoje temos que ter uma ponte com Brasília, onde estão esses deputados federais que participaram da elaboração de uma lei importante contra a discriminação racial(...)(Maioria Falante, Ano II, n.12, abril/maio de 1989).

²⁰¹ Extraído do site oficial do Deputado Edimilson Valentim em 30 de outubro de 2012.

Ao contrário dos dois candidatos operários, para Carlos Alberto Caó e Benedita da Silva ganhar eleições legislativas já não era mais novidade. Isso porque Benedita deixava a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e voava em direção à Brasília para assumir o cargo de deputada constituinte, novamente pelo Partido dos Trabalhadores. Na mesma época recebia um assento no Conselho Nacional da Mulher, ao lado de Lélia Gonzalez e outras personalidades e ativistas ligadas ao feminismo. Nesse conselho, foram realizadas muitas reflexões sobre a situação da mulher negra, sendo Benedita uma das figuras que manteve seu discurso aliando as dimensões de gênero, raça e classe. Na reforma constitucional atuou diretamente em ações que atentassem para esses grupos sociais que sofriam discriminações e preconceitos sociais. Em termos de mobilização social chegou a compor o *I Encontro de Mulheres Negras*, em Valença em 1988, e participava das campanhas e protesto do Movimento Negro no Rio de Janeiro.

O Advogado Carlos Alberto Caó, que tinha cedido seu mandato de 1982 a Abdias do Nascimento para assumir a secretaria do Trabalho na gestão de Leonel Brizola, voltava ao pleito em 1986. Caó, como ficou conhecido durante o processo constituinte, liderou a frente parlamentar por igualdade racial, defendendo um projeto arrojado de criminalização do racismo. Na verdade, a norma que foi apelidada de Lei Caó veio substituir e tornar mais agressiva a antiga Lei Afonso Arinos. Por isso, no retrato emoldurado nos jornais da imprensa negra do Brasil estava a imagem dos quatro políticos que, nas bases de seus partidos, conseguiram alianças necessárias para inserir os projetos de lei costurados em aliança com o movimento social. Não por acaso, foram reconhecidos como defensores da cidadania negra na reformulação do pacto constitucional.

Portanto, se a mobilização do centenário da abolição contou com forte agitação civil na esfera pública não estatal, para o movimento negro, no caso da ANC, a estratégia foi exclusivamente parlamentar, mas com grande pressão do ativismo político no interior da sociedade civil. Como salienta Lucas Brandão (2011), no processo de reforma constituinte, quase todos os movimentos sociais aceitaram as regras do jogo, mesmo com todas as limitações determinadas pela correlação de forças entre organizações e lideranças da sociedade civil e autoridades instituídas. Por conta da sua fragilidade, os atores coletivos extraparlamentares aliaram-se entre si, bem como se valeram das representantes parlamentares para influírem na ANC. Nessa disputa, as emendas populares foram expressão da força política desses agentes, uma vez que conseguiram introduzir no país um instrumento inédito no mundo, capaz de canalizar as demandas de grupos extrapartidários (BRANDÃO, 2011). Contudo, essas medidas não foram as únicas

formas adotadas pelos movimentos sociais, sobretudo porque elas exigiam temas com forte clamor social, pois dependiam de um número considerável de assinaturas de eleitores. No caso em particular do movimento negro, seu canal de expressão foi também a representação parlamentar, via constituintes negros inseridos desde a retomada pluripartidária.

Desse modo, a atuação dos ativistas negros se concentrou nas comissões específicas, dado que o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte estabeleceu a criação de 24 comissões temáticas, incluindo a “subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias”. Nessa comissão, o movimento negro se serviu dos quatro constituintes negros, Benedita da Silva (PT), Valetim (PCdoB), Caó (PDT) e o Paulo Paim (PT). A estratégia de associar à mobilização política civil a atuação parlamentar foi decisiva para o desempenho dos negros no processo constituinte. Isso garantiu que as propostas de emendas parlamentares tivessem alinhamento político com o movimento social. Sem essa estratégia, possivelmente a reivindicação por igualdade racial poderia ter tomado outros contornos na Constituição de 1988.



Fonte: Jornal Raça e Classe, 1987. Acervo FPA



Florestan Fernandes e Benedita em Brasília. Acervo FPA



Fonte: Jornal Axé, Acervo Clóvis Moura-CEDEM/UNESP



Edimilson Valentim (PCdoB/RJ)

3.3 Plataforma política e performance negra na constituinte

Da convenção nacional do negro (CNN), ocorrida no contexto das campanhas eleitorais de 1986, resultou o documento base para as reivindicações e alianças políticas dos candidatos no processo da assembleia constituinte. Nela, os ativistas conseguiram reunir representantes de diferentes estados em Brasília, entre os dias 26 e 28 de agosto, computando cerca de 580 entidades e ou grupos políticos pertencentes ao Movimento Negro²⁰². As escolhas do local e da data eram estratégicas, o primeiro porque era a sede do poder onde se reuniria a ANC, a segunda se justificava pela proximidade das eleições que escolheriam os deputados constituintes. O evento mobilizou pelo menos 16 estados que conseguiram encaminhar representantes à cidade sede do evento, totalizando 185 delegados, conforme noticiou o jornal *Folha de São Paulo*, no dia 08 de novembro de 1986.

O documento final do referido encontro foi entregue ao presidente da República José Sarney e ao presidente da ANC Ulisses Guimarães. As resoluções revelavam o acúmulo de discussão e a persistência de algumas lutas tomadas por esse ativismo desde a década anterior, apresentadas nas primeiras eleições pluripartidárias e novamente postas em público no contexto das eleições dos representantes parlamentares que atuariam diretamente no processo de feitura do novo pacto constitucional. As reivindicações apresentadas sumariamente são as seguintes:

Tabela 6: Reivindicações da Convenção Nacional do Negro (1986)

Reivindicações	Classificação
Descriminalização do aborto	Liberdade individual (mulher)
Tornar tortura física e psicológica crime contra a Humanidade	Direitos Humanos
Tribunal para crimes raciais	Direitos Humanos
Penalização do preconceito racial	Liberdade civil (negros)
Contra programas estatais de controle de natalidade	Liberdades individual (mulher)
Proibição das casas de detenção para menores	Direito à criança e ao adolescente
Assegurar os cultos religiosos	Liberdade religiosa
Direito às terras quilombolas	Direito Coletivo
Desapropriação de terras improdutivas	Direito à terra e reforma Agrária
Rompimento das relações diplomáticas e comerciais com estados segregacionistas	Direito Internacional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Folha de São Paulo, 08/11/1986.

A pauta internacionalista rerepresentada no documento da CNN já era, na verdade, uma reivindicação antiga do ativismo negro, um dos principais protagonistas na luta anticolonialista, em especial contra as marcas do colonialismo nas jovens nações africanas. Em particular, a África do Sul era o país que mais recebia moções e objeções

²⁰² Folha de São Paulo, 08/11/1986.

dos militantes, o que poderia ser visto na imprensa alternativa dos anos de 1970, assim como nos periódicos afro-brasileiros do mesmo período. Abdias do Nascimento, a principal voz que se ergueu em defesa dos negros na Câmara Federal a partir das eleições de 1982, vinha denunciando sistematicamente a situação sul-africana, pedindo ao Estado brasileiro providência mais contundente da diplomacia, que, na opinião dele, só poderia ser a ruptura política e econômica com aquele país.

A plataforma política dirigida à Constituinte carregava bandeiras caras aos ativistas que estiveram envolvidos na luta contra a ditadura, por isso dentre as suas reivindicações apareceu uma proposta que era consensual no interior da rede de ativismo político brasileira, qual seja, tornar a tortura um crime contra a humanidade. Por sua vez, as demandas feministas – a descriminalização do aborto e a crítica às formas de controle de natalidade – não encontravam amplo apoio nem mesmo nos setores mobilizados da sociedade; todavia foram inseridas nessa pauta da CNN porque o movimento de mulheres adensava seus vínculos com o movimento negro via ativistas negras oriundas de coletivos emergentes naquele período²⁰³. Assim, essas alianças forjadas no contexto de abertura foram reativadas no processo constituinte.

Já as reivindicações por reforma agrária, tema obrigatório no repertório político dos ativistas independentemente de suas pautas específicas, vinham dos vínculos do movimento negro com a Igreja Católica, seja via pastoral negra, seja pela organização União da Consciência Negra, um segmento militante de feição católica no interior da militância brasileira²⁰⁴. Somente a inserção do movimento negro numa rede ampla de ativistas pela democratização do Brasil explicaria a construção de pautas gerais e o compartilhamento de demandas específicas. Em resumo, a caminhada para a reforma constitucional exigiu intensa articulação e forte aliança política entre diferentes movimentos sociais. Tais alianças foram estabelecidas a partir do tipo de vínculo político que o ativismo negro possuía com os demais agentes daquele contexto, bem como a trajetória pessoal e política das lideranças negras.

No que diz respeito a assuntos específicos do movimento negro, tem-se a reivindicação em torno da liberdade ao culto religioso, que é uma pauta totalmente relacionada à identidade que a geração negra de 1970 tomou como referência. O ativismo que emerge nos fins daquela década valeu-se de expressivo repertório religioso para

²⁰³ Isso é particularmente notável tanto nos periódicos alternativos dos negros (como o *Raça e Classe* e o jornal do MNU) como nos feministas (como o *Mulherio*). Além do mais, muitos eventos políticos organizados durante toda a década de 1980 tiveram apoios recíprocos desses movimentos.

construção de sua identidade coletiva. A religião tornou-se fonte fundamental para a conformação de uma imagem de mundo que tal grupo social tornou-se portador. Em particular os ativistas e seus intelectuais buscaram em religiosidades afro-brasileiras, como o Candomblé, fonte para uma autorrepresentação positiva frente à imagem depreciada e destorcida, gerada na sociedade brasileira desde o processo reclassificação de *status* moldado no pós-abolição²⁰⁵.

Todavia, o ponto alto da mobilização negra se fez representar no texto constitucional de 1988. Na Carta Magna, a prática do racismo tornou-se crime inafiançável e imprescritível, alterando a Lei Afonso Arinos, de 1951, a qual considerava as ações racistas “meras contravenções penais”, que por seu turno poderiam ser reparadas através do pagamento de uma quantia irrisória (SILVA, 1998). Assim, essa conquista no âmbito do direito civil, “não apenas tornou mais severa a punição da prática do racismo e da discriminação como também inscreveu um pequeno leque de preceitos, reconhecendo a pluralidade racial brasileira” (SILVA, 2002). Por conseguinte, analistas reconhecem que essa lei impulsionou um conjunto de normas e regulamentações jurídicas adotadas posteriormente nas legislações estaduais e municipais, com o fito de coibir práticas discriminatórias, dado o seu caráter proibitivo e repressivo.

Porém, a ação realmente inédita na reforma constitucional foi a concessão de direitos territoriais e culturais aos quilombolas, novos sujeitos de direitos que emergiam no debate político e acadêmico entre os finais de 1970 e durante toda a década de 1980. Figura ambígua na retórica do movimento negro, o quilombola foi para a militância do sudeste referência histórica que remetia aos tempos heroicos de Palmares no século XVII; diferentemente do que se passava com a experiência dos ativistas negros do norte e nordeste do Brasil, já que estes reconheciam nas zonas e municípios rurais relativamente próximos de São Luís e de Belém comunidades tradicionais descendentes de ex-escravos ou libertos, vivendo em terras comunais, mas sendo constantemente ameaçados pela prática de grilagem fortemente marcante nessas regiões. Por isso, as demandas originais pelo direito quilombola vieram dos estados do Maranhão e do Pará, e foram encaminhadas na ANC pela deputada Benedita da Silva, uma vez que os respectivos estados não tinham conseguido eleger seus representantes para dar encaminhamento às suas reivindicações²⁰⁶. Essa militância do movimento negro aliada às novas

²⁰⁵ Para mais detalhes sobre o processo de racialização no pós-abolição, ver Wlamyra Albuquerque (2009).

²⁰⁶ Entrevista de Ivan Teixeira concedida a Flavia Rios nas dependências do Centro de Cultura Negra do Maranhão, em fevereiro de 2010.

interpretações e ao ativismo da antropologia brasileira romperia com as visões tradicionais dos comunistas e missionários cristãos, investindo num novo significado para essa porção expressiva do Brasil²⁰⁷.

Assim, toda a mobilização durante a redemocratização, que culminou na Assembleia Nacional Constituinte e no Centenário da Abolição, foi decisiva para construir o negro como sujeito político legítimo na esfera pública. Mais do que isso: o tema da injustiça racial inseriu-se na agenda nacional. Enquanto a luta simbólica em torno do centenário possibilitou a difusão do discurso de que os negros foram injustiçados - leia-se depreciados, subordinados e explorados - ao longo da história do país; a luta da reforma constitucional tornou-os sujeito de direitos, seja através do reconhecimento cultural dos herdeiros do passado ligado à escravidão, seja por meio de legislação que coibia tratamento que negava à igualdade racial.

Com efeito, as conquistas na nova ordem jurídica abriram agenda ampla para o ativismo negro, cujas demandas se voltariam para a implementação de políticas e projetos direcionados à população negra rural e urbana, o que se deu primeiramente na sociedade civil durante a década de 1990. Isso se deveu a vários fatores, dentre eles: o fechamento do Estado brasileiro no âmbito federal para os movimentos sociais após a reforma constitucional e o estabelecimento de uma política econômica de estado mínimo restringindo as políticas sociais e transferindo para a sociedade a reponsabilidade de construir “um mundo mais cidadão”. Somente com o processo de estabelecimento democrático liderado por Fernando Henrique Cardoso que haveria certa permeabilidade para a discussão e inserção da temática das desigualdades raciais na esfera governamental.

²⁰⁷ Para além das ações e iniciativas do movimento negro urbano brasileiro e seus constituintes, é importante lembrar que a virada conceitual da antropologia que já vinha mapeando realidades campesinas distintas do que se costumava entrever pelos estudos antropológicos tradicionais, ao invés de camponês, no modelo clássico marxista, novas pesquisas identificavam comunidades negras rurais, reconhecendo suas peculiaridades e diferenças frente ao complexo rural brasileiro, particularmente na compreensão do “campesinato de fronteira” (ARRUTI, 2011).

CAPÍTULO QUATRO

Cidadania, Raça e Cultura

4.0 Cidadania, Raça e Cultura

Quando o então pesquisador norte-americano Michel Hanchard esteve no Brasil para realizar sua pesquisa de doutorado sobre o movimento negro, mal sabia que o país passaria por transformações acenadas tenuamente naqueles finais dos anos oitenta²⁰⁸. Apesar de ser aquele um período de intensas agitações políticas, marcadas pela constituinte e pelas comemorações e contestações ao centenário da abolição, Hanchard apresentou um cenário pessimista das relações raciais brasileiras, asseverando que a democracia racial funcionava com uma espessa cortina de fumaça impedindo uma ação mais contundente do movimento negro em favor da redução das desigualdades por grupos de cor, tal como aconteceu nos EUA com o movimento pelos direitos civis. Isso porque a democracia racial apresentava-se como o ideal de sociedade compartilhado por todos, negros e brancos, sendo difícil para o ativismo mover-se na esfera da política institucional, uma vez que a cultura nacional recusava-se a admitir que no país havia preconceito e discriminação contra negros.

Com efeito, Hanchard assinalou bem que, até a promulgação da Carta de 1988, as reflexões sobre o racismo estiveram restritas a círculos políticos, espaços universitários e imprensa alternativa, incluindo algumas revistas acadêmicas. Mesmo as medidas do Estado para responder às demandas do movimento negro eram incipientes e restritas, além do mais ficaram aprisionadas na antiga lógica cultural, sem enfrentamento das desigualdades raciais. Exceção se fez ao texto constitucional, cujas conquistas tornar-se-iam determinantes nas estratégias e formas de organização do movimento social nos anos de 1990. Nessa década, o debate sobre relações raciais deixa de ser um tema marginal e ganha, paulatinamente, maior audiência no espaço público, incluindo reações organizadas.

No pós-reforma constitucional, boa parte das lideranças negras – cujas trajetórias se confundem com os processos mais importantes vivenciados pelo país desde a luta contra a Ditadura até a Constituição de 1988 – articulou-se em organizações não governamentais (doravante ONGs) e, na primeira oportunidade política criada, marcharam até Brasília exigindo medidas de enfrentamento das desigualdades raciais brasileiras. Em reação a tais demandas, em meados da década de 1990, intelectuais de diferentes orientações, nacionais e estrangeiros, realizaram, a convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso,

²⁰⁸ Trata-se da tese de doutorado defendida em Princeton em 1991 e publicada originalmente em inglês em 1994 com o título *Orfeu and Power*, somente em 2001 será traduzido para o português.

um seminário intitulado Ações Afirmativas e Multiculturalismo, organizado em 1996 pelo Ministério da Justiça. Muitos dos que participaram deste evento não acreditavam que, em curto espaço de tempo, haveria qualquer avanço no país, no que toca às políticas de inclusão para a população negra. Imaginavam, ao contrário, que o encontro teria apenas a função de abrir diálogo com os ativistas, sem que estes parecessem excluídos da política nacional. Antonio Sérgio Guimarães, um dos convidados para o evento de 1996, relembra essa sensação de descrença:

Parecia a todos nós, participantes daquela reunião, aos que defendiam ou se opunham às ações afirmativas para negros, que o seminário fora convocado simplesmente para dar uma satisfação e transmitir uma sensação de inclusão à militância negra, bastante ativa àquela altura nos fóruns partidários, em alguns escalões do governo federal e muito bem articulada internacionalmente à rede de ONGs de advocacia civil e luta pelos Direitos Humanos (2009:19).

Esse sentimento de incredulidade também se fez notar na opinião de muitos ativistas e intelectuais negros naquela época. Contrariando essas expectativas, com o passar do tempo lentamente foram aparecendo iniciativas no interior do Estado (além das iniciativas nas estruturas universitárias), que foram ganhando corpo na medida em que a militância tornava-se forte e persuasiva no que toca às exigências por redução das desigualdades raciais, via políticas públicas orientadas para a população negra.

A proposta desse capítulo é evidenciar o modo como a temática racial ingressou na agenda política brasileira, seja por meio de órgãos específicos criados no interior do Estado para absorver demandas do movimento social, seja por políticas, programas e ações desenvolvidas no período recortado. Darei especial atenção para o sentido das ações desenvolvidas ao longo da década de 1990, em especial nos dois governos Fernando Henrique Cardoso. Contudo, não basta observar a esfera governamental para compreender o que se passou no país em termos de mudanças da percepção das relações raciais; é preciso um descolamento analítico. Este deve seguir não apenas o movimento social e suas lideranças, mas também as mudanças no campo cultural e acadêmico, além da ampliação das arenas e redes transnacionais. Ao que parece esses seriam os espaços determinantes para encontrar evidências para a explicação do ganho de legitimidade da temática racial no espaço público, envolvendo mais agentes e camadas sociais, quando comparadas aos restritos espaços nos quais circulavam essas ideias durante o contexto de luta contra ditadura e nos anos da redemocratização, analisados nos capítulos anteriores.

Sendo assim, o presente capítulo está dividido em quatro seções. A primeira

apresenta o exame das principais estratégias das lideranças negras e suas formas organizativas, sua rearticulação e relação com o Estado; na segunda defendendo a relevância da produção e difusão cultural de mensagens críticas à situação racial brasileira, popularizada via mercado, atingindo as massas; a terceira refere-se à mudança do Estado frente às reivindicações do movimento social e suas primeiras iniciativas de absorção dessa temática no espaço institucional federal; e a última parte refere-se ao processo político de conformação de uma agenda por igualdade racial no plano internacional no contexto da conferência de Durban, em 2001, o que aceleraria o processo de adoção de políticas de ações afirmativas no país.

4.1 O pós-reforma constitucional: reorganização das entidades e das estratégias

As conquistas na nova ordem jurídica abriram agenda ampla para o ativismo, cujas demandas se voltaram para as ações e projetos direcionados à população negra, o que se deu majoritariamente na sociedade civil durante a década de 1990 (HERINGER, 2001). Isso se deveu a vários fatores, dentre eles: o fechamento do Estado para os movimentos sociais após a reforma constitucional e o estabelecimento de uma política econômica de estado mínimo, restringindo as políticas sociais e transferindo para a sociedade a reponsabilidade de construir “um mundo mais cidadão”, por meio de parcerias entre governo e ONGs. Fatores ligados ao ativismo também foram relevantes, como a profissionalização das lideranças e a especialização de suas associações e, sobretudo, o apoio internacional das fundações e dos organismos multilaterais (ROLAND, 2000; TELLES, 2003), além da capacidade dos ativistas em negociar com demais atores da sociedade civil e da experiência adquirida por suas lideranças nas instâncias governamentais (nos estados e municípios), construídas sob a rubrica da *participação política*. Tais fatores são determinantes na feição que o movimento social passaria a ter bem como as estratégias políticas adotadas doravante.

Embora os movimentos sociais tenham conseguido avanços na Reforma Constitucional, com o resultado das eleições de 1989 as expectativas dos ativistas em implementar imediatamente os novos direitos constitucionais foram parcialmente frustradas. Com o fechamento de oportunidade política estatal – ou seja, o esvaziamento dos conselhos e demais espaços de negociação política – durante o governo de Fernando Collor de Mello, os agentes extragovernamentais se reorientaram em termos de estratégia

de ação frente à nova conjuntura política nacional. De partida, a posição majoritária das lideranças negras foi a de se colocar em oposição ao governo, o que pode ser verificado nos editoriais de seus jornais e nas declarações públicas das lideranças e da intelectualidade negra²⁰⁹.

Nessa conjuntura, as organizações e militantes trataram de fortalecer seus vínculos na sociedade civil, ao mesmo tempo em que se fizeram presentes nas esferas municipais e estaduais, em administrações e governos abertos para as demandas dos movimentos sociais. Ademais, as redes de relações construídas nas “trincheiras ideológicas” de oposição ao regime militar foram decisivas para inserção de alguns ativistas em escalões intermediários de governos locais, ou ainda para a negociação de pautas direcionadas à população negra. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros programas e órgãos executivos voltados à igualdade racial, a exemplo da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras, a SEDEPRON, criada no segundo mandato do governo Leonel Brizola (PDT), no Rio de Janeiro em 1991²¹⁰; a Coordenadoria de Assuntos para a População Negra, a CONE, criada por meio da lei 11.321/1992, durante o governo de Luiza Erundina (PT)²¹¹; a Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra em Belo Horizonte, em 1998, durante mandato de Célio de Castro (PSB)²¹²; e a Assessoria de Defesa da Comunidade Negra do município de Santo André, em 2001, na terceira Gestão de Celso Daniel (PT)²¹³.

Por sua vez, os espaços no plano federal que tinham vínculos fortes com as lideranças negras sofreram duras restrições. A Fundação Cultural Palmares (FCP), recém-criada pelo executivo federal para canalizar demandas no interior do Ministério da Cultura, recebeu fortes pressões políticas e acabou por ser extinta. Sob alegação de controle dos gastos públicos, o Presidente Collor expediu Medida Provisória de número 151, no dia 15 de março de 1990, dissolvendo várias autarquias públicas, dentre elas a Fundação Palmares²¹⁴.

A política presidencial gerou reação. Criou-se o grupo Palmarino, comissão pró-

²⁰⁹ Como pode ser visto nos seguintes editoriais: “O negro e o Governo Collor: participar da oposição Popular” (Jornal da Unegro, fevereiro de 1990); “Plano Collor: Miséria e abandono” (Jornal do MNU, jan-março de 1991);

²¹⁰ Larkin e Nascimento (2000) e o site <http://www.ipeafro.org.br/>

²¹¹ Ver www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/igualdade_racial/organizacao/index.php?p=149057

²¹² Depoimento de Diva Moreira concedido a Albert e Pereira (2008).

²¹³ Souza, 2013.

²¹⁴ Jornal Axé, setembro de 1990.

Fundação Palmares, que foi responsável por pressionar o Congresso Nacional e exigir emenda de Supressão da FCP da lista da medida 151. Um documento foi encaminhado via oposição ao governo Collor às casas legislativas. O senador Renan Pinto (PMDB-MG) discursou em defesa da revogação da referida medida, alegando que a FCP era órgão com apenas três funcionários, sem dotação orçamentária própria, e com uma missão significativa para o país, pois se tratava de um espaço criado para uma grande parcela da população. Entre seus argumentos de defesa, cabe salientar a relevância que deu para as lutas negras brasileiras, desde o quilombo dos Palmares, bem como pelo espaço institucional conquistado “pelo movimento negro organizado”, destacando a relevância deste último para a construção da democracia brasileira. Se por um lado, o senador posicionou-se em defesa dos interesses das lideranças negras, de outro, valeu-se do sentimento nacionalista, a democracia racial, para expressar suas crenças e atingir os corações e mentes dos senadores. Disse ele em plenário: “Quem não é negro nesse país? Quem não é negro na pele, é negro no sangue; quem não é negro no sangue, é negro na alma”. Para ele, uma das contribuições dos negros ao país foi justamente a construção de nossa democracia, “inclusive a democracia da convivência fraterna”²¹⁵.

Elemento comum entre o discurso do senador e do grupo Palmarino foi o argumento demográfico. Como veremos adiante, o expressivo percentual de pardos e pretos na população brasileira é um dos principais *frames* dos ativistas negros: “o negro é maioria”²¹⁶. Nesse enquadramento interpretativo, joga-se constantemente com o binômio *minority versus majority* nos discursos políticos. Evidentemente sendo a minoria para se referir à representação política, e a maioria para a proporção de pretos e pardos nas pesquisas censitárias. Finalmente, cabe destacar que o documento produzido pelo grupo Palmarino traz alguns argumentos referentes à relevância da Fundação Palmares, vista como órgão importante para a “eliminação do racismo”, para criar um “espaço de representação” com “relação direta com o poder central”. Assim, no jogo entre a velha retórica da democracia racial, acionada pelos políticos de oposição ao governo, e as novas demandas institucionais dos negros, a Fundação Cultural Palmares não desapareceu, mas foi fragilizada e operou debilmente nos anos Collor.

²¹⁵ Jornal Axé, setembro de 1990, p. 23.

²¹⁶ *Frames* são esquemas interpretativos que simplificam a realidade exterior. Agentes selecionam situações ou experiências entendidas como sendo de injustiça social e valem-se desse enquadramento para tentar alterar a estrutura da sociedade dominante, ver Snow e Benford (2000). Análises de frames foram usadas, por exemplo, por Cott (2000) para entender as disputas dos negros e indígenas, de um lado, e as elites políticas, de outro, no processo constituinte da Colômbia.

Da mesma forma, o Conselho Nacional das Mulheres, onde atuavam importantes lideranças como Benedita da Silva, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, foi esvaziado durante a administração do presidente eleito em 1989, forçando as principais ativistas negras a retirarem-se por não ver ali possibilidade efetiva de participação. De modo que todo o aprendizado institucional, o acúmulo de discussão e de iniciativas relativas à questão racial e de gênero, via o conselho federal, foram atrofiados durante o mandato do Presidente Collor de Mello.

As lideranças negras, percebendo esse fechamento político, deslocaram-se para as organizações e iniciativas políticas, culturais e assistenciais no interior da sociedade civil, seja por meio de ampliação de alianças políticas (as chamadas parcerias), seja por meio de captação de recursos junto a organismos internacionais, seja ainda por proposição e participação em esferas municipais e estaduais. Foi nessa conjuntura política que proliferam por todo país organizações e ações tendo como público alvo os segmentos populacionais pretos e pardos, que, aos poucos, tornaram-se “negros e pobres” ou “negros e carentes”.

Depoimentos de conselheiras e lideranças, profundamente engajadas com as pautas da igualdade racial e de gênero, representam bem o quadro avaliativo do movimento social frente ao cerramento da estrutura de oportunidades políticas no plano federal. Esse é o caso de Edna Roland, que durante as mobilizações dos anos de 1980 engajou-se nos movimentos sociais feministas e negros²¹⁷, sendo uma das ativistas fundadoras do Geledés, que se consolidou durante os anos 90 como uma das mais importantes organizações negras do Brasil²¹⁸. Essas lideranças enxergaram mais vantagens em atuar nas organizações da sociedade civil do que permanecer na estrutura do Estado. Nas palavras de Edna Roland:

Com nossa passagem no Conselho da Condição Feminina e no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, nós tínhamos aprendido as práticas administrativas e como se organizam as instituições, as comissões, os grupos de trabalho e tínhamos entrado em contato com certas agências financiadoras. Quando houve o fechamento do Conselho Nacional, Sueli estava negociando o SOS Racismo entre o Conselho e a OAB. Ela então passa a negociar com a Ford a transferência [do SOS racismo] do Conselho para que fosse uma parceria da OAB, o nascente

²¹⁷ Ver depoimento de Edna Roland no CPDOC-FGV, fita 1; lado B, Rio de Janeiro.

²¹⁸ O Geledés é chamado também de Instituto da Mulher Negra, atualmente está localizado na Vila Buarque, centro de São Paulo. Como missão a organização se propõe a lutar contra o racismo e o sexismo. Maiores informações sobre a referida organização podem ser encontradas nas pesquisas de Rodrigues (2006) e Sebastião(2007), ou mesmo pelo site <http://www.geledes.org.br/>. Visita em 12 de novembro de 2013.

Geledés e, a pedido da Ford, o NEV/USP (Depoimento de Edna Roland, fita 3 B, CPDOC, 2008).

Nesse novo quadro político nacional, longe de haver uma desmobilização social dos grupos negros, verificam-se mudanças de estratégias, que acarretam maior focalização das demandas sociais, segmentação e diversificação do ativismo político, bem como diferenciação de suas lideranças e organizações. As redes profissionais e políticas foram decisivas para que suas organizações pudessem ganhar credibilidade social num contexto em que mais do que a legitimidade da reivindicação, passou a contar no jogo político a formação e a especialização dos quadros institucionais civis²¹⁹. Some-se a isso o empenho das lideranças em atingir os interesses da população negra. Uma das principais estratégias discursivas foi reverter o negro de minoria política à maioria social e demográfica – a exemplo da campanha censitária de 1990 *Não deixe sua cor passar em branco* –, rejeitando, assim, a construção de que o Brasil fosse ou viesse a ser um país branco ou mestiço.

Rosana Heringer (2001), pesquisando em dez capitais brasileiras, apresentou um mapa das iniciativas voltadas para o “combate ao racismo” durante os anos de 1990. Ela mostrou um leque amplo de projetos nas áreas da cultura, da educação, dos direitos humanos, do trabalho, da informação, da legislação e da saúde, dentre outras. Desse levantamento, três áreas têm centralidade: direitos humanos e *advocacy*, trabalho e geração de renda, além da educação. Inspirada no *SOS Racismo* do Geledés, serviço de assistência jurídica e acompanhamento de vítimas de discriminação racial ancorando-se na Lei Federal n. 7.716/1989, *advocacy* é forma de atuação política apropriada por outras organizações no país, tendo em vista a criação de jurisprudência para os casos de discriminação por motivos raciais, por representações individuais ou coletivas (CARNEIRO, 2000). Da mesma forma, as iniciativas voltadas à esfera do trabalho foram geralmente programas de qualificação profissional e de sensibilização de sindicatos e empresas no que toca à alocação de trabalhadores pretos e pardos, a exemplo dos projetos empreendidos pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e de Desigualdades (CEERT), valendo-se de dispositivos internacionais como a Convenção 111 da OIT, a qual estabelece princípio da não discriminação em matéria de emprego e profissão. Por fim, as ações mais numerosas e extensas no território brasileiro foram as de fins educacionais, em particular atividades comunitárias voltadas para informação, reforço escolar, e especialmente para cursos preparatórios para os exames vestibulares às

²¹⁹Essa discussão foi desenvolvida em minha dissertação de mestrado, intitulada *Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo* (2009).

universidades. Esses últimos são projetos sociais de forte potencial mobilizatório, destinados à juventude negra “carente” ou “pobre”, apresentando-lhes alternativas sociais e novas expectativas de futuro via educação superior.

4.1.1 Cursinhos populares para negros e os primórdios das ações afirmativas

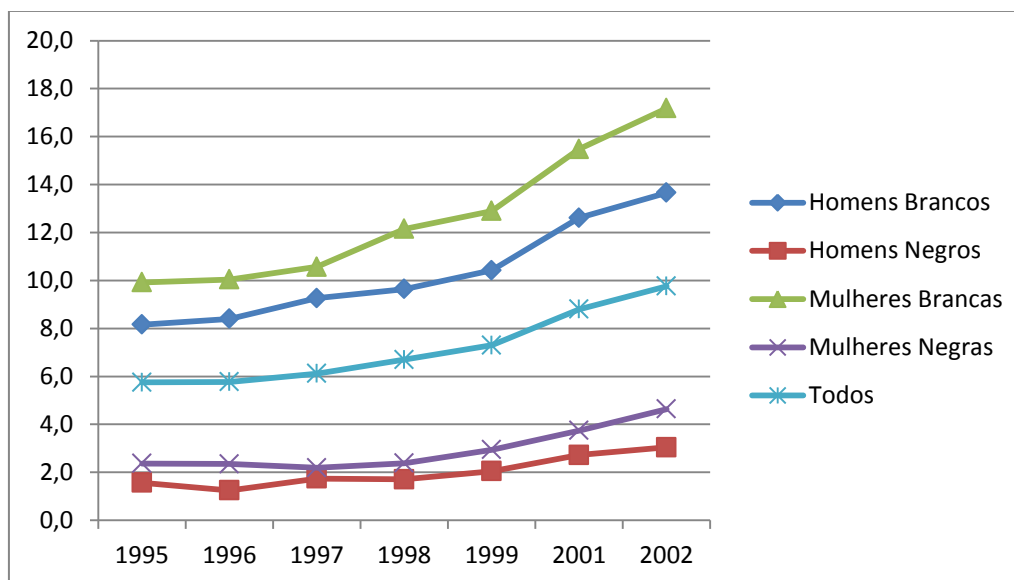
Durante a última década do século XX, floresceram diversas iniciativas civis, comunitárias e populares, com a finalidade de preparar estudantes de origens sociais menos abastadas para os concorridos exames vestibulares das universidades públicas brasileiras. Vindos das mobilizações coletivas antitadura e já experientes em negociações durante os processos de abertura política e democratização que culminou com a renovação do pacto político e republicano, traduzido na Carta de 1988, essas lideranças perceberam que a virada do milênio deveria ser marcada pelas reivindicações e intervenções exemplares contra as discriminações raciais e a favor da redução das desigualdades. Acentuaram-se durante esses anos a pressão vinda da sociedade civil por políticas de inclusão para grupos interpretados como socialmente desprivilegiados, automeados “pobres” ou “carentes” e “negros”²²⁰.

Antonio Sérgio Guimarães (2008) expõe as estruturas sob as quais se moveram esses atores coletivos. Em seu argumento, a expansão universitária do ensino superior privado, associada à relativa estagnação das universidades públicas e à precarização do ensino básico, limitou as oportunidades educacionais e, conseqüentemente, a expectativa de mobilidade ascendente dos jovens brasileiros cuja faixa de renda não lhes permitia pagar por uma vaga nos estabelecimentos de terceiro grau privados. Isso porque a competição pelas carreiras em universidades públicas, reconhecidas por maior prestígio, eram ocupadas pelos filhos das classes médias, cujas condições financeiras permitiam pagar por escolas secundárias com maior índice de aprovação no sistema público brasileiro. Essa estrutura socioeconômica determinou um viés no sistema educacional brasileiro absolutamente peculiar: grosso modo, estudantes positivamente privilegiados pagavam pelo ensino básico e desfrutavam do ensino superior público gratuito, enquanto os negativamente privilegiados, egressos das escolas públicas, eram empurrados para o sistema privado através dos restritos créditos educativos, financiamento restituível à União após o término do curso, ou, ainda, eram

²²⁰ Para mais detalhes, ver Guimarães (2008) no capítulo “Anti-racismo e políticas públicas” In: *Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos*.

desencorajados a cursar essa modalidade de ensino. Sendo este um quadro percebido como de forte teor de injustiça social, os agentes de movimentos sociais, entidades populares e comunitárias se valeram dessa realidade para construir seus discursos e plataformas políticas em defesa da inclusão de segmentos e camadas sociais com poucos recursos econômicos.

1.0 Taxa de escolarização líquida no nível do ensino superior, por raça e gênero (1995-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1995-2002.

Diante desse quadro de forte disparidade educacional, para homens e mulheres negras durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, as reivindicações do ativismo produziram debates fervorosos sobre o acesso ao ensino superior, apontado como um dos principais gargalos de exclusão no Brasil. Para esses grupos politicamente organizados, se era possível desenhar uma pirâmide com formas geométricas bem definidas para ilustrar as desigualdades e as distâncias sociais entre os brasileiros, isso poderia se observar no nosso sistema educacional, particularmente no seu topo, em que as disparidades revelavam-se mais visíveis, devido à baixa heterogeneidade dos grupos que acessavam esses bens sociais. Note-se que nesse confronto argumentativo, lideranças e intelectuais negros, com apoio de robustas análises estatísticas, geradas nas universidades por alguns eminentes pesquisadores, difundiram na mídia informações e até narrativas de casos emblemáticos, que expressavam as distâncias sócio-ocupacionais, educacionais e de rendimentos por grupos de cor no Brasil.

O modelo de iniciativas civis, voltado à juventude sem recursos econômicos e aos afrodescendentes que se preparavam para os exames de vestibulares, expandiu-se por todo o país. Lideranças negras cariocas e paulistas organizaram dois grandes

empreendimentos dessa natureza, que se mantém até os dias atuais, e se ramificaram por outros estados brasileiros, gerando extensa capilaridade social. Sem dúvida alguma, apesar do pioneirismo da Organização Steve Biko, em Salvador, ou do Núcleo de Consciência Negra, na USP; foram o Cursinho para Negros e Carentes, o PVNC, e o Cursinho Educação e Cidadania para Afrodescendentes e Carentes, o Educafro, que, por terem adotado o modelo de franquia social, se tornaram em exemplos mais bem acabados da nova forma de organização e de recrutamento político desenvolvido durante a última década do século XX.

Passados os tempos dos protestos e denúncias que marcaram os anos da democratização, lideranças negras mudaram de estratégias e avaliaram que para atingir às massas seriam necessárias ações que pudessem mudar a vida concreta dos negros. Esse também foi o entendimento do grupo eclesial, que tinha passado quase uma década desenvolvendo propostas de diálogo com a população negra e pobre da região da baixada fluminense, usando como estratégia a divulgação de informações acerca de sua história e cultura²²¹. Valendo-se da estrutura e das formas de intervenção das comunidades eclesiais de base (CEBs), lideranças negras herdeiras do ideário da Teologia da Libertação e da pedagogia de Paulo Freyre – a exemplo de Padre Batista, Frei Cacá e Frei David – passam a estimular ações educacionais para o público secundarista, que teria impactos importantes na história política do ativismo no Brasil²²².

A intervenção direta em comunidades mais pobres e de periferia das metrópoles dependeu da complexidade crescente das organizações negras e do surgimento gradativo de uma militância profissionalizada. Deve-se a esse processo de institucionalização o potencial para sustentar uma das bandeiras mais caras para o movimento negro na década de 1990: o acesso ao ensino superior. Na virada do século tal bandeira apresentou-se timidamente como uma discussão sobre a possibilidade de ações afirmativas, para, por fim, desdobrar-se nas campanhas pelas cotas (SANTOS, 2012; DAFLON *et al*, 2013).

O que se nota é que a demanda crescente por vagas no ensino superior aconteceu justamente na década em que houve a expansão do ensino superior privado, em

²²¹Ver depoimento de Frei David, CEPDOC/RJ ou mesmo a cartilha “Ouvi o clamor desse povo” (1988).

²²² Em São Paulo, Bas’llele (2005) mostra que os APNs desenvolveram, através da figura do Padre Batista, uma organização voltada para o acesso e permanência de jovens negros no Ensino Superior. Criada em 1987, o Instituto do Negro Padre Batista já vinha desenvolvendo atividades de intervenção social na área de educação com pequenos grupos. De modo que a iniciativa da Baixada Fluminense não era um projeto original de intervenção social, pois já encontrava experiências nas quais poderia se espelhar.

detrimento da expansão do ensino superior público (GUIMARÃES, 2003). Uma das consequências mais interessantes para o nosso caso é que o investimento governamental no ensino superior privado resultou também na ampliação de vagas ociosas, especialmente em cursos de baixo prestígio social em instituições pagas, para os quais se dirigiram boa parte dos estudantes provenientes do PVNC e da Educafro (SANTOS, 2006; RIOS, 2009a)²²³.

Além do mais, toda a rede de mobilização utilizada por organizações negras evidenciam, numa perspectiva processual, as formas e desafio enfrentados pelo ativismo durante os anos noventa. Período esse em que o enraizamento social das organizações foi mais intenso, graças aos tipos de vínculo que passaram a ter com a população negra e às suas formas de atuação no espaço público. Neste último caso, destaque-se que o repertório de ação já possuía inovações em relação às formas e estratégias da década anterior, tais como a prática constante de produção e difusão de denúncia de casos exemplares de racismo, assim como intervenções em espaços de grande circulação, como *shopping centers*, empresas bancárias e demais centros comerciais; além de atos públicos em frente de estabelecimentos de ensino superior público. O fato é que as reivindicações passavam a ser, cada vez mais, propositivas.

No ventre da rede de cursinhos pré-universitários surgiu a primeira campanha por políticas compensatórias para negros. As incipientes mobilizações por ações afirmativas que ganham a atenção da opinião pública aconteceram na Universidade de São Paulo, quando um grupo pequeno de estudantes promoveu debates, manifestos, atos e manifestações, com certo grau de violência simbólica, exigindo políticas compensatórias para negros ou afrodescendentes.

Os primórdios dessa campanha podem ser remontados a partir de algumas iniciativas organizadas por ativistas ligados ao Núcleo de Consciência Negra na USP. A organização criada em 1992, composta por estudantes e funcionários com apoio de alguns professores universitários, tinha ativistas que apresentaram, em meados de 1993, uma das primeiras propostas brasileiras envolvendo destinação de recursos materiais para negros. Tratava-se do projeto por “reparações”, que resultou numa campanha polêmica em São Paulo, com intervenções em estabelecimentos comerciais em bairros de classe média paulistana²²⁴. O projeto defendia que o estado brasileiro deveria ressarcir em termos

²²³ Segundo o INEP, em 1996 eram 922 IES e saltou para 1.637 em 2004, desse total apenas 224 eram de administração pública.

²²⁴ Para mais detalhes ver reportagem da Folha de São Paulo “Militantes Negros dão pendura no Maksoud,

financeiros os descendentes de escravos e a campanha tinha como *slogan* “reparações-já! ²²⁵”. Embora não tenha seguido em frente por falta de apoio de setores mais amplos das lideranças negras, esse movimento pelas reparações gerou alguma discussão acerca da necessidade de ações materiais e não apenas simbólicas para os negros brasileiros ²²⁶. Apesar da mobilização pelas reparações ter tido vida efêmera, posto que a maior parte dos líderes negros nacionais recusou-se a aderir à referida campanha, alegando certo oportunismo de algumas lideranças estudantis e, sobretudo, a inviabilidade prática de ressarcimento monetário aos descendentes de escravos. Em poucos meses, o movimento caiu em descrédito. Mas essa mobilização pelas reparações pulverizou na mídia um dos temas que se manteria presente nos debates em defesa das ações afirmativas. A mobilização por reparações agitou os meios de comunicação por conta do radicalismo da proposta e dos métodos de protesto, servindo para antecipar o debate sobre políticas de inclusão. Nesse sentido, nos primórdios das discussões sobre as ações afirmativas, pelo menos três conceitos transitaram nos círculos negros e antirracistas: as ações afirmativas, a política de reparação e as compensatórias ²²⁷.

Assim, entre os anos de 1993 a 1995, algumas lideranças negras gestaram ideias e propostas de intervenção política com caráter propositivo ²²⁸. No plano nacional, o evento mais significativo foi a Marcha Zumbi dos Palmares, ocorrida em Brasília, em novembro de 1995. No documento “Superação do Racismo e da Desigualdade Racial” entregue ao presidente da República, o termo ações afirmativas aparece no tópico sobre educação para “garantir acesso aos estudantes negros a cursos profissionalizantes, às universidades e às áreas tecnológicas”. Contudo, o impacto dessa marcha nacional para a difusão do conceito de ações afirmativas não foi tão expressivo, haja vista que essa proposta não era consensual no interior do ativismo político e das organizações que sustentaram a mobilização do 20 de novembro em Brasília. A oposição vinha, sobretudo, dos ativistas

20/11/1993 ou “Reparações não é um privilégio”, de Fernando Conceição, FSP, 13/03/1995.

²²⁵ O movimento foi inspirado na conferência Pan-Africana que aconteceu na Nigéria, em abril de 1993. Embora o Brasil não tenha tido representação neste evento, por aqui a ideia de mobilizar-se em defesa de ressarcimento material foi levada a adiante por um pequeno grupo. Ver *Jornal Reparções*, dezembro de 1993, localizado no acervo *Black Pamphers* em Princeton University.

²²⁶ Acervo *Black Pamphers*/Princeton University.

²²⁷ Valter Silvério (2001), quando faz a defesa das ações afirmativas no ciclo preparatório nacional para Durban, opera com essas três categorias para pensar modelos de inclusão para negros no Brasil. Feres, Daflon e Campos (2012) afirmam que o argumento da reparação é comum em diferentes regimes discursivos nos vários países que a política de ações afirmativas foram implementadas. No caso brasileiro reparação foi terminologia mais usada no espaço público, notadamente na imprensa, segundo os autores (p.84).

²²⁸ É bem verdade que Ivair Augusto dos Santos afirma, que entre 1991 e 1992, conheceu modelos de ações afirmativas em empresas estrangeiras e já vislumbrava a possibilidade dessa política no Brasil. Ver depoimento dele ao CPDOC/FGV/RJ.

com trajetória ou filiação nas associações e organizações partidárias de esquerda, especialmente do PT²²⁹. Mesmo assim, a proposta das ações afirmativas de 1995 passou a ser sublinhada pelos ativistas mais atentos à *Affirmative Action*, presente nos Estados Unidos.

O repertório de ação coletiva na campanha pelas ações afirmativas é mais contencioso, quando comparado ao ciclo de manifestações públicas empreendidas por ativistas negros na redemocratização, no processo constituinte e no contexto do centenário da Abolição, em que as passeatas eram as formas mais notáveis. Em contraste com as mobilizações anteriores, na década de 1990, as manifestações passaram a conter algum grau de violência simbólica, expressa por atos de escracho (pichações do *slogan* “cotas já”; corpos totalmente despidos; dessacralização de símbolos religiosos, como o uso da cruz cristã e das oferendas do candomblé). Abaixo, listo as ações coletivas empreendidas pelo comitê pró-cotas na USP, muitas das quais foram difundidas em várias partes do país nas campanhas por ações afirmativas por quase duas décadas²³⁰.

1.0 Repertório de ação coletiva por ações afirmativas na universidade (anos 1990)

Queima de pneus
Crucificação do cristo negro
Pichações
Protesto com nudez
Despacho para Exú
Concentração em frente à reitoria
Pendura em restaurante
Aulas públicas
Notas à imprensa
Debates, reuniões e seminários
Correspondências, manifestos e projetos

Fontes: Folha de São Paulo, Jornal Sintusp e depoimentos.

²²⁹ Ver Soares (2012). Sueli Carneiro e Milton Barbosa também apresentaram, em entrevista, para esta pesquisa, argumentos nessa direção.

²³⁰ A se notar pelos relatos das mobilizações em 11 universidades do nordeste ao sul do Brasil analisados por acadêmicos que estiveram diretamente envolvidos com o processo de implementação das cotas em suas respectivas universidades, publicados na coletânea organizada por Jocélio Telles dos Santos, 2012.

Os mesmos estudantes que defenderam as reparações em 1993 passaram a se organizar em grupos de discussões e debates em defesa das cotas depois da Marcha Zumbi dos Palmares em 1995. Eles montaram o “Comitê pró-cotas” e o “Movimento Pró-cotas”, modelo de mobilização que foi adotado por ativistas em vários estados brasileiros e atravessou a década de 1990²³¹. A aposta dos ativistas era de que se o sistema de cotas fosse implementado na Universidade de São Paulo, outras instituições universitárias públicas o adotariam, dado o prestígio e a centralidade da USP no sistema universitário brasileiro. O comitê, embora não tenha tido sucesso na universidade onde fora criado, era composto por estudantes universitários, que mantinham um cursinho pré-vestibular, mobilizando alunos secundaristas ou pré-universitários. Além de colaboração discente, o comitê buscava o apoio das autoridades acadêmicas, especialmente professores consagrados, na tentativa de ampliar o máximo possível as alianças políticas²³². Se a proposta das reparações não vingou naquelas lutas iniciais, cedeu lugar à mobilização em defesa das cotas, entendidas como uma modalidade “de políticas de ações afirmativas”²³³, cujo objetivo era:

Buscamos com o projeto aumentar a curto prazo a presença de afrodescendentes, como forma de propiciar a formação de uma classe média negra potencialmente capaz de intervir como sujeito, e não apenas como objeto das ações de progresso para negros em nosso país (justificativa do projeto de cotas USP, Comitê Pró-cotas 29/Set/1996:3).

Apesar desse esforço pioneiro da campanha por ações afirmativas, essa experiência de mobilização não conseguiu ter impacto na esfera pública federal. Esse só acontecerá a partir das respostas institucionais ao movimento social mais amplo, assunto que trataremos adiante. Antes, contudo, é preciso saber o que se processava na cultura em termos das relações raciais e as disputas interpretativas acerca das desigualdades brasileiras na última década do século.

²³¹ Alguns dos integrantes que participaram movimento pró-cotas na Universidade de São Paulo são Kelly Adriano de Oliveira, Newman Nobre Santana, Amarildo Severo do Nascimento, Alex Ratts, Mauro Göpfert Cetrone; Luis Carlos e Fernando Conceição, dentre outros.

²³² Entre os anos de 1995 e 1996, os professores que foram citados pelos ativistas como seus aliados políticos foram: Kabengele Munanga (Antropologia/USP), Antonio Junqueira de Azevedo (Direito/USP) e Milton Santos (Geografia/USP), Paulo Pinheiro (NEV/USP), dentre outros.

²³³ Ver chamada: “Comitê faz ato pró-cotas no 13 de maio”. Jornal Sintusp, maio de 1996.

4.2 Duas estéticas para o protesto: narrativas e imagens negras

Discursos sobre clivagens raciais no Brasil foram gestados e difundidos ao longo dos anos de 1990: mensagens e narrativas racializadas passaram a ser veiculadas nos meios de cultura de massa. Por narrativas racializadas entendo o uso da ideia de raça para narrar e explicar experiências compartilhadas no passado e no presente, valendo-se para isso de categorias bipolares de classificação dos grupos de cor (a exemplo de brancos e negros). Uma nova estética de protesto é posta em cena por agentes culturais – especialmente através da indústria fonográfica – e ganha setores populares juvenis e a classe média branca. Por esse veio, observa-se tanto a valorização do negro como estética política e cultural, como a vocalização de denúncia do racismo, em que se vê a figura do negro acoplado-se à ideia de sofrimento social vivenciada no cotidiano urbano²³⁴. Em ambos campos, seja nas ciências, seja nas artes, difunde-se a ideia de que o racismo é uma das principais causas das mazelas sociais do país. Ou seja, se na última década do século XX, debater o problema racial ainda era um assunto indigesto em nossa cultura política – sendo a classe considerada como a explicação para as grandes disparidades brasileiras –, no limiar do novo milênio, as temáticas da discriminação e das desigualdades passaram pouco a pouco a concorrer com os discursos exclusivamente fundamentados nos fatores econômicos.

Antes, é preciso dizer que pelo menos desde os anos de 1960 duas narrativas rivalizam os sentidos da negritude no Brasil. A primeira confluía com a recepção internacional das mensagens de orgulho negro e pode ser sintetizada no *slogan* que atravessou o Atlântico: *black is beautiful*. Ou como ficou estampando no disco de Jorge Ben, em 1971, *Negro é lindo*. A segunda narrativa encontrava sua expressão máxima no livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, publicado pela editora livraria Francisco Alves, em agosto de 1960, que virou *best seller* no Brasil e ganhou o mundo em 13 traduções, lido tanto nos países comunistas quanto nos capitalistas, em plena Guerra Fria. No livro, a imagem de que a pobreza é negra está presente não só na elaboração da escritora de diários, como também se faz notar em sua recepção midiática: ou seja, na imagem publicitária sobrepõem-se a figura de Carolina – mulher, negra, favelada e catadora de lixo – e seu testemunho das condições de precariedade e desumanidade nas franjas do capitalismo periférico²³⁵. Numa frase da

²³⁴ Refiro-me aqui à crescente politização do HIP HOP, particularmente o RAP, e a alguns setores e músicos da MPB.

²³⁵ Para saber mais detalhes sobre a biografia e recepção da obra de Carolina Maria de Jesus ver Meihy, J.

autora do Canindé: “A minha [vida] até aqui, tem sido preta. Preta é minha pele. Preto é o lugar onde moro”²³⁶.

No discurso sociológico, que não ganhou as massas, entretanto, mensagem análoga à apresentada em *Quarto de despejo* (1960) foi recepcionada pelos círculos acadêmicos, pelo ativismo e pela intelectualidade de esquerda. Quero me referir à obra seminal de Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), em que a narrativa sobre a população negra encontra-se ligada à miséria, à precariedade e à marginalidade econômica e social, o que seria descrito por Florestan, como o “o drama do negro na sociedade competitiva”²³⁷. Na interpretação do sociólogo paulista, o mulato e o negro vindos do pós-abolição nem tinham ainda adentrado completamente a sociedade de classes, ao contrário, viviam às margens da ordem competitiva, na condição de *lumpen* ou subproletariado. Esse enquadramento interpretativo, portanto, não seria invenção da década de 1990; nela, contudo, isso voltará à cena em tons mais radicais, com maior amplitude e audiência, como veremos adiante.

Em contraste com a narrativa da “marginalidade do negro”, discursos sobre a “Beleza Negra” constituíram a identidade coletiva do ativismo nas grandes cidades brasileiras. No início, tais discursos se popularizaram via *soul music*, a qual embalou os bailes dos anos de 1970, mas logo aqueles alcançaram o âmago da nossa expressão nacional: o samba. O símbolo da identidade brasileira também passou por renovação em seu repertório, levando muitos ativistas às ruas embalados por canções como o *Sorriso Negro*, imortalizada na voz de Dona Ivone Lara²³⁸. Sob o signo da beleza, não faltaram exemplos de canções para animar os protestos, renovando os sentimentos de experiência comum de discriminação entre os militantes, alcançando também a grande massa através da indústria musical. A composição de Serginho Meriti e Alexandre, *Negra Ângela* – na voz de um dos mais carismáticos interpretes de carnaval, Negoinho da Beija-Flor, marcou muitas manifestações²³⁹, em verdadeira ode à negritude:

C. S. B & Levine, R. M. (1994); Castro e Machado (2007); Santos (2008). Para conhecer sobre o legado da escritora na cena cultural contemporânea, ver Rios (2014).

²³⁶ Ver *Quarto de Despejo*, ed. Ática, 2000:147.

²³⁷ Noutra direção, Silva (2013) faz análise de Carolina de Jesus e Florestan Fernandes com intuito de entender a construção da ideia de literatura marginal, negra e periférica.

²³⁸ No refrão, o samba tem as seguintes estrofes: Um sorriso negro/Um abraço negro/ Traz felicidade/Negro sem emprego/ Fica sem sossego/ negro é a raiz da liberdade.

²³⁹ É conhecida a importância da música nas manifestações públicas como constitutiva do repertório dos movimentos sociais. Exemplos são fartos na história: Billy Holiday em sua bela interpretação de *Strange Fruit*, canção que moveu o espírito dos direitos civis (MARGOLICK, 2012). No Brasil, durante a redemocratização, canções de protestos da MPB eram comuns em passeatas contra o regime militar e pela democratização (algumas das já clássicas são *Para não dizer que não falei das flores* (1969), de

Ela é negra, negritude que fascina/ Senhora menina, menina senhora/
Me descontrolou/ Ao expor seu lindo visual nesta retina/ Sua voz que
o próprio canto encantou/Hoje eu vi um lindo negro anjo/Anjo negro
lindo anjo/ Negra Ângela (Beija Flor, Disco Menino de pé no chão,
1997).

No entanto, os campeões do elogio à “raça negra” foram os blocos afro-baianos, que desde os tempos mais duros do regime militar trouxeram para as ruas afoxés de exaltação à identidade étnica, sua ancestralidade, convertida em “autêntica” estética afro-brasileira. Originário do bairro do Curuzu, localizado em área tradicionalmente pobre de Salvador, o Ilê Ayê foi marco inaugural (Gonzalez, 1983; Santos, 1987; Agier, 1991), ao trazer inovações performáticas e musicais, com estilização de artefatos simbólicos do candomblé, para o carnaval; além disso o grupo dirigido por Vovô inovou o repertório do ativismo negro brasileiro²⁴⁰. Embora o grupo que levou multidões a cantar “O mais belo dos belos: sou eu, sou eu” tenha assumido a vanguarda artístico-musical dos carnavais brasileiros, ao instaurar a tradição dos blocos-afro, foi somente com o *Olodum* – e seu ingresso na *World Music* – que a louvação à estética negra viajaria Brasil adentro e o mundo afora. A explosão dos hits *Madagascar* e *Faraó Divindade do Egito*, que arrebataram os foliões no ano do centenário da Abolição, garantiu visibilidade nacional ao grupo, que, aliás, se vê como “organização movimento negro”. Sua projeção internacional, devida às parcerias comerciais com grandes estrelas planetárias da música pop²⁴¹, é inegável.

Essa onda estético-política, antes exclusiva a certos círculos políticos e artísticos mais restritos, ganhou o mercado publicitário e a indústria fonográfica na década de 1990²⁴². Porém, não se restringiu à música. Empreendedores passaram a ver na população negra um mercado em potencial: produtos de beleza, magazines, propagandas publicitárias endereçavam-se ao segmento “étnico-racial da população”. Um dos empreendimentos mais notáveis nessa direção foi a edição da *Revista Raça Brasil*, a

Geraldo Vandré; *Apesar de Você* (1970), de Chico Buarque; *Cálice* (1973), de Chico Buarque e Gilberto Gil), assim como o Hino Nacional foi importante para a jovem geração dos caras pintadas, mas também o foi para a mobilização da Anistia. Na tentativa de repertoriar as influências musicais mais importantes do movimento negro no Brasil, ao invés de listar todas as músicas, afirmaria que o samba, o afoxé, bem como o *Rap* constituem as bases centrais na mobilização de sentimentos indenitários e de justiça social que animam protestos e manifestações públicas no Brasil contemporâneo.

²⁴⁰ Ver Rios, 2012. O protesto negro contemporâneo *In Lua Nova*.

²⁴¹ A começar por Paul Simon até Michael Jackson e Jimmy Cliff, dentre outros. Para lista completa, ver site oficial da *Banda Olodum*.

²⁴² Há que se notar o pagode, o “maior fenômeno da indústria fonográfica brasileira” Dimitri Cerboncini Fernandes (2010), que mesmo sem haver uma politização nesta manifestação artística, foi basicamente um empreendimento de cantores e instrumentistas negros que tinham protagonismo nas rádios e nos principais programas da televisão brasileira.

partir de 1996, que vendida em bancas populares de jornais, tornou-se espécie de baliza para a indústria de cosméticos, maquiagem e cabelos, e para as tendências de modas e perfis de manequins. *Raça Brasil* trazia estampada em sua capa modelos negros, expressão da tendência comercial em respostas às mudanças do padrão sociocultural do país e dirigida ao público afro-brasileiro:

(...)para se dirigir a esses prováveis consumidores, que compõem a classe média formada por afro-descendentes, os produtores da revista *Raça Brasil* constroem uma representação com o propósito de que o leitor se identifique com exemplos de ascensão social do negro, auto-estima e a assunção de mestiços como negros (SANTOS, 2004:10).

Desse modo, empreendedores negros lutariam por espaço maior no mercado estético, com poucos recursos de investimentos, com pequenos e médios empreendimentos como salões e serviços de tratamento estético para os assim chamados penteados “Afro”. Oficinas e salões de beleza passaram a incorporar uma nova estética, cada vez mais massificada, concorrendo assim com pastas tradicionais de alisamento capilar e produtos já antigos e defasados aos olhos dos novos consumidores. Exemplo emblemático foi o crescimento da empresa “Beleza Natural”²⁴³.

No final da década, já se falava de classe média negra e da necessidade de um mercado para atender seus novos gostos, suas exigências e ainda seu potencial de consumo. A imagem do negro subalterno parecia concorrer com a do negro “fora do lugar”²⁴⁴. Os antropólogos foram os primeiros a investir em estudos qualitativos sobre essas transformações no tecido social, evidenciando o perfil desse segmento emergente e suas relações entre a política e o mercado. Ângela Figueiredo, em estudo na Bahia, conclui que *orgulho étnico-racial não se choca com o projeto de ascensão.*” (FIGUEIREDO: 116). Resultado semelhante defenderia Soares (2004) para o caso de São Paulo e assim como Souza (2012) para o caso do Rio de Janeiro.

Se a beleza, no Brasil, era negra, a pobreza também o era. A narrativa de que os negros compõem a maioria dos pobres no Brasil, atravessou as décadas reforçadas tanto pelos meios culturais e midiáticos como pela sociologia, especialmente aquela voltada

²⁴³ Uma rede de salões do “Beleza Natural”, com fórmula própria para cabelos crespos. A referida empresa inicia suas atividades na periferia do Rio de Janeiro e logo se expande em direção ao centro e a outras grandes cidades brasileiras; hoje, além do Rio de Janeiro, está em Salvador, São Paulo e Belo Horizonte, além de organizar caravanas do interior para as capitais, movimentando assim elevado capital. Outras empresa inseriram-se neste mercado e tornaram-se empreendimentos bem lucrativos, como o “Beleza Negra”, em Belo Horizonte. (Ver folders de divulgação dos referidos salões, além de seus sites oficiais: <http://belezanatural.com.br/> e <http://www.belezanegra.com.br/>

²⁴⁴ A capa da revista veja sobre esse tema, parece bem ilustrativa disso, ver “A classe média Negra”, *Revista Veja*, 11/08/1999, N.1611.

para o estudo das desigualdades. Mesmo tendo sido relativamente freada durante o regime militar, não só porque o “milagre econômico” criou certo sentimento de otimismo no país, mas, sobretudo, porque informações sobre a cor não foram coletadas pelo IBGE na década de 1970²⁴⁵, com o retorno democrático e com as manifestações sociais, esse tema voltaria à cena. Somente nos finais daquela década com o renascido movimento negro essa narrativa ganharia vazão novamente, em particular, alicerçada por estudos sociológicos sobre as desigualdades raciais produzidos a partir da tese de Carlos Hasenbalg (1979) e de sua parceria intelectual com Nelson do Valle e Silva.

Assim, o movimento social conviveu e alimentou duas narrativas paralelas e, por vezes, paradoxais, sobre a negritude. Se a emergência do movimento negro teve seu esteio cultural nas músicas de orgulho negro norte-americanas como nos informam quase todos os relatos de lideranças negras daquela geração que frequentava os bailes *blacks* nas grandes capitais do Brasil, bem como os estudiosos que analisaram esse período (GONZALEZ, 1983; HANCHARD, 2001; CONTINS, 2006; ALBERTI e PEREIRA, 2008; PEREIRA, 2013), arrisco dizer que nos anos de 1990 a música foi, novamente, decisiva para a difusão de certas narrativas sobre discriminação e desigualdades raciais. Se antes, a *black music* servira para um público específico, ou seja, a formação de uma identidade juvenil orgulhosa de sua cor e origem; a música agora serviria também para difundir e massificar rapidamente a imagem do negro como expressão das desigualdades raciais no país. Consolida-se, na representação nacional, a ideia de que a pobreza, no país, é negra.

Não só a pobreza, como a marginalidade, a exclusão social e a violência passaram a ser narradas pelos meios de comunicação como sendo atributos de cor. Comentário da mídia já bastante conhecido e explorado pelos estudiosos da violência e de expressões culturais juvenis e urbanas, indica essa associação:

Eles não têm as caras pintadas pelas cores da bandeira brasileira e muito menos são motivos de orgulho, como foram os jovens que ressuscitaram o movimento estudantil na luta pelo impeachment do presidente Collor. Sem tinturas no rosto, os caras pintadas da periferia levaram à zona sul, no domingo passado, a batalha de uma das guerras que enfrenta desde que nasceram – disputa das comunidades. Com isso, tornam-se motivo de vergonha, diretamente associadas ao terror da praia: os arrastões que disseminaram o pânico (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25/10/1992).

Herschmann (2005) e Yudice (2006) decifram bem o estigma da cor como

senha de acesso ao mundo dos pobres, dos marginais e dos jovens das periferias e morros cariocas, em contraste com os jovens brancos, de classe média e vistos pelos grandes veículos de comunicação como agentes de transformações sociais. O primeiro analisou o discurso da mídia carioca sobre o *Funk* e o *Hip Hop*, e concluiu que a cor passou a ser um componente da constituição da imagem do periférico do funkeiro ou mesmo dos adeptos do *Hip Hop*. Sob essas culturas se imporia um estigma social:(...) o termo funkeiro, a partir dos anos de 1990, parece abrigar um conjunto de marcas identitárias imbricadas as quais têm na cor referência fundamental (HERSCHMANN, 2005: 69).

Quase que como um prefácio à história política do fim do século, *Holocausto Urbano* (1990), primeiro LP de um grupo paulistano ainda desconhecido, vinha à baila como portador de símbolos visuais e sonoros de uma experiência gestada no centro de São Paulo, durante a década de 1980. Tomando a dianteira o grupo Racionais Mc's projetava os temas e as questões pulsantes na segunda geração desse movimento cultural. Os rapazes sisudos, com som "quebrado" e em tons graves, cantariam as temáticas e a experiências cotidianas de jovens das metrópoles. Os prosadores da periferia faziam da música seu manifesto. A começar pelo título de uma das músicas, *Pânico na Zona Sul*, que poderia ser lido como vetor invertido da crítica do jornal *O Globo*. O problema era a violência contra a periferia, e não contra as camadas abastadas da zona sul carioca. A zonal sul do Rio de Janeiro era hierarquicamente oposta a designação homônima para São Paulo. Ademais, a violência vinha da política contra jovens residentes em áreas pobres e segregadas da cidade (CALDEIRA, 2000), e não o inverso. O pânico percebiam somente aqueles cujos sentimentos poderiam ser compartilhados ao ouvir aquela estrofe: *Então, quando o dia escurece, só quem é de lá sabe o que acontece*. Trovas mais eloquentes para o argumento desta seção estariam em *Beco sem Saída*, terceira faixa do mesmo disco:

São chamados de indigentes pela sociedade/ A maioria negros, já não é
mais segredo nem novidade/Vivem como ratos jogados/ Homens,
mulheres, crianças/ vítimas de uma ingrata herança/ A esperança é a
primeira que morre/ E sobrevive a cada dia a certeza da eterna miséria/
O que se espera de um país decadente/ onde o sistema é duro, cruel,
intransigente (LP *Holocausto urbano*, *Beco sem saída*, Racionais Mc's,
1990)

Em São Paulo, a relação dos *Rappers* com o movimento negro e, especialmente, com as jovens organizações de mulheres negras foi fator importante para recepcionar vertentes do *Hip Hop* norte-americano com críticas sociais mais radicais (como o *Public*

Enemy), assim como foi decisivo para politizar ainda mais a subcultura juvenil inserindo-a numa tradição e na história política dos negros no Brasil (MACEDO e VITOR, 2013). Exemplo marcante disso foi a criação da revista *Pode Crê: música política e outras artes*, que circulou na cidade entre os anos de 1993 e 1994, resultado do Projeto *Rappers*, da organização Geledés, que tinha por objetivo a politização da juventude negra, vinda de regiões periféricas da cidade e envolvida com a cultura do *Hip Hop*.

Os rappers ainda viveriam uma experiência importante no centro urbano entre 1991-1994 quando o Geledés decidiu aproximar-se dos jovens da Roosevelt. A aliança implicou na atuação de alguns jovens integrantes do movimento no espaço da entidade. Surgiu nesse momento o projeto de uma revista que deu origem à *Pode Crê*, publicação exclusivamente dedicada ao hip hop. (SILVA, 2012)²⁴⁶

Como também atesta Herschmann, “ Em São Paulo, e dentro de alguns círculos, o *Hip Hop* foi se afirmando como importante discurso político que tem revitalizado parte das reivindicações do movimento negro” (2005:27). Com efeito, o grupo mais importante do *Rap* nacional, parece responder e propagar algumas bandeiras e narrativas do movimento negro e assume publicamente críticas à mídia e à sociedade dominante. “*A juventude negra agora tem voz ativa*” – do disco *Voz ativa*, 1992, Racionais MC’s. Um ano depois, os Racionais abririam novo disco com letras que mais lembravam a leitura de uma manifesto em praça pública, não fossem os palavrões e a linguagem coloquial: (...) “1993, fudidamente voltando, Racionais, usando e abusando da nossa liberdade de expressão, um dos poucos direitos que o jovem negro ainda tem nesse país.” (Raio X Brasil, Racionais Mc’s). Essa é a entrada de “Fim de Semana no Parque”, o rap faz dedicatória “A toda a comunidade pobre da zona sul”.

Na cultura, a música e os meios de comunicação foram os principais veículos para a divulgação em massa desse enquadramento interpretativo²⁴⁷. Na MPB, como no *Rap*, é possível encontrar a presença de narrativas que asseveram a relação entre pobreza e cor. Ao falar da cidadania ou da sua ausência, na música *Haiti*, Caetano Veloso, já influenciado tanto pelo movimento *Hip Hop* e pelo conteúdo de sua crítica social, ganhou

²⁴⁶ Para mais detalhes, ver <http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/109-da-terra-da-garoa-ao-holocausto-urbano-fazer-musicais-e-representacoes-sociais-sobre-a-cidade-no-rap-paulistano>.

²⁴⁷ Mas foi mais para o final da década, que o grupo teria impacto estrondoso, chegou a vender um milhão e meio de cópias, mesmo tendo sido produzido por gravadora independente (BARDINNI, 2006). Na introdução da canção *capítulo 4 versículo 3* do CD *Sobrevivendo no Inferno*, o grupo paulistano deixa seu recado: 60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais/ já sofreram violência policial/ A cada quatro pessoas mortas pela polícia três são negras/ Nas universidades brasileiras/Apenas 2% do alunos são negros/ A casa quatro horas um jovem negro morre violentamente/ em São Paulo/ Aqui quem fala é o primo preto mais um sobrevivente”.

às estações de rádio de todo Brasil. A canção parece indicar como cor e *status social* podem se sobrepor quando se trata de ausência de direitos:

Só pra mostrar aos outros quase pretos/(E são quase todos pretos)/ E aos quase todos brancos pobres como pretos/Como é que pretos, pobres e mulatos/ E quase brancos quase pretos de tão pobres e mulatos/ E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados/(VELOSO, *Álbum Tropicalista*, Lado II, 1993).

Também sucesso nas paradas musicais, o *Reggae* de Chico Cesar condensa a globalização da cultura atlântica, à crítica ao capitalismo e apresenta a imagem da mulher negra como esteio familiar, inserida na base da pirâmide ocupacional. *Mama África* é a metáfora mais sofisticada para se referir à negritude precarizada. Etnicidade e raça se entrelaçam no *Reggae*, que foi um grande sucesso, em meados da década de 1990. Novamente, as ideias de superexploração, negritude e gênero se fundem como signo generalizante da miséria do mundo. No refrão:

Mama África/ A minha Mãe/ é mãe solteira/ e tem que fazer mamadeira/ todo dia/ Além de trabalhar/ como empacotadeira/ Nas Casas Bahia...(2x) (CÉSAR, *Álbum Aos Vivos*, 1995)

Efeito semelhante pode ser encontrado na composição de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capelletto, originalmente lançada no *Álbum Moro no Brasil* do grupo Farofa Carioca em 1998, que só explodirá nas paradas musicais na rouca e potente voz de Elza Soares: “*A carne mais barata do mercado é a carne negra*”. Fusão real-naturalista, com rítmica discursiva do rap, a canção reifica o negro como vítima do racismo e da exploração capitalista. Do mesmo modo, a composição *Negro Drama*, de Edi Rock e Mano Brown, marcação tensa entre ascensão econômica e origem racial e periférica, é retórica avessa a do embranquecimento social²⁴⁸.

Representações contemporâneas de sofrimento, marginalização e pobreza se inter cruzaram na constituição da imagem negra, não sendo mais aquelas construídas sob a égide da escravidão, formulações essas comuns nos discursos de ativistas nos anos de 1980. Não é o escravo agora a vítima ou o grande sofredor, mas o negro na sociedade moderna. Eis que emerge e atravessa as décadas um padrão discursivo de que o negro, no Brasil, é o símbolo máximo da injustiça social.

Realmente, aqueles anos noventa produziram imagens e narrativas negras, na indústria cultural, na mídia e nas ciências sociais. Até mesmo marxistas engajados em

²⁴⁸ A referida música é a faixa do quinto cd dos Racionais Mc's lançado em 2002. O cd alcançou novo recorde de vendas. Segundo a Revista Isto é, o disco vendeu 100 mil cópias em apenas uma semana (Isto é, 29/07/2002).

compreender a globalização do capital e a precarização da mão de obra em setores lucrativos da economia brasileira, parecem ter mudado de rota frente novas demandas sociais e políticas do país. O negro encarnou o centro dos problemas sociais do Brasil:

Então eu era ativista marxista e terminei minha graduação em economia em 1989. Fiz uma monografia no final dos anos de 1980 sobre a teoria da acumulação do capital em Rosa Luxemburgo. Depois fiz um mestrado, em que estudei as condições ocupacionais de trabalhadores em lavouras de Agroindústrias. Um trabalho que foi minha verdadeira aula de Brasil. Mas por volta de 1996, eu estava estudando o mundo das agroindústrias na ONG que eu trabalhava, a FASE. Interessei-me naquela ocasião por calcular o IDH das regiões canavieiras do Brasil. Eis que eu trabalhava com Vania Sant'anna, militante do movimento negro carioca, e nós decidimos escrever um artigo juntos na Revista da FASE. Eu tive a ideia de transportar aquela metodologia de trabalho do mestrado para o mundo das relações raciais. Daí, pensei em calcular o IDH dos negros brasileiros. Os indicadores eu já tinha em mãos e era até mais fácil do que à época em que comecei a trabalhar com esses dados para os trabalhadores canavieiros. Na ocasião quando fiz aquele cálculo não tinha grandes pretensões. Mas isso acabou sendo um grande sucesso. As pessoas viram e se interessaram. O tema virou manchete na Folha de São Paulo. E eu já estava namorando esse tema naqueles anos. Aquela projeção me deu estímulo a produzir mais trabalhos e pesquisas sobre o assunto. Depois até escrevi sobre o IDH dos trabalhadores de áreas de agroindústrias, mas desde aquele momento já estava completamente envolvido com a pesquisa sobre indicadores e desigualdades raciais no Brasil (Entrevista de Marcelo Paixão, economista e professor da UFRJ, concedida a mim, em Princeton, 05 de maio de 2013).

Se, de um lado, a estética do *Rap* nacional radicalizava o discurso do drama de ser negro nas periferias do Brasil, difundindo para as grandes massas um discurso crítico às relações raciais do país, associando cor às condições econômicas como marcas da pobreza; nas ciências sociais o giro interpretativo também parecia convergir com as artes: progressivamente, ampliava-se o campo dos estudos das desigualdades raciais. Para além da guerra de números e dados estatísticos que passaram a alimentar os debates midiáticos e reuniões acadêmicas, foi preciso um aparato conceitual para subsidiar as reflexões empíricas sobre a realidade. Foi preciso re-conceituar “raça”, termo banido do campo científico desde o pós-guerra²⁴⁹. Esse movimento intelectual estava em curso e foi ganhando forma na medida em que a temática racial ascendia à agenda pública.

²⁴⁹ O manifesto fundamental que tornou raça conceito desacreditado e abominável no campo científico foi elaborado por um grupo de cientistas vindo do mundo inteiro em 1948. O referido manifesto fazia parte da campanha antirracista comandada pela UNESCO. Um quadro amplo do debate, incluindo o lugar do Brasil nesse cenário, encontra-se em Maio (1998).

4.3 A questão racial na agenda pública brasileira

O ascenso da temática racial à agenda pública brasileira é resultado de uma mudança substantiva na relação entre movimento negro e o Estado brasileiro. Tal mudança pode ser evidenciada a partir da Marcha de 1995, um protesto de grande porte, com amplas bases, indo do sindicalismo às organizações quilombolas, passando pelas associações populares, cursinhos, ONGs, pastorais, coletivos, estruturas partidárias e religiosas, que demonstrou o raio de alcance e a força política do movimento social. Cerca de 30 mil pessoas caminharam em rememoração ao tricentenário da morte do herói quilombola, usando o *slogan* “contra o racismo, pela cidadania e a vida”. O protesto transcorreu na Explanada dos Ministérios, em Brasília, numa segunda-feira, dia 20 de novembro de 1995, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. No dizer de Edson Cardoso, militante do movimento negro e organizador da marcha, esse evento marcava um novo tipo de intervenção junto ao Estado:

O que a marcha veio exigir da representação política do Estado brasileiro é que o orçamento da união defina recursos explicitamente para superar as desigualdades raciais no campo da educação, no campo da saúde, da comunicação e do emprego²⁵⁰.

Na avaliação do ativista, surgia assim um elemento novo para a política do movimento negro dos anos 1990 em relação à década anterior. No plano estatal, uma conquista dos protestos do centenário fora a construção da Fundação Palmares, um órgão ligado ao Ministério da Cultura, o qual canalizava certas demandas do movimento ligadas ao campo cultural, mas sem capacidade institucional para intervir na redução das desigualdades. Diferentemente desse tipo de relação – que se estendia para o Brasil inteiro –, a proposta da Marcha de 1995 tinha um caráter mais ousado: o enfrentamento das desigualdades raciais, exigindo para isso verbas específicas do Estado para lidar com esse problema.

A contraproposta do governo Fernando Henrique foi reconhecer Zumbi como herói nacional e instituir um grupo de trabalho para debater a questão racial. Assim, o resultado do protesto foi o decreto presidencial que formou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com objetivo de promover políticas para “a valorização da população negra”. A função do grupo seria estudar propostas para o desenvolvimento e participação da população negra, considerando que para isso seria necessário “propor

250 Depoimento extraído do documentário da Marcha de Zumbi dos Palmares, consultado em acervo particular.

ações integradas de combate à discriminação racial”²⁵¹. Um ativista do movimento negro carioca que esteve envolvido na Marcha do Centenário da Abolição, e, naquela década, já tinha fundado sua própria organização não governamental o Centro de Articulações de Populações Marginalizadas (CEAP), analisando os desdobramentos do protesto de 1995, afirmou:

Pela primeira vez na história do Brasil o Estado brasileiro tem que reconhecer que ele é racista e que a sociedade é racista e isso levou inclusive o governo brasileiro a instituir uma comissão interministerial para tratar políticas públicas para a população negra e isso foi um fato muito importante e foi uma conquista da marcha²⁵².

Na interpretação das lideranças do movimento social, o protesto de rua resultou na formação do GTI, já que o presidente pressionado pela mobilização popular teria respondido positivamente com a formação de um grupo de trabalho em seu governo. Entretanto, outro ativista com longa trajetória no aparelho público estatal apresenta uma versão diferente, nuançando o protagonismo daquela marcha. Ivair Alves dos Santos, que geriu o Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo nos anos da redemocratização, trabalhou na Coordenadoria Especial do Negro (que veio a se chamar CONE) nos dois anos finais da administração petista de Luiza Erundina (1991-1992) e atuava naquele momento na gestão de Fernando Henrique Cardoso como assessor na então Secretaria de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça, realça a articulação no interior do Estado, feita por militantes e funcionários atuantes na base governamental:

[...]Na verdade, o que nos norteava era criar bases para que as pessoas entendessem que o racismo era uma coisa de política pública e criar algum substrato para discutir ação afirmativa. Quando a marcha Zumbi dos Palmares chegou aqui, deu a impressão de que a Marcha criou o GTI. Mas na verdade o GTI já estava pronto. Foi uma coisa que foi construída no governo. Não foi feita pela sociedade civil. O governo fez e apresentou²⁵³.

Mais do que uma simples confronto de pontos de vista, o comentário indica processos de diferenciação no interior do ativismo, apontando cada vez mais para sua institucionalização. Foram exatamente esses atores políticos que pressionaram no interior da burocracia estatal em prol da inserção de demandas políticas oriundas do movimento social. Sob esse prisma, se faz entender a constituição do GTI, ligado ao Ministério da

251 Decreto do Presidente da República em 20 de novembro de 1995.

252 Depoimento de Ivanir dos Santos ao Documentário Marcha Zumbi dos Palmares em 1995.

253 Depoimento de Ivair Alves dos Santos concedido a Alberti e Pereira (2007: 355).

Justiça, que passou a vigorar em 1996. Ele possuía representantes de vários ministérios e ativistas do movimento negro, tendo como presidente Hélio Santos, que dirigira na década anterior o primeiro Conselho da Comunidade Negra da cidade de São Paulo. No evento de abertura do grupo de trabalho, FHC chamou um grupo de intelectuais brasileiros e estrangeiros para debater a temática e apontar algumas possibilidades de ação política. No discurso que inaugurava as atividades, lembrou aos presentes sua pesquisa sobre relações raciais, nos anos 1950, como assistente de Florestan Fernandes. Investido de autoridade intelectual, o presidente também assinalou que “o Brasil é uma nação multirracial e disso se orgulha, porque considera que essa diversidade cultural e étnica é fundamental para o mundo contemporâneo” (CARDOSO, 1996:13). Mais do que uma sociedade multirracial, o presidente assinalou que o país possuía profundas desigualdades de todos os tipos, inclusive de raça, de cor e de cultura. Diante dessa nossa formação nacional que, segundo Fernando Henrique, guardava certa ambiguidade que nos é cara, considerava importante buscar soluções para tais problemas de forma criativa e original. Um fato parecia consensual: era preciso mudanças para reverter o quadro de discriminação por cor. Em suas palavras:

[...] Há uma repetição de discriminação e há a inaceitabilidade do preconceito. Isso tem que ser desmascarado, tem de ser, realmente, contra atacado, não só verbalmente, mas também em termos de mecanismos e processos que possam levar a uma transformação, no sentido de uma relação mais democrática, entre raças, entre grupos sociais e entre as classes (1996:16).

Foi assim que no ano de 1996 o Ministério da Justiça através da Secretaria Nacional de Direitos Humanos realizou no auditório da Universidade de Brasília (UNB) o *Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*. A promoção do evento tinha o fito de debater com intelectuais representativos das Ciências Humanas e militantes do movimento social negro sobre como elaborar políticas de enfrentamento das desigualdades e racismo, dada singularidade da formação social brasileira.

O discurso proferido pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso na abertura do evento nos parece um bom começo de conversa. Naquela data, o presidente ainda não era visto como o “neoliberal que vendeu o Brasil” a mando do FMI, mas como o político responsável por reduzir drasticamente a inflação e estabilizar a moeda nacional. Também era lembrado pela polêmica em sua campanha presidencial em 1994, quando se declarou

“mulatinho” com o “pé na cozinha”²⁵⁴. Em seu primeiro mandato, reabilitara a Fundação Cultural Palmares, indicando para a sua presidência Dulce Maria Pereira, filada ao PT e figura inserida nas redes do ativismo negro²⁵⁵, cujo papel naquele órgão foi fundamental para promover ações concretas relacionadas à titulação de terras quilombolas²⁵⁶. Também fora no primeiro ano do governo de Fernando Henrique que o Brasil encaminhou relatório às nações Unidas em que reconhecia problemas de discriminação e desigualdades raciais, encerrando-se assim o ciclo autoritário de omissão de informações e dados sobre a situação socioeconômica da população brasileira para a comunidade internacional (ALBUQUERQUE e SILVA, 2011). Em 02 de julho de 1996, perante uma plateia composta majoritariamente por estudantes universitários, professores, militantes e especialistas convidados, o presidente discursou em ato solene de abertura:

Nós, brasileiros, pertencemos a uma nação cheia de contrastes e de desigualdades de todo tipo, mas também de diferenças – que não são só desigualdades – de raça, de cor, de cultura.(...) Houve época, no Brasil, em que muitos se contentavam em dizer que, por haver essa diversidade, o país não abrigava preconceitos. Isso, contudo, não é verdade. Eu sempre me lembro – já me referi em mais de uma ocasião a isso – de uma reunião realizada a muito tempo no Ministério das Relações Exteriores, que funcionava no Rio de Janeiro. Eu era assistente de sociologia e trabalhava com o professor Florestan Fernandes e com o professor Roger Bastide, dois dos eminentes sociólogos se dedicavam ao problema das relações entre negros e brancos no Brasil. E, talvez com certa ingenuidade, referi-me ao fato de que efetivamente havia preconceito no país. Na época dizer isso era fazer uma afirmação contra o Brasil. A pessoa que presidia a mesa – alguém de grande respeitabilidade – incomodou-se com a afirmação e, ao final, confessou-me que quase havia pedido que me retirasse da reunião.(...)Mas, o fato é que, àquela época, nós imaginávamos que o

²⁵⁴ Folha de São Paulo, *FHC se diz Mulato com o “pé na cozinha”*, 31/05/1994.

²⁵⁵ Dulce Maria Pereira nasceu em São José do Rio Preto, São Paulo, em 1954. Seu pai era enfermeiro de profissão; sua mãe era dona de casa. Ao longo de sua trajetória educacional, Dulce estudou sempre em escolas públicas no interior paulista. Em 1972 foi para os EUA, com bolsas de estudos, permanecendo por um ano na casa de uma família ligada ao Partido Democrata; durante esse intercâmbio aproximou-se do movimento negro norte-americano, lideranças africanas (ver Revista Isto é Gente, acessado no dia 05 de março de 2014). Na volta ao Brasil, ingressa no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UNB) onde se diplomou em 1980. Dulce foi casada com Hamilton Bernardes Cardoso no contexto da emergência do Movimento Negro Unificado (vide o capítulo I dessa tese). Comunicóloga trabalhou na TV Cultura na segunda metade dos anos 80, onde fez cobertura sobre o processo constituinte e em 1989 participou delegação que organizou a vinda de Nelson Mandela ao Brasil. Na ocasião que ascendeu ao cargo de presidente da Fundação Cultural Palmares, ela era suplente de Eduardo Suplicy no Senado. Dulce Pereira atuou na FCP até em 2000, quando foi indicada por FHC a compor o corpo diplomático brasileiro em missão na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) Fontes: Currículo *lattes* de Dulce Pereira, Revista Isto é Gente; Folha de São Paulo; Memória do Roda Viva(projeto FAPESP); Jornal Iroin; *Site Geledés*.

²⁵⁶ É na gestão de Dulce Pereira que a Fundação Palmares reivindica para si o papel de emissora de processos de regularização de terras quilombolas, disputando com o INCRA essa função. Escusado dizer, que no Ministério do Desenvolvimento Agrário, os processos de titulação eram mais demorados devido aos interesses da bancada ruralista (Ver Chasin, 2009).

Brasil fosse um paraíso, uma vez que essas diferenças nada representavam em termos de discriminação. (CARDOSO, 1997: 13-14).

Não sem razão, FHC fez questão de revelar sua posição intelectual no campo teórico das relações raciais. Para tal, não citou o livro *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962), sua tese de doutorado na matéria, mas uma situação de confrontação política que por “ingenuidade” se metera devido à condição de assistente de pesquisa de Florestan Fernandes e Roger Bastide. De maneira complementar, se expor-se abertamente a existência de preconceitos já não pode ser visto como uma afirmação contra o Brasil contemporâneo, isto se deve, como insinua o presidente, ao fato do recente regime democrático poder funcionar como amplo campo de legitimação pública dos estudos sobre as relações raciais, em contraste com regime autoritário cujo nacionalismo político fundamentava-se na democracia racial.

Mas, se falar de preconceito racial não era mais uma ameaça contra o Brasil, devia-se ter alguma cautela, pois o relativo consenso entre os analistas diz pouco sobre a percepção da opinião pública. A dificuldade a ser enfrentada seria: como falar em desigualdades raciais sem abalar um ideário de identidade nacional que reclamava para si uma tradição a-racista? De outro modo: como falar de racismo, democracia e nação brasileira sem que houvesse contradição nos termos? O jovem sociólogo podia questionar dura e bravamente as posições vigentes no Ministério das Relações Exteriores nos anos 50, mas ao chefe da nação caberia ter mais cuidado:

Nós, no Brasil, de fato convivemos com a discriminação e convivemos com o preconceito, mas “as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá”, o que significa que a discriminação e o preconceito que temos aqui não são iguais aos de outras formações culturais (CARDOSO, 1997: 14).

Em seu discurso, o presidente argumentou claramente sobre os limites políticos que o *Seminário* deveria circunscrever: a afirmação da existência das desigualdades raciais e a sugestão de políticas públicas de combate ao racismo não deveriam ameaçar os signos da nacionalidade, sob pena de fender a originalidade da “abertura” desta sociedade rumo a materialização da democracia.

Além do pronunciamento do presidente, quatro palestras são sociologicamente emblemáticas para evidenciar este aspecto²⁵⁷. Uma das mais interessantes foi proferida pelo ativista Hélio Santos. Seu discurso é importante, pois representa as posições do

²⁵⁷ A interpretação das referidas palestras não segue a ordem cronológica com que foram enunciadas no evento.

ativismo negro diretamente envolvido com a política governamental, de rápida expansão na década de 1990 ²⁵⁸. Hélio Santos foi o primeiro presidente do Conselho Municipal da População Negra em São Paulo (1984) e devido à sua vinculação partidária, experiência administrativa e proximidade com o Presidente, fora convidado para dirigir o Grupo de Trabalho Interministerial População Negra. A dificuldade para ele era garantir o apoio dos diversos setores do movimento social mediante as pouquíssimas chances para execução de políticas públicas de vulto. Outro problema era como representar as demandas das organizações civis negras junto aos altos escalões da política nacional? Não sem razão, Hélio Santos inicia sua palestra ilustrando quais deveriam ser as estratégias do ativismo na era democrática: erradicar “o tribalismo que durante muito tempo marcou e dividiu o Movimento Social Negro” e “colocar o negro na Agenda Nacional (SANTOS, 2007: 209- 210)”.

O autor critica duramente o que nomeia “tribalismo” reinante no movimento negro como uma espécie de desafio à lógica mais elementar. Isto porque para os seus interesses profissionais, bem como para sua concepção de militância negra, a visão antiestatal de parte das organizações civis negras de então era uma grave ameaça. A orientação esquerdista de uma série de militantes negros influentes na vida institucional do movimento negro por si só era um perigo a legitimidade do Grupo Interministerial. Assim, o autor alude a um momento em que acredita que as divergências partidárias, classistas e ideológicas puderam ser suplantadas em nome de uma agenda comum: a Marcha Zumbi de 1995. Este teria sido o instante ritual em que a militância invadiu a cena nacional e acenou em direção ao Estado.²⁵⁹

²⁵⁸De acordo com o sociólogo Antônio Sérgio Guimarães, o redirecionamento do aparelho estatal na década de 1990 acabou “por fortalecer as ONGs em geral, e as negras em particular, que avançam enormemente no atendimento às populações carentes, oferecendo serviços os mais diversos, mormente nas áreas de educação, saúde, lazer e advocacia de direitos humanos. Consolida-se também, por essa via, uma ampla camada intelectual negra, formada por quadros profissionais de nível superior, em grande parte autônomos em relação ao estado, tendo como principal fonte de recursos grandes fundações internacionais, igrejas, e instituições de direito privado (GUIMARÃES, 2005: 6).

²⁵⁹ A visão de Hélio Santos pode ser questionada por outros relatos sobre a *Marcha Zumbi* e o próprio GTI. De acordo com o comunicólogo Fernando da Conceição: “Naquele 20 de novembro, paralelamente ao ato que marcou a data – cuja maior palhaçada foi a brevíssima recepção de Fernando Henrique Cardoso recebendo as lideranças no Palácio do Planalto (dali, alguns já garantiram seus cargos, suas migalhas) – o MPR [Movimento Pelas Reparações] entregou em discurso no Congresso Nacional uma proposta de projeto lei respaldada por 10 mil assinaturas colhidas nos meses anteriores em vários Estados Brasileiros. A proposta, acolhida pelo então deputado e hoje senador Paulo Paim, estabelecia uma série de políticas de ação afirmativa pelas reparações – cotas educacionais, no emprego e nos meios de comunicação – sendo a mais importante, sob a lógica do MPR, a indenização financeira de US\$ 102.000.00 (em dólares mesmo!) a que cada daqueles 70 milhões de afrodescendentes, independentemente da cor da pele, faz jus. *A idéia das Reparações, assim colocada, foi a voz dissonante no conjunto das falas expressas por aquela Marcha Zumbi em 1995. Portanto, os “capos” do MN brasileiro, que gravitavam do oficialismo*

Dada a *Marcha Zumbi* como referência para negociar a legitimidade do GTI-População Negra e a sua própria como coordenador, Hélio Santos precisava se haver com os termos da sociologia presidencial uma vez que a qualidade de sua atuação no governo estava circunscrita na fórmula do presidente. Para tal, Hélio Santos conduz uma guinada analítica pela nacionalização do problema: “incluir o negro na Agenda Nacional, antes de tudo, é entrever a questão racial e reconhecê-la como um problema nacional prioritário (SANTOS, 1997: 211). Nas palavras do autor o que chamamos de “questão racial” precisa deixar de ser visto como um problema particular e ser encarado de acordo com o peso do montante populacional que se autodeclara “preto” ou “pardo”, o que fez a partir da retórica de inclusão que apela para a justificativa da maioria demográfica ou populacional.

Tratava-se de uma alteração substantiva nos termos propostos por Fernando Henrique Cardoso. A alternativa de Hélio Santos, para combinar à crítica as desigualdades raciais sem contestar pressupostos tacitamente aceitos de identidade brasileira, foi postar-se como o maior paladino da unidade nacional. O autor retoma de modo inovador a velha retórica de integração do negro à sociedade brasileira pois desta vez tratava-se de integrar um “Brasil” a ele mesmo. A identidade da nação não é contestada, apenas as consequências históricas das maneiras pelas quais a mesma tem sido pensada pelos governos populistas ou autoritários.

Outro bom exemplo, no seminário, foi o sentido da intervenção do norte-americano Thomas Skidmore. O historiador renomado negocia sua autoridade científica na matéria – conquistada por meio do livro *Black into White Race and Nationality in Brazilian Thought*, publicado em 1974, em que passou em revista o pensamento social e político brasileiro desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX criticando especialmente o anacronismo do ideal de embranquecimento nacional – preferindo expor suas posições científicas e políticas junto a uma narrativa autobiográfica que revelava de modo didático como chegara aos seus principais temas de investigação. A intenção de particularizar sua experiência de observação analítica está explícita desde o título de sua conferência *Ação Afirmativa no Brasil? Reflexões de um brasilianista*, ou se seja, de uma escola científica norte-americana:

governamental ou dos aparelhos partidários-religiosos, de ONGs financiadas com verbas ditas públicas ou estrangeiras, eles o quanto puderam desqualificaram a proposta. [grifos meus] (Conceição, 2005:13).

Terminei a faculdade em 1954, ano da histórica decisão da Suprema Corte sobre o caso que ficaria conhecido como *Brown versus Quadro de Educação do Supremo Tribunal*. Meus colegas progressistas – provavelmente uma minoria – e eu acreditávamos no ideal “liberal” de integração. Não tínhamos dúvida de que os Estados Unidos tornar-se-iam uma sociedade em que a cor não mais importaria e em que solução de longo prazo seria a assimilação via prática do casamento, entre raças. Até 1960, quando comecei a estudar história brasileira, eu certamente retive essas crenças.

Vim então ao Brasil, no de 1961, e encontrei um sistema de relações raciais muito diferente. Como muitos acadêmicos estrangeiros, passei muito tempo tentando entender a dinâmica das relações raciais no Brasil. Inevitavelmente isso significou uma comparação com os Estados Unidos. Essa não é uma tarefa fácil, já que as impressões iniciais e superficiais são quase sempre errôneas (SKDIMORE, 1997: 127-8).

Neste sentido, aquilo que autor havia preparado para sua palestra - interpretar o que as ações afirmativas nos Estados Unidos poderiam informar ao Brasil - deveria ser visto como parte de um “inevitável” histórico que compele o pesquisador de uma cultura a compreender as outras ao medi-las com sua própria. Noutras palavras: o historiador norte-americano lembrou aos seus ouvintes que nem por um segundo a consciência de ser um estrangeiro esteve fora de suas reflexões epistemológicas e morais sobre a sociedade brasileira.

Aos poucos, o brasilianista sentiu-se à vontade para desenvolver o argumento de que o desenvolvimento das ações afirmativas nos países democráticos está vinculado à “reserva moral” de seus cidadãos perante sua história e a capacidade das instituições nacionais darem escopo a uma política que, embora faça parte do ideal de futuro antirracista, desafia privilégios de grupos socialmente estabelecidos. Então ele “pergunta ao Brasil”: até que ponto este país é capaz de suportar a denúncia moral de sua sociedade? O país aceita a afirmação de que sociedade brasileira não cumpre seus ideais de democracia?

Com base em meu conhecimento sobre o Brasil nas últimas três décadas e meia, não tenho certeza de que o Brasil está agora preparado para responder todas essas perguntas de maneira positiva. Eu não tenho certeza, entretanto, se essas perguntas precisam realmente ser efetuadas (SKIDMORE, 1997: 135).

Melhor do que outros analistas, o historiador norte-americano se instalou confortavelmente na proposta do *Seminário* tal como concebida pelo governo federal: ali não era um lugar definir políticas públicas, mas tão-somente pontuar algumas sugestões. Nada mais interessante para um cientista constrangido por uma nacionalidade estrangeira

imaginada como o avesso da identidade nacional brasileira. A construção da palestra em termos de “perguntas ao Brasil” dava à elocução do brasilianista um tom satisfatoriamente intelectual e democrático, ninguém poderia inferir que meras perguntas seriam a imposição da visão norte-americana sobre as relações sociais brasileiras. Além do que, o autor tocou no ponto nevrálgico para os antropólogos envolvidos neste debate, que é a especificidade das classificações raciais no Brasil, fato que lhe deixava um pouco confuso quanto à viabilidade prática de uma política de cotas na sociedade brasileira, entretanto, não tornou suas incertezas uma barreira e disse duvidar de que suas questões fossem realmente relevantes.

Já um sociólogo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado na University of Wisconsin, em Madison, nos finais da década de 1980, apresentou proposta relativamente provocadora no seminário, arrancando reações por parte da plateia, composta por ativistas negros²⁶⁰. Com a carreira acadêmica em mudança, Guimarães vinha realizando pesquisas sobre desigualdades raciais a pedido da Fundação Ford, que lhe impusera tal condição para o financiamento de sua linha de pesquisa sobre análise de classes na Bahia²⁶¹. Na ocasião do seminário, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães ainda não tinha se estabelecido no campo dos estudos das relações raciais no Brasil, concentrados no IUPERJ, por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle, e na Antropologia do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia, que estudava as relações contemporâneas entre negros e brancos a partir da categoria analítica *etnicidade*²⁶². Naquela data, o autor fez defesa pública de ações afirmativas para negros nas universidades brasileiras:

Devemos reconhecer que, por um lado, temos sido incapazes de garantir o acesso universal à educação, à saúde, ao emprego e à habitação, e, por outro, que temos discriminado os negros, de modo que eles têm sido mais atingidos que outros grupos raciais e étnicos no acesso a esses bens e direitos. As premissas dos argumentos a favor de uma ação afirmativa em relação aos negros são, para sermos accacianos:

1. a de que as desigualdades sociais no Brasil têm um fundamento racial, ou seja, que a cor explica parte importante da variação encontrada nos níveis de renda, de educação, de saúde, de habitação, etc., dos brasileiros;

²⁶¹ Segundo depoimento informal concedido a mim em setembro de 2013

²⁶² Os principais referenciais dos antropólogos são os fundamentos da escola boasiana em defesa do conceito de cultura e a definição de Fredrik Barth em torno das fronteiras dos grupos étnicos [1969 (1998)], assim evitava-se falar em raça na produção antropológica brasileira dos anos de 1990. Esse enquadramento conceitual pode ser verificado nas mesas da APOCS entre as décadas de 1980 -2000.

2. que a relação entre a cor e esses níveis não pode ser explicada biologicamente – pela inferioridade racial, por exemplo –, mas por causas históricas e sociais;
3. que essa constelação de condições históricas e sociais não pode ser revertida apenas pelas leis do mercado e por políticas públicas de cunho universalistas (GUIMARÃES, 1997: 235-36).

Ao contrário de Hélio Santos, que afirmara que “poderão pensar alguns, eu me coloco, *a priori*, na fila dos favoráveis àquela ação compensatória. O momento não é para cedermos à tentação sedutora de já definir caminhos que operacionalizem políticas públicas específicas para o povo afro-descendente” (SANTOS, 1997: 211), o sociólogo soteropolitano introduziu imediatamente no debate a assertiva de que os indivíduos são favoráveis ou contrários as ações afirmativas devido a seus interesses políticos e materiais. O autor não deixou de sustentar que o imaginário social da nação brasileira tinha elementos antirracistas, entretanto, considerou-o insuficiente para minorar o impacto do racismo nas relações sociais. De forma objetiva e sumária ele procurou convencer a audiência de que a questão das ações afirmativas no Brasil era menos um problema analítico do que um sério entrave político. Assim, cabia a todos os presentes a responsabilidade de dizer objetivamente o que queriam de fato, sem melindres nem delongas, uma vez que havia uma vasta produção sociológica que autorizava iniciativas públicas desta natureza.²⁶³

De modo provocador, Guimarães encerrou sua palestra enfrentando a questão: “Podemos aprender com os Estados Unidos?”. O debate tinha que ser posto em forma de interrogação uma vez que há um senso comum douto para o qual as realidades brasileira e norte-americana não apenas decorrem de formações sociais distintas, mas absolutamente contrárias. Assim, ele deslocou a questão das singularidades culturais, enfrentando tão-somente os argumentos norte-americanos de direita e de esquerda contrários à política de cotas nos Estados Unidos. Os primeiros afirmavam que foram descumpridas as metas do caráter temporário das políticas de ações afirmativas, estendidas para diferentes grupos, fato que deturpara o caráter excepcional das medidas, convertendo-as em ações permanentes. Os segundos afirmavam que aquelas políticas inicialmente concebidas para complementar as políticas classistas do Estado de bem-estar social, foram cooptadas por governos conservadores republicanos e terminaram por ampliar as diferenças sociais no interior da comunidade negra, já que somente aqueles com acesso à educação básica

²⁶³ O autor se refere especialmente ao ciclo de pesquisa coordenada pela Unesco nos 1950 por Roger Bastide e Florestan Fernandes além das reflexões originais de Carlos Hasenbalg e Roberto Da Matta nos anos 1970 e 1980 respectivamente.

puderam ser beneficiados com as reservas de vagas²⁶⁴. Com o fito de demonstrar que é possível aprender com a experiência norte-americana o sociólogo afirmou:

A experiência americana revela-se, desse modo, independente da ideologia por meio da qual é apresentada e interpretada, importante elemento de comprovação e de reforço de nossa linha de argumentação. Ou seja:

1. a legitimidade de ações afirmativas pressupõe a universalização progressiva dos direitos civis – portanto, ao invés de substituí-los, devem ser complementares a eles;
2. a única justificativa de ações afirmativas no âmbito de uma ordem competitiva encontra-se no aprimoramento do mérito como mecanismo de formação de elites [*grifos meus*] (GUIMARÃES, 1997: 242).

Observe-se que a chave do argumento final do acadêmico reside em sua tentativa de encontrar um *locus* de transversalidade entre os modos pelos quais a experiência social brasileira e norte-americana pode ser apresentada e interpretada. Não cabe a mim mensurar se ele o conseguiu, mas apenas assinalar que havia ali pesquisadores cuja posição teórica e ética sequer permitia-lhes formular a análise nos termos do pesquisador novato no tema.

Por outro lado, se o tom da palestra de Skidmore foi pautado pela negociação de sua identidade nacional estrangeira e a de Guimarães foi valer-se da experiência americana como possibilidade factível para o Brasil, o antropólogo Roberto Da Matta destacou-se pelo argumento de nossa “brasilidade”. O autor iniciou sua palestra relatando que numa discussão em Harvard dois ativistas norte-americanos, após serem questionados por estudantes brasileiros que visitavam a instituição sobre a real eficácia do estatuto dos direitos civis para a democratização dos Estados Unidos, responderam duramente que ao menos aquele país estava procurando fazer alguma coisa e que a tal democracia racial brasileira era uma desculpa para inércia social, prova é que entre 80 estudantes brasileiros ele via apenas oito negros. Ao encontrar-se com os estudantes brasileiros Da Matta observou que a grande polêmica entre eles era descobrir quem eram os “oito negros” vistos pelos americanos, pois entre eles não havia preto. Tendo em vista mecanismos tão distintos de estruturação simbólica da realidade, o antropólogo afirmou:

A mim me parece complicado equacionar os dois sistemas, ignorando diferenças básicas: o fato de que, nos Estados Unidos, há uma precisão classificatória que é coerente com a orientação geral do sistema; e que no Brasil, há o reconhecimento social e simbólico do intermediário, o

²⁶⁴Para compreender melhor o debate sobre ações afirmativa nos EUA no início dos anos 90, ver *Debating Affirmative Action*, 1994.

que gera uma alta indeterminação étnica. Vale acrescentar, ademais, que cada um desses sistemas tem suas vantagens e desvantagens, e cada qual deve encontrar “saídas” diferenciadas para o estabelecimento de uma maior igualdade de oportunidades para seus membros. No caso americano, deve-se estar precavido contra o sectarismo; no brasileiro, contra uma acomodação que propositadamente, troca o reconhecimento da mestiçagem como ausência de preconceito e, no limite, de segregação de oportunidades (DA MATTA, 1997: 73).

Para o intelectual fluminense, qualquer política de combate à discriminação racial teria que lidar com a lógica simbólica das classificações raciais. Uma vez que racismo à brasileira se expressa pela acomodação hierárquica e gradativa dos indivíduos com base na cor, caberia ao gestor público encontrar uma saída armando-se da própria idiossincrasia do sistema. A chave dos problemas seria precisamente a nossa identidade nacional. Quando acharmos os vínculos culturais que reproduzem nossa sociedade e permitem que nos auto reconheçamos coletivamente como *mesmos* e aos americanos como *outros*, teremos as respostas de que necessitamos de para a realização material da democracia. Sendo assim sugere o antigo professor do Museu Nacional:

Nesse sentido, caberia perguntar se, ao lado dessa discussão jurídica, não se deveria aprofundar o seguinte:

1. Realizar uma campanha nacional, utilizando sobretudo a televisão, na qual os brasileiros se vissem confrontados com seus mecanismos implícitos de exclusão racial. Nesse tipo de campanha, valeria a pena valorizar figuras negras historicamente importante, ressaltando o lado étnico e, também, denunciando mil formas de hipocrisia pelas quais a discriminação se exerce no Brasil.
2. Ressaltar o fato de que a ideia de que temos uma “democracia racial” é algo respeitável. Quanto mais não seja, porque, apesar do nosso tenebroso passado escravocrata, saímos do escravismo com um sistema de preconceito, é certo, mas sem as famosas “Leis Jim Crow” americanas, que implementavam e, pior que isso, legitimavam o racismo, por meio da segregação no campo legal. (DA MATTA, 1997: 74).

Embora a estruturação simbólica da realidade lance mão de recursos inconscientes para o sujeito que as executa, o antropólogo sugere paradoxalmente que a “saída” brasileira é uma ampla campanha de conscientização nacional. É como se, no momento em que os brasileiros observassem o descompasso entre sua ideologia e a realidade social circundante, mudassem de prática social. Fernando Henrique revelara seu temor de que o excesso de clareza sobre as desigualdades raciais tivessem um efeito desagregador e arriscassem a unidade nacional. Ao sublimar as relações de poder de sua análise (não há qualquer menção na palestra do antropólogo aos partidos políticos, movimentos sociais negros ou a estrutura do Estado), Roberto Da Matta já não tem do que recear. Para ele,

nosso perigo reside tão-somente na inautenticidade, na imitação simplista do modelo norte-americano. Para evitar esse perigo, nada melhor do que resgatar o mito da democracia racial do “politicamente incorreto” e torná-lo a nossa mais autêntica bandeira antirracista.

Com efeito, o processo de estabelecimento democrático dirigido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso passou também por negociações e tentativas de problematizar e até buscar soluções originais para o enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil (JACCOUD e BEGHIN, 2002; COSTA, 2006; LIMA, 2010). Para tanto, o ativismo negro que pautou o debate do rascimo já era bastante diferente daquele que animara a vida política civil nos anos de 1970 e 1980; ademais, o campo das ciências humanas, um dos aliados do movimento negro, passava por grandes transformações no que toca à área das relações raciais, o que levaria a tensões entre campos acadêmicos, como a sociologia e a antropologia²⁶⁵. Tensões essas que já se apresentavam de forma menos acirrada nesse *Seminário*.

Além do que, ao fazer da discriminação racial objeto de políticas públicas mediante o reconhecimento oficial da vigência do racismo na sociedade brasileira, FHC legitimou e conferiu visibilidade a um campo de estudos que até a década de 1970 era relativamente marginal. Assim, o *Seminário* de 1996 constituiu uma das primeiras vezes com que os acadêmicos, militantes e intelectuais voltados para interpretação ou para o combate do racismo à brasileira se viram nesta situação particular. Ali, pesquisas feitas para um público universitário poderiam ter efeito decisivo na interpretação oficial do Estado.

Nesse sentido, analisar com cuidado o momento dessa nova inflexão para o tema das relações raciais torna-se decisivo para compreender o sentido das políticas desse governo, bem como a cisão intelectual e política que virá quando da implementação efetiva das ações afirmativas. Tudo indica que tenha sido a impressão à época de que o *Seminário* teria poucas consequências práticas na vida dos brasileiros que deu o tom relativamente ameno e cordial das posições intelectuais em disputa. À luz dos manifestos favoráveis e contrários às cotas, das manifestações nas portas das universidades públicas e livros escritos para deslegitimar escolas teóricas e posições analíticas (HOFBAUER, 2006), ocorridas ao longo da primeira década do século XXI, nos leva a concluir que os debates em 1996 tinham todos os ingredientes discursivos para serem tumultuados.

²⁶⁵Ver entrevista de Edward Telles (2012) em que relata a situação do campo das relações raciais no Brasil na passagem da década de 1980 para 1990.

4.4 Ação coletiva transnacional: rumo à conferência de Durban

A conferência de Durban foi tão importante para os rumos das políticas públicas antirracistas brasileiras que alguns ativistas chegaram a estabelecer esse evento como o divisor de águas no contexto de enfrentamento das desigualdades e discriminação raciais, bem como na reorientação das estratégias do ativismo nacional e transnacional. Além dos militantes, há numerosas indicações de analistas afirmando que esse evento planetário foi imprescindível para as negociações e acordos adicionados à agenda do Estado brasileiro na primeira década do século XXI (JACCOUD e BEGHIN, 2002; GUIMARÃES, 2005; ROLAND, 2007; LIMA, 2008); principalmente porque foi no processo preparatório para a conferência que se estabeleceu um consenso (entre agentes não-governamentais e governamentais) acerca da necessidade de medidas específicas a serem adotadas pelo Estado para combater o racismo.

O evento de Durban certamente foi o ápice da atuação política dos negros brasileiros no plano internacional. Para além de mensurar seus impactos sobre as políticas públicas, é preciso se perguntar como o ativismo nacional conseguiu tanto sucesso nas esferas decisórias mundiais e, sobretudo, como tal empenho e performance foram recebidos e interpretados pelo governo brasileiro. Como o leitor já se acostumou ao longo dessa tese, recorro à trajetória de uma ativista central nesse processo para relatá-lo por dentro, descrevendo e explicando os bastidores da mobilização política, ou seja, as articulações prévias e os encontros preparatórios para conferência. Por meio da trajetória individual, quero evidenciar a profissionalização crescente das lideranças, sua circulação em redes de movimentos sociais e em espaços governamentais, além dos níveis de organização e articulação política do ativismo nas arenas regional, nacional e mundial, elementos determinantes para os resultados encontrados antes, durante e depois de Durban.

Afinal, a ação coletiva transnacional, como nos ensina Bulow, pode ser entendida “como o processo pelo qual indivíduo, grupos e ou organizações não estatais se mobilizam conjuntamente em torno de temas, objetivos e alvos que vinculam as arenas doméstica e internacional” (2014:16). Tal ação se faz por meio de redes estáveis e institucionalizadas, ou mesmo por redes informais ou ainda por “vínculos temporários e contingentes”, perfazendo configurações que se formam e se reconstituem no processo político e no jogo das interações entre agentes. Com efeito, visto apenas como um evento, a conferência e seus resultados são pouco compreensíveis, mas numa perspectiva

processual é possível dar inteligibilidade à reunião mundial e aos seus impactos na política doméstica²⁶⁶.

Chama-se Edna Roland a figura chave para abrir nossa compreensão do ciclo de conferências da ONU, na década de 1990, cujo ápice foi o dia 31 de agosto de 2001, em Durban, onde a ativista assumiu o cargo de relatora, pleiteado pelo governo brasileiro às outras nações. Isso porque a presidência da reunião deveria ficar, como de praxe, com o país anfitrião. Edna é originária da pequena burguesia do interior do Maranhão, nascida em uma família que lhe permitiu boa formação escolar, incluindo estágio no exterior durante o final do ensino secundário, chamado então “científico”²⁶⁷. O ingresso no curso de psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi apenas um caminho “natural” para uma jovem incentivada pelo pai a manter-se nos estudos formais. Como boa parte de sua geração, que ingressou em estabelecimento de ensino superior público durante o regime militar, Edna mal chegou à universidade já estava envolvida com as redes clandestinas de oposição ao regime. Desde então, fuga, mudança de endereço e interrupção de contatos com familiares são experiências compartilhadas com aquela geração que flertou com organizações associadas à luta armada no país. Mas Edna não era liderança política. Tortura e prisão não são marcas que sentiu na carne. Medo, insegurança, pressão psicológica e pavor de ser capturada pela polícia política foram fantasmas que a seguiram durante aqueles anos conturbados do regime militar. Por essa razão, mudou-se de Belo Horizonte, onde teria carreira promissora como professora universitária, e veio para a capital paulista, onde construiu duas vidas paralelas²⁶⁸:

²⁶⁶ A despeito de sua projeção mundial, muitos países se retiraram da III conferência, a exemplo dos EUA e de Israel, além de outros. Para mais detalhes, ver <http://www.israelnationalnews.com>.

²⁶⁷ O pai de Edna, Sr. Efrain Roland, era formado em contabilidade e proprietário de um comércio que abastecia a pequena cidade de Codó no interior do Maranhão; sua mãe faleceu quando Edna e a irmã ainda eram meninas. Além da empresa, o pai tinha um escritório em que fazia a contabilidade dos demais comerciantes do município. O escritório e o mercado ficavam no mesmo espaço físico e conformavam a empresa paterna, onde eram empregados os familiares (filhos, esposa e incluindo o próprio pai), além de residirem nos fundos da frente comercial (ver fitas 1 Lado A e B, CPDOC/RJ).

²⁶⁸ Depoimento de Edna Roland concedido ao CPDOC/FGV, fitas 1 e 2. Um ponto central a se destacar em Edna Roland é o acúmulo adquirido em sua formação educacional e profissional. Desde cedo tinha conhecimento da língua inglesa, seja porque a adquiriu durante a adolescência, seja porque viveu fora do país na juventude, seja ainda porque trabalhou numa multinacional como secretária bilíngue depois de mudar-se para São Paulo. Além do mais, durante toda a década de 1990, participou de vários eventos, seminários e conferências no exterior, destaque-se seu curso de especialização em Harvard em 1999 (ver fitas 2, 3 e 4 no acervo oral do CPDOC/RJ). Ou seja, o capital cultural, tanto o incorporado como o institucionalizado (BOURDIEU, 2008), de Edna foi decisivo para o seu destaque no interior do ativismo em eventos internacionais, onde a boa dicção das linguagens escrita e oral, bem com o domínio da língua inglesa, a comunicação oficial dos eventos, eram requisitos indispensáveis. No que se refere à relação de sua família com a educação, afirma Edna: “Eu tive a felicidade de pertencer a uma família onde a educação era o maior patrimônio. Lembro-me que durante as férias, meu pai comprava livros e mapas para que eu e minha irmã continuássemos a estudar.” (ver Fita 1 Lado A no acervo oral

Migrei para São Paulo por motivos políticos. Durante a ditadura militar, eu e meu companheiro pertencíamos a uma organização de esquerda e, de repente, por segurança, tivemos que abandonar tudo o que tínhamos em Minas Gerais e fugir para São Paulo, onde vivemos na clandestinidade durante 5 anos. Eu estava estabilizada em Minas, tinha concluído o bacharelado e já era professora na Universidade Católica, com um cargo na Federal. Mas, mesmo assim, fui obrigada a romper com todos os laços familiares e toda minha vida anterior. No início, passei por um processo de perda muito grande, não apenas de referências familiares, mas também uma queda social profunda. Tive que viver em cortiços e dividir a comida com meu companheiro, pois não tínhamos dinheiro para alimentar os dois. Foi o único período em minha vida em que sofri este problema, em que vivi carências. (Entrevista de Edna publicada no Portal Afro em 10/02/2002)²⁶⁹

Durante o ativismo no interior da Organização Revolucionária Marxista Política Operária, a POLOP, além de oferecer suporte para movimentos sociais urbanos, muitos dos quais imortalizados no livro já clássico de Eder Sader²⁷⁰, Edna entraria também em contato com os coletivos negros formados no contexto da abertura política. No processo mais avançado de democratização, a ativista de esquerda se envolveria completamente nos círculos negros militantes paulistas e isso mudaria os rumos de sua trajetória. De militante marxista, Edna tornou-se, pouco a pouco, mulher negra, no sentido político que esse termo teve durante aqueles anos, ou seja, identidade como *status público*²⁷¹. Não só a negritude, mas o feminismo também passaria a colorir sua vida política.

Dessa rede de ativismo ela não saiu mais. Foi uma das fundadoras do coletivo de mulheres negras e atuou no Conselho da Condição Feminina de São Paulo durante o mandato do governador Franco Montoro. Esteve engajada em várias atividades e manifestações públicas durante a reforma constitucional e o centenário da abolição e, quando as primeiras organizações negras feministas foram criadas no Brasil, Edna Roland era uma das ativistas centrais de uma das ONGs mais expressivas do país: o Geledés.

Funcionária pública, Edna valeu-se de suas redes políticas oposicionistas, construídas no regime ditatorial, bem como de seus novos vínculos com ativistas dos movimentos sociais, para ocupar posições políticas estratégicas na burocracia do Estado. Essa mobilidade permitiu-lhe atuar em esferas importantes para o debate e a

do CPDOC/FGV/RJ)

²⁶⁹ Edna Roland: dos tambores de Codó às tribunas de Durban. Entrevista concedida a Jader Nicolau Jr e publicada em 10/02/ 2002. Ver [http://www.portalafro.com.br/entrevistas/ednaroland/ednarolahtm](http://www.portalaфро.com.br/entrevistas/ednaroland/ednarolahtm). Consulta realizada em 10 de março de 20014.

²⁷⁰ Edna, quando de sua ligação com a POLOP, atuava nas bases de mobilização popular na Zona Sul de São Paulo, seguindo orientações do partido.

²⁷¹ A ideia de identidade coletiva como *status público* é desenvolvida por McAdam (1999).

regulamentação de normas e políticas direcionadas à população negra, como, por exemplo, a inclusão do quesito cor nos registros de Saúde Pública de São Paulo. Seus vínculos com o Partido dos Trabalhadores e suas alianças feministas também foram importantes para que assuntos espinhosos da “agenda negra” pudessem receber atenção de parlamentares e quadros executivos no nível municipal, especialmente durante as gestões petistas de Luiza Erundina (1989-1992) e de Marta Suplicy (2001-2004). Isso foi particularmente notável para o tema da saúde, agenda que a ativista liderava no interior da ONG que fundara²⁷².

Com o feminismo, as mulheres negras aprenderam não só a lidar com a esfera estatal, mas também com os círculos de conferências internacionais promovidos pelas Nações Unidas. É que o movimento feminista brasileiro, ao contrário do movimento negro, surge enfronhado no internacionalismo promovido pelos círculos de conferências da ONU e pela institucionalização da década da Mulher, entre 1975-1985²⁷³. Essa experiência foi potencializada com o término da Guerra Fria, na “Década das conferências”, a começar pelo debate internacional sobre o ambientalismo, conforme assinala Listz Vieira: “A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, deu o primeiro passo para a intensa participação das ONGs no processo de discussão e decisão das Nações Unidas” (*apud* SANTOS, 2005: 53).

1.0 Ciclo de Conferências Mundiais da ONU pós-queda do muro de Berlim

Título	Data	Local
Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92)	1992	Rio de Janeiro/Brasil
Conferência Mundial sobre Direitos Humanos	1993	Viena/Suíça
Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento	1994	Cairo/Egito
Conferência Internacional sobre desenvolvimento social	1995	Copenhague/Dinamarca
IV Conferência Mundial sobre a Mulher	1995	Pequim/China
II Conferência sobre os assentamentos Humanos - Habitat II	1996	Istambul/Turquia
III Conferência Sobre o Racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata	2001	Durban/Africa do Sul

Fonte: página oficial da ONU.

²⁷² Depoimento oral de Edna Roland localizado no CPDOC, Fita 3. Além do Geledés, a referida ativista formaria outra organização chamada *Fala Preta!*, em 1997.

²⁷³ Ver SARTI, Cynthia Andersen (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264.

No caso do ativismo negro, Marcio Santos (2005) assinala a limitada presença das organizações mais tradicionais e acentua a participação crescente das novas ONGs que se especializaram em questões de gênero e raça, essas com lideranças e perfis mais profissionalizados, como era o caso de Edna Roland. Tanto quanto as conferências internacionais, as ativistas relatam a relevância dos processos preparatórios e fóruns globais, espécie de articulação civil paralela onde se formam alianças, ampliam-se redes, emergem temas e se consubstanciam pautas com objetivo de subsidiar os governos durante as conferências (ALVAREZ, 2000).

Ao contrário das conferências anteriores sobre o racismo em 1978 e 1983, nas quais o tema central fora o *apartheid*, de escopo reduzido ao caso sul-africano, como afirmou o diplomata Lindgren Alves: “(...) de pequena repercussão inclusive porque realizadas em sede da própria ONU, em Genebra (o que lhes dava um aspecto de reunião rotineira, incapaz de atrair as atenções dos *media*)” (2002: 200), a primeira conferência do milênio, se inscreveria em nova ordem mundial, pós-guerra fria e pós-*apartheid*. Daí a sua projeção planetária.

O caminho que levou à Durban foi longo e exigiu muitas paradas estratégicas em campos de formação política, compostos por agentes governamentais, civis e internacionais. Cientes de que as conferências preparatórias eram decisivas para as articulações de lideranças, os ativistas priorizaram estrategicamente esses eventos. Sueli Carneiro, uma das líderes mais respeitadas do Brasil, apresenta um parecer acerca das estratégias de ação, que permitiram a delegação brasileira ser a maior daquela conferência mundial na África do Sul, excetuando-se à delegação anfitriã:

No plano nacional, esse processo teve início em abril de 2000, com a constituição de um Comitê Impulsor Pró-Conferência, formado por lideranças de organizações negras e organizações sindicais, que assumiu a realização de inúmeras tarefas organizativas. Entre elas, o Comitê formulou uma denúncia pelo descumprimento e violação sistemática da Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, resultantes de ações diretas e de omissões do Estado brasileiro. Na implementação de políticas públicas de combate ao racismo e à discriminação e de promoção da igualdade racial; também realizou contatos com organizações internacionais envolvidas no processo da Conferência, como o International Law Group. O Comitê foi responsável pela constituição do Fórum Nacional de Entidades Negras para a III Conferência contra o Racismo, a partir do qual foi elaborado um documento das entidades negras sobre os efeitos do racismo no Brasil e formadas delegações para a participação no processo da Conferência. (2002: 209)

O relato acima chama a atenção para o processo imediatamente anterior à

conferência. Assim, a marcação temporal para essa articulação deve considerar diversas outras redes, nacionais e transnacionais, que não estiveram restritas às organizações negras. Como salienta Mariza Von Bulow, “a ação coletiva em escala transacional é processo dinâmico de configuração e reconfiguração de interações” (2004: 16). Compreender essa dinâmica não é tarefa fácil, donde a necessidade de acompanhar trajetórias e eventos, com o fito de reconstituir as configurações das relações e das interações dos agentes. No caso, a relação entre ativistas, intelectuais, pesquisadores e agentes estrangeiros vinha de rede transnacional anterior, materializada no projeto *Comparative Human Relations Initiative*²⁷⁴. Fora do país, processavam-se ideias, propostas e relações entre pessoas de várias nações com tradição em pesquisas e reflexões sobre as formas de superação de desigualdades e de discriminação raciais. Tratava-se de uma iniciativa que envolveu o Brasil, a África do Sul e os Estados Unidos, num projeto triangular sobre os padrões de relações raciais e propostas de enfrentamentos das desigualdades tendo em vista as experiências locais. O projeto funcionou de 1995 até o encerramento da Conferência Mundial, em 2001. Ao longo desses anos, seminários foram realizados em Atlanta, na Cidade do Cabo e no Rio de Janeiro, com ativistas e intelectuais, que possibilitaram a troca de informações e experiências sobre a implantação de políticas de “combate ao racismo” nesses países²⁷⁵.

Dessa rede em particular resultou o livro *Tirando à Mascara: ensaios sobre o racismo no Brasil*(2000), organizado por Antônio Sérgio Guimarães e Lynn Walker Huntley. Esta última era a diretora norte-americana do projeto internacional comparativo, enquanto o primeiro, professor da Universidade de São Paulo, tinha acabado de publicar a tese que lhe conferiu autoridade científica no campo das relações raciais, *Racismo e Antirracismo* (1999)²⁷⁶. Diferentemente de sua tese de livre docência, a coletânea de ensaios

²⁷⁴ Trata-se de uma parceria internacional entre a fundação sem fins lucrativos, Southern Education Foundation, Atlanta/EUA, o Institute for Democracy, da África do Sul e o gabinete diretor da Universidade do Cabo, além de rede de acadêmicos, ativistas e organismos governamentais brasileiros, tais como Geledés, CEERT, Fala Preta! CEAP, NEV/USP, Ministérios da Justiça e do Trabalho, FCP e GTI, dentre outros. Informações extraídas do resumo executivo do projeto: http://www.beyondracism.org/port_exec_sum.htm (consulta realizada em 22 de abril de 2014).

²⁷⁵ Depoimento de Edna Roland concedido ao Portal Afro.

²⁷⁶ Nesse livro, Guimarães promove a reconciliação teórica entre a “velha” sociologia paulista e a nova geração de estudos sociológicos preocupados com a persistência das desigualdades na estrutura social. Elo esse que o projeto de Hasenbalg teria rompido quando de sua polêmica com Florestan Fernandes, em 1979. Ao invés de expurgar o conceito nativo “preconceito de cor” em favor de nomenclaturas como “desigualdades” e discriminação raciais, o autor de *Racismo e Antirracismo* interpreta que o primeiro longe de explicar apenas resquícios do passado era também uma forma da sociologia brasileira aclimatar os conceitos da sociologia de Chicago sem se desfazer das noções nativas dos agentes interpelados pelos cientistas em campo. Assim, trata o autor de analisar e conceituar os termos do léxico sociológico sobre raça que seriam basilares tanto no campo científico, como nas reivindicações políticas. Guimarães acabou

pode ser interpretada como registro público da interlocução profícua entre redes acadêmicas, governamentais e ativistas; em particular, apresentava aos cenários nacional e internacional eminentes lideranças e intelectuais negros, tais como Joaquim Barbosa (procurador federal e professor da UERJ), Hédio Silva (PT/CEERT), o parlamentar Luiz Alberto (PT/BA e MNU); Joel Zito Araújo (cineasta e roteirista) Sueli Carneiro (Geledés) e a própria Edna Roland, dentre outros importantes acadêmicos e militantes profissionais, sem contar a velha guarda da militância, representada por Adias do Nascimento. Livro estratégico que trouxe também artigos de consagrados estudiosos das desigualdades raciais, como Nelson do Valle (IUPRJ) e Fúlvia Rosemberg (PUC). Era o chamado antirracismo, ou seja, rede mais ampla que o movimento negro, porque não estava comprometida com fronteiras identitárias, mas sim com as estratégias de ação coletiva orientada para certa finalidade. O efervescente debate sobre as questões raciais do Brasil do fim do século se cristalizava nessa reunião de artigos: esforço político e acadêmico, subsidiário dos debates no processo preparatório para o evento da África do Sul²⁷⁷.

Além dessas redes e fóruns transnacionais, as conferências preparatórias para o evento de Durban foram fundamentais tanto para o desenvolvimento dos ativistas no plano regional, nacional e continental, assim como para o aprofundamento das pautas, estratégias, além de negociação da identidade coletiva. Na arena doméstica, a articulação em rede foi importante para amortecer certos conflitos internos no movimento social e demonstrar maior coesão e força perante os agentes governamentais. Em termos da interação no seio das redes de ativismo, destaque-se a emergente Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban, coordenada pelo *Criola*, do Rio de Janeiro, pelo *Geledés*, de São Paulo, e pelo *Maria Mulher*, do Rio Grande do Sul. Outra novidade para esse contexto foi a democratização das mídias, especialmente o uso de mensagens eletrônicas, via *Internet*, o que agilizou a circulação de informações e contatos entre as pessoas, além de ter favorecido o armazenamento de dados sobre todo o processo de Durban²⁷⁸.

por reconstruir as escolas históricas das relações raciais no país, bem como atualizou o debate científico sobre raça, inserindo-o numa perspectiva teórica internacional e moderna, desvinculando suas acepções biologizantes daquelas propriamente sociais e passíveis de investigação científica, via métodos e técnicas específicas das ciências humanas. Para além dos esforços teóricos do sociólogo, contou o lugar que passou a ocupar na Universidade de São Paulo, dada a sua legitimidade no campo científico brasileiro e internacional. Nesse sentido, raça tornava-se a categoria histórica e sociológica referenciada e reinscrita na tradição disciplinar brasileira. Para síntese das críticas recebidas pelo autor no que tange ao uso do conceito de raça nas ciências sociais, ver Rios e Jesus (2009).

²⁷⁷Não por acaso, o livro *Tirando à Máscara* foi distribuído gratuitamente para os participantes da Reunião preparatória nacional, realizada no Rio de Janeiro em 2001.

²⁷⁸Isso é particularmente notável quando se observa o acervo documental do “Arquivo Olhares Sobre

As ações que envolveram agentes governamentais e não-governamentais, os seminários ocorridos em São Paulo, Bahia e Belém, no ano 2000, revelam o plano nacional da articulação política, o nível do debate e o acúmulo de discussões entre o corpo diplomático, universitários e associações civis. Essas reflexões foram pautadas por análises sobre o histórico e os conceitos presentes nas resoluções das Nações Unidas no que se refere à temática dos direitos humanos, e, sobretudo, da garantia de direitos às minorias étnicas e do combate ao racismo. Alguns, como o diplomata Marco Antônio Brandão, demonstraram, em Belém, as atuações do Itamaraty durante as duas primeiras conferências internacionais sobre esse tema, sublinhando os marcos históricos da intervenção brasileira em arenas internacionais. Se votar a favor de resoluções da ONU no tocante ao enfrentamento do racismo era para o Brasil posicionamento antigo, como queria demonstrar a diplomacia, a abertura doméstica para as vozes de representantes de grupos discriminados, como indígenas e negros, tanto nos debates como nos textos que subsidiariam o plano nacional do governo, era realmente situação inédita.

Atentos ao ineditismo do contexto político, naqueles círculos de conferências nacionais, lideranças trataram de expor os principais problemas que assolavam a população negra e indígena, especialmente aqueles cujos dados e pesquisas já subsidiavam os discursos e reivindicações do ativismo. Esse foi, por exemplo, o sentido das palestras dos já experimentados Hélio Santos, Ivair dos Santos e Vania Santana. Outro experiente ativista, o advogado Hédio Silva, tratou das legislações antirracistas e suas dificuldades de aplicabilidade no Brasil. Seção importante foi a da educação, em que autores gabaritados no tema, como Geruse Romão e Petronilha Gonçalves, esta professora da Universidade de São Carlos, e aquela, além de pesquisadora, com experiência na redação de projeto de lei municipal obrigando a inclusão de conteúdos afro-brasileiros nos currículos escolares de Florianópolis e Criciúma, em Santa Catarina; ambas defenderam a educação formal como meio de prevenção do racismo, e de medidas de ações afirmativas.

O time que atuou nesses seminários era seletivo e bem instrumentalizado para discorrer sobre os problemas raciais no Brasil. Para muitos deles, não havia dúvidas de que algo deveria ser feito para combater o preconceito, a discriminação e as desigualdades de cunho racial. Já nesse processo era notável a ascensão dos núcleos de estudos afro-brasileiros (como o NEAB/UFSCAR e o CEAO/UFBA) e de seus quadros intelectuais,

Durban”, localizado na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

que passam a se apresentar enquanto interlocutores legítimos nas reflexões acadêmicas sobre o tema. Eles atuavam como mediadores entre os espaços institucionalizados da academia e os espaços do ativismo político²⁷⁹.

A defesa direta de políticas de combate às desigualdades foi fortalecida pela intervenção de Valter Silvério (2001), com o artigo “Políticas raciais compensatórias: o dilema brasileiro do século XXI”. Em diálogo com os debates do *Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*, ocorrido em 1996 no primeiro mandato de FHC, Silvério defendeu abertamente as ações afirmativas para negros, especialmente no ensino superior, além de apresentar e rebater os argumentos contrários à adoção de tais medidas. Na sua listagem, as objeções às políticas compensatórias eram muitas, desde aquelas mais sofisticadas, como o credo no mito da democracia racial como ideário em si mesmo antirracista, até a luta por reprodução material das classes médias já estabelecidas. Em sua opinião, naquela época, mesmo que houvesse muitos argumentos de oposição às políticas compensatórias, era preciso observar experiências bem sucedidas de redução das desigualdades em outros países, como a dos Estados Unidos; e criar medidas para que nossa sociedade viesse a ser “multicultural, democrática e desracializada”. Boa parte de seus argumentos já era compartilhado por segmentos do movimento negro e intelectuais engajados na defesa de ações afirmativas, mas, diferentemente destes, Silvério naquele seminário preparatório em São Paulo, abordou o tema do racismo institucional; debate menos comum nas argumentações da década de 1990. O sociólogo, ancorado na literatura norte-americana e na produção intelectual de Carmichel e Hamilton, antigos *black panthers*, afirmava:

No caso brasileiro, a legislação antidiscriminatória é preponderantemente penal atuando, pouco eficazmente, mais na dimensão individual da discriminação e menos na dimensão institucional do racismo (2004: 132).

Muito embora soubesse que a proposta de ações afirmativas não era um consenso nem mesmo entre militantes do movimento negro brasileiro²⁸⁰, Silvério considerava que

²⁷⁹ Em particular, é digno de nota a presença do NEABs da UFSCAR, que no processo de adoção das ações afirmativas durante o governo LULA terá papel destacado nas esferas estadual e federal e até internacional. Pretronilha Gonçalves será relatora da lei 10639/03; Valter Silvério terá papel importante na formação da SECAD, secretaria do ministério da educação responsável pelos temas da diversidade e da implementação das ações afirmativas. Além disso, o NEAB será responsável pela implementação da referida lei federal no Estado de São Paulo, com o projeto *Educando pela diferença para Igualdade*, cujo objetivo era formar a rede de educação pública paulista. Ademais, o professor encabeçaria várias investidas das relações África-Brasil, no plano da Educação, com destaque para a tradução para o português da coleção História da África da UNESCO.

essa temática tinha ganhado fôlego desde os debates sobre as cotas nos partidos políticos no ano de 1995, e estava convencido de que as reivindicações do movimento social deveriam ser incorporadas pelo Estado, ou seja, a reserva de vagas em áreas de maior desvantagem para os negros deveria ser adotada como forma corretiva e compensatória.

2.0 – Ciclo de Conferências nacionais e internacionais pré-Durban²⁸¹

Nome	Local	Data
Pré-conferência regional	São Paulo	novembro de 2000
Pré-conferência regional	Belém	novembro de 2000
Pré-conferência regional	Salvador	novembro de 2000
Seminário intergovernamental	Genebra	maio de 2000
Pré-conferência das Américas	Santiago	dezembro de 2000
I Conferência Nacional contra o racismo e intolerância	Rio de Janeiro	julho de 2001

OBS: A lista refere-se apenas às pré-conferências em que ativistas negros brasileiros tiveram presentes.

No caminho para Durban, nem sempre as relações entre agentes governamentais e civis foram amistosas. Os ativistas brasileiros foram derrotados em Genebra, quando o governo de FHC desistiu de sediar a conferência das Américas no Brasil, optando por Santiago do Chile. Na época, autoridades governamentais temiam reações públicas de manifestantes brasileiros, posto que tinham viajado o mundo imagens da repressão contra negros e indígenas no contexto das comemorações dos 500 anos de “descoberta” do Brasil²⁸². Em resposta, o movimento social conseguiu apresentar, graças aos incentivos financeiros da Fundação Ford, a segunda maior delegação de ativistas na conferência do Chile, cujo documento foi fundamental para os rumos de Durban. Na ocasião dessa pré-conferência, o embaixador Gilberto Sabóia passou a apresentar maior abertura política.

²⁸⁰ A maior parte da militância negra do PT era contrária às políticas de reservas de vagas para negros no ensino superior nesse contexto, segundo coleta de entrevistas realizadas por Soares (2012).

²⁸¹ Para mais detalhes, ver Tavares, 2007; e Albuquerque e Silva, 2011.

²⁸² A imagem que viajou o mundo na ocasião dos festejos comemorativos aos 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral no Brasil, foi a do confronto violento entre manifestantes e policiais em resposta ao protesto de negros e indígenas na BR 367, no sul da Bahia. Cerca de 3 mil pessoas marcharam em direção à Porto Seguro, onde aconteceria cerimônia oficial composta por governantes, dentre eles o Presidente da República, e convidados estrangeiros. A marcha foi reprimida com gás-lacrimogêneo pelos militares e os manifestantes responderam com pedras e flechas. Um militante do MNU foi arrastado pelos cabelos e cerca de 30 pessoas ficaram feridas e 141 foram detidas. Ver www.bbc.co.uk/portuguese/forum_brasil_protest01.htm; Folha de São Paulo, 23/04/2000; Jornal da Câmara, 28/04/2000.

De outro lado, o IPEA teve papel decisivo para a produção e divulgação de dados sobre desigualdades raciais no Brasil, seja com por meio do envolvimento pessoal de seu presidente, seja por meio da produção de informações sobre disparidades raciais entre negros e brancos, mostrando duas curvas paralelas (composta por negros e brancos) persistentes ao longo das décadas²⁸³.

A conferência regional de Santiago mostrou-se importante porque foi nela que as Nações Unidas reconheceram a existência de vítimas do racismo, os nomeados “afrodescendentes”, designação utilizada para os descendentes da diáspora africana²⁸⁴. Contudo, o termo afrodescendente não constava na nomenclatura oficial do ativismo brasileiro nem dos órgãos governamentais. Apesar do Brasil exercer certa liderança nas negociações do subcontinente, precisou negociar sua identidade política no plano internacional. Uma identidade coletiva transnacional era preciso: os ativistas brasileiros saíram negros e voltaram afrodescendentes:

Houve recusa da palavra negro. É mais fácil mudar a palavra do que mudar o sentido. Nós tínhamos que construir um conceito que desse conta de todos. Afrodescendentes, um termo genérico, era aceito por todos. (...) Em Santiago trocamos negros por Afrodescendentes” (Depoimento de Edna Roland, Fita 5, Lado B, CPDOC/RJ).

A maior parte dos países latino-americanos usava o prefixo afro para designar sua identidade coletiva, por exemplo, afro-colombianos, afro-venezuelanos, e assim por diante; não por acaso as redes transnacionais de negros e feministas do subcontinente, construídas no contexto das conferências da década de 1990, chamavam-se Rede Mujeres Afrocaribeñas y Afrolatinoamericanas, Rede Afroamérica XXI, e Iniciativa Global AfroLatina y Caribeña (GALCI). No Brasil, ao contrário, o termo negro é utilizado pelo movimento social desde as primeiras décadas do século XX²⁸⁵. Apesar dessa longa tradição, negociar um conceito mais abrangente para nomear as populações descendentes de africanos na América Latina foi a estratégia mais razoável aos olhos dos ativistas brasileiros, mostrando que mesmo a identidade, elemento aparentemente mais essencial de uma ação coletiva, pode ser negociável num campo culturalmente referenciado²⁸⁶. A

²⁸³ Sergei Soares, 2000.

²⁸⁴ Dos documentos do IPEA, pode-se destacar o documento lançado seis meses antes da conferência e bastante divulgado na mídia: Henriques, Ricardo “Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de Vida na Década de 90”, Texto para Discussão nº 807, IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

²⁸⁵ Note-se, contudo, que o termo afrodescendente era utilizado por alguns intelectuais e militantes do movimento negro, mas o termo negro era mais popular e tradicional na cultura política brasileira.

²⁸⁶ Essa não era, entretanto, a primeira vez que ativistas negociavam suas identidades visando solidariedade mais abrangente no continente americano. Lélia Gonzalez em duas ocasiões apresentou conceitos identitários visando esse fim. Resultado de suas viagens no subcontinente em eventos feministas na década

conferência do Chile também indica o estreitamento de relações entre governo e movimento social, como aponta Edna Roland: “Fui à Santiago como consultora da delegação brasileira. Na sala de negociações tive com o Embaixador, Sabóia, acompanhando as negociações de parágrafos, quando era para dar contribuição, dava instrumentos para entrar no debate. Em algum momento ele me solicitou que fosse negociar pelo Brasil”²⁸⁷. Mesmo havendo boas relações entre os ativistas e os agentes governamentais às vésperas do evento de Durban, o que garantiu grande representatividade da delegação brasileira no conclave da África do Sul foi a Fundação Ford, sob a liderança de seu diretor para Direitos Humanos, Edward Telles, que financiou o transporte e demais despesas dos ativistas e intelectuais para o evento.

Durban foi realmente um evento de escala planetária. Ocorrido entre 31 agosto e 8 de setembro de 2001, o gigantesco empreendimento da comunidade internacional envolveu cerca de 2.500 representantes originários de 170 países, dentre eles 16 chefes de Estado, 450 organizações não governamentais, além de 1.300 jornalistas, sem contar representantes de organismos da ONU e outras instituições de direitos Humanos. Contabilizou-se 18.810 pessoas credenciadas no total dos inscritos para assistir à conferência (TAVARES, 2007:7). O Brasil levou em sua delegação mais de 300 pessoas, algumas das quais participaram de reuniões preparatórias e elaboraram uma série de documentos.

O Programa de Ação de Durban previa acompanhamento da implementação das políticas, para tanto foi designando um grupo de cinco especialistas eminentes, um de cada região do globo. Além deste grupo, cujos integrantes foram nomeados pelo secretário-geral Kofi Annan, a partir de indicações dos blocos regionais, foram também criados dois outros mecanismos de acompanhamento: o Grupo de Trabalho Intergovernamental, integrado por representantes dos países, e o Grupo de Especialistas sobre Afrodescendentes, integrado também por cinco especialistas, representando cada região do globo. No retorno para o Brasil, Edna Roland, que foi a relatora da conferência, tornou-se membro do grupo de especialistas eminentes independentes para a implementação da *Declaração e Programa de Ação de Durban*, das Nações Unidas²⁸⁸. A equipe à qual ela pertencia tinha como objetivo auxiliar o Alto Comissariado de Direitos

de 1980, ela escreveu um texto em língua espanhola em defesa de uma rede afro-latino-americana (ver artigo *Por um feminismo Afro-latino-americano*, 1988). Esse texto não foi traduzido para a língua portuguesa, embora tenha boa circulação nos meios feministas. A segunda ocasião foi quando viajou para o Caribe, o que a fez pensar novamente em uma identidade transnacional, o que resultou na categoria político-cultural de amefricanidade, identidade coletiva sugerida pela autora para pensar a experiência de negros em diferentes contextos latino-americanos e caribenhos, inclusive englobando os países da América do norte.

²⁸⁷ Ver relato de Edna Roland, Fita 5, lado B, Acervo FGV/RJ.

²⁸⁸ Jornal Iroín, Brasília, nº17.

Humanos a preparar o informe anual a ser apresentado ao Conselho de Direitos Humanos e à Assembleia Geral, além de avaliar as normas e instrumentos internacionais existentes contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas de intolerâncias.

E evidência flagrante da relevância da III Conferência para o cenário político brasileiro pode ser encontrada nos documentos e programas oficiais do governo, os quais sistematicamente fazem referência às recomendações do referido evento no que toca à exigência de maior equidade nas relações étnico-raciais dos países cujas estatísticas mostram severas clivagens econômicas, sendo notadamente prejudicial para os segmentos populacionais não brancos, em particular, pretos, pardos e indígenas²⁸⁹.

O efeito da referida conferência na esfera pública nacional não foi apenas de suscitar discussões acerca do racismo e suas diferentes expressões na vida social, mas, sobretudo, de contribuir para o fortalecimento de lideranças brasileiras, especialmente das mulheres negras organizadas, que, em acordo com a representação governamental do Brasil, foram capazes de levar ao âmbito internacional, mais do que denúncias contra o racismo, propostas de combate às formas de hierarquização e alocação desigual de indivíduos afrodescendentes (CARNEIRO, 2002).

Lideranças afro-brasileiras mostraram-se altamente habilidosas em estabelecer e firmar alianças em diferentes esferas de ação política, a exemplo de agências internacionais, como a Fundação Ford, o próprio governo brasileiro, diferentes segmentos dos movimentos sociais e redes de articulação internacional, sobretudo no caso dos países da América do Sul. Essa mobilização internacional, sem precedentes na trajetória política do movimento negro e de seus militantes, permitiu uma mudança significativa na percepção e ação do ativismo negro.

A conferência de Durban enquadrou a pauta de luta dos movimentos negros brasileiros na agenda internacional de promoção e proteção dos direitos humanos. Os valores proclamados nas declarações de direitos das revoluções liberais encontram, a partir de então, o caminho para se concretizarem por meio de políticas públicas que

²⁸⁹ Essa não seria, pois, a primeira vez que conferências internacionais teriam ocasionado impactos na vida política de um estado-nação. As conferências anteriores à Durban – realizadas em 1978 e 1983, ambas em Genebra – tiveram como tema central o *Apartheid* e fizeram parte das medidas de pressão internacional que levaram ao fim desse regime de segregação. Sob esse quadro histórico, a III Conferência também tinha como objetivo evidenciar e valorizar a longa resistência de parte da população daquele país às práticas discriminatórias e possibilitar que fosse feito um balanço das conquistas obtidas até aquele momento. Para além disso, impunham-se novos desafios às nações participantes do evento que buscavam formas de superação dos danos e prejuízos sociais advindos da experiência de preconceito e discriminação de caráter racial.

alcançam as populações historicamente excluídas. Na prática, este evento e seus processos preparatórios construíram tanto um consenso sobre uma gramática identitária dos negros na diáspora (particularmente no caso das Américas) como prescreveram uma nomenclatura altamente instrumentalizada de enfrentamento das desigualdades por cor ou raça, a saber, as *affirmative or positive actions*. A partir da linguagem consensualizada na esfera pública internacional, no contexto da Conferência de Durban, os ativistas passaram a trabalhar com os principais agentes nacionais e internacionais, disputando enquadramentos interpretativos (frames) acerca das desigualdades raciais, introduzindo o conceito de ações afirmativas como instrumento de superação de certas desigualdades raciais, especialmente aquelas verificadas no topo da hierarquia educacional.

O resultado dessa negociação na esfera pública internacional, bem como as articulações já em curso no âmbito nacional, levou à promoção de políticas sociais e às ações governamentais com o fito de atender demandas específicas para vítimas do racismo. Desde então, houve uma inflexão em termos das ações do governo e instituições brasileiras, particularmente em algumas áreas tais como a saúde, educação e direitos humanos, na tentativa de mensurar, diagnosticar e responder a certas demandas do ativismo brasileiro. As normatizações e o plano de ação de Durban, de fato, mudaram a linguagem do aparato regulatório do Estado, que adquiriu a forma das atuais políticas de ação afirmativa, cujo princípio era a reversão de mecanismos de discriminação e de desigualdades raciais. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, nos instrumentos normativos federais relativos à temática racial durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso, antes e depois da referida conferência, ilustrados abaixo:

3.0-Instrumentos Normativos Federais relativos à questão racial nos mandatos de FHC

Lei	Data	Conteúdo das Normas
n.8.882	03/06/94	Acrescenta parágrafos ao art.20 da lei n.7.716, de 5/01/1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.
n.9.029	13/04/95	Proíbe práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência em relação jurídica e por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade.
Decrt.	20/11/95	Institui grupo de trabalho interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra, e dá outras providências.
Decrt.	20/03/96	Cria, no âmbito do ministério do trabalho, o grupo de trabalho para a eliminação da discriminação no emprego e na ocupação –GTEDEO.
Dec1904	13/05/96	Institui o programa nacional de direitos humanos-PNDH
Decret	13/06/96	Inclui Inciso IV ao artigo 3 do decreto de 20/11/1995, que institui o grupo de trabalho interministerial com a finalidade de desenvolver políticas de valorização da população negra
n.9315	20/11/96	Inscribe o nome de Zumbi dos Palmares no livro de heróis da Pátria
n.9459	7/04/97	Caracteriza crime de tortura qualquer constrangimento que causa sofrimento físico/mental em razão de discriminação racial.
n.9459	13/05/97	Dispõe sobre os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem
n. 9474	22/07/97	Define mecanismos para a implementação do estatuto dos refugiados de 1951.
Port.n.1740	26/10/99	Ministério do trabalho determina a coleta de dados sobre raça/cor nos formulários RAIS e do CAGED.
Port. 3296	16/12/99	Trata das providencias necessárias às Ações Afirmativas publicitárias do poder executivo federal deverão contemplar a diversidade racial brasileira sempre que houver uso de imagem de pessoas.
port.604	01/06/00	Ministério do trabalho institui no âmbito das delegacias regionais de trabalho, os núcleo o de promoção da igualdade de oportunidade e de combate à discriminação.
Port202	04/09/01	Ministério do desenvolvimento agrário estabelece cotas para negros e negras em cargos de direção, no preenchimento de vagas em concurso público, na contratação por empresas prestadoras de serviço e por organismos internacionais de contratação técnica.
Decr.3912	10/09/01	Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro das terras por eles ocupadas
Port.222	28/09/01	Ministério do desenvolvimento agrário institui a vertente de raça/etnia no programa de AA do MDA/INCRA.
Port.224	28/09/01	Ministério do desenvolvimento agrário altera o regimento interno do Incra incluído o programa de AA
Decr3952	04/10/01	Institui, no âmbito do ministério da justiça, o conselho nacional de combate à discriminação (CNCD), bm como determina suas competências.
Port.03	16/10/01	Procuradoria federal dos direitos do cidadão Institui no âmbito da procuradoria federal dos direitos do cidadão o grupo temático de trabalho sobre discriminação racial.
Port.1156	20/12/01	Ministério da justiça institui programa de ações afirmativas do ministério da justiça, estabelecendo cotas para afrodescendentes, mulheres pessoas portadoras de deficiência na ocupação de cargos de direção, assessoramento superior (Das) e contratação de empresas prestadoras de serviços, técnico e consultores.
Port.25	21/02/02	Ministério do desenvolvimento agrário determina que as empresas/parceiros contratados ou que mantenham a prestação de serviços ao MDA/INCRA comprovem desenvolvimento de ações afirmativas em seus quadros. As empresas licitantes devem apresentar propostas para esse tipo de ação.
Protocde cooperação	21/03/02	Ministérios da ciência e tecnologia, da Justiça, da Cultura e das relações exteriores fixam diretrizes para a criação e concessão de bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia em favor de estudantes afrodescendentes.
Decreto	21/03/02	Institui grupo de trabalho com a finalidade de propor e implementar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos.
Decr.legisl ativo 54		Aprova solicitação de o Brasil fazer a declaração facultativa prevista no artigo 14 da convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, reconhecendo a competência do Comitê internacional para a eliminação da discriminação racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos cobertos na convenção.
decrec4228	13/05/02	Institui, no âmbito da administração pública federal, o programa nacional de Ações Afirmativas.
decrec4229	13/05/02	Dispõe sobre o programa nacional de direitos humanos –PNDH, instituído pelo decreto n.1904, de 13/05/1996, e dá outras providências.
Port484	13/05/02	Minc institui programa de A.A no ministério da cultura estabelecendo cotas para afrodescendentes, mulheres pessoas portadoras de deficiência na ocupação de cargos de direção e assessoramento superior e nas contratações de fornecedores, empresas prestadoras de serviços, técnicos e consultores.
Lei 10558	13/11/02	Cria o programa Diversidade na Universidade

Fonte: Dados extraídos do IPEA, projeto BRA/01/013-PNUD

A mudança mais evidente foi o aumento progressivo de políticas mais propositivas de combate às desigualdades, a começar por alguns ministérios que passaram a reservar vagas para negros em diversos escalões e níveis ocupacionais; em outras palavras, alteraram-se a prática e a linguagem: de “política de valorização da população negra” para “política de ações afirmativas”. Da mesma forma, a introdução do quesito cor como instrumento para acompanhar e controlar as desigualdades raciais tornou-se método importante para ação e interpelação dos ativistas perante o governo. No plano das políticas de acesso ao ensino superior, o governo recuou, restringindo-se a apenas um projeto, cujo objetivo era o financiamento de poucos cursinhos preparatórios para o vestibular. A reivindicação do acesso por cotas ganharia outros planos,- os estaduais, os conselhos e as burocracias universitários, como foram os projetos de lei da UERJ, no Rio de Janeiro, primeira reposta institucional às barreiras ao ingresso em estabelecimentos públicos de terceiro grau. Modelo esse que seria seguido pela maioria das instituições país afora.

Em retrospectiva, Durban terá sido o grande evento do início do século XXI, suas resoluções só não foram tão visíveis em termos midiáticos, porque evento maior teria chocou o planeta: o terrorismo do onze de setembro. Quando o mundo assistiu perplexo ao choque dos aviões nas torres gêmeas e acompanhou com grande tensão as primeiras reações do governo norte-americano, a última leva da delegação da conferência chegava ao Brasil. Mas o evento terrorista, que inaugurou a nova história das relações internacionais, não chegou a prejudicar o andamento e o otimismo dos acordos estabelecidos entre o governo brasileiro e as lideranças políticas negras. Um novo pacto político tinha se estabelecido, como pôde ser visto nos dados da tabela acima. Se o fim do *apartheid* na África do Sul tinha sido celebrado na figura de Nelson Mandela, em parte como resultado das investidas da ONU em suas I e II conferências internacionais, na interpretação dos ativistas negros, observadores internacionais e pesquisadores, o terceiro conclave mundial teria colocado o combate ao racismo à brasileira como a bola da vez.

5.0 Conclusão

Como explicar a transformação política e cultural no Brasil por meio de um movimento social formado por pequenos grupos relativamente frágeis economicamente e compostos por ativistas sem tradição na política institucional? Eis o desafio desta tese.

Ao longo deste trabalho, apresentei uma explicação para o processo político que levou a temática racial para o centro do debate público no Brasil. Parti das redes submersas de pequenos grupos organizados em associações políticas e culturais, durante o regime militar, até chegar à campanha pública contra a discriminação racial, ocorrida em 1978, e depois sua institucionalização via partidos políticos e organizações civis de combate ao racismo. Nesse percurso, foram fundamentais as redes sociais compostas por ativistas negros, feministas e esquerdas políticas, bem como o internacionalismo promovido pelas organizações marxistas, pelo feminismo, via ONU, e, sobretudo, pelas redes transnacionais de ativismo, notadamente entre os continentes americano e africano.

Na política doméstica, o ativismo caminhava contra a ditadura militar e em defesa da democratização e da igualdade racial. As narrativas brasileiras sobre a relação entre movimento negro e partidos políticos contemporâneos sempre procuraram dar ênfase unilateral para algumas agremiações partidárias, a exemplo do PT (SILVA, 1992; SOARES, 2009, SOARES, 2012); do PMBD (SANTOS, 2004) ou ainda do PDT (SEMOG e NASCIMENTO, 2006). Na contramão dessa produção, analisei o modo pelo qual a temática racial se apresentou no jogo pelo poder durante a abertura política. Dos cinco partidos em concorrência nos anos iniciais da década de 1980, pelo menos quatro deles mantiveram relações com líderes e organizações negras. Isso revelou que não só as alas progressistas partidárias, mas também o setor mais conservador e de direita do espectro ideológico do país também se dirigiu às lideranças e à “comunidade negra” em busca do “voto racial”, fato esse desconhecido ou negligenciado pela produção acadêmica sobre o assunto.

No capítulo terceiro, constatei que as interpretações sociológicas eram unânimes em apontar a constituição de 1988 como marco jurídico-legal decisivo para a conformação da nova agenda racial contemporânea no Brasil. A despeito disso, nenhum pesquisador tinha se ocupado, até o presente momento, do processo político e das formas de mobilização dos negros nesse contexto tão relevante para a história política do país. Quais foram as redes, as alianças e o repertório de ação no processo constituinte que levou a inserção das

reivindicações do movimento social negro à esfera constitucional? Como se formou a sua representação parlamentar? Como se estabeleceu a relação entre o processo constituinte e o centenário da abolição? Essas questões ajudam a perceber o quão importante foi esse período para o fortalecimento do movimento social e sua expansão no território nacional, por isso desenhei uma cartografia do ativismo no país, explicando o sentido de sua capilaridade territorial. Além do mais, era a primeira vez que se via a formação de uma elite negra parlamentar em aliança suprapartidária em defesa dos interesses dos afro-brasileiros, francamente articulada com os movimentos sociais.

Se até a reforma constitucional as reflexões sobre o racismo estiveram restritas a círculos políticos, espaços universitários e imprensa alternativa, incluindo algumas revistas acadêmicas, de meados de 1990 em diante o debate sobre relações raciais deixa de ser tema marginal e ganha maior audiência no espaço público, ganhando mesmo reações organizadas. Essa mudança aconteceu, sobretudo, na campanha pelas ações afirmativas, política controversa que cindiu a opinião pública, os intelectuais e acadêmicos e até as lideranças do movimento social. Defendi que para explicar essa transformação é preciso compreender o sentido da mudança política e cultural do país, assim como as formas de ação dos agentes diretamente envolvidos com o tema, bem como suas alianças políticas e culturais. Minha hipótese foi de que, no plano societário, o negro foi enquadrado enquanto símbolo da exclusão social; tal enquadramento interpretativo resultou em maior fortalecimento do movimento social nas arenas domésticas e internacionais, levando à expansão da rede antirracista e, por conseguinte, à luta pela cidadania negra, o que exigiria a intervenção de instituições públicas e do Estado, sob a vigilância atenta dos organismos internacionais.

Uma das consequências mais marcantes desse processo não foi apenas a inserção de um tema na agenda pública. Argumentei que durante as últimas décadas gestou-se e emergiu uma elite política negra, composta por indivíduos que direta ou indiretamente atuaram no movimento social, nos partidos políticos e no Estado. Por isso, a tese salientou a relevância da análise da trajetória da geração de ativismo diretamente envolvida com o processo político de democratização e de estabelecimento democrático do país.

Coube a mim, como pesquisadora, o papel de encontrar e selecionar nos registros do tempo, nas memórias pessoais e coletivas, nos documentos impressos, fotográficos e audiovisuais, além de prontuários policiais, das páginas de jornal, as informações mais relevantes que pudessem indicar os passos e impasses do percurso que levou essa geração a se apresentar na esfera política como “sujeito de direitos” ou mesmo como representante

legítimo da população negra e, sobretudo, ganhando, com o tempo, legitimidade e audiência no país e nos fóruns mundiais. Assim, a rede antirracista que se formou, incluindo intelectuais e acadêmicos, foi também fator determinante na assunção do temário no espaço público e em arenas institucionalizadas de poder.

São nesses trechos dos caminhos seguidos pelo movimento social que os itinerários individuais se constituíram como meios fundamentais para se conhecer a origem social do grupo, sua formação educacional, as nuances de suas experiências de ativismo, as possibilidades históricas percebidas e, especialmente, as redes familiares, de amigos e de camaradagem política. Esse instrumento analítico, sem dúvida, foi uma das formas mais adequadas para captar a posição na estrutura social, suas sucessivas mudanças (BOURDIEU, 1998) e simultaneamente as interpretações sobre o tempo vivido, sobre ameaças e, por vezes, oportunidades políticas abertas pelo Estado (TILLY, 2004).

Nas trajetórias, considerei, em particular, os vínculos, as posições e as estratégias dos agentes em diferentes domínios políticos. Esses, contudo, não sugerem esferas estanques de poder, mas se revelam como espaços de dinâmicas confrontacionais (MCADAM *et al*, 2001). Assim, o itinerário pessoal apresentou-se como *locus* privilegiado para se verificar as transformações nas vidas desses ativistas e suas relações *no* e *entre* os espaços em que atuam. Por essas trajetórias cruzadas, observei a emergência e a ascensão de uma elite política negra, concebida na relação entre o movimento social, os partidos políticos e a esfera estatal, bem como a conformação de uma agenda pública pautada pela igualdade racial, que se traduziu na busca por cidadania e no nascimento do antirracismo de Estado no limiar do novo século.

6.0 Bibliografia:

- AGIER, Michel. (1992) “*Etnopolítica – a dinâmica do espaço Afro-baiano*”. In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro. N. 22.
- ALBERTI, V. e PEREIRA, A. (2007). *Histórias do Movimento Negro no Brasil*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas/ Pallas.
- ALBERTO, Paulina. (2011). *Terms of inclusion: black intellectuals in twentieth –century-Brazil*. University of North Carolina Press:Chapel Hill.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra (2009) *O jogo da Dissimulação*. São Paulo. Cia das letras.
- ALMADA, S. (2009). *Abdias do Nascimento*. Selo Negro. São Paulo.
- ALVAREZ, S; DAGNINO, E; Escobar, Arthur (2000). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- ALVES, Lindgren (2002). A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. In Revista. Brasileira de política. internacional. vol.45 no.2 Brasília
- ALVES, M. H. (1985). *Estado e Oposição no Brasil 1964-1984*. Petrópolis: Vozes.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo. Cia letras.
- ANDREWS, George Reid.(1991) “O protesto político negro em São Paulo – 1888-1988” In *Estudos Afro-Asiaticos*, Rio de Janeiro. N. 21
- ANGELO, Vitor (2008). *A trajetória da Democracia Socialista*. São Carlos: Edufscar.
- AZEVEDO, Elciene (2007). “Antonio Bento, homem rude do sertão: um abolicionista nos meandros da justiça e da política”. In *Revista de História*, Juiz de Fora,V.13,N.1:123-143.
- AZEVEDO, Thales (1996). *As elites de cor numa cidade brasileira*. Bahia, Edufba
- ALONSO, Angela (2001) *Ideias em Movimento*. São Paulo. Paz e Terra.
- ALONSO, Angela (2012a). *Flores, Votos e Balas*. Tese de Livre-Docência. São Paulo: USP.
- _____. (2012). “Repertório, segundo Charlles Tilly: história de um conceito”. In *sociologia&antropologia* v.02.03: 21 – 41. Curitiba.
- ALONSO, A; COSTA, V.; MACIEL, D.(2007) . Identidade e Estratégia no Movimento na formação do movimento ambientalista brasileiro. In: *Novos Estudos*. N. 79
- APPIAH, Kwame; GATES, Henry (ed.). (2004). *Civil Rigths*. Philadelphia. Running Press.
- ARAÚJO, Airton. (2004). *Participação política e o poder dos negros no Partido dos*

Trabalhadores. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio Grande do Sul. pp.184.

ARRUTI, J.M.(2011). “Diferenciar, Redistribuir, Reconhecer: ensaio de atualização dos debates sobre terra e educação para quilombos”. In *Cadernos de Campo*. São Paulo, n.20, p.295-303.

BARDINNI, Elvis (2006). A influência da indústria fonográfica na formação de consumo musical brasileiro e o rap como agente da indústria e alternativa de produção independente. São Paulo: Dissertação de mestrado.

BARTH, Fredrik (1995). “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In POUTIGNAT; STREIFF-FERNART (orgs) *Teorias da Etnicidade*. São Paulo. Unesp.

BASTIDE, R.(1973). “A Imprensa Negra do Estado de São Paulo” *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva.

BASTIDE, Roger (1976) Négritude et intégration nationale: La classe moyenne de couleur devant les religions afro-brésiliennes, *Afro-Ásia*, no. 12, pp. 17-30.

BARBOSA, Muryatan (2004). *Guerreiro Ramos e o personalismo negro*. São Paulo. São Paulo, Dissertação de Mestrado-FFLCH-USP.

BARRETO, R.A.(2005). *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado da PUC-RJ.

BERBEL, M. R. (1991). *Partido dos trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira*. Dissertação de Mestrado em História/FFLCH, São Paulo.

BERQUÓ, Elza; ALENCASTRO, Luiz (1992). “A emergência do voto negro” In: *Novos Estudos*. São Paulo, N.33 pp.77-88.

BORGES, Rosane (2009). *Sueli Carneiro*. São Paulo. Selo Negro/Summus.

BOSCHI, R.(1987) *A arte da Associação. Política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice.

BOURDIEU, Pierre (2008) *A Distinção*. Porto Alegre Ed. Zouk,
 _____ (1998) *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, M e AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2006) “O processo político partidário brasileiro: padrões e competição política (1982-2002)”. São Paulo Fepesp/Humanitas.

BRAGA, M.S.S. (1997). *A origem e trajetória do PT Fluminense*. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciência Política-USP. PP. 189.

BRANDÃO, Lucas (2012). *Os Movimentos Sociais e Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. Paper apresentado Seminário Sociologia, Política, História, PPGS-USP.

- BRANDÃO, Marco (2001). O papel da diplomacia no combate ao Racismo. *Anais: Seminários preparatórios para a conferência mundial*. Brasília Ministério da Justiça.
- BRINGEL, Breno (2012). Com, contra e para além de Charles Tilly. In *Sociologia e Antropologia*. V.02.03 p.43-67.
- BUENO, Natália; DUNNING, Thad (2013). Race, Resources, and representations:evidence from brasilian politicians. In Brazilian Seminar, USP. Paper.
- BUENO e FIALHO (2007). Raça, recursos e desigualdades políticas em Belo Horizonte. Paper In SBS, Recife.
- BULOW, Marisa Von (2014). *A batalha do livre comércio*.São Paulo. Unesp.
- BUTLER, Kim (1998). *Freedoms Given, Freedom Won*. Rutgers University Press.
- CALDEIRA, Teresa (2000). Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania no Brasil. Editora 34/Edusp. São Paulo.
- CASTRO, Conrado (2010). *Luiz Pereira e sua circunstância: Entrevista com José de Souza Martins*. In *Revista Tempo Social*, vol.22 no.1 São Paulo, p 211-276.
- CASTRO, Eliana e MACHADO, Marília (2007): *Muito bem, Carolina*. BH, Ed. C/Arte.
- CARNEIRO, Sueli (2003). *Mulher em movimento*. In Estudos Avançados. Estud. av. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003.
- _____ (2002). *A batalha de Durban*. In: *Estudos Feministas*. N. 209, Ano 10.
- _____ (2000). Estratégias legais para promover a justiça social. In: Guimarães e Huntley(orgs). *Tirando a Máscara*. São Paulo: Paz e Terra.
- CARNEIRO, S.; SANTOS, T.; COSTA, A. G. O. (1985). *Mulher Negra/Política Governamental e a Mulher*. São Paulo. Nobel. Conselho Estadual da Condição Feminina.
- CARVALHO, Noel (2012). “O produtor e cineasta Zózimo Bulbul – o inventor do cinema negro brasileiro”. In: *Revista Crioula*. N. 12. São Paulo
- _____ (2005) *Cinema e representação racial: cinema negro de Zózimo Bulbul*. Tese de doutorado/USP. São Paulo.
- CARVALHO, José Murilo (2005) “O exército e os negros” In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- CARDOSO, R.(1987) “Movimentos Sociais na América Latina”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.3 Vol.1.
- _____. (1994) “A trajetória dos movimentos sociais” In *Anos 90, política e identidade no Brasil*. DAGNINO (org). São Paulo Ed. Brasiliense.
- CHALLOUB, Sidney (2003). *Visões da liberdade*. São Paulo. Cia das Letras.
- _____ (2001). *Trabalho, Lar e Botequim*. Campinas. Editora Unicamp.

- CHASIN, Carolina (2009). “20 anos de regularização fundiária de territórios quilombolas: um balanço da implementação do direito à terra estabelecido pela Constituição Federal de 1988”. *Política Hoje*, v. 18, p. 158-183.
- COHEN, Jean (1985). “Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and contemporary social movements”. *Social research*, Vol.52. n.4.
- CONCEIÇÃO, Isis Aparecida (2014). *Movimentos Sociais e Judiciário: uma análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos*. Doutorado em Direito. USP, São Paulo.
- CONTINS, Márcia (2005). *Lideranças Negras*. Rio de Janeiro, Faperj e Aerplano.
- COSTA, Sérgio (2006). *Dois Atlânticos*. Belo Horizonte. Editora UFMG.
- COTT, Donna Lee Van, *The Friendly Liquidation of the past: the politics of diversity in Latin America*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2000.
- CRUZ, A. G.V.(1982). “Os Movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros estudos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e Brasil”. In: LUZ, M.(org): *O Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro. Graal.
- CUSTÓDIO, Túlio (2012). *Construindo o autoexílio: a trajetória de Abdias do Nascimento nos EUA, 1968-1981*. Dissertação de mestrado em sociologia. São Paulo.
- DAFLON, Verônica; FERES, João; CAMPOS, Luiz (2013). Ações afirmativas raciais no ensino superior público: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa* v.43 n.148 p.302-327.
- DA MATTA, Roberto (1987). *Relativizando*. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____. *Notas Sobre o Racismo à Brasileira*. In: *Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*/ SOUZA, Jessé (ORG). Brasília: Ministério da Justiça, 1997.
- DÁVILA, Jarry (2011). *Hotel Trópico*. São Paulo. Editora Paz e terra.
- DEUTSCHER, I.(2005) *Trotsky: o profeta armado*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930.(2001) 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- DOMINGUES, Petrônio. (2005). *A insurgência de ébano a história da frente negra brasileira 1931-1937*. São Paulo. Tese de doutorado/USP.
- _____. (2007). “Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil”. In *Cad. Pagu* no.28 Campinas Jan.
- EDELMAN, Marc (2001). “Social Movements: Changing Paradigms and forms of politics”. *Annu. Rev.Antropol.*

ENCARNAÇÃO, Luis G. S.(2012) Do terreiro à Universidade: a constituição do movimento negro unificado na Bahia. Dissertação de mestrado da UNEB. Bahia.

FANON, Frantz (1952). *Peau noire masques blancs*. France. Éditions du Seuil.

FELIX, João Batista(1999).Chic Show e Zimbabue e a construção da identidade nos bailes Black paulistanos. Dissertação de Mestrado na Antropologia da USP. São Paulo

FERNANDES, Dimitri Cerboncini (2010). A inteligência da cultura popular. São Paulo. Tese de doutorado, USP.

FERNANDES, Florestan.(1964). *A integração do negro na sociedade de classes*. Universidade de São Paulo. Editora Anhembi. Vol.I e II.

_____. (1989). O significado do Protesto Negro. Editora Cortez, São Paulo.

FERRARA, Miriam Nicolau(1981). *A imprensa negra paulista*. São Paulo. Mestrado/FFLCH.

FERREIRA, Ligia (2010). “Entrevista com Oswaldo de Camargo”. In: *Via Atlântica*. N.18, USP, São Paulo.

_____. (2008). Luiz Gama por Luiz Gama: carta a lúcio de Mendonça. In: Teresa: Revista de Literatura Brasileira da USP. N.8/9. São Paulo, p.300-321.

FERREIRA, Jorge e ARÃO REIS, Daniel(2008). *História das Esquerdas*. Record. Vol.III

FILHO, Gabriel dos Santos(2012). *O catolicismo brasileiro e a construção de identidades negras contemporâneas*. EDUFBA, Salvador.

FILHO, Omar. (2007). *Versus - Páginas da Utopia*. Porto Alegre. Azougue editorial.

FIGUEIREDO, Angela. (2002)*Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. UCAM. Rio de Janeiro.

FRANÇA, Jean; Ricardo FERREIRA. (2012)*Três vezes Zumbi: a construção de um herói brasileiro*. São Paulo. Editora Três Estrelas.

FRASER, Nancy; HONNETH, AXEL. (2003) *Redistribution or Recognition?* London; New York. Ed. Verso.

FREITAS, Décio1978. *Palmares: a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FREITAS, D; NETTO, F.; Saboya, H.; Gonzalez, L. Batista, N.; Santo,R. (1984). *O negro e o direito*. Rio de Janeiro. OAB-RJ.

FILHO, Gabriel dos Santos(2012). O catolicismo brasileiro e a construção de identidades negras contemporâneas. EDUFBA, Salvador.

GARCIA, Valter (2011)S obre uma cena de “Fim de semana no Parque”, do Racionais MC’s. ESTUDOS AVANÇADOS 25 (71).

GIACOMINI, Sonia Maria. (2006). *A alma da festa*. Belo Horizonte Ed. UFMG.

- GILROY, Paul(2001). *O Atlântico Negro*. São Paulo. UCAM/Editora 34.
- GODOY, Cleyton (2013). *Ação Direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*. Tese de doutorado/USP.
- GOLDSTONE, Jack A.(2003). *States, Parties and Social Moviments*. Cambridge University Press.
- GOMES, Ângela de Castro (2011). *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro. FGV.
- GOMES, Flavio (2005). *Negros e Política (1988-1937)*. Rio de Janeiro, ZAHAR Editor
- GONÇALVES, Petronilha Beatriz (2001). *Pode a educação prevenir contra o racismo e a intolerância? Anais: Seminários preparatórios para a conferência mundial*. Brasília
- GONZALEZ, Lélia 1988a. *Por un feminismo afrolatinoamericano*. *Revista Isis International*. Santiago, Vol. IX, p. 133-141
- _____ 1988b *A categoria político-cultural de amefricanidade*. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93, p. 69-82.
- _____ (1982). “O movimento negro na última década” In: HASENBAL, C. e GONZALEZ, L. *O Lugar do Negro*. Rio de Janeiro. Ed. Ponto Zero.
- GORENDER, Jacob (1991). “Sob o Signo da Negação” In: *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990; 2. ed.
- GREEN, James (2009). *Apesar de Você*. São Paulo. Cia das Letras.
- _____ (1998). *Além do Carnaval*. São Paulo: Cia. das Letras.
- GUIMARÃES. A. S. (2008). *A recepção de Fanon no Brasil e a Identidade Negra*. *Novos Estudos CEBRAP*, 81, p. 99-114.
- _____ (2008) *Preconceito Racial*. São Paulo: Cortez editora.
- _____ (2005). *Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil*. Comunicação ao Seminário Internacional “Ações Afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban”.SILVÉRIO, V. (org.) SECAD/MEC). Brasília: Senado Federal.
- _____ (2002). *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo. Editora 34.
- _____ (2001). “A questão racial na política brasileira (os últimos 15 anos)”. In: *Tempo Social*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142.
- _____ (1999). *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo. Editora 34
- _____ (1997). *A Desigualdade que Anula a Desigualdade*. In: *Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos/* SOUZA, J. (org). Brasília: Ministério da Justiça.
- GUIMARÃES. A. S.; MACEDO, M. (2008). “Diário trabalhista e democracia racial

- negra dos anos de 1940”. Rio De Janeiro. *Dados*, v. 51, p.143-182.
- HABERMAS, Jurgen (1981). “New Social Movements”. *Telos*, n.49, p.33-37.
- HANCHARD, M. G. (2001). *Orfeu e o poder*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- HASENBALG, Carlos (1979). *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- HASENBALG, C.; SILVA, N.(1988) *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo; Rio de Janeiro: Vértice; IUPERJ.
- HERINGER, Rosana (2001). “Mapeamento de Ações e Discursos de Combate às Desigualdades Raciais no Brasil”. IN: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, pp. 1-43
- _____ (2000). “A agenda anti-racista das ong’s brasileiras nos anos 90. In: Guimarães e Huntley(orgs). *Tirando a Máscara*. São Paulo: Paz e Terra.
- HERSCHMANN, Micael (2005). *O Funk e o Hip-Hop invadem a cena*. Rio de Janeiro. 2°. Edição. Editora UFRJ.
- HOFBAUER, Andreas (2006). *Ações Afirmativas e o debate sobre o racismo no Brasil*. Lua Nova, São Paulo, 68: 9-56.
- HUNTLEY, Lynn & Guimarães, Antonio Sérgio (ORG). *Tirando a Máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IANNI, O; SILVA, B.; SANTOS, G; SANTOS, L.(2005). *O negro e o Socialismo*. São Paulo. Editora Perseu Abramo.
- JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie.(2002) “Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental”. Brasília : Ipea.
- JASPER, James.(2003). ‘The emotions of protest’ In: Goodwin, Jeffrey and Jasper, James. *The Social Movement Reader*. London, Blackwell.
- JASPER, J. & GOODWIN, J. 2006. "Emotions and social movements". In: J. E. Stets & J. H. Turner (eds.), *Handbook of the sociology of emotions*. New York: Springer. pp. 611-635.
- JESUS, Carolina. M. (2000). *Quarto de Despejo* .ed. Ática.
- JOHNSON III, OLLIE A. (2000)“Representação racial e política no Brasil”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro. N. 38, p.32
- JOSEPH, Peniel(2006). *Black Power Movement*. New York: Rutledge.
- KECK, M ; SIKKINK, K.(1998). *Activists beyond borders*: Ithaca: Cornell University Press.
- KINZO, M. G.(1988). *Oposição e autoritarismo: a gênese e trajetória do MDB 1966-1979*. São Paulo: Vértice/IDESP

- KÖSSLING, K. S. (2007) *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do Deops/Sp (1964-1983)*. São Paulo. Dissertação de História.
- KOWARICK, L. 1987. “Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.1 n.3, p.38-50.
- KUCINSKI, B. (1991). *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo, Ed. página aberta.
- LAMOUNIER, Bolívar (1968) . "Raça e classe na política brasileira". In *Cadernos Brasileiros*, n. 47, p. 39-50.
- LEITE, José Correia;(1992) ... *Assim disse o Velho Militante Correia Leite*. CUTI (org.) Secretaria Municipal da Cultura. São Paulo.
- LEITE, Ilka Boaventura (2008). “Os quilombos e a Constituição Brasileira”. In: *A Constituição de 1988 na vida Brasileira*. OLIVEN;RIDENTI;BRANDÃO(orgs). São Paulo, Ed. HUCITEC.
- LEITE, S.C.(1987) *O Centro de Cultura Negra do Maranhão*. In: *Cadernos de Pesquisa*. N. 63 Fundação Carlos Chagas.
- LAVALLE, Adrián (2003). Sem pena, nem glória. *Novos Estudos*. N.96.p.91-109.
- LAVALLE, Adrián; Houtzager Peter; Castello, Graziela (2006). “Democracia, pluralização da representação e sociedade civil” In: *Lua Nova*, São Paulo, 67: 49-103.
- LIMA, Márcia (2008). “Políticas públicas com perspectiva étnico-racial e seus desdobramentos no campo da pesquisa”. Consultoria para a Fundação FORD/ CEBRAP. (mimeo)
- _____ (2010). “Desigualdades Raciais e Políticas Públicas”. In: *Novos Estudos Cebrap*.n.87, pp.77- 95.
- LIMA, Marcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo (2013). *Articulando Gênero e Raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho*. Publicação Retrato das desigualdades de Gênero e Raça. IPEA/ONU MULHERES/SPM/SEPPPIR, Brasília.
- LARKIN, Eliza (2003) *Sortilégio da Cor*. São Paulo. Selo Negro.
- MCADAM, Doug (1999). *Political Process and the development black insurgency (1930-1970)*. Chicago and London. The university of Chicago Press. 2a. Edição.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles (2001). *Dynamics of Contention*. Cambridge University press.
- MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer (1977). “Resource Mobilization and Social Movements”. In *American Journal of Sociology*. Vol. 82 No.6
- MACEDO, Marcio; SILVA, Uvanderson(2013) *Pode crê! Musica Política e outras Artes*. Paper para seminário Raça, Desigualdade e política. São Paulo. *Mímio*

- MACEDO, M. Abdias do Nascimento (2005): A Trajetória de um Negro Revoltado (1914-1968). *Dissertação de mestrado em Sociologia*, FFLCH/USP, São Paulo.
- MAESTRI, (1994) O negro e o imaginário étnico gaúcho. In: BAQUERO, Marcello et al.. *Diversidade étnica e identidade gaúcha*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC.
- MALCOLM X(1992). *Autobiografia de Malcolm X*. HALLEY, Alex. (*Colaboração*). 2^a.ed.Rio de Janeiro;Record.
- MAIO, Marco(1999) O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.14 n.41 São Paulo,p. 141-158.
- MAIO, Marcos (1998). “O Brasil no concerto das nações”. In *História, ciência e Saúde Manguinhos*. vol.5 N.2, Rio de Janeiro.
- _____. (1997). *A história do Projeto Unesco*. Rio de Janeiro, Tese de doutoramento - UPERJ.
- MATTIACE, Shannan L. (2005), "Representation and Rights: Recent Scholarship on Social Movements in Latin America", *Latin America Research*, vol. 40, nº1.
- MARTINS, José de Souza (2010). *Entrevista realizada por Conrado Pires de Castro Tempo Social*. Vol. 22, N.1, São Paulo.
- MARABLE, Manning (2013). *Malcom X*. São Paulo. Cia das Letras
- MARGOLICK, DAVID (2012). *Strange Fruit: Billie Holiday e a biografia de uma canção*. Cosac Naif. São Paulo.
- MARSHALL, T. H.(1967) “Cidadania e Classe Social”. In: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores.
- MAUÉS, Maria A. M. (1991) Da 'branca senhora' ao 'negro herói' a trajetória de um discurso racial. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 21, p. 119-129.
- MAUÉS, Maria A.M. (1997). *Negro sobre negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras*. Rio de janeiro, doutorado na IUPERJ.
- MELUCCI, Alberto (1995). “The Process of Collective Identity. In *Social Movements and Culture*. Johnston; Klandermans (orgs) University of Minnesota Press.
- _____(1994). *Challenging Codes*. Cambridge University Press.
- _____(1988). *Getting involved: Identity and mobilization in social movements*. A Research Annual. London.
- MESQUITA, E. (2003) *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. Campinas, Dissertação de Mestrado/Unicamp.
- MEIHY, J. C. S. B & Levine, R. M. (1994). *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: UFRJ.

- MILLS, Nicolaus (1994). *Debating affirmative action*. New York. Delta.
- MITCHEL, Gladys (2008). *Emerging blackness and its impact on brazilian politics*. Tese de Doutorado defendida em Chicago, Estado Unidos. p.239.
- MITCHELL, M. J. (1977) *Racial consciousness and the political attitudes and behavior of blacks in São Paulo*. Tese de doutorado apresentado na Universidade de Indiana.
- MOORE, C. (2010). *O Marxismo e a questão Racial*. Belo Horizonte. Nandyala/Cenafro.
- MOURA, Clóvis(1981). *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.3^a Ed [1^a. Ed. 1959]
- MOURA, C. (1981). “Organizações negras” In: *São Paulo: O povo em movimento*.SINGER e BRAND (Orgs.), Petrópolis: Ed. Vozes.
- MOURA, Glória (1988). *Negro, Sociedade e Constituinte*. Revista *São Paulo em Perspectiva*, 2(2): 64-68, abr/jun.
- MOTTA, R.(2012) Tarquínio. Editora Leopoldianum. Santos.
- NASCIMENTO, Abdias.(2002).O Brasil na mira do pan-africanismo.Salvador EDUFBA.
 _____(1982) *O Negro Revoltado*, da editora Nova Fronteira, segunda edição.
 _____(1968).Testemunho. 80 Anos de Abolição IN. Cadernos Brasileiros. Rio de Janeiro.
- NASCIMENTO, A.; LARKIN, Eliza.(2000) “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil”.GUIMARÃES, A.; HUNTLEY (org).*Tirando a máscara*. São Paulo: Paz e Terra.
- NETO, José Laudelino (1986). *A pastoral do Negro no Brasil após o vaticano II*.Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. Departamento de Teologia/PUC.
- NEWTON, HUEY P.(2011) *Revolutionary Suicide*. New York Penguin books.
- OLIVEIRA, L; PORCARO, R; COSTA, Tereza (1981). *O lugar do negro na força de trabalho*. Secretaria de planejamento da presidência da República e Fundação do IBGE.
- ORTIZ, Renato (1985). “Cultura brasileira e identidade nacional”. São Paulo.Ed. Brasiliense.
- PEREIRA, Amilcar. Mundo Negro. Rio de Janeiro. FAPERJ/Pallas.
- PHILLIPS,Anne.(2001)De uma política de ideia a uma política de presença. Estudos feministas. Ano 9.p268-290.
- PINTO, Costa (1953). *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo. Companhia Editora Nacional.
- PIERSON, Donald (1971). *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

- PRANDI, Reginaldo (1996) "Raça e voto na eleição de 1994" In: *Estudos Afro-asiáticos* n.30, p. 61-78.
- POLLETTA, Francesca (2006). *It was just a fever*. Chicago Press.
- RATTS, A. (2007) *Eu Sou Atlântica*. São Paulo. Imprensa Oficial/ Instituto kuanza.
- RATTS, Alex; RIOS, Flavia. (2010) *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro.
- RIDENTI, M.(2010). *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo. Editora Unesp.
- _____ (2010). *Brasilidade Revolucionária*. São Paulo. Editora Unesp.
- RIOS, Flavia (2014a). A Trajetória de Thereza Santos: Comunismo, Raça e Gênero durante o regime militar. In *Revista Plural*. São Paulo. Dossiê sobre Ditadura Militar. (prelo)
- _____ (2014b). Carolina de Jesus na Cena Cultural Contemporânea. In *Revista Palmares*. Brasília. (prelo)
- _____ (2012) O Protesto Negro Contemporâneo (1978-2010). In *Lua Nova*. N. 85. São Paulo.
- _____ (2009a). Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo. Mestrado em Sociologia/USP. São Paulo.
- _____ (2009b). "Movimento Negro Brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000)". In: *Revista Sociedade e Cultura*. Goiás.
- RIOS, Flavia e GATO (2009c). Matheus Preconceito racial: modos, temas e tempos. *Tempo social*, vol.21, no. 2, p.316-319. (resenha).
- ROSSI, Luís Gustavo (2011) *O intelectual "feiticeiro": Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Tese de doutorado. Campinas
- ROLAND, Edna (2000). "Movimento de Mulheres Negras Brasileiras". In: GUIMARÃES e HUNTLEY. *Tirando a Máscara*. Paz e Terra. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (2012). Políticas Internacionais e a questão racial no século XXI. In: RIBEIRO(Org). *As políticas de Igualdade Racial*. São Paulo. Perseu Abramo.
- RUFINO, Joel. (1985). "O Movimento Negro e Crise Brasileira", *Revista Política e Administração*. Rio de Janeiro. Vol.2.
- SADER, Eder (1995). *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo. Paz e Terra
- SADER, Eder; PAOLI, Maria C.(2004). "Sobre as classes populares no pensamento sociológico brasileiro" In: CARDOSO, R.(Org.) *Aventura Antropológica*. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra.
- SAINTENY, Guillaume (1999). "Logiques D'Engagement et logiques de Retribution au

sein de L'écologisme Français” In: *Chiers internationaux de Sociologie*, V.CVI (175-200).

SALLUM, Brasília (2003). “Metamorfose do Estado Brasileiro”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 19 nº. 52. pp 35-54.

_____ (2000). “O Brasil sob Cardoso” (2000). *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo: pp.23-47.

_____ (1996) *Labirintos: dos generais à nova república*. São Paulo, Hucitec.

SANTOS, Renato (2006). *Agendas & agências*. Rio Janeiro. Doutorado em Geografia/UFF.

SANTOS, Gevanilda. (1992). *Partido Políticos e Etnia Negra*. Dissertação de Mestrado/PUC. São Paulo.

SANTOS, Hélio (1995). Discriminação Racial no Brasil. Brasília. In Anais: Seminários preparatórios para a conferência mundial. Brasília Ministério da Justiça.

_____ (1997). *Desafios Para a Construção da Democracia no Brasil*. In: Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos/ SOUZA, Jessé (ORG). Brasília: Ministério da Justiça.

SANTOS, João (2004). O Negro representado na Revista Raça Brasil. Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado/UFRGS.

SANTOS, Ivair. A. (2006) *O movimento negro e o Estado (1983-1987)*. São Paulo, CONE: Prefeitura de São Paulo.

SANTOS, J. F.(2005) *Uma Lição de Vida*. Ed. Jornal Pequeno/PDT/CCN. São Luís.

SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). (2012) *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA. 284p

SANTOS, José Francisco (2010). *Movimento Afro-Brasileiro pró-libertação de Angola (MABLA)*. São Paulo. Dissertação em História/PUC.

SANTOS, S.(2009). “O negro no poder”: Abdias do nascimento e a discussão racial no parlamento brasileiro. In: Pereira e Silva (Orgs.) *O Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte. Nandyala.

SANTOS, T. (2008). *Malunga Thereza Santos*. São Carlos. EDUFSCAR.

SARTI, Cynthia Andersen.(2004) O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264.

SARTRE, Jean-Paul (1968). *Reflexões sobre o racismo*. Difel editora.

SCHWARCZ, Lilia K. M. (1990) De festa também se vive: reflexões sobre o centenário da abolição em São Paulo. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, nº 18, p. 13-25.

- SEBASTIÃO, Angélica (2007). *Memória, Imaginário e Poder*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado/ UFRJ.
- SECCO, Lincon (2010). *A História do PT*. Ateliê Cultural. São Paulo.
- SLENES, Robert (2013). Apresentação In: *Das cores do silêncio*. MATTOS, Hebe. Campinas. Unicamp.
- SEMOG, Éle; NASCIMENTO, Abdias (2006) *O Griot e as Muralhas*. Rio de Janeiro.
- SEYFERTH, Geralda (1983). “Etnicidade Cidadania e algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política”. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro. N. 42. V.20.
- SILVA JR. Hédio (2002) *Direito de Igualdade Racial*. São Paulo. Ed. Juarez de Oliveira.
- _____.(1998) *Antirracismo: coletânea de leis brasileiras*. São Paulo. Ed.Oliveira Mendes.
- SILVA, Joselina. (2005) *União dos Homens de Cor: uma rede do Movimento Negro após o Estado Novo*. Rio de Janeiro. Tese de doutoramento em Ciências Sociais/Uerj.
- SILVA, Joana M. P. (1994) *Centro de cultura e arte negra: trajetória e consciência étnica*. São Paulo, Dissertação de Mestrado/PUC.
- SILVA, José C.G. (1998) *Rap na cidade de São Paulo: música etnicidade e experiência urbana*. Tese de doutorado/UNICAMP, Unicamp.
- SILVA, Mario M. (2013). *A descoberta do insólito*. São Paulo. Aeroplano.
- _____(2012) Fazer História; Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). In: *Lua Nova*. São Paulo. n. 85, São Paulo.
- SILVA, Nelson. V.(1997) Cor e realização sócio-econômica no Rio de Janeiro. In: URANI, A. (Org.). *Rio 97: mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cidade do Rio de Janeiro. v. 1, p. 181-192.
- SILVEIRA, Oliveira.(2003). “Vinte de novembro: história e conteúdo” In: SILVERIO e SILVA (Orgs): *Entre a injustiça Simbólica e a Injustiça econômica*. Inep. Brasília.
- SILVÉRIO, Valter (2013). *As cotas para negros no tribunal*. São Carlos. Edufscar.
- _____(2001) Políticas raciais compensatórias. *Anais: Seminários preparatórios para a conferência mundial*. Brasília Ministério da Justiça.
- SKIDMORE, Thomas (1997). Reflexões de um Brazilianista. In: *Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos/*
- SOUZA, Jessé (ORG). Brasília: Ministério da Justiça
- _____(1989). *Preto no Branco*. Rio de Janeiro Paz e Terra.2ª. edição.
- _____(1985). Race and class in Brazil in historical perspective In

- Fontaine (Org). *Race, class and power in Brazil*. Califórnia, Los Angeles.
- SNOW, David e BENFORD, R. (2000) Framing processes and social movements. In: *Annual Review of Sociology*, n.26.
- SOARES, Reinaldo da Silva. (2004) *Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra*. Tese de doutorado na área de Antropologia-FFLCH. São Paulo.
- SOARES, CLAUDETE(2012).Raça, Classe e Ações Afirmativas na trajetória de militantes negros de esquerda. *Política & Sociedade* - Vol. 11 - Nº 22
- _____(2009). Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003). Doutorado em Sociologia/UNICAMP.
- SOARES, Sergei (2000). “O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas, Mulheres Negras”. *Textos para Discussão*, nº 769, Brasília, IPEA.pp.26
- SOTERO, Edilza(2010). Negros e representação política no pós-Estado Novo(1947-1948). Departamento de Sociologia da USP, São Paulo. (Paper)
- SOUZA, Amaury de (1971) "Raça e política no Brasil urbano" In *Revista de Administração de Empresas* 11 (4), p. 61-70.
- SOUZA, Guilherme Nogueira de (2012). Negros ascendentes na região metropolitana do Rio de Janeiro: trajetórias e perspectivas. Tese de doutorado, UERJ.
- SOUZA, Gilda de Mello(1981) Homenagem a Eduardo de Oliveira Oliveira. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, V.1,1 p.58-68.
- SWIDLER, Ann.(1986). Culture in Action. In: *American Sociological Review*.
- VALENTE, A. L. (1982). *Política e Relações Raciais: Os negros e as Eleições Paulistas de 1982*. São Paulo, FFLCH/USP.
- TAVARES, Raquel (2007). “Nota Introdutória”. In *Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, Intolerância* Conexa-Conferência Europeia contra o racismo. Brasília. Procuradoria Geral da República, p. 7-13.
- TARROW, Sidney (2006). *Power in Movement*. Cambridge University Press. New York. 2.Ed.
- _____. (1992)“Mentalities, Political Cultures and Collective actions frames”. In: Morris; Mueller (Orgs). *Frontiers Social Movement Theory*. Yale University Press.
- TELLES, Edward (2012). Entrevista concedida a FRANÇA,D e JESUS,M. In *Revista Plural*. São Paulo.
- _____. (2003). *Racismo à Brasileira*. Rio de Janeiro. Relume/Dumará.
- TILLY, Charles (2005). “Invention, diffusion and transformation of social movement

repertoire”. In: *Identities, boundaries and social ties*. Paradigm Publishers. Boulder, London.

TILLY, Charles (2004). *Social Movements 1768-2004*. Paradigm Publishers.

TONI, Fabiano (2001) “Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais”. BIB. São Paulo, pp. 79-104 n. 52.

TOURAINÉ, Alain (1997). “Os movimentos sociais” In *Iguais e diferentes*. Lisboa. Instituto Piaget.

_____ (1988). *Palavra e Sangue*. Editora da Unicamp e Trajetória Cultural.

VIANA, Elizabeth (2006). Relações raciais, gênero e movimentos sociais. Mestrado em História/UFRJ. Rio de Janeiro.

YÚDICE, George (2006) A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG.

WEBER, Max (2004) “A distribuição do poder dentro de comunidade: classes, estamentos e partido”. In: *Economia e Sociedade*. São Paulo. Ed.UNB/Imprensa Oficial, Vol.2.

Fontes Documentais:

Cadernos Brasileiros: *80 Anos de Abolição* – ano 1968

Cartas, projetos e documentos de Thereza Santos, Acervo NEAB/UEIM/UFSCAR

Documentos e fotografias de Eduardo de Oliveira e Oliveira Acervo NEAB/UEIM/UFSCAR

Documentos e fotografias do Acervo Memorial Lélia Gonzalez

Jornal Bondinho

Jornal Em Tempo

Jornal Versus

Folha de São Paulo.

Jornal Estado de São Paulo

Jornal do Brasil

Jornal Cidade de Santos

Revista Veja

Registros Policiais – DEOPS

Revista Realidade

Peça teatral “E... agora falamos nós” – Acervo Privado Vera Benedito

ANEXO I - Entrevistas

Entrevistas Realizadas entre 2010 e 2013				
Nome	Data	Local	Duração	Organização
1)Adão Oliveira	18/01/2012	SP/SP	1:30min	Liga Operária de 1970
2)Benedita da Silva	02/03/2010	RJ/RJ	1h	PT
3)Douglas Belchior	22/06/2011	SP/SP	1h	UNEAFFRO/PSOL
4)Elisa L. Nascimento	05/03/2010	RJ/RJ	1:30Min	IPEAFRO
5)Frei David dos Santos	11/06/2011	SP/SP	1h	EDUCAFRO
6)Henrique Cunha	29/02/2012	SP/SP	2hs	Movimento Negro
7)Leci Brandão	18/10/2011	SP/SP	1h	Deputada estadual-PCdoB
8)Januário Garcia	22/03/2010	RJ/RJ	1h	Movimento Negro
9)Manoel S. Neto	14/01/2012	SL/MA	1:30min	PDT
10)Milton Barbosa	05/04/2011	SP/SP	2hs	MNU
11)Mundinha Araújo	10/01/2012	SL/MA	2hs	Movimento Negro
12)Rafael Pinto	20/04/2011	SP/SP	1:30min	Movimento Negro
13)Rose Marie Muraro	23/03/2010	RJ/RJ	1:30min	Movimento Feminista
14)Odair Martins	18/11/2011	SP/SP	2hs	PT
15)Dennis de Oliveira	15/10/2011	SP/SP	1h	UNEGRO/PCdoB
16)Vera Benedicto	16/03/2012	SP/SP	1:30min	Conselho da comunidade negra (durante anos 80)
17)Sales Augusto	30/03/2013	NYC/EUA	2hs	Jornal Raça e Classe-DF
18)Marcelo Paixão	04/05/2013	NJ/EUA	2:30min	Professor da UFRJ
19)Peter Wade	18/09/2013	SP/SP	1:30min	Manchester University
20)Sueli Carneiro	15/12/2013	SP/SP	1:30 min	Geledés
21) Adomair	20/01/2014	SL/MA	e-mail	MNU

ANEXO II – Acervos Brasileiros Consultados

Nome	Local	Data
Acervo Lélia Gonzalez	Rio de Janeiro	ago/11
Acervo afro-brasileiro(UFSCAR)	São Carlos/MA	mai/12
Acervo da Perseu Abramo	São Paulo	out-nov/11
Acervo privado de Mundinha Araújo	São Luis/MA	jan/12
Aperj	Rio de Janeiro	set/11
Arquivo Público do Estado de SP	São Paulo	out/11
Biblioteca da ECA/USP	São Paulo	jun-julho/11
Biblioteca Florestan Fernandes	São Paulo	mai-jun/11
Biblioteca Nacional	Rio de Janeiro	set/11
Biblioteca pessoal de Joana Silva	Santo André/SP	mar/12
Biblioteca pessoal de Vera Rodrigues	PortoAlegre/RGS	nov/11
Biblioteca pessoal de Vera Benectido	São Paulo	mar/12
Candido Mendes	Rio de Janeiro	ago/11
Centro de Cultura Negra (CCN)	São Luis/MA	dez/11
Centro de Documentação PUC	São Paulo	mar/12
Centro de Memória da Unicamp	Campinas	mar/12
CEDEM/UNESP	São Paulo	Set-out/2012
CPDOC-RJ	Rio de Janeiro	ago/11
Geledés	São Paulo	mai/11
IEB/USP	São Paulo/SP	Fev-Mar/12
UERJ	Rio de Janeiro	set/11
UFRJ	Rio de Janeiro	set/11

ANEXOIII

Jornais Copiados ou Digitalizados no Brasil				
Título	Ano de fundação	Local	Principal Articulador	Números Consultados
Akomabu	1987	São Luis/MA	João Francisco	1 a12
Em tempo	1977	Rio de Janeiro/RJ	Bernardo Kuscinki	1-119
Jonal CCNSP	1984	São Paulo/SP	Helio Santos e Ivair dos Santos	1a6
JOORNEGRO	1978	São Paulo/SP	Cuti	1 a 12
Jornal do MNU	1987	Salvador/BA	Jonatas Conceição	16 e 17
Maioria Falante	1986	Rio de Janeiro/RJ	Èle Semog	1 a 8
Nego	1986	Salvador/BA	Jaime Sodré/Jonatas Conceição	10 e 11
Raça e Classe	1986	Brasília/DF	Edson Cardoso	1 a 6
Revista ÉBANO	1981	São Paulo/SP	Hamilton Cardoso	1
Revista MNU	1978	São Paulo/SP	Milton Barbosa, Rafael Pinto	2 e 3
SINBA	1977	Rio de Janeiro/RJ	Amauri Pereira	1a 4
Tiçãõ	1978	Porto Alegre/RGS	Oliveria Silveria	1 e 2
Trovão	1986	São Paulo/SP	Dick Santos	1 e 4
Versus	1978	São Paulo/SP	Marcos Faerman	1 a 33

ANEXOIV –Coleta em Princeton- New Jersey- EUA, entre fevereiro e maio de 2013

Tipo de Material	Agentes	Acervo	Período
Cartilhas Anti-racistas	Pastorais Religiosas	Blacks in Brazil pamphlets	1978-1988
Discursos parlamentares	Abdias do Nascimento	Fundo Abdias Nascimento	1983-1994
Discursos parlamentares	Bendita da Silva	Brasilian Popular Groups	1983-1999
Documentos da CNBB	CNBB	Brasilian Popular Groups	1966-1986
Jornal dos Panteras Negras	Black Panthers	Schomburg Center/ black Culture	1976-1980
Jornais Negros Brasileiros	Movimento Social	Fundo Abdias Nascimento/Blacks in Brazil pamphlets	1978-2008
Livros	Diversos autores e ativistas	Blacks in Brazil pamphlets	1978-1988
Panfletos da Constituinte	Movimento Social e Partidos	Brasilian Popular Groups	1986-1989
Programa partidários	Partido dos Trabalhadores	Perseu Abramo/PT	1990-2006
Programa partidários	PCB/PMDB	Brasilian Popular Groups	1966-1986
Publicação Parlamentar	Paulo Paim	Fireston Library	2003
Publicação Governamental	Governo Federal	Brasilian Popular Groups	1995-2008

ANEXO V

Revista Versus			
Título	Ano	Num e Página	Descrição
Ser negro	Fev-1978	18 p.37	Jean Paul Sartre- AfrolatinoAmerica
Lider negro nos canais	Fev-1978	18 p.38-39	AfrolatinoAmerica
Passado futuro de nossa gente	Fev-1978	18 p.40	AfrolatinoAmerica
A frente negra Brasileira	Fev-1978	18 p.40	AfrolatinoAmerica
Mulatas	Fev-1978	18 p.40	AfrolatinoAmerica
Democracia Racial	Fev-1978	18 p.40	AfrolatinoAmerica – Abdias do Nascimento
A luta do povo negro	Mar-Abr-1978	19 TrechoCapa	Depoimento de Clovis Moura
O negro na sociedade civil	Mar-Abr-1978	19 p. 39	AfrolatinoAmerica
A quem interessam as mulatas	Mar-abr-1978	19 p. 40	AfrolatinoAmerica
Direito de voto aos Analfabetos	Mar-abr-1978	19 p. 41	AfrolatinoAmerica
Partido Socialista (Na verdade não tem um título exato)	Mar-Abr-1978	19 p. 42	AfrolatinoAmerica
Nos sapatos das bases	Abr-maio-1978	20 p.39	Editorial -AfrolatinoAmerica
A questão nacional	Abr-maio-1978	20 p.40	AfrolatinoAmerica
Onde estão os panteras	Abr-maio-1978	20 p.41	AfrolatinoAmerica
Denuncia	Abr-maio-1978	20 p.42	AfrolatinoAmerica
Nós na convergência	Abr-maio-1978	20 p.42	AfrolatinoAmerica
90 anos de Ilusão	Abr-maio-1978	20 p.42	AfrolatinoAmerica
Iluminação (Amilcar Cabral)	Maio-Jun-1978	21 p.37	Sem autor
Editorial	Maio-Jun-1978	21 p.29	AfrolatinoAmerica
Diálogo dos explorados	Maio-Jun-1978	21 p.39-40	AfrolatinoAmerica
Treze de maio: um dia de denuncia contra o racismo	Maio-Jun-1978	21 p.39-40	AfrolatinoAmerica
A luta pelo PS	Maio-Jun-1978	21 p.42	AfrolatinoAmerica
Redescoberta da Africa	Maio-Jun-1978	21 p.42	AfrolatinoAmerica
Novas publicações negras	Maio-Jun-1978	21 p.42	AfrolatinoAmerica
Um grito no Soul	Maio-Jun-1978	21 p.42	AfrolatinoAmerica
Saiu tição	Maio-Jun-1978	21 p.42	AfrolatinoAmerica
Cafundo: a mania dos reis e as respostas dos escravos	Set-1978	24 p.38-39	Hamilton Cardoso-Culuna AfrolatinoAmerica
Mudem de estação: queremos um programa	Set-1978	24 p.40	Coluna AfrolatinoAmerica
O negro nas lutas populares	Set-1978	24 p.40	Coluna AfrolatinoAmerica
Movimento negro	Set-1978	24 p.41	José Adão de Oliveira_Culuna AfrolatinoAmerica
Moça das docas	Set-1978	24 p.41	Coluna AfrolatinoAmerica
Garra Negra	Set-1978	24 p.41	Coluna AfrolatinoAmerica
É proibido discriminar	Set-1978	24 p.42	Coluna AfrolatinoAmerica
Calaboca Macaco	Set-1978	24 p.42	Hamilton Cardoso
Os racistas e o FBI contra os negros nos EUA , no Brasil	Out-1978	25 Capa	Imagens de da KKK
O movimento avança	Out-1978	25 p.40	Vanderlei José Maria
Um pra la mu, um pra ca para mu	Out-1978	25 p.41	Coluna AfrolatinoAmerica
Ventre livre, corpo escravo	Out-1978	25 p.42	Coluna AfrolatinoAmerica
FBI Contra o movimento negro	Out-1978	25 p.43-44	Por Baxter Smith
Pega Negrão	Out-1978	Versu p.11	Comentario sobre o movimento negro
Allons enfants de la Patrie	Nov-1978	26 p.39	Vanderlei Jose Maria-Culuna AfrolatinoAmerica
Os caminhos do movimento negro	Nov-1978	26 p.40	Coluna AfrolatinoAmerica
Entrevista com Dilce Pires, candidata negra a dep. Federal	Nov-1978	26 p.41	Coluna AfrolatinoAmerica
O homen smoking contava seus dolares	Nov-1978	26 p.43-44	Coluna AfrolatinoAmerica
Leis internas e a ordem racial	Dez-1978	27 p.40	Coluna AfrolatinoAmerica
Quilombos e a resistencia popular	Dez-1978	27 p.41	Coluna AfrolatinoAmerica
O jogo do cao e gato	Dez-1978	27 p.41	Coluna AfrolatinoAmerica
Negro Liberdade – Entrevista	Dez-1978	27 p.42-43	Coluna AfrolatinoAmerica sindicato da Africa
Manifesto do movimento negro unificado	Dez-1978	27 Capa-final	Panfleto na capa que fecha o jornal

Revista Versus				
Titulo	Ano	Numero	Pagina	Descricao
Carta aos irmãos da diáspora	Jan-1979	28	p.42-43	Afrolatinoamerica-editorial
Texto de Hamilton	Jan-1979	28	p.43	Hamilton Cardoso – Afrolatinoamerica
Dura Angola Livre	Jan-1979	28	p.44-45	Omar de Barros Filho – Afrolatinoamerica
As raízes de Thereza Santos	Jan-1979	28	p.45	Hamilton Cardoso – Afrolatinoamerica
Texto de Hamilton	Jan-1979	28	p.47	Hamilton Cardoso – Afrolatinoamerica
Holocausto	Jan-1979	28	p.48	Afrolatinoamerica
O gov. Gasiel e a contra-revolução	Fev-1979	29	p.8-10	De florestan fernandes
O partido dos trabalhadores	Fev-1979	29	p.11-12	Entrevista e artigo de opiniao
Do outro lado da linha	Fev-1979	29	p.13-15	Sobre brizola; pt
Movimento negro, de Hamilton Cardoso	Fev-1979	29	p.38-	Coluna Afrolatinoamerica
Civilizacao branca: forca bruta, de Paulo Tarso	Fev-1979	29	p.39	Coluna Afrolatinoamerica
O adeus do dinheiro, contra o samba do asfalto	Fev-1979	29	p.40-41	Coluna Afrolatinoamerica
As raízes de Thereza Santos	Fev-1979	29	p.42-43	Coluna Afrolatinoamerica
Tupamaro	Mar-1979	30	p.10-13	Entrevista com dep fed. Sindicalista
A igreja, a soc civil e o mov. Pop. Do Brasil	Mar-1979	30	p.14-15	Vanderlei jose maria
Africa	Mar-1979	30	p.37-38	Vanderlei jose maria-Afrolatinoamerica
Um ano de intensas lutas no continente	Mar-1979	30	p.38-40	Ernest Harsch – Afrolatinoamerica
As raízes de Thereza Santos	Mar-1979	30	p.41-43	Coluna Afrolatinoamerica
Histórias da grande greve	Abril-1979	31	p.19	Por Hamilton Cardoso
Ano internacional da Criança	Abril-1979	31	p.38-39	Vanderlei jose maria-Afrolatinoamerica
Descaminhos de uma Revolução	Abril-1979	31	p.40-41	Coluna Afrolatinoamerica
God bless you, mr king	Abril-1979	31	p.42-43	Coluna Afrolatinoamerica
Por minha própria boca, por minha própria mente	Junho-1979	32	p.41-42	Coluna Afrolatinoamerica
A ultima palavra é do leitor	junho-1979	32	p.43	Coluna Afrolatinoamerica
Em defesa do marxismo	junho-1979	33	p.36-37	Hamilton Cardoso-Coluna Afrolatinoamerica
A classe operária negra carrega o peso da história	junho-1979	33	p.36-37	Entrevista com grupos revolucionarios da Africa do sul
A ultima palavra é do leitor	junho-1979	33	p.41-42	Coluna Afrolatinoamerica
Editorial: Alguns pontinhos	Jun-jul-1979	22	p. 38	AfrolatinoAmerica
Cerimonia para o assassinato de um negro	Jun-jul-1979	22	p. 38-39	AfrolatinoAmerica – Hamilton Cardoso
Mulher 1	Jun-jul-1979	22	p. 38-39	AfrolatinoAmerica – Neusa Maria Pereira
Mulher 2	Jun-jul-1979	22	p. 40	AfrolatinoAmerica – Cadernos do Terceiro Mundo
Legião da morte	Jun-jul-1979	22	p. 40	AfrolatinoAmerica – Marcos Faerman
Grupo Vissungo	Jun-jul-1979	22	p. 40-42	AfrolatinoAmerica
Negra Melodia	Jun-jul-1979	22	p. 41	AfrolatinoAmerica
E agora - Editorial	Jul-agos-1979	23	p.32-34	AfrolatinoAmerica
Sete de julho	Jul-agos-1979	23	p.34-35	AfrolatinoAmerica – De Neusa Maria Pereira
O quilombismo, Hamilton cardoso	Out-1979	34	p.36-37	Coluna Afrolatinoamerica
Subvertam o poder branco	Out-1979	34	p.38-40	Coluna Afrolatinoamerica
E agora angola	Out-1979	34	p.40-41	Coluna Afrolatinoamerica

ANEXO VI

Jornal Em tempo (1977-1980)

Título	Ano	Número	Página	Descrição
Não é cega, é racista	dez/77	2	p.8	Denúncia de caso de racismo
Raças	abr/78	7	p.6	sobre democracia racial no BR
Questionando a Cultura	abr/78	7	p.11	crítica do Editor do Jornal
A máquina invade o terreno	mai/78	8	p.9	crítica da relação do candomblé com o capitalismo
Guerra no Zaire	jun/78	14	p.6	processo de independência da Africa negra
Ato público Anti-racista	jul/78	18	p.11	Sobre o movimento negro unificado
Jornalistas saem da versus	ago/78	20	p.11	Sobre saída do grupo de Faerman do jornal Versus
Negros	set/78	28	p.8	Sobre cultura
raças e classes	set/78	29	p.10	discussão política do movimento negro
Zimbabue	out/78	31	p.9	Sobre imperialismo e independencia africana
Diversidade e democracia racial	out/78	31	p.11	Sobre mobilização política
Nanibia	out/78	31	p.10	imperialismo dos EUA
O voto negro	nov/78	37	p.1	sobre situação eleitoral e posicionamento dos negros
Negros dão a volta por cima	nov/78	37	p.8	avaliação política do movimento negro
O negro, Objeto de estudo	nov/78	37	p.11	crítica à antropologia
Carta de princípios do PT	out/79	86	p.9	propaganda partidária
Negros	abr/80	104	p.17	artigo de ativistas
Negros	mai/80	107	p.23	Artigo de ativistas negros
Negros	jun/80	108	p.15	Artigo de ativistas negros
Negros	jun/80	108	p.11	Artigo de Mirna Grzich
Negros	jun/80	108	p.14	Entrevista com Florestan Fernandes
Negros	ago/80	110	p.13	Artigo de Geraldo Nascimento
Negros	set/80	115	p.16	Artigo de eduardo Oliveira
Metalurgico negro e socialista	nov/80	117	p.17	artigo de opinião
Negros	nov/80	118	p.18	Artigo de Clóvis Moura
Memória: revolta da Chibata	dez/80	119	p. 20	Artigo histórico